

# Anais Digital do II Seminário de História e Gênero: Gênero, Ditadura e Autoritarismo



Fortaleza  
2020

## Corpo Editorial

Dra. Ana Rita Fonteles Duarte - UFC  
Bruna Karina Ferreira de Lima Melo - História UFC  
Ma. Carolina Maria Abreu Maciel - Discente PPGH UFC  
Ma. Emmanuela Harakassara Rodrigues de Lima - UECE/UAB  
Mariana Viana Rodrigues - Discente História UFC  
Ma. Marlia Aguiar Façanha - SEDUC-CE  
Me. Tásso Araújo de Brito - Discente PPGH  
Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo - Discente PPGH  
Esp. Valesca Gomes Rios - Discente PPGH

## Comissão de Comunicação

Marcela Souza Santos - Discente PPGH  
Rennê Câmara Barros - História UFC  
Esp. Valesca Gomes Rios - Discente PPGH

## Comissão de Divulgação

Me. Tásso Araújo de Brito - Discente PPGH  
Esp. Valesca Gomes Rios - Discente PPGH

## Corpo Técnico

Ma. Carolina Maria Abreu Maciel - Discente PPGH UFC  
Cynthia Corvello - Discente PPGH UFC  
Ma. Emmanuela Harakassara Rodrigues de Lima - UECE/UAB  
Me. Jucelio Regis da Costa - UECE  
Marcela Souza Santos - Discente PPGH  
Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo - Discente PPGH  
Me. Thiago de Sales Silva - Discente PPGH UFC

## Comissão de Certificados

Felipe Ricardo Vieira Lopes - Discente PPGH UFC  
Kíria Samanta da Silva - Discente História UFC  
Lara Alexandre Freitas da Silva Costa - Discente História UFC  
Me. Thiago de Sales Silva - Discente PPGH UFC

## Arte

Me. Tásso Araújo de Brito - Discente PPGH

## Coordenação Geral

Esp. Valesca Gomes Rios - Discente PPGH

Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas  
Bibliotecário: Michele Maia Mendonça Marinho (CRB-3/1071)

---

S474a Seminário de história e gênero: gênero, ditadura e autoritarismo (2. : 2020 :  
Fortaleza, CE)

Anais [recurso eletrônico] / Seminário de história e gênero: gênero, ditadura e autoritarismo,  
21 a 23 de outubro em Fortaleza, CE. -- Fortaleza, UFC, 2020.

Disponível em: <https://historiageneroufc.wixsite.com/seminario>

Inclui referências

ISBN: 978-65-18366-5

1. História - gênero - Eventos 2. Ditadura - Eventos I. Título.

---

CDD 900.091

## SUMÁRIO

<b>GÊNERO E FEMINISMO NOS FILMES DE SUSPENSE DO CINEMA FEITO POR MULHERES.....</b>	<b>06</b>
Isabela R. Regagnan	
<b>MULHERES INDEPENDENTES, AFETOS E A OUSADIA DOS ANOS 1980 EM TERESINA.....</b>	<b>17</b>
Julinete Vieira Castelo Branco	
<b>A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NOS CÓDIGOS CRIMINAIS BRASILEIROS: DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988.....</b>	<b>34</b>
Deane Soares Figueirêdo	
<b>QUANDO O ÚTERO FICOU HISTÉRICO: CONCEPÇÕES MÉDICAS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DO ÚTERO NA PSIQUE FEMININA EM ERÁRIO MINERAL DE LUÍS GOMES FERREIRA NO SETECENTOS.....</b>	<b>44</b>
Gessica de Brito Bueno	
<b>NADIR GOUVÊA KFOURI: A REITORA E A DEMOCRACIA PUQUIANA.....</b>	<b>57</b>
Marilene Rodrigues Quintino	
<b>LUTE COMO UMA LÉSBICA: PANORAMA HISTÓRICO DO DIA NACIONAL DO ORGULHO LÉSBICO NARRADO NO BOLETIM CHANACOMCHANA.....</b>	<b>71</b>
Jaíne Chianca da Silva	
<b>“QUE DIREI DE MIM SE ME PERGUNTAREM QUEM SOU?”: HISTÓRIAS E SUBJETIVIDADES NA ESCRITA DE FÁTIMA QUINTAS.....</b>	<b>79</b>
Luíza Vieira Cavalcanti	
Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral	
<b>ENTRE PÃES E PÍLULAS: O CORPO EM DISPUTA ENTRE A “REVOLUÇÃO SEXUAL” E “CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO” NO BRASIL DOS ANOS 1970. ....</b>	<b>89</b>
Francisco Alysson Silva Pinheiro	
<b>EDUCAÇÃO FEMININA, CARREIRA E CASAMENTO NA DÉCADA DE 1960.</b>	<b>98</b>
Jessica Assunção Leal	
<b>EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS E NARRATIVAS FEMINISTAS NA ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA (1979-1985):.....</b>	<b>109</b>
Kíria Samanta da Silva	
Jéssica Moura Barbosa	
<b>AS CARTAS DE SESMARIAS – POSSIBILIDADES PARA O ESTUDO DE GÊNERO NO PERÍODO COLONIAL, NA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE....</b>	<b>115</b>
Leiliane Kecia Magalhães	
<b>PEDAGOGIAS DE LIBERDADE E RESISTÊNCIA EM UM JORNAL HOMOSSEXUAL DA IMPRENSA ALTERNATIVA DO ANO DE 1978.....</b>	<b>125</b>
Alison dos Santos	
Carin Klein	

<b>ESCRITOS PORNOGRÁFICOS: CENSURA E IMORALIDADE EM UMA MULHER DIFERENTE, DE CASSANDRA RIOS (1965-1975).....</b>	<b>141</b>
Francisca Aline Cordeiro da Silva	
<b>SER MULHER IMIGRANTE HAITIANA NO BRASIL EM TEMPOS DE AUTORITARISMO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE LUTA.....</b>	<b>157</b>
Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho	
<b>A (RE)CONSTRUÇÃO DE SI EM PERÍODO NACIONAIS: MULHERES E SEUS RELATOS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS NA DITADURA BRASILEIRA [1964 - 1985].....</b>	<b>167</b>
Janaína Porto Sobreira	
Camila Koenigstein Sacoman	
<b>AS VÁRIAS REPRESENTAÇÕES DE UMA RAINHA: O PROTAGONISMO DE CATARINA DE ARAGÃO (1485-1536) NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DAS MULHERES.....</b>	<b>181</b>
Marcos de Araújo Oliveira	
Janaína Mendes da Silva	
<b>ENTRE A CULTURA DA HONRA E O CRIME: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1850-1890).....</b>	<b>197</b>
Daniela Cavalcanti Bruto da Costa	
<b>A (RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E A QUESTÃO DE GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>210</b>
Aline de Amorim Cordeiro Viana	
<b>REPRESENTAÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES NA GRANDE IMPRENSA NO “TEMPO DE VISIBILIDADE”: ASPECTOS METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO.....</b>	<b>222</b>
Leonardo da Silva Martinelli	
<b>APONTAMENTOS SOBRE O CONTO DA AIA: GÊNERO, AUTORITARISMO E TEMPO PRESENTE.....</b>	<b>230</b>
André Luiz Bernardo Storino	
Rosane Barros dos Santos	
<b>A ATUAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS (1978-1988).....</b>	<b>242</b>
Nilda Priscila Lima Diógenes	
<b>“INCONGRUÊNCIA DE GÊNERO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA” OU REPATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE?.....</b>	<b>255</b>
Eugenia Rodrigues	
<b>UM HOMEM COMO WOLVERINE: AS MASCULINIDADES TRANSITÁVEIS EM UM PERSONAGEM DA FICÇÃO DE ENTRETENIMENTO.....</b>	<b>270</b>
Savio Queiroz Lima	

## **GÊNERO E FEMINISMO NOS FILMES DE SUSPENSE DO CINEMA FEITO POR MULHERES**

Isabela R. Regagnan<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho deriva de uma pesquisa de iniciação científica ainda em andamento que visa discutir o cinema enquanto fonte histórica, analisando as relações de gênero e o feminismo em quatro filmes estadunidenses sobre psicopatas dirigidos por mulheres. São eles: *Monsters* (2004) de Patty Jenkins; *Office Killer* (1997) de Cindy Sherman; *American Psycho* (2000) de Mary Harron e *We Need to Talk About Kevin* (2012) de Lynne Ramsay. De princípio, cabe pontuar que a pesquisa tem uma relação bem direta com a questão da violência, tendo em vista que os quatro filmes apresentam essa temática de maneira explícita, nos fazendo refletir e analisar como as diretoras utilizaram a violência como recurso narrativo, permitindo uma reflexão sobre gênero e feminismo. Por se tratar de um cinema feito por mulheres, deve-se levar em conta como as experiências de gênero marcam as formas de fazer cinema de homens e mulheres, logo o uso da violência em filmes de serial killers dirigidos por mulheres expressam essa diversidade de experiências marcadas pelo ser homem e ser mulher, ao mesmo tempo que insinuam os limites da ideia de “olhar feminino”, uma vez que o próprio uso da violência como recurso narrativo desconstrói a ideia de feminino. Por meio de leitura de obras com foco nas áreas de cinema, gênero e feminismo, e da análise prévia dos quatro filmes, é evidente que estes trazem no seu enredo, figurino, roteiro e composição temas com concepções acerca da prostituição, abuso sexual, estupro, feminilidade, solidão da mulher adulta, masculinidade e maternidade, temas importantíssimos dentro da discussão de gênero e feminismo e também o uso do cinema enquanto fonte histórica. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar e salientar o trabalho dessas mulheres enquanto diretoras de cinema, o uso e abuso da violência por parte dessas mulheres dentro dos filmes, mostrando como as mulheres também podem produzir filmes de suspense com temáticas consideradas masculinas, mostrando um rompimento no padrão cinematográfico.

Palavras-chave: Gênero; feminismo; cinema; suspense; psicopatas.

---

<sup>1</sup> Graduanda de História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET História – Conexões de Saberes). Voluntária do Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC). Email: isabelaregagnan@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Esse texto deriva de uma pesquisa de iniciação científica ainda em andamento, onde busco trabalhar questões de gênero e feminismo a partir da análise de quatro filmes de suspense dirigido por mulheres – sendo eles: *Monsters* (Monster - Desejo Assassino) (2004) dirigido por Patty Jenkins, *Office Killer* (Mente Paranóica) (1997) dirigido por Cindy Sherman, *American Psycho* (Psicopata Americano) (2000) dirigido por Mary Harron e *We Need to Talk About Kevin* (Precisamos falar sobre Kevin) (2012) dirigido por Lynne Ramsay.

A construção desse texto segue no primeiro momento apontando a história das mulheres no cinema, dentro e fora das câmeras, mostrando que elas, por décadas, estiveram presentes na construção e na consolidação do cinema, sendo diretoras, produtoras, atrizes e até mesmo tendo seus próprios estúdios cinematográficos, como lemos na obra “Mulheres de Cinema” (2017) organizada por Karla Holanda. Esse lado da história pouco é conhecido pelo público, já que depois de 1920 com a instauração dos códigos cinematográficos masculinos, as mulheres foram excluídas e apagadas da história do cinema, suas obras perderam o devido valor e elas passaram a desenvolver posições ditas “femininas”, enquanto os homens dominavam a indústria ao mesmo tempo que produziam filmes em que deploravam a imagem das mulheres. Foi apenas depois de 1970 com a forte onda feminista, que a indústria passou a produzir filmes “para as mulheres” e feito por mulheres, e a contar a história que as mesmas tiveram no meio cinematográfico.

Segundo, o texto visa destacar as questões de gênero e feminismo – feminismo no que diz respeito a um olhar e uma influência no feminismo para o cinema – dentro dos quatro filmes de suspense escolhidos para análise. Descrevo um pouco sobre cada filme e contextualizo os pontos que podem ser trabalhados nos estudos de gênero, mostrando temas centrais que ficam em evidência nesses filmes, como: estupro, abuso, masculinidade, feminilidade, maternidade, e principalmente os usos e abusos da violência. Finalizando com a construção de um possível cinema feminista por parte dessas mulheres, que utilizam das suas obras audiovisuais e do papel que ocupam para romper com os códigos cinematográficos padrão e os atributos da sociedade patriarcal, mostrando que há outras maneiras de produzir e contar histórias, mesclando ficção com realidade.

## 2. O CINEMA FEITO POR MULHERES

O século XIX correspondeu a um período de progressos, lutas políticas, econômicas e industriais. Foi no final deste mesmo século que as primeiras imagens em movimento e os primeiros efeitos especiais surgiram como forma de entretenimento, como pontuado por Ana Catarina Pereira (2016).

Quem ficou mundialmente conhecido pelas chamadas imagens em movimento foram os irmãos Lumière com o Cinematógrafo, e Georges Méliès com os efeitos especiais. A partir desses fatores, o cinema e a história do cinema passou a ser dominada e escrita pelos homens. Os filmes de maior destaque eram criados pelo olhar masculino, com os homens levando crédito sobre todos os feitos que estavam envoltos nessa indústria. Isso se seguiu ao longo de todo século XX.

Entretanto, é diante do domínio dos homens na história do cinema, que devemos salientar que apesar de serem eles os creditados, essa história foi também escrita pela presença e a grande importância das mulheres, o que nos leva a questionar: onde estávamos que não ouvimos falar de tantas mulheres na história do cinema? Foi apenas a partir dos anos de 1970 com as pesquisas feministas e o avanço do contra cinema, que elas passaram a ser reconhecidas e ganhar espaço nessa história, que até então as apagaram e deixaram-nas esquecidas por anos.

Por meio da historiografia, podemos compreender que no período em que o cinema nascia muitas mulheres não eram aceitas ocupando espaços públicos. As mulheres de família mais abastadas não podiam trabalhar fora de casa, sendo confinadas no espaço doméstico (HOLANDA, 2017). Todavia, o que poucas pessoas têm conhecimento é que no início do século XX muitas mulheres trabalhavam com o cinema, como salientado por Slide “antes de 1920, houve mais mulheres trabalhando na indústria cinematográfica norte-americana do que em qualquer outro período posterior” (SLIDE, 1977, p.9).

Nas duas primeiras décadas em que o cinema começou a se destacar, as atividades de produção e exibição dos filmes eram algo considerado irregular e flexível, o que de certo modo permitiu que as mulheres pudessem experimentar inúmeras funções nesse espaço cinematográfico. As mulheres moviam-se entre várias funções por detrás das câmeras, editando, dirigindo e produzindo. Alice Guy Blaché foi considerada a primeira mulher cineasta, realizando e produzindo centenas de curtas-metragens entre 1896 e 1920, sendo a primeira



mulher proprietária e diretora de um estúdio cinematográfico. Em 1896 Blaché lançou a primeira ficção curta metragem da história do cinema, intitulada *La Fée aux choux* (A fada do repolho roxo). Dez anos depois, ela lançou filmes com viés feminista, que apresentava uma conscientização política por parte das mulheres. Ela também pedia que as mulheres colocassem sua sensibilidade ao serviço do cinema, pontuando que na realização de um filme não há nada que uma mulher não possa fazer tão facilmente como um homem, dominando cada pormenor técnico da arte (PEREIRA, 2016). Mais diretoras produziram grandes obras, como é o caso de Lois Weber, que trazia em suas obras temas que desafiavam a sociedade da época, e Germaine Dulac, que também usava do cinema para contrapor a sociedade. Entretanto, todas essas mulheres seriam esquecidas da história do cinema.

No final de 1920, a indústria cinematográfica cresceu, a participação feminina por detrás das câmeras caiu no silêncio e na obscuridade, o trabalho por detrás das câmeras que as mulheres tanto se orgulhavam, passou a ser dominado por códigos masculinos de comportamento. As diretoras foram postas de canto e delimitadas a produção de filmes “para as mulheres”, até que a norma se tornou o diretor ser homem, enquanto as mulheres passaram a admitir atividades consideradas “mais femininas” como roteiro, montagem e vestuário.

Nesse aspecto o meio cinematográfico passou a ser dominado e considerado masculino não somente na direção e consagração, mas também na criação e desenvolvimento de personagens. Com a dominação do código cinematográfico masculino, os homens ao construírem as personagens femininas focalizaram em estereótipos femininos, como prostituta, esposa, mãe e mulher fatal. Esses filmes são pensados para gerar uma falsa consciência, encorajando as mulheres a se identificarem com as falsas imagens que perpetuam e reforçam esse feminino (CHAUDHURI, 2006).

Por décadas as mulheres foram projetadas dessa maneira nas telas do cinema, sendo excluídas, inferiorizadas, recebendo papéis sexistas e de pouco valor. Enquanto isso, as poucas mulheres que ainda produziam seus filmes, buscavam ir na contramão do código cinematográfico que tanto dominava a esfera pública. Assim como em décadas passadas quando Alice Guy Blaché produzia e dirigia filmes com viés feminista, algumas poucas mulheres ainda buscavam prosseguir com esse tipo de direção, lançando ao público a capacidade de ver o cinema sob novas perspectivas, tomando o assento nas salas para ver as mulheres não como meros objetos sexuais, coadjuvantes, mas sim, ocupando o papel que verdadeiramente lhes cabe, o de destaque, em uma história feita e narrada por elas. No cinema feito por mulheres,

elas seriam agentes de suas próprias histórias, apresentando seu mundo nos bastidores da sociedade (VEIGA, 2019).

Quando a mulher se posiciona atrás das câmeras, muitas vezes sua intenção é justamente essa, imprimir uma nova ótica da representação de homens e mulheres que não se restrinja aos parâmetros ainda muito próximos a uma sociedade tradicional. O que muitas se propõem é estabelecer a construção de um olhar cinematográfico em bases diversas, originadas de uma nova forma de pensar as relações de gênero. Isso equivale a dizer que muitas cineastas optam por um contracinema, subsidiado por linhas teóricas que apóie essa nova perspectiva (KAMITA, 2017, p.1395).

É diante desses apontamentos e de toda a história do cinema, que se faz necessário estudarmos e analisarmos a história das mulheres como diretoras, buscando criar um novo olhar por parte da espectadora, rompendo com o padrão da sociedade patriarcalista. Muitas cineastas buscam em seus filmes um cinema que tenha por base premissas feministas, desenvolvendo uma nova linguagem onde se construa uma mulher marcada por múltiplos aspectos que não corrobore com a imagem impostas pelas narrativas fílmicas tradicionais (KAMITA, 2017). Isso não se trata de essencializar as mulheres, nem defender o cinema feminino, mas, sim, mostrar que o gênero e tudo que dele é derivado afeta as formas de expressar artisticamente, isso para homens e mulheres.

Desse modo, cabe dizer que os quatro filmes de suspense que são analisados, foram dirigidos por mulheres, onde três deles são protagonizados por elas. Ao analisar a construção dos papéis, observamos que em *Monsters* (2004) dirigido por Patty Jenkins e *Office Killer* (1997) dirigido por Cindy Sherman, as mulheres possuem os papéis de protagonistas, sendo estas *seriais killers*, papéis que na maioria dos filmes são destinados aos homens, como é o caso de *American Psycho* (2000) dirigido por Mary Harron e *We Need to Talk About Kevin* (2012) dirigido por Lynne Ramsay. Cabe dizer que na maioria dos casos os homens recebem estes papéis devido a construção da masculinidade e os atributos de violência, que são por muitas vezes negados as mulheres devido a construção da feminilidade e vinculados aos modelos de masculinidades. Podemos analisar que esses filmes trazem no seu roteiro e na sua direção temas importantes para serem discutidos, sendo estes: violência, gênero, violência de gênero, maternidade, masculinidade, feminilidade.

Com isso, esse texto visa articular a história das mulheres no cinema, que foi por tantos anos relegadas ao esquecimento, mostrando a importância que essas mulheres tiveram tanto para o cinema, quanto para os estudos feministas, mostrando também que as mulheres continuam produzindo filmes, e que muito deles buscam romper com os estereótipos de gênero e contar uma história em que as mulheres se vejam como verdadeiras protagonistas, se reconhecendo enquanto tais.

### 3. GÊNERO E FEMINISMO NOS FILMES DE SUSPENSE

Como pontuado, os quatro filmes analisados apresentam mulheres em sua direção, sendo assim direcionamos um olhar para a esfera de gênero na construção desses filmes e suas protagonistas, em virtude de ser um cinema feito por mulheres.

Em *Monsters* (2004) e *Office Killer* (1997), temos a presença de duas mulheres atuando nos papéis de protagonistas, e ambas nesses papéis têm o encargo de representar *serial killers*. É muito importante deixar explícito esse fato pois raramente as mulheres atuam em papéis de psicopatas ou assassinas. Como pontuado por Priori (2012), a ideologia dominante é de uma feminilidade passiva e amistosa e uma masculinidade ativa e violenta. A mulher sempre como vítima e o homem sempre como agressor. Entretanto, Patty Jenkins e Cindy Sherman, fazem dessas mulheres as verdadeiras vilãs da história, matando homens e mulheres sem nenhum pudor possível, agindo de maneira a questionar o que é sugerido para as mulheres, a passividade.

O que se pensava e se discursava sobre a feminilidade eram representações naturalizadas de que as mulheres – “normais”, virtuosas e honestas - não são violentas, não cometem crimes. Porém, contrariando as representações e o imaginário social, as mulheres sempre cometeram violência e diversos tipos de crimes, movidas pelas mais variadas justificativas, sendo conseqüentemente segregadas em espaços diferenciados de reclusão, tais como conventos, internatos, hospitais, casas de correção e, finalmente, as prisões femininas. A prisão, a cadeia, também não é vista como lugar de mulheres. A cadeia é coisa de homem. Esses discursos de docilidade, leveza e delicadeza sobre as imagens e representações femininas, colocam as mulheres que praticam violência e delitos num entre-lugar, ou seja, não estão mais no lugar delas, e estão invadindo um lugar que não lhes pertencem. A violência feminina e as práticas criminosas remetem essas mulheres que não se encaixam no molde discursivo de gênero, à margem do que se esperava das mulheres “normais”, virtuosas e honestas, ou seja, à margem das representações idealizadas sobre a feminilidade (PRIORI, 2012, p.29).

De acordo com a citação, é explícito que as mulheres foram construídas para serem virtuosas e honestas, não sendo violentas e muito menos cometendo crimes, entretanto as personagens analisadas nos filmes de Patty Jenkins e Cindy Sherman, contrariam esse imaginário social, rompendo com esse padrão de feminilidade. Elas não são virtuosas e honestas, mas sim violentas e cometendo diversos crimes e delitos em diversos momentos de suas vidas.

Ao fazer uma breve análise de ambos os filmes, podemos perceber que as vidas dessas mulheres foram atravessadas por possíveis abusos e violência, fatores que contribuem para a violência que elas ocasionam no futuro. É importante pontuar, que no caso de *Monsters* (2004), filme que se baseia na história real de Aileen Wuornos, é explícito os diversos casos de abusos

e estupros sofridos por ela na sua vida como prostituta. Já Dorine, personagem de *Office Killer* (1997) também aparenta ter sofrido abuso do pai na infância, e na vida adulta se porta como uma mulher tímida, frágil, que não é levada a sério pelos seus colegas de trabalho devido a sua aparência. Essa construção da personagem, faz com que analisemos essa figura dita frágil, que não carrega nenhum simbolismo de força e de que faria mal para alguém, mas que ao contrário carrega consigo um lado brutal e claros sinais de psicopatia, esse tipo de papel quase nunca são feitos por e para mulheres, reforçando que esses filmes e essas personagens nos mostra gênero como uma construção social.

*We Need to Talk About Kevin* (2012) de Lynne Ramsay, diferente dos dois filmes citados anteriormente nos apresenta um psicopata homem. Frívolo, obcecado, violento e doentio, características consideradas no universo masculino, já que a construção do gênero masculino ainda é pautada nos valores da sociedade patriarcal (BORIS, 1996). Apesar do psicopata ser um garoto, a grande protagonista do filme é também uma mulher. Eva, mãe de Kevin, recebe o papel de protagonista, mostrando a sua vida no passado e no presente após o ataque violento do filho e as mortes planejadas por ele, deixando-a sozinha. A primeira coisa que devemos analisar, é o nome da mãe, Eva, nome bíblico que provém da primeira mulher dita pecadora e odiada. Foi isso que Eva se tornou após o ataque do filho, odiada e bestializada por pessoas comuns que atribuíram a ela toda a culpa pelo ocorrido. O que diz respeito a Kevin, vemos claros sinais da construção masculina que é desejada para os homens. Ele mostra ser durão, chora apenas para manipular o pai e desrespeitar a mãe, e claro, arma um massacre na própria escola, e mata o pai e a irmã sendo brutalmente violento, doentio e psicopata. É explícito no filme, que Kevin é um homem psicopata, já que apresenta claros sinais da psicopatia durante todo o longa metragem.

Outro ponto que devemos apontar, é que Eva quebra os estereótipos de mãe universal e se mostra uma mulher que não desejava a maternidade, e que não sabia lidar muito bem com ela mesmo depois que gere seu filho, rompendo com o que é atribuído as mulheres de serem apenas mães, esposas e donas de casa. De acordo com a autora Elisabeth Badinter (1985), constatamos que a maternidade e o instinto materno são meras construções sociais, culturais e políticas, e que as mulheres têm o direito ou simplesmente a vontade de não serem mães, ou abdicarem de suas vidas para realizar algumas funções maternas. Vemos que ela não sentia prazer nenhum em ser mãe, e que em muitos momentos rejeitava essa obrigação antes mesmo de ser. Temos uma protagonista feminina, tendo toda a história do filme narrada pelos seus olhos. No passado, vivia uma vida cercada por e para os homens, já no presente leva sua vida

reclusa e solitária. Podemos trabalhar com isso a desromantização da figura materna e da maternidade, desconstruindo a imagem de que a maternidade proporciona a capacidade autêntica de amar, além de apresentar as questões sobre a masculinidade tóxica de Kevin, e sua obsessão doentia pela mãe, já que ele, enquanto homem, parecia exigir dela essa capacidade autêntica de amar.

Por fim, *American Psycho* (2000) de Mary Harron, também nos apresenta um homem psicopata. A diretora constrói um personagem visceral, um homem que exalta todos os possíveis trejeitos de masculinidade, entretanto, é através desses pontos de masculinidade que a diretora usa sua posição atrás da câmera, construindo um personagem memorável para a história do cinema. Apesar de construir personagens femininas como de fato eram construídas no cinema nos anos de 1980 e 1990 – sendo essas caracterizadas no senso comum da sociedade ocidental, mulheres livres sexualmente, na maior parte loiras, ditas como frágeis, tímidas, ingênuas e inseguras, precisando da proteção de uma figura masculina. O filme nos traz figuras masculinas centrais, destacando a masculinidade, o narcisismo, o controle que os homens acham ter perante o mundo. As figuras femininas são construídas em segundo plano, tendo pouco destaque, sendo secretária, namorada ou prostituta, o que é comum em um mundo masculino.

Isto é, as atitudes do homem comum podem ser assim descritas: ser grosseiro, fanfarrão e briguento; tratar com violência e tornar as mulheres seus fetiches; buscar amizade apenas dos homens, mas odiar, desprezar e maltratar os homossexuais; falar rudemente; desconsiderar as atividades das mulheres. Assim, “o primeiro dever de um homem é: não ser uma mulher (STOLLER, 1989, p. 311)

O personagem de Patrick é um homem sem escrúpulo algum e que coleciona vaidades e violência. Na sociedade arcáica a violência é descrita como um traço muito comum da masculinidade, traço que contempla toda a personalidade do personagem. Com isso, conseguimos analisar que Harron talvez use de todos esses artefatos da masculinidade para nos mostrar com outros olhos os homens e esse universo masculino, dito imaculado. A diretora “inverte os papéis” e mostra os personagens masculinos, com toda suas futilidades e inseguranças, agindo como a imagem estereotipada das garotas adolescentes da época, loucas por roupas e adereços da moda. Ela usa da figura de uma elite privilegiada norte americana, em que os homens foram treinados para uma competição em busca do sucesso. Devemos enfatizar também que a diretora não tem escrúpulos para o horror. Ela filma de uma forma bem clara as cenas sanguinárias, desestabilizando as construções de gênero. Ana Maria Veiga através de Claire Johnstons (2000) afirma que o cinema feito por mulheres não deveria apenas produzir filmes protagonizados por mulheres denunciando a situação. As mulheres deveriam romper

com o efeito da realidade e colocar em cena microfones, câmeras, tudo que mostrasse ao público que aquilo que estava na tela era uma construção. Assumir as câmeras seria um ato político (VEIGA, 2019).

Ou seja, através da breve análise dos filmes, podemos compreender que essas mulheres usam da sua posição atrás das câmeras para produzir filmes que apresentem personagens femininas com outros papéis que não sejam de mulher fatal, de mãe, dona de casa, que as colocam sempre em segundo plano na representação dos papéis na tela do cinema. Essas mulheres, enquanto diretoras conseguem distorcer as expectativas de gênero, rompendo com aquilo que é esperado, os padrões de feminilidade exigido pela sociedade patriarcal.

É de fácil compreensão ver que as diretoras falam livre e abertamente de violência em seus filmes, nos mostrando também que as mulheres são grandes produtoras desse tipo de conteúdo, rompendo mais uma vez com o que é esperado pela feminilidade. Desse modo, percebemos que há um rompimento dos padrões normativos dentro e fora das câmeras. Mesmo que *American Psycho* (2000), traga as mulheres como prostitutas, esposas ou seres frágeis e indefesos, a diretora usa da sua posição como tal, para satirizar as questões entorno da construção do masculino na sociedade e os trejeitos da masculinidade que compõe o homem na sociedade de 1980, enfatizando questões importantes para os estudos de gênero.

Patty Jenkins, Cindy Sherman e Lynne Ramsay lançam ao público espectador uma crítica, propondo novos olhares sobre o que se espera de mulheres e homens. Fazendo com que tomem os assentos nas salas para que as mulheres não sejam vistas como objetos ou coadjuvantes dos “galãs” de cinema. Essas diretoras eram instigadas a perceber diferenças cinematográficas e trabalhar por igualdade, instaurando a vertente do contracinema (VEIGA, 2019).

Muitas cineastas objetivam um cinema que tenha por base as premissas feministas de se buscar uma nova linguagem, na qual se construa uma mulher marcada por múltiplos aspectos, fundamentados na diferença e na diversidade e que não corrobore a imagem veiculada pelas narrativas fílmicas tradicionalistas. Ou seja, uma mulher representada enquanto sujeito complexo, em uma multiplicidade de papéis e que se distancie da construção do discurso patriarcal “oficial”, observando-se a interseccionalidade referente à raça, sexualidade, classe social, dentre outros marcadores de identidade da mulher, os quais fazem com que, cada vez que apareça a palavra mulher, ainda que esteja no singular, seja representativa de um amplo sentido plural (KAMITA, 2017, p, 1395).

Quando uma mulher se posiciona por trás das câmeras, muitas delas dão um olhar feminista ao filme, mesmo elas não se dizendo feministas, construindo filmes que partam de um novo olhar. Muitas diretoras se propõem a estabelecer a construção de um olhar cinematográfico em bases diversas, originadas em uma nova forma de ver e pensar as relações de gênero (KAMITA, 2017).

É construindo personagens femininas que representem o papel de *serial killer*, mulheres que rompem com o papel de mãe, esposa e quebre os estereótipos da maternidade, ou até mesmo utilizando da figura de um homem para trabalhar com os conceitos de masculinidade, que as diretoras aqui citadas afirmam essa nova forma de fazer e ver o cinema e as relações de gênero. Elas constroem imagens de homens e mulheres, de feminino e masculino em contraposição ao discurso hegemônico que por anos dominou os códigos cinematográficos. Essas diretoras nos mostram e nos ensinam que o cinema, em todos os seus âmbitos e temas, pode ser dirigido, produzido e protagonizado por mulheres, nos trazendo filmes com temáticas muito relevantes para serem trabalhadas pelos estudos de gênero e estudos feministas, como é o caso da pesquisa citada e desse texto.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este texto buscou com o auxílio do devido referencial teórico, deixar evidentes questões dos estudos de gênero e feminismo dentro de quatro filmes de suspense dirigido por mulheres, dando ênfase na história das mulheres no cinema, desde os primórdios até a chegada da forte onda feminista em 1970, que tirou as mulheres da sombra do passado que as cobriam com a predominância dos códigos cinematográficos masculinos.

Articulando as fontes e as bibliografias, é visível perceber que essas diretoras usam do seu lugar por detrás das câmeras para produzirem filmes que rompem com os padrões esperados na indústria cinematográfica, abarcando temáticas importantes como as questões de gênero na sociedade, abuso, estupro, masculinidade tóxica, estereótipos do amor materno, violência de gênero e a violência física e mental. A categoria violência é um fator muito importante para a análise desses filmes, já que se faz presente de forma bruta em todos os eles, nos mostrando que de fato, as mulheres também possuem força e capacidade para matar, assim como também possuem capacidade de dirigir filmes que trazem de forma natural em seu enredo a violência e a brutalidade, o que nos confirma gênero como categoria histórica e social, e não dado biológico.

Cabe salientar também que, a partir do momento que essas mulheres produzem filmes que rompem com os padrões cinematográficos e padrões da sociedade patriarcal, elas estão na contramão do cinema tradicional, trabalhando mesmo que de forma individual na construção de um cinema feminista - derivado da teoria crítica de cinema e das políticas feministas -, dando voz e colocando em voga as mulheres e as relações de gênero na história do cinema.

## REFERÊNCIAS

- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Violência e Masculinidade. In: César Barreira; Daniel Lins. (Org.). Poder e Violência. 1ªed.Fortaleza (CE): Edições UFC, 1996, v. 1, p. 63-78.
- CHAUDHURI, Shohini. Feminist Film Theorists (Routledge Critical Thinkers). 2006.
- FILHO, José Hildo de Oliveira. O cinema narrativo, a psicanálise e o feminismo sob a perspectiva de Laura Mulvey . Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 38 - 49, agosto 2012. Semestral.
- HOLANDA, Karla . Histórias de cinema para mulheres e homens. In: HOLANDA, Karla.
- KAMITA, R. C.. Relações de Gênero no Cinema. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, v. 25, p. 1393-1404, 2017.
- PEREIRA, Ana Catarina. A mulher-cineasta: Da arte pela arte a uma estética da diferenciação. 2016.
- PRIORI, Claudia. MULHERES FORA DA LEI E DA NORMA: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SLIDE, Anthony. Early women directors. Nova York: A. S. Barnes, 1997.
- STOLLER, Robert. Masculin ou féminin? Paris: PUF, 1989.
- VEIGA, Ana Maria . Teoria e crítica feminista: do contracinema ao filme acontecimento. In: Karla Holanda. (Org.). Mulheres de Cinema. 1ed.Rio de Janeiro: Numa Editora, 2019, v. 1, p. 261-278.



## MULHERES INDEPENDENTES, AFETOS E A OUSADIA DOS ANOS 1980 EM TERESINA

Julinete Vieira Castelo Branco<sup>2</sup>

### Resumo:

Esse estudo analisa experiências de independências, sociabilidades, juventude, imigração e escolarização de mulheres, durante os anos finais da Ditadura militar e o início dos tempos democráticos, na travessia da década de 1980, em Teresina. A pesquisa partiu de uma análise de modelos individualizados, nesse cenário político, sete mulheres com experiências e atitudes de independências ditas femininas. Assim, a intenção consiste em compreender as formas desdobradas em que esses modelos emergiram e seus ajustamentos às normas que eram estabelecidas na sociedade de Teresina, bem como configurar os usos urbanos das mulheres independentes na cidade, nesse momento de transição. A partir dos ideais de liberdade, o estudo pretende, ainda, compreender como se construíram as identidades juvenis e de que forma essas jovens constituíram as histórias de vida, enquanto sujeitos independentes. Para a realização da pesquisa, a metodologia fez uso do levantamento de histórias de vida de jovens que vivenciaram sua etapa de juventude na Capital, além da análise do discurso das crônicas de A. Tito Filho, publicadas no jornal “O Dia”, tomando por base as vivências de sete mulheres com suas trajetórias de vida juvenil em Teresina, nos anos 1980. As depoentes em análise, atualmente, correspondem à faixa etária de 50 a 60 anos. São mulheres que ousaram afirmarem-se como indivíduos que buscaram seguir caminhos profissionais e pessoais mais livres e que traçaram experiências diversas para a conquista da escolarização e da carreira. Para esse entendimento, as questões que nortearam esse estudo concentraram-se em compreender: quais condições históricas tornaram possível a reinvenção de um modelo de mulher independente em Teresina nos anos 1980? Como se constituiu o sujeito mulher independente em Teresina? Quais as imagens criadas acerca das mulheres independentes nas crônicas do Jornal O Dia? Quais as experiências urbanas das mulheres em Teresina? Como eram estabelecidas as afetividades e conjugalidades das mulheres independentes? Nesse sentido, o essa narrativa vem dialogar com as leituras de Foucault (2012), Pedro (2013 ) Rolnik(2014) Queiroz(2006) entre outros, propondo uma discussão acerca do campo dos estudos de gênero, pela ótica da nova história

---

<sup>2</sup> Professora Associada do CTT-UFPI. Doutora em História.

cultural especificamente, no campo da história das mulheres. Portanto, conhecer as vivências de mulheres independentes em Teresina, sobreveio o entendimento do amplo universo dos sujeitos, enquanto indivíduos, que constituíram e modificaram valores, normas, costumes, crenças e, desse modo, apresentaram novos caminhos à historiografia sobre como se constituíram sujeitos independentes na sociedade de Teresina, sob a transição dos anos finais de Ditadura militar à abertura dos novos tempos democráticos.

Palavras-chave: Mulheres; Independentes, Família; Identidades; Conjugalidades.

Esse texto constitui resultado da minha pesquisa de Doutorado e analisa experiências de independências, sociabilidades, juventude, imigração e escolarização de mulheres, durante a década de 1980, em Teresina, no Estado do Piauí. Nesse sentido, essa é uma análise de modelos individualizados, com experiências e atitudes de independências, ditas femininas. De certo modo, o estudo busca compreender as formas desdobradas em que esses modelos emergiram e os seus ajustamentos às normas que eram estabelecidas na sociedade de Teresina, bem como configurar os usos urbanos das mulheres independentes na cidade. A partir dos ideais de liberdade, o estudo pretende, ainda, compreender como se construíram as identidades juvenis e de que forma essas jovens constituíram as histórias de vida, enquanto sujeitos independentes.

Para a realização da pesquisa, a metodologia fez uso do levantamento de histórias de vida de jovens que vivenciaram sua etapa de juventude na Capital, além da análise do discurso das crônicas de A. Tito Filho, publicadas no jornal “*O Dia*”, tomando por base as vivências de sete mulheres com suas trajetórias de vida juvenil em Teresina, nos anos 1980. As depoentes em análise, no momento da pesquisa, correspondiam à faixa etária de 50 a 60 anos, são mulheres que ousaram afirmarem-se como indivíduos, que buscaram seguir caminhos profissionais e pessoais mais livres e que traçaram experiências diversas para a conquista da escolarização e da carreira.

Para esse entendimento, as questões que nortearam esse estudo concentraram-se em compreender: quais condições históricas tornaram possível a reinvenção de um modelo de mulher independente em Teresina, nos anos 1980? Como se constituiu o sujeito mulher independente em Teresina? Quais as experiências urbanas das mulheres em Teresina? Como eram estabelecidas as afetividades e conjugalidades das mulheres independentes?

Nesse sentido, as configurações dos afetos e das relações de matrimônios, nos últimos anos do século XX, tomaram novos formatos de valores e ideais. É consenso que esses valores

iniciaram com a ventania de rebeldia da juventude nos anos 1960. A irreverência e a liberdade impressas às imagens dos jovens à época compuseram os desejos de uma juventude sedenta por outros cenários, outras performances, outros lugares e pela liberdade de assumirem-se como sujeitos históricos. Uma percepção que, para Queiroz, foi centrada nos desejos e insatisfações de um modelo avançado de juventude. A autora, ao discutir os comportamentos juvenis nessa década, lembra que a juventude é permeada de leituras e aprisionamentos redutores, que não alcançaram a complexidade do cenário dessa década.<sup>3</sup>

Seguindo a representação desses valores, a juventude dos anos 1980 apresentou-se inserida num outro complexo cenário mundial, composta por outros signos e símbolos de liberdade e cultura. E, por esse caminho, buscarei insurgir nesse debate a construção das mulheres enquanto indivíduos, a condição das relações matrimoniais, a constituição dos afetos e desejos, em trâmites, no cenário das profundas mutações propostas pela urgência desses tempos. Parti, assim, por via da construção dos desejos que constituíam os sonhos, expectativas para a materialização das mulheres, enquanto sujeitos independentes.

O ritmo cultural que envolveu essa década não veio sem significação. Logo no início, uma avalanche de novos signos adentrou o universo adolescente e juvenil, que eram perpassados pela mídia por meio dos canais de comunicação. Sabe-se que as juventudes compõem, em si, formatos de autenticidades, subjetividade, liberdades e linguagens próprias de uma época vivenciada. Essa análise incide, especialmente, sobre a realidade de Teresina, quando questões são impostas aos novos ritmos fugazes da juventude e que envolvidas na trama dos desejos das sociedades capitalistas, tornou-se reflexo diante desses cenários, absorvidos por seus signos e símbolos, suas subjetividades e suas desterritorializações. Em meio a esse debate, os impactos e a complexidade dessa relação são postas por Queiroz:

É necessário argumentar que a juventude da segunda metade do século XX, nos quais ainda, em parte nos pautamos, guardavam profunda relação com a consolidação de economias emergentes e promissoras, com um Estado que se prometia do bem-estar social e ainda com as possibilidades, vistas como limitadas de expansão do emprego e do consumo em economias prósperas e relativamente livres.<sup>4</sup>

Nesse sentido, as relações que se constituíam entre homens e mulheres, no recorte em estudo, consistiram na efetiva consolidação do rompimento de padrões que legitimavam a vivência das mulheres atreladas somente aos ideais de matrimônio. Logo, na virada da década,

---

<sup>3</sup> QUEIROZ, 2003, p. 225.

<sup>4</sup>QUEIROZ, 2006, p.271.

mudanças importantes na Legislação brasileira abriram espaços para as irreverências presentes nas atitudes das mulheres, de assumirem-se com uma postura mais firme, por efeito aos gostos e as escolhas dos rapazes, em relação aos seus anseios e projetos de vida. A existência de um sentimento de liberdade, nesses indivíduos definia-se legitimado por um discurso circulante na mídia. Porém, vale lembrar, que a família, ainda, permanecia ligada à construção de antigos valores familiares em relação às uniões das garotas de família. As garotas de classe média, em Teresina, ainda na fase escolar, assumiam posturas ditas irreverentes e certas atitudes mais ousadas para a época, diante dos costumes tradicionais que ainda marcavam a sociedade piauiense.

Por toda a década de 1980, as informações, por meio dos canais da imprensa jornalística e televisivo, multiplicaram-se acerca do tema liberdade dos sujeitos ditos femininos. É consenso que algumas revistas nacionais foram criadas, anteriormente, com esse intuito, desde os anos 1960, de provocar a construção de um ideal de mulher mais livre para a orientação de uma nova mentalidade e emancipação política feminina. Porém, nesse universo, me interessa revelar e filtrar, nesse sentido, o panorama que instituiu uma imagem autônoma de mulheres em Teresina, buscando situá-las, individualmente, na superfície dos discursos de uma sociedade. As leituras dessas revistas buscavam inserir suas leitoras na adequação rápida dos tempos de consumo e da ideia de feminismo, na mesma rítmica pregavam os anseios de uma nova era. A definição impressa permite entender que a lógica do discurso se opera inserida nas relações de poder, por conta disso, em formato simbólico, faz uso da linguagem para manipular, dominar, seduzir:

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; é visto que isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo.<sup>5</sup>

As depoentes em estudo apontaram vasta leitura em suas etapas juvenis. No início da juventude, revelaram que essas revistas atuaram também em suas formas de pensar a conduta, porém, quase todas afirmaram em seus relatos que, logo aos 17, 18 anos, com a chegada de uma fase mais adulta, na universidade, a leitura de constituição de sujeito se reconfigurou, como afirma Conceição de Maria Nogueira Rodrigues:

---

<sup>5</sup>FOUCAULT, 2004, p. 10-11.

Eu lia também jornais, locais, porque meu pai era assinante, eu aproveitava e lia...E lia também revistas femininas,né? Que na época tava no auge, Capricho, Carícia, revistas astrológicas, Júlia, revistas que continha contos românticos, aquela coisa que toda adolescente gosta, né? Essas revistas, tipo, Capricho, Carícia, Contigo, Júlia, elas eram voltadas pra o público feminino, claro, falavam um pouco de tudo, moda, de comportamento, astrologia e influenciavam bastante as jovens [...] E depois, quando a gente entra pra universidade, as coisas mudam um pouco, o universo se abre, né? E aí, as amizades também mudam, e aí, a gente começa a frequentar outros lugares, a gente fica um pouco mais independente.<sup>6</sup>

As matérias estrategicamente criadas nas publicações que circulavam em âmbito nacional, nos anos 1980, a exemplo das revistas *Nova*, *Capricho*, que consistiam em publicações que tratavam acerca de temas como o amor, a juventude, a liberdade, o divórcio e o casamento, voltadas para o universo das mulheres. Porém, nessas publicações, as mulheres aparecem atreladas a um perfil único de mulher, correspondendo ao aprisionamento de um sujeito mulher. No entanto, percebe-se nessa análise que as revistas constituíam uma das vias da produção de sentidos do discurso circulante acerca de um arquétipo independente de mulheres. Esse discurso afetou uma parcela de mulheres que ousavam criar estilos e “territórios independentes”. Enquanto indivíduos, incorporavam um comportamento, por meio de práticas mais irreverentes, em confronto aos modelos tradicionais de mulheres. No cenário de Teresina, emergiu o modelo de sujeito independente, que parecia criar asas ao estabelecer novos parâmetros para o alcance de sonhos e desejos, na era marcada pela pós-modernidade.

A lógica do discurso do mercado e da imprensa, que se intitulou “feminina” delimitou espaços entre o público juvenil em Teresina, engessando as mulheres em papéis estáticos e singulares, moldados no substantivo “mulher”, onde seus corpos e suas subjetividades não emergiam. Esse discurso é apresentado por Luca no artigo “Mulher em revista”:

Especialmente a partir das três últimas décadas do século XX, a Lógica do mercado passou a encarar as mulheres como sujeitos segmentados e plurais, que compõem parcelas crescentes da força do trabalho, desenham horizontes outros que não necessariamente o casamento e a maternidade e cultivam novos hábitos de consumo. Os avanços do movimento feminista, a maior participação das mulheres no espaço público, o reconhecimento e o exercício de um rol ampliado de direitos e o impacto, não menos importante, de métodos contraceptivos

---

<sup>6</sup>RODRIGUES, 2015.

contribuíram para alterar padrões socioculturais vigentes, em relação aos quais o mundo dos impressos periódicos não permaneceu alheio.<sup>7</sup>

As mudanças nos comportamentos ditos femininos estão atreladas às conquistas políticas que surgiram com as manifestações das mulheres nas décadas anteriores, bem como às mudanças no modelo da constituição da família moderna. No início da década de 1980, as mulheres, ao buscarem sua individuação, passaram a desejar a independência da família e, devido à rotina de estudos e trabalhos, adiaram o plano de maternidade, afetando à época, os rituais de família e conjugalidades.

A partir desse parâmetro, as subjetividades dos sujeitos são expressas e demarcadas por outros comportamentos, entre eles, a rejeição aos preconceitos atribuídos à raça, à cor, ao estilo. A depoente Conceição de Maria Nogueira Rodrigues explica as dificuldades atravessadas em sua trajetória, para o reconhecimento da sua forma de percepção do amor e da liberdade, por meio da família, os entraves encontrados e sua condição de escolha, enquanto indivíduo independente:

Os meus pais eram contra o meu namoro... Durante os 4 anos de namoro foram tempos difíceis, porque meu pai perseguia a gente, literalmente, ele não queria de jeito nenhum, por conta, ainda, do preconceito com relação à cor, ele é da raça negra...E isso, na época, era uma coisa muito forte, né? A minha família tinha opiniões conservadoras...Não digo todos, mas os mais velhos eram racistas e isso foi duro de enfrentar.<sup>8</sup>

A atitude de transgressão às normas familiares conferiu ao sujeito sua condição de desterritorialização, ao tempo em que o desejo de efetivação amorosa e os sinais de presença do outro estava além dos modelos impostos pelos pais. As subjetividades e singularidades impressas ao sujeito acionam os desejos das memórias construídas acerca do matrimônio e das conquistas dos primeiros territórios, como indivíduos. Acerca do desejo, três linhas abstratas são sugeridas por Rolnik para os entendimentos dos destinos e das trajetórias de vida. As linhas da vida, expressas por Deleuze. A primeira delas remete à linha do afeto:

A primeira linha, linha dos afetos, é, como pudemos nos dar conta, invisível e inconsciente. Ela faz um traçado contínuo e ilimitado, que emerge da atração e repulsa dos corpos, em seu poder de afetar e serem afetados. Mais do que linha, ela é um refluxo que nasce ‘entre’ os corpos[...] É que, enquanto, se está vivo, não se para de fazer encontros

<sup>7</sup> LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 458.

<sup>8</sup>RODRIGUES, 2015.

com outros corpos (não só humanos) e com corpos que se tornam outros corpos. Isso implica, necessariamente, novas atrações e repulsas; afetos que não conseguem passar em nossa forma de expressão atual, aquela do território, que até então não nos reconhecíamos.<sup>9</sup>

A desterritorialização é refletida na percepção da postura capturada no relato da depoente Conceição de Maria Nogueira Rodrigues, quando revela os deslocamentos provocados por suas subjetividades e desejos, enquanto, indivíduo.

Quando eu me casei...É... Eu continuei meus estudos,né? Porque tive meu diploma de graduação no primeiro ano de casamento, mas, depois, veio mais um curso de graduação, que foi o curso de Letras e depois, a pós-graduação, tudo isso, ao mesmo tempo em que eu tive meus filhos, né? Eu tive três filhos...<sup>10</sup>

O casamento, como elemento alternativo aos desejos, não significou um fator de impedimento à materialização dos indivíduos. Ao contrário, ao constituírem suas famílias, as depoentes passaram a uma outra etapa de valorização de suas identidades, enquanto sujeitos. Nos relatos de Conceição de Maria Nogueira Rodrigues e de Reia Silvia Rios Magalhães, esse elemento é observado como uma passagem da construção de suas individualizações.

Então, no último ano, eu tranquei o curso pra casar, casei e fomos embora pra BH, tive filhos. [...] Então, depois de 6 anos trancado, passei 10 anos no curso de Serviço Social. Mais tarde, no ano que terminei a graduação, meu marido passou no Doutorado, em SP, só que eu já estava com graduação e eu, na época, resolvi concorrer pra um mestrado, e passei na primeira vez, na PUC de SP.<sup>11</sup>

As experiências vividas e narradas pelos sujeitos desvendam as novas formas de se vivenciar o amor, a partilha, a conjugalidade. As esperanças são renovadas na vida em conjunto, dentro e fora do lar e, assim, o universo das mulheres se ampliaram numa produção de sentidos, bem como, tornou-se facultativo incorporar os projetos de vivências individuais ao ritmo da vida doméstica e do casamento.

É por esse caminho que proponho desvendar o universo das relações conjugais, nos anos 1980. A partir das experiências individuais de mulheres, compreender os agenciamentos criados para a consolidação dos processos de autonomia e individualização, igualmente perceber a importância dada às novas práticas nos casamentos e namoros. Desse modo, as mulheres se observam como plurais, com projetos amplos em suas vivências e autênticas na construção de

---

<sup>9</sup>ROLNIK, 2014, p. 49.

<sup>10</sup>RODRIGUES, 2015.

<sup>11</sup>MAGALHÃES,2015a.

suas historicidades. Importa compreender como os modelos de mulheres independentes percebem o casamento, o amor e a sexualidade, ao tempo em que, entre os desejos e as condições propostas para essa atuação do sujeito, há o confronto; e por fim, compreender o universo que se imprimiu à imagem das mulheres independentes.

### **Os territórios do afeto: as configurações do matrimônio na era pós-moderna**

Na era da pós-modernidade, o conceito de cultura se fragmentou. As relações de afeto apresentam-se, de certo modo, frágeis. Com rapidez, o amor e a felicidade tornaram-se, igualmente, relativizados. A configuração da sociedade pós-moderna no Ocidente pôs em xeque os novos e antigos valores acerca da felicidade. Nesse sentido, as relações de afeto, evidentemente, são bastante complexas, porém, necessárias para esse estudo. Assim, para tal entendimento, compreende-se com Comte-Sponville que é preciso partirmos do desejo. Esse caminho, anteriormente sugerido por Platão sobre as indefinições acerca do afeto, remete pensarmos o que é o amor. Para o autor, esta resposta define-se em Sócrates, quando asseverou que “o amor é desejo e o desejo é falta” e, reforçado em Platão: “O que não temos, o que não somos, o que nos falta, eis os objetos do desejo e do amor”. Para Comte-Sponville, esses valores alcançaram os tempos de pós-modernidade.<sup>12</sup>

Nessa discussão, o amor, enquanto afeto, foi articulado ao ideal do novo tempo. Nesse sentido, criaram-se valores para a união, a possibilidade da felicidade humana associou-se a uma relação que se resume em amizade, afeição e, ao mesmo tempo, são atribuídas a estes o ideal de reprodução, constituindo o conceito de família moderna.

Na era pós-moderna, a desconstrução dos valores, desmontou nesse imaginário, o ideal de amor romântico que consolidava o matrimônio. Nesse sentido, há, nessa época, o descuido com o amor afetivo, doce, compartilhado, que representa a eterna busca do outro. A atenção do outro se transforma em necessidade do corpo e da mente, onde se revelam um extremo cuidado com o próprio eu, com o temor à possibilidade do sofrimento e da dor, que as rupturas podem provocar até mesmo o receio da solidão. Assim, a solidão é um desafio para os indivíduos, que a associam ao desequilíbrio, ao caos do tempo capitalista. Porém, ela está presente nas múltiplas relações. Por esse entendimento, parti para a análise das relações afetivas nos anos 1980, busco, ainda, analisar os sentimentos, as rupturas e os desejos atravessados na juventude que emergiu na sociedade de Teresina, dos anos 1980. A intenção que se revela, ousa capturar nos relatos

---

<sup>12</sup>COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.p. 12. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/10/A-Felicidade-Desesperadamente.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2016.



das depoentes, em estudo, as sensibilidades, singularidades e subjetividades palpáveis nos comportamentos e nos jogos de sedução, na arte da conquista e na constituição de um matrimônio aos moldes pós-modernos.

Com relação às experiências narradas pelas depoentes em estudo, todas constituíram matrimônio. Os motivos foram os mesmos que imprimiram à ideia de constituição de uma família moderna. No entanto, os desejos marcavam uma transição, por conta de ser uma ação comum a esse modelo de mulheres, casarem e suspenderem os estudos ou retardarem sua trajetória acadêmica, em detrimento ao ideal do matrimônio e à constituição da conjugalidade. No depoimento de Reia Rios é perceptível a ruptura na trajetória de suas expectativas, enquanto sujeito independente, contudo, a depoente demarcou certa frustração na escolha pela ruptura de sua trajetória acadêmica, bem como quebra nos seus planos de carreira, em detrimento do casamento:

Então, no último ano, eu tranquei o curso pra casar, casei e fomos embora pra BH, tive filhos. [...] depois de 6 anos com o curso trancado, voltei e passei 10 anos no curso de Serviço Social. Mais tarde, no ano que terminei, quando conclui a graduação, meu marido passou no Doutorado, em SP, só que eu já estava com graduação e eu, na época, resolvi concorrer pra um mestrado, e passei, pela primeira vez, na PUC de SP. E consegui com muito sucesso, apesar de ter tido minha filha, nesse período. Eu consegui, apesar de todas as circunstâncias que pesavam contra, filhos e tal.<sup>13</sup>

A experiência desvenda as discontinuidades e as subjetividades que afetaram a depoente, enquanto sujeito independente. Percebe-se que a falta de uma adaptação à sua condição estática de indivíduo no casamento atribuiu a esse indivíduo atitudes de deslocamentos mais exigentes, ao procurar retomar os estudos e um curso de Mestrado, mesmo fora do seu lugar de origem, com a maternidade e o cuidado com os filhos. A depoente considerou um avanço na época, em sua carreira, encarar um curso de mestrado e um casamento ao mesmo tempo.

Um outro modelo de desterritorialização do sujeito independente é percebido no relato de Edilene Facundes. A percepção do casamento nos grupos sociais, a condição imposta ao matrimônio e à vida a dois, sobretudo, a partilha dos interesses, fixaram os parâmetros identitários do sujeito:

---

<sup>13</sup>MAGALHÃES, 2015a.

Pelo menos, no meu grupo de amizade, a gente casava, mas, a gente procurava trabalhar, né? Pra não ficar naquela dependência do marido. Então, eu sempre dizia isso: ‘eu só caso, quando eu tiver um emprego, eu só caso, quando eu tiver um emprego’. Então, meu marido era muito jovem também, mas a gente trabalhava os dois juntos, inclusive, na Caixa. Era muito assim, é claro, que eu não vou dizer pra ti, que muita coisa que eu dizia, que não ia aceitar no casamento, você termina aceitando, porque se você for ficar de um lado e o cara de outro, o casamento não dura um ano e o meu durou 14 anos, o primeiro. O que eu acho interessante nessa mulher que surgiu nesse período. É porque a minha mãe, por exemplo, que hoje tem 80 anos, ela...Ela jamais tomaria a iniciativa de uma separação, né?<sup>14</sup>

Scott discute o termo a “reinvenção da mulher” nos anos 1980 e faz uso com aspas quando aborda a discussão acerca da igualdade no casamento nesse decênio. A autora toma por alicerce as mudanças que ocorreram no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970 que, segundo ela, colocou em xeque valores e ideais referentes às situações das mulheres e argumenta o cenário que tornou propícia a emergência de novos olhares e análises acerca das mulheres na década de 1980:

Um conjunto de mudanças ocorridas no Brasil a partir das décadas de 1960-1970 permitiu às mulheres colocar em causa estes valores e ideais: o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a luta das mulheres por crescimento e reconhecimento profissional; o maior acesso à educação formal, a conquista feminina do poder de decidir se e quando ser mãe (com a disponibilização dos métodos contraceptivos mais eficientes); a instituição do divórcio (por lei em dezembro de 1977) e a possibilidade de estabelecer outros relacionamentos afetivos socialmente reconhecidos. Diante de tantas transformações relevantes, houve quem localizasse no início da década de 1980, o fenômeno da “reinvenção da mulher” e, conseqüentemente, de seus papéis na família e na sociedade.<sup>15</sup>

No relato da depoente Rita Magalhães, um modelo de sujeito que articulou os parâmetros de subjetividades e individuação ao equipará-los, com a mudança marcada na família. Esse fator constituiu um novo elemento de incentivo aos deslocamentos do indivíduo, em seus processos de individuação. O sonho do casamento, assim, se nivelou com a conquista da carreira e em consenso com os exemplos da expectativa familiar.

---

<sup>14</sup>FACUNDES, 2015.

<sup>15</sup>SCOTT, 2013, p. 24.

Sim, eu não sei se era porque naquele tempo, a gente era criada e preparada na família pra isso, a concepção do meu pai era primeiro se formar e depois casar. Ele não deixava a gente trabalhar, enquanto estudava até entrar na faculdade, pra não dizer que não se formou porque não teve tempo, então, ele não deixava trabalhar. E a gente tinha que estudar pra entrar na faculdade. E também a gente era preparada pra casar um dia...E eu sempre, realmente, sonhei com isso aí, casar, ter filhos, constituir uma família. E, coincidentemente, o meu casamento foi junto com a minha formatura. Era eu indo pra colação de grau e no dia seguinte, casando, foi tudo assim, eu casei e me formei, ao mesmo tempo e casei com meu primeiro namorado, namoramos seis anos, né?<sup>16</sup>

A depoente, em seu relato, evidencia as subjetividades e a dualidade no comportamento do sujeito, a transição que se operou para a conquista dos novos territórios e a resistência dos costumes considerados antigos para a época. A formação familiar aliada ao casamento representou dois fatores significantes para os processos de individuação das mulheres independentes, àquela época. Na tentativa de uma captura das subjetividades das depoentes, observo a constituição emergente desse sujeito. O depoimento de Conceição de Maria Nogueira Rodrigues, revela esse dúbio desejo nessa constituição:

Quando eu comecei a estudar na universidade, eu era solteira, logo em seguida, eu conheci uma pessoa, que também era universitário e a gente começou a namorar, namoramos quatro (4) anos. E a gente casou antes que eu terminasse meu curso. Eu terminei o curso no mesmo ano que eu casei, só que foi no final do ano. Casei em janeiro, terminei em outubro e continuei meus estudos após o casamento.<sup>17</sup>

A experiência de Virna Teive demonstra a necessidade de autonomia financeira, que marcou sua trajetória. Percebe-se que a desterritorialização das mulheres afetava a figura masculina, que ainda resistia a esse modelo de mulher mais autônomo:

Era muito ativa, já trabalhava e fiquei noiva, trabalhava correndo muito e fazendo faculdade. E aí, comecei a namorar um rapaz, mais velho que eu, já formado, empresário e, ele, muito apressado, logo me pediu pra casar. Só que um belo dia, ele falou: Bom, quando a gente casar, você vai parar de trabalhar, né? Eu disse: não! De forma nenhuma! Eu não quero parar de trabalhar. Ele: Mas, você vai ser professora, não vai ser grande coisa. Eu: mas, se esse salário der pra comprar um batom, esse batom vai ser comprado com o meu dinheiro. Então, eu faço questão de

---

<sup>16</sup>MAGALHÃES, 2015b.

<sup>17</sup>RODRIGUES, 2015.

ter meu dinheiro. Então, eu me posicionei muito independente, na minha vida profissional, eu sempre trabalhei...<sup>18</sup>

Em todos os relatos transparecem nas falas das mulheres a instituição do desejo de ousadia e rompimento com um modelo de sujeito estático. As mesmas, ao sonharem exercer os movimentos de busca desses sonhos e estudarem, criam deslocamentos em seus agenciamentos, constituindo o modelo de sujeito que emergiu nesse momento. Ao longo dessa década, o advento da lei do Divórcio, criada em 1977 no país, para dar às mulheres importantes condições de liberdade em sociedade, as relações concretas que asseguravam suas vivências aos moldes do Estado, constituiu um elemento novo que incentivou uma importância singular de liberdade nesses sujeitos, na década que iniciava.

### **Os sujeitos independentes e a Lei do Divórcio**

Entre as mudanças impactantes para nova década, a Lei do Divórcio, promulgada em 1977, estabeleceu uma outra realidade para as vivências das mulheres casadas, que desejavam uma vida mais livre da condição expressa no casamento. A lei modificou a forma de conceber e constituir o casamento nessa década. As mulheres, assim, não mais precisariam conviver, obrigatoriamente, num relacionamento desgastado, exercendo a liberdade para assumir sua própria cidadania. A Lei do Divórcio é considerada um divisor de águas, para a mudança no comportamento das mulheres no final do século XX. Scott, em seu artigo *O caleidoscópio dos arranjos familiares*, aborda as alterações ocorridas na família, assegura que as mudanças anteriores, promulgadas, ainda, nos anos 1970, foram decisivas para, na década seguinte, a família estivesse mais complacente com os estilos de vida das mulheres. Scott acentua que essas mudanças afetaram de forma significativa a concepção do casamento. Sob essa ótica:

Além dessas mudanças em relação à prole e ao poder decisório da mulher com relação ao corpo, assistimos nas últimas décadas a alterações importantes também em relação ao casamento legalizado (assentados nos cartórios de registro civil) a partir da década de 1980, assim como um declínio das uniões realizadas apenas no religioso. Isso, contudo, não quer dizer necessariamente que as pessoas estejam 'se casando menos'. O fato é que um número cada vez mais significativo de homens e mulheres passa a viver como um casal, optando, contudo, por ter uniões informais e sem vínculo legal. Ocorre ainda um aumento

---

<sup>18</sup>TEIVE, 2015.

nas separações e nos divórcios. Portanto, as uniões acontecem, mas, no geral duram menos.<sup>19</sup>

Durante a década de 1980, o número de mulheres em Teresina apontava as estatísticas de separação. Esse dado implicou na atuação das mulheres como sujeitos livres, autônomos e mais envolvidos com os projetos de vida pessoais, entre esses o ideal de construção da felicidade. Os dados levantados pela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicou num gráfico o número crescente de mulheres divorciadas em todo o Estado e por toda a década.<sup>20</sup>

Edilene Facundes rememora a exigência de sua iniciativa de separação. Ao tempo em que define a complexidade da escolha em constituir-se, à época, uma mulher independente:

E no meu caso, fui eu quem tomei a iniciativa da separação, não porque, tipo assim, não era o casamento que eu queria, entendeu? Eu passei 15 anos casada, mas, ele era uma pessoa legal, mas, assim, não era o companheiro que eu queria pro meu casamento. Ele não era... Não gostava de cuidar dos filhos, sair com os filhos, o negócio dele era muita boêmia, sabe aquele cara que nunca amadureceu? Então, eu era quem cuidava dessa parte, além de trabalhar 8 horas, eu ainda cuidava dos meus filhos e levava pra passear, porque ele ia muito pouco... Então, assim, eu tive coragem de romper com esse casamento, entendeu? Muita gente me criticou na época, não foi porque ele me traiu, não foi porque eu o trai, mas, porque não dava mais... Eu pensava: meu Deus, eu queria ter a sensação de ser feliz. Eu não tinha, entendeu? É claro que, é uma coisa difícil romper, foi muito difícil! Ele foi pra psicóloga, eu fui pra psicóloga. Foi assim...<sup>21</sup>

O choque da condição exigida pelo divórcio significou para algumas depoentes, uma estranha passagem para uma vida, supostamente, mais livre. Porém, as mulheres que ousavam separar-se, assumiriam por essa condição a própria vida e a responsabilidade de arcar com o futuro dos filhos, embora, o pai, de acordo com a Legislação, fosse obrigado a contribuir, nessa condição de separação. Porém, esse modelo de mulheres terminava por assumir a casa e os filhos. Esses entraves não mais as assustavam, mas, sim atraía para uma realidade mais autêntica de liberdade e cidadania. O desequilíbrio do afeto e o rompimento da constituição familiar significaram a fragilidade da transição da conjugalidade. Como narrou Sônia Terra:

---

<sup>19</sup> SCOTT, 2013, p. 128.

<sup>20</sup> IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1984-2002.

<sup>21</sup> FACUNDES, 2015.

Eu acho que nenhum de nós, não pensa nessa questão, em não constituir família. São pouquíssimas, eu acho, as pessoas que não pensam construir uma família. Não pensam em família tradicional, mas, pensam em ter alguém. Né? Então, eu quis isso, na verdade, eu tive dois momentos dolorosos na minha vida. O primeiro foi quando eu estava no meu noivado já, que eu descobri que não podia ter filhos e isso foi um momento muito doloroso na minha vida, e o outro foi quando você separa, porque quando você casa, você tá fazendo um projeto de vida, de continuidade, de construção.<sup>22</sup>

Sobre o desejo das mulheres, ainda, pela felicidade constituída no matrimônio, é importante enfatizar a concepção de felicidade e a ideia do desejo como ausência do que não se alcançou, apresentada por Comte-Sponville, quando afirma: “Mas é que, assim que um desejo é satisfeito, já não há falta, logo já não há desejo. Assim que um desejo é satisfeito, ele se abole como desejo [...] E, longe de ter o que desejamos, temos então o que desejávamos e já não desejamos”.<sup>23</sup> Nesse sentido, observa-se que nessa década, a busca pela realização dos desejos estava continuamente presente nos ideais femininos. Nesse sentido, o tema das separações surge nos jornais de forma crítica, como um problema social a ser superado. Na crônica do jornal *Estado*, publicada em 4 de julho de 1984, eram apontadas como justificativas a emancipação feminina, a infidelidade constante masculina, o desplanejamento familiar, o machismo e o movimento feminista. O texto do cronista Carlos Alberto Lima aborda o problema da crise matrimonial, para a sociedade de Teresina:

Casar é fácil...Viver, porém, é difícil! Certo? Ou casar é difícil...Viver é mais fácil do que algumas pessoas pensam. O que acontece nos relacionamentos intra e extra-lar de casais do nosso moderno e agitado cotidiano? [...]Todo dia milhares de casamentos são realizados: de outro lado, separações mil são acontecidas...Sabe-se dos casamentos: obscuras são as separações...Sabe-se por que casaram-se; inexistem os rumores e pouco se sabe dos motivos, por que se separaram-se. [...] Na relação dos fatores que originam as causas matrimoniais e que são considerados, tem-se por nota: A emancipação da mulher; A infidelidade constante do homem; O desplanejamento familiar; O machismo e o Movimento Feminista. Homens e Mulheres na busca de seus direitos...(e os deveres?) Na eterna procura da felicidade num sistema de forças que força-os a serem ligeiramente livres...E na complexa crise da comunicação do matrimônio, até mesmo em suas vidas particulares.[...] Deus ilumine os novos casais e faça com que os amantes velhos ajustem-se, para um melhor conceito do matrimônio e para suas felicidades! É conflitante o mundo dos amantes; Quem mais

<sup>22</sup>TERRA, 2015.

<sup>23</sup>COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 13.

acerta? E o mais errante? Diacho! Amem-se verdadeiramente por um instante! A separação é dilacerante! Nada resolve...Tudo dissolve.<sup>24</sup>

É perceptível que a possibilidade de liberdade trazida pela Lei do Divórcio consistiu num novo caminho que se abriria às mulheres que sentiam a insatisfação com o andamento de suas vivências. De certo modo, a separação conjugal apontava um caminho propício às outras formas de realizações, a exemplo da busca pelo investimento na realização profissional, os sonhos de felicidade e a garantia de autonomia da própria vida.

Para algumas depoentes, ao tempo em que a carreira representou lugar de abertura de novas experiências e realizações de projetos pessoais, o casamento e a maternidade configuraram-se como desafios para as mulheres que desejavam a conquista de suas individualidades e a manutenção dos laços afetivos. A chegada dos filhos, o apoio do cônjuge e a prioridade pela carreira foram elementos marcantes e desafiadores para o alcance das expectativas de suas trajetórias.

Nesse sentido, evidenciava-se um novo modelo de sujeito feminino, independente, que emergiu em Teresina na travessia dos anos 1980, como reflexo das mudanças tecnológicas e econômicas ajustadas pela década nascente, fenômeno impulsionado pelas conquistas efetivas das duas últimas décadas no país, que imprimiram um ritmo mais veloz nas atividades usuais das mulheres, nos desejos e nas conquistas, que passaram a compor os projetos de vida das jovens que moravam em Teresina e ambicionavam construir um futuro promissor, ainda que concomitante ao planos de casamento.

Por fim, esse estudo propôs, ao desvendar as trajetórias de sete (7) mulheres, iluminar no cenário da década de 1980, em Teresina, a leitura de suas singularidades, subjetividades e desterritorializações que constituíram importantes marcadores das performances dos sujeitos independentes, atravessados por uma diversidade de discursos. O olhar, sobretudo, se voltou em direção à constituição de suas individualidades, enquanto sujeitos históricos. Nesse sentido, a história das mulheres vem iluminar o caminho, a rota de investigação que revelou as identidades criadas sob o cenário da pós-modernidade em Teresina.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>24</sup>LIMA, Carlos Alberto. A crise matrimonial. *Estado*, p.3, 4 jul. 1984.

É, sempre, uma ousadia instigante analisar os indivíduos mulheres. Isto se justifica por conta da enorme complexidade que nos apresentam as historicidades que definem essas trajetórias.

Ao adentrarmos na discussão acerca dos estudos de gênero, especificamente, no campo da história das mulheres, conhecer as vivências de mulheres independentes em Teresina, despertou o entendimento do amplo universo desses sujeitos, enquanto indivíduos que constituíram e modificaram valores, normas, costumes, crenças e, desse modo, apresentaram novos caminhos à historiografia, sobretudo, como se estabeleceram sujeitos independentes na sociedade de Teresina nos anos 1980.

Atualmente, é possível afirmar que a diversidade dos estudos culturais, com ampla aceitação da linha que insere o pós-modernismo, enriqueceram e multiplicaram os temas acerca das trajetórias e ritmos das mulheres, do corpo, da educação, do trabalho, entre outros estudos levantados nas últimas décadas. Contudo, mesmo com o leque de propostas apresentadas, em forma de objetos de estudo acerca do tema mulheres na historiografia, ainda, permanecem lacunas na pesquisa histórica sobre o tema.

Portanto, claro está que a nuance de uma condição livre, provocada pelas transformações que surgiam com a nova década, revelou e ampliou os universos específicos de cada sujeito independente, mudanças essas que se abriram às mulheres dos anos 1980, como uma janela para seus ideais de liberdades, suas incompletudes, deslocamentos e desterritorializações. Nesse sentido, essas foram mudanças significativas que penetraram os ritmos das complexas trajetórias desses indivíduos nos anos 1980, enquanto sujeitos históricos, oportunizando, assim, novos olhares, caminhos e possibilidades para novos estudos e pesquisas que venham complementar e explicar, ainda mais, o complexo universo feminino e a história dos sujeitos independentes.

## REFERÊNCIAS

- COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.p. 12. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/10/A-Felicidade-Desesperadamente.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2016.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luís Filipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.p. 10-11.
- LIMA, Carlos Alberto. A crise matrimonial. *Estado*, p.3, 4 jul. 1984.



LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 458.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006. p.p.271.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

SCOTT, Ana S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana M. (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42.

### **ENTREVISTAS CONCEDIDAS**

FACUNDES, Edilene. Funcionária Aposentada da CEF. Entrevista concedida a J.V.C.B em 26 out. 2015.

MAGALHÃES, Reia Silvia Rios. Professora Doutora da UFPI do Curso de Serviço Social. Entrevista Concedida a J.V.C.B em 14 set. 2015a.

MAGALHÃES, Rita. Enfermeira. Professora Mestre do CTT- UFPI. Entrevista Concedida a J.V.C.B em 23 out. 2015b.

RODRIGUES, Conceição de Maria Nogueira. Professora Especialista. Servidora Pública na Prefeitura de Teresina. Entrevista concedida a J.V.C.B. em 28 ago. 2015.

TEIVE, Virna. Professora Mestre do Curso de Educação Física da UniNovafapi. Entrevista Concedida a J.V.C.B em 26 out. 2015.

TERRA, Sônia. Jornalista e Funcionária Pública da Prefeitura de Teresina. Entrevista Concedida a J.V.C.B em 27 out. 2015.

# A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NOS CÓDIGOS CRIMINAIS BRASILEIROS: DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988

Deane Soares Figueirêdo<sup>25</sup>

## Resumo:

O ordenamento jurídico confere aos cidadãos a chamada segurança jurídica. Os princípios constitucionais, que subjazem às leis, orientam a elaboração dos instrumentos normativos na formação da cidadania. A tutela dos direitos das mulheres nasce somente a partir do momento em que estas alcançam a qualidade de cidadãs. A presente pesquisa objetiva discorrer sobre como estes direitos foram tratados nos códigos criminais brasileiros, desde as Ordenações Filipinas até a edição da vigente Constituição de 1988, popularmente conhecida como Constituição Cidadã. Trata-se, pois, de uma pesquisa documental, adotando os textos legais como fontes primárias, de orientação foucaultiana. A compreensão desta trajetória histórica mostra-se bastante relevante aos/às estudiosos(as) dos direitos das mulheres, à medida em que compreendemos como as leis brasileiras foram formuladas ao longo do tempo, para entendermos a atual legislação pátria.

**Palavras-chave:** Direito das Mulheres. Constituições Brasileiras. Cidadania.

## Introdução

Àqueles que buscam entender, criticamente, a gênese da discriminação do feminino frente à hodierna sociedade heteronormativa, machista, sexista, saberão que – infelizmente, as leis contribuíram, de sobremaneira, para legitimar tal violação de direitos. A ideia de direitos prescinde de um conceito elementar, que pertence ao campo conceitual da própria cidadania. Não sendo elevada à categoria de cidadã, não há como se falar sobre Direito das Mulheres.

Este artigo é parte integrante do projeto de pesquisa desenvolvido pela autora, no Mestrado Profissional em História, pela Universidade Católica de Pernambuco, cujo objetivo maior é o de promover a melhoria na prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, na Comarca do Recife, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher

---

<sup>25</sup> Mestranda do PPGH/UNICAP. deanefigueiredo@uol.com.br

em Situação de Violência Doméstica e Familiar, doravante denominada de Coordenadoria da Mulher. É um órgão colegiado não jurisdicional permanente de assessoria à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE. Instituído pela Resolução nº 33, de 22 de agosto de 2011, cujas atribuições encontram-se apresentadas no site oficial do TJPE, dentre as quais destacamos:

- A elaboração de sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres;
- Dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional;
- Promover a articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não-governamentais;
- Colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área do combate/prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres;
- Recepcionar dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações pertinentes;
- Fornecer os dados referentes aos procedimentos que envolvam a Lei nº 11.340/2006 ao Conselho Nacional de Justiça de acordo com a parametrização das informações com as Tabelas Unificadas ao Poder Judiciário, promovendo as mudanças e adaptações necessárias junto aos sistemas de controle e informação processual existentes;
- Atuar sob as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça em sua coordenação de políticas públicas a respeito da violência doméstica e familiar contra a mulher (TJPE, 2020).

Em se tratando de um mestrado profissional, cujo trabalho de conclusão difere de da clássica dissertação, a autora elaborará o material didático para o curso de qualificação voltado às equipes multiprofissionais (de orientação interdisciplinar), citadas nas atribuições supracitadas da Coordenadoria da Mulher/TJPE. Pretende, ainda, atingir outro público externo: as partes processuais, de cujos processos tramitam nas unidades judiciais de matéria especializada na Comarca do Recife, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulheres, quais sejam as mulheres-vítimas de violência doméstica e familiar e seus/suas agressores/as. A expressa maioria destes últimos é constituída por homens.

O tema da violência doméstica e familiar contra as mulheres nos parece muito pertinente, dada a sua importância e relevância. É um problema endêmico, presente em todas as sociedades. Mas, para compreendê-lo em sua complexidade, haja visto ser multicausal, faz-se necessário dialogar com a História. A compreensão da violência, de fato, é – sobretudo, histórica. E a violência contra as mulheres, em razão do gênero, é uma criação recente, decorrente – sobretudo do Movimento das Mulheres, a partir da década de 70. Os institutos normativos brasileiros guardam estreita relação com o movimento feminista brasileiro, que –

por sua vez, reverbera o da ordem internacional. Por isso, falaremos, inicialmente, do ordenamento jurídico brasileiro, para, em artigos subsequentes, tratarmos da interface do Movimento das Mulheres internacional e a legislação pátria.

A estruturação do curso de qualificação proposto pela autora se apoiará em artigos, que comporão um livro, vídeos-aula, com uso das mídias digitais. Vez que a violência contra as mulheres em razão do gênero correlaciona-se a outros marcos de desigualdade, os artigos serão apresentados num encadeamento lógico, cujos temas transversais revelados referem-se a tais marcos: direitos das mulheres, direitos sociais, história das mulheres, feminismo, Lei Maria da Penha, criminologia, feminicídio, racismo estrutural, empoderamento feminino, justiça restaurativa, dentre outros.

### **Pressuposto teórico**

A violência doméstica e familiar contra a mulher ocupa a agenda dos principais canais de comunicação. Se por um lado, a relevância do tema é, facilmente, aceita; por outro, o senso comum faz-nos pensar que é assunto de fácil compreensão. Afinal, todo mundo já ouviu falar, conhece algum caso, ou seja, foi afetado – direta ou indiretamente. No caso particular, os pressupostos admitidos decorrem de um estudo preliminar, da mesma autora, realizado no ano de 2016, quando da conclusão do seu curso de bacharelado em Direito, cuja monografia intitulada foi “A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO EXPRESSÃO DA CODEPENDÊNCIA - Mulheres vitimizadas por agressores usuários de drogas”:

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno endêmico.  
 A edição da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um avanço, sendo reconhecida, no âmbito internacional como uma das mais avançadas na matéria.  
 Os registros de ocorrências de episódios violentos acompanham uma dinâmica, segundo o Ciclo de Violência Doméstica.  
 Vítima e Agressor apresentam padrões de relacionamentos destrutivos, indicando necessidade de acompanhamento de natureza psicossocial.  
 Embora definida em lei a implantação de uma política pública para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, as ações ainda se mostram insuficientes, pois estão pautadas no princípio da autodeterminação do sujeito.  
 O quadro de uso abusivo de álcool e drogas, por parte do agressor, sugere ser possível a incidência de codependência emocional das vítimas em relação àquele (FIGUEIRÊDO, 2016, 46).

A compreensão de violência é histórica, pois ela mudou e mudará, conforme foram, são e serão nossas valorações socioculturais. As leis, enquanto instrumentos normativos, revelam

os valores e costumes de cada época. Neste sentido, é imperiosa à compreensão da violência contra as mulheres em razão do gênero, historicizar como esta categoria foi recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro, a fim de alcançarmos a perspectiva atual e, desta feita, apropriarmos-nos da lei na defesa dos Direitos das Mulheres.

### **A violência contra as mulheres no ordenamento jurídico brasileiro**

As primeiras leis que vigoraram no Brasil datam do período colonial. Portanto, enquanto colônia portuguesa, as leis do colonizador foram recepcionadas, sem reservas: as Ordenações Filipinas. Trazidas para a colônia, eram compostas pela compilação de leis em livros, por ordem de D. Felipe I, de cuja vigência se estendeu até a promulgação do antigo Código Civil, de 1916. A mulher recebia um tratamento semelhante ao de uma “coisa” ou “objeto”. Entenderemos o porquê.

Como nos explica a historiadora Mary Del Priore, a mulher era classificada como *imbecilias sexus*. Sendo considerada um sujeito incapaz, assemelhava-se à criança ou ao doente. Logo, é compreensível que tivesse de ser tutelada, transferindo os cuidados do pai ao do marido:

A dispersão dos núcleos de povoação reforçou as funções da família no interior da qual a mulher era mantida enclausurada. Ela era herdeira das leis ibéricas que a tinha na conta de *imbecilias sexus*; incapaz, como crianças ou os doentes. Só podia sair de casa para ser batizada, enterrada ou se casar. Sua honra tinha de ser mantida a qualquer custo. O casamento, quando havia bens a se preservar, era organizado para manter a paz entre vizinhos e parentes, estes últimos sendo os escolhidos com mais frequência como maridos.

Pobre ou rica, as mulheres possuíam um papel: fazer o trabalho de base para o edifício familiar – educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido. Ser, enfim, a “santa mãezinha”. Se não o fizesse, seria confundida com um “diabo doméstico”. Afinal, sermões difundiam a ideia de que a mulher podia ser perigosa, mentirosa e falsa como uma serpente. (...)

O modelo ideal era Nossa Senhora, modelo de pudor, severidade e castidade. A Soma dessa tradição portuguesa com a colonização agrária e escravista resultou no chamado patriarcalismo brasileiro. Era ele que garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais. Tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor, forte e destemido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar. (DEL PRIORE, 2013, 09-10).

As mulheres eram submetidas ao poder disciplinador de seus pais ou maridos, dada a sua fraqueza mental. Nas Ordenações Filipinas, eram isentos de pena aqueles que ferissem, com pau ou pedra, suas mulheres, ou mesmo as castigassem, desde que moderadamente. Não

aplicando tal isenção aos que ferissem com armas. O teor completo consta no Livro V, Título 36, § 1º.

A relação entre homem e mulher eram, portanto, hierarquizada.

Não importa a forma como as culturas se organizaram, a diferença entre masculino e feminino sempre foi hierarquizada. No Brasil Colônia, o patriarcalismo brasileiro conferia aos homens uma posição hierárquica superior às mulheres, de domínio e poder, sob o qual os castigos e até os assassinatos de mulheres, pelos seus maridos, eram autorizados pela legislação (DEL PRIORE, 2013, 06)

Vejam: em caso de adultério, os homens tinham permissão legal para matar suas mulheres. O contrário não era válido: as mulheres dependiam de prova austera, enquanto aos homens bastava que houvesse rumores públicos (RODRIGUES, 2003).

O Código Criminal de 1830 afasta parte dessas normas, após quase 350 anos de vigência das Ordenações Filipinas no Brasil. Dentre elas, as que autorizavam os castigos e a morte de mulheres, por adultério. Tal orientação seguia a tendência de substituição da vingança privada pela mediação do Estado (CORREIA, 1981).

Quanto ao crime de adultério, o Código Criminal de 1830 tipifica com pena de prisão para ambos os cônjuges. Mas, reflete os costumes sociais da época, conferindo um tratamento desigual: para a mulher casada, seria crime, em qualquer circunstância. Mas, para o homem casado, apenas constituiria crime caso o relacionamento adúltero fosse estável e público. O que dificultava, em muito, o ajuizamento por parte das mulheres. As mulheres não eram passivas a maus tratos, dando início a processos de separação de corpos e divórcio no tribunal eclesiástico (DEL PRIORE, 2013).

Tal tratamento constituiu uma afronta à igualdade formal instituída pela Constituição outorgada de 1824, nossa primeira Carta Magna.

O Código Penal de 1890 cria a figura jurídica em defesa dos assassinos de mulheres: os crimes de paixão (ou crimes passionais). Os noivos, namorados, maridos e amantes acusados de matar suas companheiras foram chamados de uxoricidas. Tal diploma legal retira a responsabilidade dos uxoricidas, que estivessem em estado de completa privação de sentido e de inteligência no ato de cometer o crime.

O Código Penal de 1940 institui – em seu artigo 28, que a emoção ou a paixão não excluem a responsabilidade criminal. Mas, na contramão dos direitos das mulheres, cria outra figura jurídica para absolver os uxoricidas: a legítima defesa da honra.

Estas duas figuras jurídicas – os crimes de paixão e a legítima defesa da honra – foram largamente utilizadas para absolver os assassinos de mulheres, pois os uxoricidas tinham suas teses de defesa acolhidas pela justiça, justificando – desta feita, seus assassinatos.

Com o advento do Código Civil de 1916, a desigualdade entre os gêneros ainda perdurou. A mulher casada, enquanto subsistisse o casamento, tinha sua capacidade civil limitada, pois sujeitava-se ao pátrio poder de seu marido. Este, como chefe da família (e da sociedade conjugal), decidia sobre certos assuntos, a saber: representação legal dos membros da família, administração dos bens, fixação do domicílio, autorização para o trabalho da mulher, entre outros. Apenas com o advento do Estatuto da Mulher Casada, Lei nº 4.121, de 27/08/1962, é que esta incapacidade relativa da mulher foi abolida. Elevando a mulher à condição de colaboradora do homem, mas mantendo-o na condição de chefe da sociedade conjugal.

Embora a legislação previsse que a tentativa de assassinato e os maus-tratos fossem motivos legítimos para justificar a separação da sociedade conjugal, a tônica era a de preservar a instituição do casamento, em uma clara influência dos costumes e dos preceitos religiosos. É sabido que o Estado brasileiro é laico, porém com resquícios de orientação religiosa, sobretudo católica, em razão da colonização. O Brasil tornou-se laico desde 1890, através do Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa, antes dele, havia liberdade de crença, mas não liberdade de culto.

Apenas em 1991 é que a legítima defesa da honra foi afastada, definitivamente, da nossa legislação. Trata-se de decisão do Superior Tribunal de Justiça/STJ, sob o argumento de que “honra” é um atributo pessoal. Logo, o uxoricida não pode alegar ofensa à sua honra para tentar contra a vida de uma mulher adúltera. Esta, sim, ao cometer adultério, violou a própria honra. E a solução será a separação ou divórcio, nunca o uso arbitrário da lei. O completo teor da decisão refere-se ao Recurso Especial nº 1.517. de 11/03/1991.

O adultério só foi descriminalizado em 2005, por força da Lei nº 11.106, de 28/03/2005. Do ponto de vista moral, pode ser condenável, porém não mais como ato tipificado, criminalmente.

Com o advento da Lei nº 6.515, de 26/12/1977, a chamada Lei do Divórcio, o dever de manutenção dos filhos passa a ser compartilhada entre os cônjuges, na proporção de seus recursos. Até esta data, o regime legal adotado era o de comunhão universal de bens. Fica obrigatório o pacto antenupcial caso os contraentes desejem estabelecer um regime de matrimônio diferente da comunhão parcial de bens, que passa a ser o regime regra.

A Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, consagra o Princípio da Igualdade entre homens e mulheres, em todos os campos da vida social (Art. 5º, I). E ainda assegura mecanismos que protejam a família (Art. 226, §8º).

Em 26/09/1995, sobreveio a Lei nº 9.099, popularmente conhecida como a Lei dos Juizados de Pequenas Causas. Como o próprio nome sugere, para resolver processos menos complexos. Esta lei dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. No campo da responsabilidade criminal, a tentativa de resolver os processos de violência doméstica e familiar contra as mulheres mostrou-se inadequada, pois inexistia uma correspondência entre a causa e a solução dos conflitos, não levando os sujeitos envolvidos a ações reflexivas.

No campo da saúde, a Lei nº 10.778, de 24/11/2003, estabelece a notificação compulsória em casos de violência contra a mulher, com abrangência nacional e aplicável em atendimentos em serviços públicos e particulares. Foi a partir de sua vigência que o nosso ordenamento jurídico incorporou o conceito de violência contra a mulher como violência de gênero. Em conformidade com a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher), adotada pela Assembleia Geral da organização dos Estados Americanos/OEA. No artigo 1º, encontramos a seguinte definição “entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Concluída em 09/07/1994, foi promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 1º/08/1996.

Um pouco depois, foi criado um tipo especial de “violência doméstica”, por alteração do crime de lesão corporal, a Lei nº 10.886, de 17/06/2004:

§9º - Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

A Convenção de Belém do Pará foi a base original daquela que se tornou o grande marco positivo ao Direito das Mulheres: a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07/08/2006).

Em 2015, é promulgada a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 09/03/2015): altera o art. 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 07/12/1940 – Código Penal, revendo o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25/07/1990, incluindo o feminicídio no rol dos crimes hediondos.



## Considerações finais

A incorporação do conceito de violência contra a mulher baseada no conceito de gênero, na legislação brasileira, deu-se em 2003. O que, historicamente, é uma mudança recente. Se no plano legal, temos uma legislação reconhecida nacional e internacionalmente, nossas estatísticas nos envergonham. A Lei Maria da Penha é considerada a terceira melhor do mundo, ao lado das vigentes da Espanha e da Mongólia.

A Lei Maria da Penha funda outros dois diplomas legais: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso.

Maus-tratos e castigos infligidos às mulheres, incluindo até assassinados (como nos crimes de paixão e legítima defesa da honra) passam a constituir como violência no final dos anos 70. O Movimento das Mulheres contribuiu para a mudança do paradigma, à medida em que pressionou organismos internacionais, que – por sua vez, impulsionam nossas leis. As violências contra as mulheres, antes aceitas como naturais, passaram a ser reconhecidas como violações de Direitos Humanos.

A compreensão da dimensão histórica é fundamental para a formação de uma criticidade sobre um determinado tema, sem descuidar dos perigos de anacronismo, na melhor lição de Marc Bloch.

De outro turno, do brilhante legado de Michel Foucault, abstraímos o exemplo de quando o uso abusivo do poder, por intermédio de leis que consagraram e legitimaram a violência contra as mulheres, normalizaram práticas, absolutamente, condenáveis. Por certo, urge a necessidade de ações que visem a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, por ser de caráter humanitário e de interesse geral de todas as sociedades. Citemos, pois, a verossimilhança entre os antigos uxoricidas e os atuais feminicidas. Levando-nos à noção de que leis, apenas, não resolvem. A nossa legislação é exemplar, porém faltam-nos melhores políticas sociais. Aquelas tais que asseguram a proteção efetiva à família, garantida na Constituição Cidadã. Passeando por Carlos Drummond de Andrade: “As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis”.

## Referências

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14121.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6515.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.778.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.778.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.886, de 17 de junho de 2004. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para

incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm./>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm./>). Acesso em: 20 jan. 2020.

CORREIA, Mariza. *Os Crimes da Paixão*. Coleção Tudo é História (33). Editora Brasiliense, 1981.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e Conversas de Mulher*. 1ª ed., São Paulo: Planeta, 2013.

FIGUEIREDO, Deane Soares. *A violência doméstica como expressão da codependência – Mulheres vitimizadas por agressores usuários de drogas*.

Monografia de Conclusão de Curso de Direito. UNICAP. 2016.

\_\_\_\_\_, in XII Encontro Estadual de História – Histórias e mídias: narrativas em disputa da ANPUH-PE, 2020, em plataforma virtual. *Lei Maria da Penha: por uma melhor prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na Comarca do Recife/TJPE*. ISBN da publicação: 978-65-00-11544-4.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Título XXXVI. Das penas pecuniárias dos que mataó, ferem, ou tiraó arma na Côrte. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1187.htm./>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

RODRIGUES, Maria Alice. *A mulher no espaço privado: da incapacidade de direitos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ – RECURSO ESPECIAL: REsp 1517 PR 1989/0012160-0. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/597202/recurso-especial-resp-1517-pr-1989-0012160-0>. Acesso em 02 dez. 2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Coordenadoria da Mulher. Disponível em: < <https://www.tjpe.jus.br/web/coordenadoria-da-mulher> >. Acesso em: 30 nov. 2020.

## **QUANDO O ÚTERO FICOU HISTÉRICO: CONCEPÇÕES MÉDICAS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DO ÚTERO NA PSIQUE FEMININA EM ERÁRIO MINERAL DE LUÍS GOMES FERREIRA NO SETECENTOS**

Gessica de Brito Bueno<sup>26</sup>

### **Resumo:**

A finalidade dessa pesquisa é perscrutar por que desde a Antiguidade até por volta do século XIX a menstruação foi considerada um excremento impuro pelos doutos, se enquadrando na Teoria Humoral Hipocrático-Galênica, como também compreender, por meio da obra Erário Mineral (1735) de Luís Gomes Ferreira, por que o ciclo menstrual seria um fator primordial responsável por desencadear transtornos mentais nas mulheres, exercendo influência sobre o comportamento delas, onde os diagnósticos conferiam a presença da loucura mais em mentes femininas do que em masculinas, devido ao caráter maligno do sangue menstrual, e a mulher, sendo definida com uma moral desviada pela sua própria natureza, seria capaz de cometer assassinatos durante seu período menstrual. A metodologia será a qualitativa, descritiva e explicativa. Concluiu-se até o momento da pesquisa que Segundo Porter e Vigarello (2008, p. 443), “Não é aberrante fazer do “estado” dos fluídos, indícios do “estado” do corpo”, ou seja, a comparação da menstruação como excremento ou fluido venenoso é devido ao mistério no interior dos corpos, que só examinava os líquidos dos enfermos, delegando, nesse caso, à mulher, uma espécie de doença incurável que a acometia. A crença de que a mulher tinha uma moral desviada é devido ao funcionamento particular de seu corpo, esse poderia apresentar manifestações de seu gênero, com consequências que poderiam levá-las a fazerem mal aos homens, mesmo matá-los intencionalmente. Os estudos sobre a fisiologia desvendaram os “mistérios” relacionados a constituição feminina, principalmente em relação a menstruação, mas a mulher ainda terá de enfrentar muitos estigmas para se inserir no campo social, da política e do trabalho devido a esses discursos misóginos no campo da ciência médica, por isso se faz necessário discutir sobre essas temáticas para compreender o desdobramento da história da mulher nas sociedades brasileiras.

**Palavras-chave:** Menstruação; Medicina; Século XVIII

---

<sup>26</sup> Instituição de origem: Universidade Estadual de Maringá (UEM); Licenciada em Artes Visuais e graduanda no curso de História.

Ao analisar as características do discurso sobre a imagem da mulher e perceber que uma delas é sua absurda longevidade na história, que buscou obedecer tanto a uma visibilidade dentro de modelos médicos, psicológicos e filosóficos compartimentados, quanto a uma invisibilidade que a destituiu de seu papel enquanto sujeito construtor de memória individual e social, é que se incide uma maior atenção a esse corpo objetificado, onde Michel Foucault (1985) irá escrever que o sexo entrará em destaque para criar discursos de verdades e as práticas médicas contribuirão muito nesse aspecto.

A convicção sobre o senso de caráter e moralidade deturpada atávica da mente feminina não foi exclusivo do período do setecentos, ela perdurou, até onde se pode verificar nas fontes históricas, do século IV a.C. até por volta do XIX, período onde se produziu inúmeros textos médicos, hoje tratados como fontes documentais escritas (FERREIRA, 2002, p. 444). A ideia de que as mulheres são volúveis, perigosas, de vontade fraca, demonstrando ser de uma natureza misteriosa e incontrolável pelo fato de menstruarem, vem desde a Antiguidade, visto que, o conceito acerca da fisiologia feminina começou a ser elaborado pelo médico grego Hipócrates (460 a. C). O comportamento, a sexualidade e o fenômeno da menstruação feminina passariam, a partir de então, por diversas compreensões históricas, por meio desse corpo perigoso, a medicina iria explicitar-se na construção da vida coletiva (VIEIRA, 2002, p. 14). Dessa forma, é impossível não deixar de notar a obsessão com as mulheres por mais de dois mil anos, e essa fixação pela natureza feminina viria a se tornar um estágio refinado da patologização delas no século XIX (DEL PRIORE, 1993, p. 218).

O manual de medicina *Erário Mineral* (1735), escrito pelo cirurgião-barbeiro português Luís Gomes Ferreira, fornece relatos imprescindíveis acerca do cotidiano das mulheres em Minas Gerais, a partir deles é possível discutir sobre a menstruação feminina e sua relação com a loucura, o que leva a compreensão de vários aspectos do processo de construção da imagem da mulher durante o desenvolvimento de nossa civilização. O corpo feminino se tornou pauta para julgamentos sociais ao longo da história humana, esses assentados em superstições, em teorias formuladas por homens doutos, filósofos, anatomistas, como também pelo imaginário popular. Contou, também, com teorias e demonstrações científicas, no qual houve uma legitimação da ideia de que a loucura ocorreria, em muitos casos, na mulher, e o seu ciclo menstrual seria um fator primordial responsável por desencadear esse transtorno mental, fazendo da mulher um ser inferior ao homem por sua estrutura “natural” e natureza patológica de degeneração hereditária (HARRIS, 1993, p. 218).

A medicina do século XVIII herdou a tradição médica da Antiguidade, que estava pautada na teoria dos “humores corpóreos”, uma vez que, esses determinariam “o temperamento e sua relação com a saúde e doença”. Esse discurso terapêutico foi elaborado por Hipócrates, no qual produziu diversos tratados que constituem o chamado *Corpus Hippocraticum* ou *Coleção hipocrática*. É seguro dizer que, de acordo com as historiografias mais recentes, posterior aos seus escritos, vários autores ao longo de 400 a 450 a. C. se apropriaram e acrescentaram suas considerações acerca da teoria, visto que, elas também podem ser encontradas na obra do conhecido médico grego Claudio Galeno (129-199 d.C.) que teria as embebido e acrescentado mais alguns aspectos à teoria (MARTINS; SILVA e MUTARELLI, 2008, p. 9-10).

Destarte, o Modelo ou Teoria Humoral de Hipócrates (V a.C.) afirmava ser a doença decorrente do desequilíbrio ocasionado entre os quatro elementos, sendo esses bile, melancolia, sangue e fleuma (COELHO, 2002, p. 156). Assim, embora a doutrina Hipocrática tenha concebido a doença como uma etiologia natural, desconheciam o conceito de nosologia e, logo, entendia-se que a doença era causada por desequilíbrios de fluídos internos do corpo, se devendo ao fato de que, ao avaliar os doentes, os médicos inspecionavam mais os líquidos do que os sólidos, retardando, assim, o conhecimento das estruturas e funcionamento interno corpo, que viria a ser permitido perscrutar já por volta do final do século XVIII e início do XIX. De fato, a obra de Andreas Vesalius *De Humani Corporis Fabrica* publicada em 1543 foi ousada demais por criticar nomes tão respeitados como o de Galeno, e Portugal, adepto às tradições clássicas, demorou a adequar-se aos novos moldes da ciência moderna. Contudo, esse foi o momento pelo qual a medicina começou a inovar-se, em conjunto com o estudo da fisiologia humana, posto que, até então os princípios tomistas empunhavam obstáculos epistemológicos ao desenvolvimento das ciências físicas, onde essa não poderia estar acima do estudo teológico (ABREU, 2011, p. 19).

Ao abordar sobre a terapêutica que rege a ciência médica, percebe-se que o corpo feminino, desde o início, foi tratado como objeto da medicina, essa, por sua vez, com seu discurso incisivo, se apoderou de seu corpo, determinando os temas, reduzindo-a a um animal de laboratório cuja condição biológica a leva a ser medicada (Ibidem, 2002, p. 15). O que se sabe é que Hipócrates foi o primeiro a analisar o fenômeno da menstruação, e como na época não era possível examinar cadáveres humanos, ele imaginava que o útero era formado por “inúmeras subdivisões e saliências, e que o seu interior contivesse tentáculos e ventosas” (CARVALHO e FALKENBACH, 2009). À vista disso, afirmações como essas contribuíram

para teorias do achismo, tendo em evidência que se constituiria como alicerce para os padrões de normalidade científica pelos próximos séculos, portanto, o discurso legítimo sobre a identidade feminina (Ibidem, 2009).

Nesse ínterim, a menstruação feminina se adequa à Teoria dos Humores, mas como teria se dado essa relação? Segundo Porter e Vigarello (2008, p. 443), “Não é aberrante fazer do “estado” dos fluídos, indícios do “estado” do corpo”, ou seja, a comparação da menstruação como excremento ou fluido venenoso é devido ao mistério no interior dos corpos, que só examinava os líquidos dos enfermos, delegando, nesse caso, à mulher, uma espécie de doença incurável que a acometia. O sangue estando entre os quatro elementos, se constituía como um excremento e excesso de humor corporal, o que não seria difícil para os médicos se convencerem de que o sangue menstrual se apresentava como um desequilíbrio exclusivo da mulher, visto que, esse mesmo sangue alterava os ânimos e espíritos do enfermo, sinais que afirmam ocorrer quando as mulheres reclamavam pela falta da menstruação. Assim, os discursos acabam por confirmam o aspecto psicológico na teoria humoral (Ibidem, 2008).

O aspecto psicológico na teoria humoral foi acrescentado e abordado por Galeno, no qual afirma que os temperamentos determinariam as disposições e alterações de personalidades nas enfermas, levando, até hoje, a alcunha “temperamental” ser designada a uma pessoa que apresenta algum desequilíbrio de humor, uma denominação, principalmente, voltada para as mulheres (Ibidem, 2008).

O corpo feminino, nas sociedades em geral, enxergava o corpo da mulher como uma fonte séria de poluição, onde homens desenvolveram procedimentos necessários para sua purificação. Segundo a historiadora Ana Maria Colling, para Aristóteles (385-323, a.C.) “o primeiro desvio é o nascimento de uma fêmea”, e, em suas declarações, ele define diversas características do corpo feminino, delegando-o à inferioridade, numa analogia aos corpos masculinos (COLLING, 2015, p. 186). Seus corpos, eram, então, vistos como uma enorme esponja macia que absorve o sangue menstrual, e se esse sangue não for usado para a reprodução, poderia causar problemas gravíssimos a elas (LASKARIS, 2002, p. 184). No tratado de Hipócrates chamado *A Doença das Virgens*, ele já descrevia as alterações de comportamento, “alucinações e os delírios resultantes da retenção de fluxo menstrual, os mesmos relatados por Platão, Aristóteles e Plínio” (VALADARES *et al.*, 2006 p. 120).

Em um período ambientado misoginia, o discurso médico assume uma posição estratégica, a medicina e psiquiatria do oitocentos viria a absorver essas teorias, culminando na adequação de um quadro mental em que a mulher seria diagnosticada com inclinação para o

mal, como também avaliaram como uma doença ou transtorno exclusivo da mulher, por sua própria natureza corruptiva que era advinda do útero (Ibidem, 1993).

Nas experiências do cirurgião português Luís Gomes Ferreira (2002), em sua obra *Erário Mineral (1735)*, Ferreira admite ter presenciado na colônia um homem que ficou sem juízo após ter experimentado do sangue mensal de uma mulher. Provavelmente uma coincidência muito pontual, porém bem conveniente para descrever os danos terríveis que se fazem a menstruação. O comportamento das mulheres quando não lhe vinham a conjunção era, muitas vezes, associado à histeria <sup>27</sup>, uma vez que o sangue menstrual acaba por assumir o protagonismo sobre diversas moléstias, o fluido poderia causar doenças tanto nela quanto em quem entrasse em contato com seu excremento venenoso. Elucida-se uma leitura religiosa, em que a medicina se ampara, ao visualizar seu corpo como um veículo que incorpora o mau, senão, é o próprio mau, e é a intermediária da histeria (BOLLAS, 2000).

Nas colônias mineiras do Brasil no setecentos, obviamente, cabe ressaltar que os diagnósticos médicos, embora destinados às mulheres em geral, havia, notadamente, a leitura feita para as mulheres caucasianas, como por exemplo, das camadas mais elevadas e também as mais pobres e havia a leitura feita às mulheres negras escravas. À essas últimas, cabia um discurso de cunho mais severo e desumanizador, sujeitas a exploração sexual, cujo empecilho relacionado a sua raça/cor as delimitavam e as condicionam à luxúria e impudicícia. Destarte, nos relatos do cirurgião português Luís Gomes Ferreira (2002), segundo Dias (2002) percebe-se que tanto as mulheres caucasianas, mulatas, como as mulheres negras são diagnosticadas com insanidade pela falta da conjunção, pois essa determinaria seu equilíbrio físico, impedindo-as de desenvolverem a histeria. Assim sendo, construiu-se uma “especificidade da condição feminina diante da loucura” (DEL PRIORE, 2004, p. 340). A estrutura física e mental da mulher, no entendimento lusitano estava intrinsecamente entrelaçado, pois seu corpo frágil sendo delicado seria mais facilmente atravessado pelas doenças, oposto ao do corpo masculino (Ibidem, 2004).

Gomes Ferreira em seu tratado “se o sangue menstrual é venenoso e que danos faz”, afirma que viu um homem ficar louco e sem juízo após comer do sangue mensal de uma mulher, e, logo depois, veio a falecer (FERREIRA, 2002, p. 688). A crença de que a mulher tinha uma moral desviada é devido ao funcionamento particular de seu corpo, esse poderia apresentar

---

<sup>27</sup>As manifestações da histeria são múltiplas, de modo que seus sintomas podem ser observados na maioria das enfermidades, tais como febre, dores, sensações estranhas, espasmos, incapacidades funcionais, exacerbação das funções, uma vez que essa doença foi chamada de “a grande imitadora”. Por muito tempo a histeria foi considerada um padecimento exclusivo das mulheres, onde o seu nome de origem derivaria de *hystera* (em grego) =útero, matriz. (RAMADAM, 1985, pp. 5-6).



manifestações de seu gênero, com consequências que poderiam levá-las a fazerem mal aos homens, mesmo matá-los intencionalmente (Ibidem, 1993).

A mulher, com moral desvirtuada, agiria sem nenhuma obrigação ou sentimento de culpa frente as “regras” que regiam a sociedade, e em Minas Gerais, onde o saber de senso comum auxiliava na explicação de diversos fenômenos, o saber coletivo, construído ao longo dos séculos, contribuiu com sua bagagem empírica acerca do comportamento das mulheres, onde entraria em discussão a histeria feminina e a sexualidade delas (CUNHA, 2010). Segundo o historiador e filósofo Michel Foucault (1972) a loucura é como um personagem ou um conceito que muda conforme o contexto e sua época, e, no caso do século XVIII, ela assumiria como uma força insana, muitas vezes, provida da desrazão feminina, onde a mulher se sentiria inferiorizada em relação ao homem, uma vez que, a ciência médica teria delegado a esse corpo tantas desastres biológicos decorrentes de sua natureza.

O português Brás Luís de Abreu, conhecido médico e funcionário da inquisição do século XVIII, afirmava poder rastrear a ação das mulheres com moral desviada, as conhecidas feiticeiras, uma vez que, ele dizia ter conhecimento sobre os tratados demonológicos. Em sua obra *Portugal Médico (1726)*, ele chama a atenção para as curadoras ilegais, na qual chama de mezinheiras e benzedoras, afirmando que esses indivíduos provocavam mal via doença de feitiço, para ele eram médicas da Universidade do Inferno cujo ofício era matar e destruir a todos (NOGUEIRA, 2012).

É importante perceber, então, que a relação entre loucura e crime, atrelados a natureza da mulher, estava caminhando paulatinamente, e iria atingir um importante momento no período do oitocentos, quando os psiquiatras passam a diagnosticar as mulheres com “mentes criminosas” (Ibidem, 1993, p. 12).

### **6.1. Quando o útero ficou histórico: contextos e continuidades**

A análise entre crime e loucura associado à mulher deve começar pelo aparecimento da chamada Histeria, e não é fato inédito e sem propósito que ela aparece nas fontes documentais do setecentos e oitocentos, visto que ela começou a ser documentada desde o século IV a. C. Desde a Antiguidade “a origem da doença é atribuída ao útero, que também lhe empresta seu nome (hystera, “útero” em grego). Daí concluímos que ela é, desde o começo, atrelada à condição feminina” como também foi estudada apenas por homens. Assim, esses dois fatos

serão primordiais para a classificação e tratamento da histeria nos próximos dois mil anos (CAVALCANTE, 2017).

Segundo a Historiadora Mary Del Priore (2004) os médicos do setecentos se apropriaram das concepções dos doutores clássicos retomando suas teorias acerca do útero feminino e sua curiosa independência, ou seja, o útero da mulher é considerado um animal com vontades próprias, tendo a capacidade de se deslocar dentro do corpo da mulher, causando sintomas histéricos nela como desmaios, catalepsia e falta de ar. A mulher seria ordenada pela genitália, se tornando um monstro e uma eterna enferma, vítima de melancolias e de males maiores como a histeria e a ninfomania.

Nisto, a menstruação é a chave para muitas de suas respostas, pois, ela seria responsável por equilibrar físico e psicologicamente a mulher, livrando-a desses terríveis e contínuos acidentes, bem como, o homem seria sua causa eficiente, pois ocuparia um lugar essencial na saúde da mulher, uma vez que, por meio dele, haveria a procriação (Ibidem, 2004, p. 84). Para além disso, a sexualidade feminina é discutida quando se trata da histeria, desde a Roma Antiga Galeno (129-199 d.C.) relatou em de seus tratados que a histeria se manifestava entre mulheres que passavam por abstinência sexual, ou seja, a falta do sexo acumularia o “esperma feminino” envenenando o corpo feminino, o que ocasiona o desequilíbrio dos humores (Ibidem, 2017).

Na Idade média a histérica passa a ser vista como uma mulher dominada pelo demônio, justificativa suficiente para designá-las, muitas vezes, como bruxas, praticando exorcismos para livrá-las desse mal, como também, às sentenciando a morte na fogueira. No século XVII há uma retomada da discussão e a histeria é explicada pela ocorrência de vapores que circulam dentro do corpo. Se antes acreditavam que esses vapores passavam pela circulação sanguínea, agora acreditavam ser pelos nervos, e eles iriam influenciar na fermentação do esperma feminino, liberando vapores histéricos. Mas, curiosamente, somente os vapores femininos chegariam ao cérebro explicando a incidência mais em mulheres do que em homens. Portanto, o útero ganha a sua exclusividade como causador da doença, trazendo, a partir do momento, o cérebro para a discussão (Ibidem, 2017).

Quando o assunto chega no século XVIII, a origem das “doenças dos nervos” se volta para o cérebro, quaisquer que fossem as reações ou manifestações excessivas fora do “normal” e da moral, eram considerado histeria. Para detectar uma mulher histérica bastava conferir alguns comportamentos e atitudes desviantes, que iam desde não se ajustar a imagem ideal de mãe, ser aplicada assiduamente aos estudos e não aos filhos, alucinações, sensibilidade nos sentidos, enfraquecimento da atenção, indiscreto fundo erótico em suas falas, profunda

perversão na afetividade, entre outros muitos sintomas (Ibidem, 2004, p. 328). Muitas mulheres foram, assim, diagnosticadas como histéricas por atitudes que eram condizentes com o modelo criado pelos médicos para descrever uma pessoa sob essa influência dos vapores.

## 6.2. Quando a matriz é criminosa

Em *Erário Mineral (1735)*, diversas vezes Gomes Ferreira (2002) alerta acerca da maldade das mulheres com seu sangue menstrual, poderiam fazer mal a um homem estando menstruada ou com o seu próprio sangue daria ao homem para comê-lo, na intenção de possuir seu afeto ou mesmo assassiná-lo. A leitura é explícita o suficiente para indicar que essas atitudes ocorriam de forma repetida a até ritualizada, descrevendo-as como bruxas ou feiticeiras. Para além disso, no setecentos as mulheres negras escravas já eram encaradas como seres animalescos, onde o corpo da mulher negra com supostas características zoóides aproxima-se “do animal ou até confundindo-se com ele” (BRAGA, 2011, p. 6) já recebe o julgamento por sua cor de pele e, assim, quando “não raro, recorriam à fuga, ao suicídio e ao assassinato”(MOTT, 2013, p. 62), para livrar filhos, irmãos e a si próprias da escravidão, eram encaradas como seres sem alma ou sentimentos.

É fato que “o sobrenatural<sup>28</sup> povoava o imaginário do século XVIII” (CUNHA, 2010, p. 285), seja médicos, curandeiros ou a população compartilhavam da crença de que a doença era um castigo de Deus, o desequilíbrio dos fluidos corporais ou humorais era advindo do mal, onde o sangue menstrual foi considerado um líquido nocivo, utilizado por mulheres depravadas para uso de feitiço e para provocar a morte de alguém, ao passo que a percepção social, que engloba várias categorias ou estratos sociais, parecem compartilhar dos mesmos significados sobre o corpo feminino, concebendo-o como receptáculo maligno e doentio. As opiniões estavam envolvidas numa incerteza sobre as propriedades de seus “poderes ocultos”, pois um homem envenenado não poderia digeri-lo, mas recomendava-se esse fluído para retirar sinais de nascença de crianças (Ibidem, 2010). Para o bem ou (muito mais) para o mau, o imaginário coletivo incorporava um mito que seria difícil debatê-lo e fazia da mulher um agente maligno assassino. O historiador da medicina Charles Rosemberg (1992) discute sobre a interação

---

<sup>28</sup> A crença na eficácia da astrologia e sua prática se mantiveram em Portugal por muito tempo [...], crença essa que não era apenas cultivada na corte, mas também entre os estratos mais populares da sociedade portuguesa e, conseqüentemente, na colônia mineira. A astrologia, a numerologia, conceitos como microcosmo, a consideração de certos fatos no universo serem mágicos consiste em acreditar que o cosmo é um todo e está em sintonia com os demais, ou seja, toda a natureza e o corpo humano. Dessa forma, há a garantia de ocorrerem fenômenos ocultos, onde depositam a fé em rezas e coisas parecidas. (BELLINI, 2016, p. 105, 112).

complexa entre o biológico e o social, onde as doenças são forjadas historicamente, assumindo, assim, uma verdade dentro de um contexto social.

O medo baseado em superstições, então, fez com que os médicos setecentistas as caracterizassem como feiticeiras e assassinas, sendo que, no interior das colônias mineiras, quando ocorriam mortes em que um homem vinha a falecer e não se encontrava a causa, muitas opiniões, seja médica ou de cunho popular, reforçaram a presença de feitiços<sup>29</sup> feitos por mulheres que se utilizavam de seu sangue menstrual. Alguns dos sintomas que as “vítimas” apresentavam antes eram, pois, “inchaços, impotência sexual (ligamento), entre outros, que minavam o corpo, a mente e o comportamento das vítimas” (NOGUEIRA, 2012, p. 267).

As mulheres caucasianas que moravam nas colônias estavam confinadas a esfera do privado sendo empurradas para a depressão, melancolia e luxúria, e, frequentemente, suas atitudes seriam questionadas pelo gênero masculino. As escravas estavam sujeitas a inúmeros abusos dentro e fora da casa grande, negras e pardas prestavam serviços no interior das vilas e campos, sejam em boticas como também nas casas de prostituição, e, assim, formavam “subculturas homossexuais” num ato de proteção e acolhimento entre elas, um comportamento que, embora corresse risco de ser punido, no Brasil colonial, nenhuma teria sido queimada viva, conforme a legislação, mas foram repreendidas e ameaçadas, taxadas de desviantes. Condutas e atitudes como essas, que envolviam a atividade sexual, eram compreendidas pelos homens como uma profunda perversidade afetiva, diferente do padrão moral esperado por elas. Logo, suas ações seriam anormais, considerando que o plano ético estaria em risco, as mulheres históricas, seriam, portanto, potencialmente criminosas, sendo manipuladas por sua matriz (Ibidem, 2004).

Segundo o historiador, filósofo e teórico social Michel Foucault em sua obra *O nascimento da clínica* (1977), os países ocidentais no final do século XVII se depararam com dispositivos da medicina que tratam da sexualidade e da reprodução, a medicina foi instrumento de penetração na sociedade e desenvolveu um papel político na prática social, delimitando as ações e protagonizando o novo projeto de controle social. A doença passou a ser vista como uma causa de desorganização e de mau funcionamento social, e o médico passa a assumir o papel de educador moral e dos costumes. A mulher retorna, ou melhor, continua a ser o objeto de saber médico, que provavelmente nunca deixou de ser. Áreas como “a higiene, a psiquiatria

---

<sup>29</sup> O termo *feitiço* pode ser encontrado na documentação de Gomes Ferreira (1735), *Erário Mineral*, onde ele faz menção a muitos males e sintomas causados por ação de bruxas e mulheres depravadas. Acreditava-se que bruxas manipulam as forças sobrenaturais para fins maléficis, como enganar homens, envenená-los ou possuir seu afeto, utilizando-se de seu sangue mensal, seja dando-lhes de beber ou usando em algum composto (FERREIRA, 2002).

e medicina legal” são áreas que foram trazidas para participar do discurso disciplinador (Ibidem, 2002).

Posteriormente, os doutores do oitocentos as diagnosticaram por seus acessos ocasionais de confusão mental, movidas por motivos, muitas vezes, sentimentais ou emocionais, onde as condicionariam a um quadro específico de comportamento exclusivo delas, devido aos seus intensos vapores maléficos. Assim, esses aspectos definiam o delito da autora do crime garantindo-lhe a absolvição. Os investigadores iriam tratar as mulheres assassinas como agentes irresponsáveis, acentuando o aspecto de distúrbio histérico, “associando um quadro de irresponsabilidade a uma descrição mais ampla do ciclo vital biológico feminino”. Os documentos analisados pelos investigadores eram cartas, diários em que haviam “declarações pessoais de desespero, do ciúme e da raiva”, declarações que as mulheres usavam para justificar a “insanidade temporária” que as fizera agir com violência e brutalidade. Seria difícil para os médicos, então, “traçar limites entre paixão e doença”, entre sentimento e impulsos mórbidos, como também, os júris teriam de examinar o caráter das acusadas, levando em consideração todos esses elementos (Ibidem, 1993, p. 230).

O fato interessante, no dezenove, é que a resolução dos casos ou crimes que envolviam a mulher como autora do homicídio acabavam por considerar, então, a histeria como personagem principal de manipulação da mente feminina, assim, quando as mulheres apresentavam “tendência a soluçar, indisposição para comer ou um caráter mercurial”, ou seja, inteligência, animação, raciocínio rápido, sujeita a mudanças repentinas e imprevisíveis de humor, “poderia afastar qualquer motivo aparentemente doentio e ao mesmo tempo significar que o indivíduo não era perigoso ou merecia castigo” (Ibidem, 1993). Embora reconhecendo a anormalidade feminina, os médicos acabavam por decidir que nenhuma mulher era irresponsável, sempre expressando seu horror pelas suas ações nos relatórios, descrevendo-as como repugnantes e perigosas. Muitos diagnósticos afirmavam tanto que as disposições históricas estavam “associadas a distúrbios instintivos ou deficiências mentais” como também poderia ser um estágio de loucura temporário. De todo modo, os aspectos orgânicos femininos irão qualificá-las por meio das referências da lógica médica.

As mulheres, no período do dezoito e dezenove, que apresentassem emoções exageradas, curiosidade acerca de sua sexualidade eram diagnosticadas como um ser que estaria sendo manipulado por um animal que morava dentro delas, que dominava seu cérebro, elas obedeceriam aos instintos servilmente, onde seriam capazes de matar e mentir

dissimuladamente, uma vez que, possuiriam um caráter perverso pela sua própria natureza (Ibidem, 1993, p. 247-249).

Os estudos sobre a fisiologia desvendaram os “mistérios” relacionados a constituição feminina, principalmente em relação a menstruação. Contudo, o século dezenove estabelecerá restrições temíveis e coercivas, onde as mulheres consideradas saudáveis seriam aquelas que abdicasse de relações sexuais extraconjugais, da masturbação e da prostituição, que significavam doenças (Ibidem, 2002).

O corpo feminino, configurado e enxergado como objeto de investigação médica, será o corpo utilizado para a teatralização da histeria, onde serão produzidos relatos e registros de produções de verdades sobre a sexualidade feminina, tendo em vista que esse aspecto está interligado com os compêndios fisiológicos femininos, a exemplo do útero e a menstruação, culminando na invasão atemporal do corpo feminino, ainda que tenha sofrido adaptações ao longo do tempo, se constituindo uma obsessão de longa duração (FOUCAULT, 1985).

### Referências

ABREU, Jean Luiz Neves Abreu. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FIORUZ, 2011.

BELLINI, Lígia. **O grande fulcro: representação do corpo e cultura médica no Portugal renascentista**—São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

BOLLAS, Christopher. **Hysteria**. Tradução de Monica seincman. —São Paulo: Escuta, 2000.

BRAGA, Amanda. **Dispositivos de uma beleza negra no Brasil**. Silel, Uberlândia, Edufu, Anais, v. 2, n. 2. 2011. Disponível em: <<http://desejante.files.wordpress.com/2013/10/beleza-negra.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2020

CAVALCANTE, Thaís Jamyle Pinheiro Dionísio. **Histeria: da antiguidade ao século XIX**. EPP. 2017. Disponível em:< <https://www.apsicanalise.com/index.php/blog-psicanalise/48-artigos/593-histeria-da-antiguidade-ao-seculo-xix>> Acesso em: 14 de Jun. 2020.

CARVALHO, Fabiana; FALKENBACH, Atos Prinz. **O histórico da menstruação e sua relação com a saúde da mulher**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 135 – Agosto. 2009. Disponível em:<<https://www.efdeportes.com/efd135/menstruacao-e-saude-da-mulher.htm>>. Acesso em: 2 de Jun. 2020.

COELHO, Ronaldo Simões. **O Erário Mineral divertido e curioso: a arte de curar**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte; Rio

de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

COLLING, Ana Maria. **A construção histórica do corpo feminino**. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. – ISSN online 1981-3082. 2015. Disponível em:<[www.seer.ufu.br › index.php › nequem › article › view](http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view)> Acesso em: 8 de Jul. 2020.

CUNHA, Luciola de Lima. **Erário Mineral: práticas curativas no Brasil do século XVIII**. 2010.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condições femininas, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Brasília, Rio de Janeiro: EdUnB, José Olímpio, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. (Org) Carla Bassanesi. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento -1710-1733**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FERREIRA, Luís Gomes Ferreira. **Tratado I: da cura das pontadas pleuríticas e suas observações**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Editora Perspectiva. 1972.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: III o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque-Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Editora Forense Universitária- Rio de Janeiro. 1977

HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim do século**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

LASKARIS, Julie. **Error, loss, and chance in the generation of therapies**. In: Hippocrates in context. Org. JOHN, Scarborough. PHILIP, J. Van Der Eijk Ann Hanson Nancy Siraisi. Vol. 31. Brill Leiden – Boston .2002. Disponível em:<<https://bok.lat/book/974463/69185d?regionChanged=&redirect=7809549>>.

MARTINS, L. AIC.P.; SILVA, P.J.C. & MUTARELLI, S.R.K. **A teoria dos temperamentos : do corpus hippocraticum ao século XIX**. Memorandum. 2008. Disponível em :<<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a14/martisilmuta01.pdf>>.

- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio**. R. Historia, São Paulo, 120, p.85-96, jan/jul. 1989. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18594>>.
- NOGUEIRA, André Luís Lima. **Doenças de feitiço as Minas setecentistas e o imaginário das doenças**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.259-278, jan/jun 2012. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/12.pdf>>
- PORTER, Roy. VIGARELLO, Georges. **Corpo, saúde e doenças**. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges. História do Corpo: Da Renascença às Luzes – Vol I. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- RAMADAM, Zacaria Borge Ali. **A histeria. Série princípios**. Editora Ática S.A. 1985.
- ROSEMBERG, Charles. **Explaining epidemics and others studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/12.pdf>>.
- VALADARES, Gislene C. et al. **Transtorno disfórico pré-menstrual revisão: conceito, história, epidemiologia e etiologia**. Rev. psiquiatr. clín., São Paulo , v. 33, n. 3, p. 117-123, 2006 . Disponível:< <http://www.scielo.br/scielo.php?>>
- VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro:Editora FIOCRUZ, 2002.



## NADIR GOUVÊA KFOURI: A REITORA E A DEMOCRACIA PUQUIANA

Marilene Rodrigues Quintino<sup>30</sup>

### Resumo:

Essa comunicação oral trata da pesquisa que analisa a presença feminina na mais alta instância de poder político e administrativo em universidades a partir da experiência de Nadir Gouvêa Kfourri (1976-1984) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, uma das pioneiras no que se refere à gestão de mulheres em sua reitoria. A pesquisa surge da inquietação acerca do fato de ainda existirem poucas mulheres ocupando o cargo de reitoria no país e busca rastrear pela história da PUC/SP – caracterizada por uma tradição democrática de gestão – questionando se a vanguarda da gestão feminina de Nadir Kfourri se forja com o próprio ideal de identidade democrática da universidade ainda no contexto da ditadura militar. A escolha por essa gestão da PUC-SP nesse período é relevante por ser, naquele momento, marcado pela ebulição das discussões acerca de valores democráticos e pelo pioneirismo, na primeira gestão de uma reitoria feminina em universidades católicas no mundo e, para segunda gestão, por ser a primeira reitora eleita no país. Foi durante as gestões de Kfourri, que aconteceram em momentos de grande tensão na PUC-SP no contexto da repressão dos governos militares, a Universidade se transformou em palco privilegiado de mudanças de comportamento que apontavam para a instalação do processo democrático, em dissonância, naquele momento histórico, com as demais universidades brasileiras.

A pesquisa utiliza como fonte a documentação institucional da universidade, ou seja, fontes produzidas pela própria instituição – relatórios de gestão, atas e comunicados da reitoria – e por órgãos de organização da comunidade universitária, o periódico Porandubas que circulava nos campus e na chamada grande imprensa (Estado de São Paulo e Folha de São Paulo). Além disso, faz-se análise da vasta produção de documentação oral produzida pelo Projeto No Laboratório de Palavras com entrevistas com pessoas que estão ligados a memória da instituição, bem como entrevistas produzidas com a reitora em diferentes momentos da sua vida.

---

<sup>30</sup> Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (2007) e Especialização pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019). Mestranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Busca-se refletir e discutir a respeito das vivências e da participação de um mulher nesse locus de poder analisando as especificidades e desafios, sejam estruturais, institucionais, ideológicas ou simbólicas, que se apresentavam no cotidiano de Nadir Kfoury frente a gestão na universidade. Além disso, procura verificar quais estratégias a reitora lançou mão para enfrentar processos num período de efervescência política e cultural no país e na PUC/SP, analisando as permanências e mudanças, confrontos e contradições vividas na sua gestão. A investigação, ainda em processo de elaboração, se enveredou pelas reflexões sobre como é lembrada as gestões de Nadir e suas intersecções com a história da própria universidade, questionando se o pioneirismo da gestão de mulheres na reitoria e em outras instâncias decisórias se forja com a “vocação democrática” dessa universidade.

**Palavras-chave:** Mulheres; reitoras; democracia; universidade; ditadura.

Em 6 de junho de 2016 o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava a escolha de uma nova Reitora para universidade: Maria Amalia Pie Abib Andery. Na matéria, a Reitora evocava que sua gestão buscava a retomada de um “vanguardismo” da Universidade

A PUC precisa assumir de fato o que tradicionalmente se reconhece como qualidade acadêmica. E recuperar o vanguardismo que a universidade sempre teve: social, político, cultural e acadêmico-científico. (VEIGA, 2016)

Assim novamente uma mulher encabeçava a Reitoria universidade num contexto em que, ao mesmo tempo, ratificava a posição da PUC/SP como a universidade brasileira com mais reitoras mulheres em sua história, bem como também assumia a gestão após um polêmico processo de escolha/indicação de sua antecessora, Anna Maria Marques Cintra, em 2012. Isso porque Anna Maria Marques Cintra fora nomeada, pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo e Grão-Chanceler da universidade, D. Odilo Pedro Scherer apesar de figurar como terceira colocada na lista tríplice composta após pleito eleitoral em consulta a comunidade universitária.

Tempos depois, a *Folha de São Paulo* em 03 de setembro de 2018 noticiava uma proposta apresentada pela mantenedora Fundação São Paulo para mudança no Estatuto da universidade visando acabar com a eleição direta para reitor. O então presidente da entidade que representa os professores da universidade, APROPUC<sup>31</sup>, rechaçava essa proposta trazendo

---

<sup>31</sup> A Associação de Professores da PUC/SP, APROPUC, representada acima pelo seu então presidente, João Batista Teixeira, data sua fundação de 1976, primeiro ano da gestão da reitora Nadir Gouvêa Kfoury na Universidade.

a defesa dessa tradição democrática para escolha de reitor conquistada em 1980 na gestão de Nadir Kfourri.

A PUC-SP foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil a ter eleição direta para reitor. No início dos anos 1980, ainda durante a ditadura militar, a professora Nadir Kfourri foi eleita para o cargo pela comunidade acadêmica.

Temos uma trajetória histórica de 40 anos de democracia na universidade, de eleições para os cargos diretivos, que esta proposta de estatuto quer destruir. A eleição direta foi uma conquista, pioneira na época da ditadura. (ESTARQUE, 2015)

Foi na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que se viu a posse da primeira mulher como reitora e, sob sua gestão, a primeira eleição para tal cargo entre as universidades brasileiras: Nadir Gouveia Kfourri<sup>32</sup> (1976-80) e (1980-84). Mulheres e universidade, a reitora Nadir e a vanguarda da universidade democrática PUC-SP foram os nortes que se lastreiam a dissertação de mestrado em desenvolvimento na instituição e, parte dos seus resultados serão apresentados nesse artigo.

A discussão sobre a representatividade de mulheres<sup>33</sup> assumindo o cargo de gestão máxima em universidade ensejam as reflexões sobre como foi rememorada as gestões de Nadir – denominada aqui como a “Era Nadir” – e qual a relevância dessa discussão para a história da própria universidade, caracterizada por uma tradição democrática de gestão, questionando se o pioneirismo da gestão de mulheres<sup>34</sup> na reitoria e em outras instâncias decisórias se forja com a “vocação democrática” dessa universidade.

Primeiramente, há de se destacar que já existia uma considerável produção com estudos sobre as diferentes perspectivas e disputas de projetos que advogaram uma “identidade democrática” da PUC/SP. Muitas foram as pesquisas que analisaram como essa universidade se tornou um espaço/lugar cujas especificidades e particularidades historicamente convergiram

---

<sup>32</sup> Nadir Gouvêa Kfourri foi uma das pioneiras no Serviço Social no país, tendo se graduado no primeiro curso de São Paulo. Também fez Pós-Graduação, na mesma área, nos Estados Unidos. Por conta disso, foi responsável por gerações de assistentes sociais, dando cursos em todo o Brasil e em países da América do Sul. Ademais, foi perita das Nações Unidas, dando aulas em escolas sediadas em Madri e Barcelona. Sua entrada na PUC-SP se oficializa em 1970, quando a Escola de Serviço Social passou a integrar a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Já em 1972, se tornava Diretora do Centro de Ciências Humanas.

<sup>33</sup> Vale destacar, a atual reitora Maria Amália iniciou sua carreira na universidade em 1978 – ainda na gestão de Nadir – assumia a PUC/SP no ano que a Universidade completava 70 anos, com complexidades que vão desde positivas como no que se refere a questões financeiras divulgando o primeiro balanço positivo desde os anos 1980.

<sup>34</sup> Além de Nadir Gouvêa Kfourri, ressalta-se que a PUC-SP também já passou pelas gestões de Leila Barbara, Maura Pardini, Anna Maria Marques Cintra e, atualmente, Maria Amália Pie Abib Andery.

para forjá-la – nas memórias da instituição – como confessional, comunitária e democrática<sup>35</sup>. O desafio esteve em lançar a lupa onde as análises não se detiveram: no papel desempenhado por uma mulher no intenso processo de disputas e crises que a universidade passava às portas do fim dos regimes autoritários, em busca da quimera de uma democracia plena.

O ano de 1975 foi celebrado como o Ano Internacional da Mulher<sup>36</sup>. Esse fato esteve ressaltado na fala do Grão-Chanceler quando então indicou Prof. Dra. Nadir Gouvêa Kfourri para Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Marcando uma vanguarda, Nadir Kfourri se tornava então a primeira mulher a assumir a Reitoria em uma Universidade Católica no mundo. No Brasil, foi segunda mulher a assumir esse alto cargo de gestão em Universidade no país<sup>37</sup>.

Dom Paulo me chamou e comentou, brincando, que se tratava do ano “Ano Internacional da Mulher”, e que ele gostaria que a Universidade Católica – onde um número tão grande de mulheres estudava e onde havia, também, um número muito grande e muito competente de mulheres universitárias docentes – tivesse, à sua frente, uma reitora, uma mulher. (KFOURI, 2001, 223-238)

Nos documentos e bibliografias analisadas constatou-se a recorrência de narrativas elogiosas que se dirigem a Nadir por sua sólida e notória trajetória profissional como uma das pioneiras na área de Serviço Social<sup>38</sup>. Além disso, seu engajamento nas pautas sociais encampadas pelos novos rumos da igreja católica, sua participação nas discussões acerca da Reforma Universitária, entre outros vários fatores auxiliam na compreensão acerca de quais foram às condições que contribuíram/permitiram sua chegada a Reitoria da PUC/SP.

Iniciando pela sua trajetória profissional, cabe localizar as condições pessoais de acesso à educação da Reitora em toda sua formação. Nascida em uma família de origem libanesa, teve acesso à educação nas instituições mais tradicionais paulistanas, primeiro na Escola Normal

---

<sup>35</sup> BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

<sup>36</sup> A literatura corrente sobre o “surgimento” o movimento feminista brasileiro costuma apontar os eventos patrocinados pela ONU em 1975 como marco inicial do feminismo brasileiro nessa nova fase (COSTA, Ana Alice Alcântara. **O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar**. In: Gênero, feminismos e Ditaduras no Cone Sul, Org. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2010, 177).

<sup>37</sup> A primeira Reitora do país, anos antes, havia sido a jurista Esther de Figueiredo Ferraz na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Vale destacar que Esther também fora primeira mulher a dar aula na Faculdade de Direito da USP, primeira secretária da Educação de São Paulo e, em 1882, primeira-ministra de Estado, na pasta da Educação, durante regime militar no governo de João Figueiredo (1979-1985). Nadir e Esther foram colegas nos cursos da Escola Normal Caetano de Campos e, mais tarde, no curso de especialização (WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita, 2016.16), sendo assim, contemporâneas e suas trajetórias se cruzam também no auge da carreira profissional de ambas.

<sup>38</sup> YASBECK, 1977.

Caetano de Campos e depois no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Também passou pela experiência de fazer pós-graduação nos Estados Unidos (Catholic University, 1942) e, na volta ao Brasil, trabalhou no Brasil inteiro com a LBA<sup>39</sup>. Além disso, prestou serviços às Nações Unidas atuando em diversos países na América Latina e na Espanha.

Não obstante, no seu ambiente familiar foi lhe propiciado o incentivo à leitura pelo pai (hábito que a reitora vai identificar como de relevância nas suas entrevistas), além da diversa formação cultural em que pode conviver, entre outros, com artistas Modernistas que circulavam nos círculos de amizade da família. Nesse sentido, Nadir mesmo num período em que o amplo acesso à Educação e/ou Ensino Superior – especialmente às mulheres – não era de amplo acesso, pode usufruir de uma sólida formação.

As literaturas que analisam as possibilidades de acesso às mulheres<sup>40</sup> nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, ajudaram a refletir sobre como se deu a entrada das mulheres nas universidades, e desta forma pode auxiliar a compreensão dos esboços de cenários que, posteriormente, possibilitaram algumas dessas mulheres galgarem espaços nessas instituições nas décadas seguintes.

Perpassando as “etapas” que as mulheres passaram para se inserir na universidade, cabe destacar que, desde a primeira lei de Ensino formal no país,<sup>41</sup> que apenas permitia instrução em grau primário para mulheres e ainda assim, de maneira geral, norteadas por uma educação que deveria situar a mulher e sua contribuição específica no cuidado do lar/filhos.

Não sem motivo, a distinção entre ensino primário/profissional e secundário/superior se estabeleceu reservando às camadas da elite a segunda opção. Dito isso, mesmo quando as mulheres acessam o ensino superior, se projeta a questão da “guetização” das carreiras

<sup>39</sup> A Legião Brasileira de Assistência surgiu, em 1942, como órgão assistencial público fundado pela então primeira-dama Darcy Vargas. No contexto da Segunda Guerra Mundial tinha como função prestar auxílio às famílias dos soldados. Encerrada a guerra, o órgão continua a existir e passava a ajudar famílias em situação de pobreza, tornando-se fundação em 1969 vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Encerrou suas atividades em 1995.

<sup>40</sup> Cabe ressaltar, trata-se nesse caso das análises que a partir de pesquisas sobre as possibilidades e condições à educação de mulheres brancas, em sua maioria, da elite paulistana a partir da década de 1930.

<sup>41</sup> Lei de 15 de Outubro de 1827 registrava “Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fôrma do art. 7º.

Disponível : [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html#:~:text=Manda%20criar%20escolas%20de%20primeiras.logares%20mais%20populosos%20do%20Imp%20rio.&text=Art%204%C2%BA%20As%20escolas%20ser%C3%A3o.que%20f%C3%B3r%20possivel%20estab%20elecerem%20Dse.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html#:~:text=Manda%20criar%20escolas%20de%20primeiras.logares%20mais%20populosos%20do%20Imp%20rio.&text=Art%204%C2%BA%20As%20escolas%20ser%C3%A3o.que%20f%C3%B3r%20possivel%20estab%20elecerem%20Dse.) Consulta em 21/09/2020.

escolares<sup>42</sup>. Há um grande volume de pesquisas que discutem a feminização de carreiras que teriam “perfil” profissional para mulheres, tais como a professora e enfermeira.<sup>43</sup>

O ingresso mais substancial de mulheres na academia que se iniciou na década de 1930 com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934. eram signatários desse saber desinteressado ou, no máximo, voltado ao magistério no sentido que não prejudicasse (ofendesse) a posição das mulheres da elite paulistana. Sendo assim, não houve a princípio um projeto de profissionalização e/ou incentivo para uma carreira acadêmica<sup>44</sup>.

Um novo cenário de “invasão” das mulheres na Academia<sup>45</sup> tanto ocupando o espaço físico quanto no campo da produção do conhecimento<sup>46</sup> só entraria em ebulição gerações depois, reavivados pelas novas ondas feministas do final década de 1960 e 1970 do século XX, com o re florescimento dos movimentos feministas nas principais cidades capitalistas ocidentais reivindicando direitos civis e questionando a falta de representatividade efetiva nos mais diversos espaços na sociedade. (MATOS, 2019, 29-48)

Nesse sentido, a trajetória profissional de Nadir perpassou por esses períodos, desde o início de sua formação no contexto das novas possibilidades de Educação para “moças” da sociedade paulista<sup>47</sup> que se engajaram nos movimentos advindos da Igreja a partir da década de 1930 até quando assumiu a Reitoria da PUC/SP em finais da década de 1970, no momento em a universidade era “tomada” por mulheres.

Em seus depoimentos Nadir enfatizava a competência das colegas da Escola de Serviço Social e o pioneirismo (o seu, inclusive) dessas mulheres que iniciavam a profissão de Serviço Social no país. Suas ligações com a escola e própria profissão estavam patentes ao longo das entrevistas que cedeu.

<sup>42</sup> ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 515-540, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200011>.

<sup>43</sup> SPONCHIADO, Justina Inês. **Docência e relações de gênero: um estudo de dissertações e teses defendidas em instituições brasileiras no período de 1981 a 1995**. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 1997; VIANNA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero na docência*. Cadernos Pagu. Campinas, n. 17-18, 2002, 81-103.

<sup>44</sup> TRIGO, Maria Helena Bueno. **A Mulher Universitária: Códigos de sociabilidade e relações de gênero**. In: BRUSCHINI, Maria Cristina. *Novos Olhares: Mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

<sup>45</sup> RAGO, Margareth. **A AVENTURA DE CONTAR-SE: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>46</sup> MATOS, Maria Izilda Santos. **Cotidiano e Cultura – História, Cidade e Trabalho**. 3ª ed. Bauru, SP: e-Manuscrito, 2019, 29-48.

<sup>47</sup> Em que conviveu com mulheres que também assumiram posições de destaque no período como Esther de Figueiredo Ferraz, Helena Junqueira e Luci Pestana Silva (WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita, 2016).

Nesse momento havia uma grande preocupação com o problema social e havia sido fundada aqui a primeira escola de Serviço Social do Brasil (...) E eu então entrei para essa escola onde me formei em 1938. E a partir daí minha vida ficou vinculada a essa escola. (WANDERLEY; YAZBEK, 2016, 23)

A profissão de Serviço Social apareceu no final do século XIX na Europa diretamente vinculada às ações da igreja católica numa lógica de racionalização da caridade. No Brasil ela desembarcava na década de 1930 no contexto do início do governo de Getúlio Vargas com a latência da Questão Social. Nessa esteira, essa profissão foi marcada no seu nascedouro pela exclusividade da participação de mulheres dessa elite paulistana ligadas à igreja católica.

A entrada do Serviço Social no Brasil tem um direcionamento da Igreja Católica aliada à burguesia e ao Estado (como ocorreu na Europa) e somente moças católicas, indicadas por suas paróquias, poderiam fazer o curso. A primeira escola organizada em 1936 recebeu apenas mulheres, algumas que haviam feito magistério como Helena Junqueira (1913-1997) e Nadir Gouvêa Kfourri (1913-2011). (CINTRA, 2017)

Além disso, ainda durante sua formação na Escola Normal Caetano de Campos que iniciou sua participação no CEAS<sup>48</sup> que, posteriormente, foi um dos promotores da Ação Católica em São Paulo. A ligação de Nadir à Ação Católica e JEC<sup>49</sup> se conectava com outros eventos que mais adiante ajudam a entender o peso de seu nome na indicação para a Reitoria da PUC/SP.

Tratava-se de trazer para a direção da Universidade não apenas uma mulher, mas, sim, uma mulher engajada e conhecedora das questões sociais. Portanto, levar a Universidade à caminhada do povo, através de projetos acadêmicos amplos que se coadunassem com o espírito de justiça evangelizadora da Igreja naquele momento. (KFOURI, 2001, 223-228)

Somando-se a isso, Nadir Kfourri compusera juntamente com D. Candido Padim, a comitiva brasileira que participou dos Concílios Episcopais realizados em Buga (1967-68), que propuseram os novos rumos que Igreja para a América Latina<sup>50</sup>.

Ressalta-se também que Nadir se vinculava a implantação da Reforma Universitária da PUC/SP, engajando essa experiência com as orientações oriundas do Documento de Buga. O

---

<sup>48</sup> Centro de Estudos e Ação Social “surgiu após a realização de um curso intensivo de formação social para moças, organizado pelas cónegas de Santo Agostinho, entre 1º de abril e 15 de maio de 1932” WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita, 2016, 19). Segundo as autoras, o curso teve “grande aceitação entre jovens católicas” apresentavam-se como uma oposição as “ideias liberais e comunistas”. O CEAS se tornaria mais tarde a entidade fundadora e mantenedora da Escola de Serviço Social.

<sup>49</sup> A Juventude Estudantil Católica nasce como um grupo, basicamente, feminino em 1935. Também na JEC foi utilizado o método de trabalho dos demais movimentos da Ação Católica (ver-julgar-agir).

<sup>50</sup> ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social), PUC-SP, São Paulo, 1999.

que permite verificar que a Reitora se alinhava às práticas que D. Paulo manifestava na sua administração da cúria de São Paulo, agora trazendo alguém aderente às orientações conciliares da Igreja, agora também para dentro dos muros da Universidade Católica.

Quando a Escola de Serviço Social foi integrada à PUC/SP no período de Pós-Reforma Universitária, Nadir chegou a assumir a Diretoria do Centro de Ciências Humanas, em dezembro de 1972. Dessa maneira, não só reunia uma série de “pré-requisitos” no que diz respeito à experiência administrativa, alinhamento com os ideais da Igreja e internamento entre seus pares tinham boa aceitação, estando diretamente engajada com as questões da Universidade o que poderia lhe possibilitar a articulação das novas mudanças e comportamentos que apontavam para a instalação de processos democráticos, então pioneiros na PUC/SP.

Contudo, mesmo entre esse grupo de “mulheres notáveis<sup>51</sup>” que se formam nessas primeiras décadas do século XX em São Paulo, a ascensão à Reitoria de uma Universidade por Nadir ganhou importância pela singularidade de suas condições. Mesmo com boa sustentação sua indicação se projetou como “quebra” de paradigmas no momento de ebulição na Universidade Católica de São Paulo e na própria Igreja.

Partindo do princípio de que as mulheres, mesmo representando, há algumas décadas, um grande contingente no contexto das universidades brasileiras, crescente ano a ano, não conseguem alcançar significativamente as instâncias decisórias<sup>52</sup>. E, nesse sentido, faz um esforço para entender as “visibilidades e/ou invisibilidades” das mulheres na universidade.

Nesse contexto, tratar da visibilidade das mulheres nos espaços públicos implica questionar as práticas e concepções tradicionais para visibilizá-las, como possibilidade de alargar as zonas de conhecimento do contingente feminino que, historicamente, se constituiu nos espaços privados, mas que transitou para o público, mesmo encontrando ainda hoje as portas só “entreabertas”.(SOUZA, 2012; SARDENBERG, 2013)

A notícia da indicação de Nadir apesar de recebida de maneiras singulares em dois jornais de maior circulação de São Paulo guardam algumas semelhanças no que concerne às análises sob essas perspectivas de gênero. Na *Folha de S. Paulo* de 03 de setembro de 1976,

<sup>51</sup> WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016.

<sup>52</sup> SOUZA, R. G. S. **A Universidade e as relações de gênero: o acesso e as experiências vivenciadas pelas mulheres nas instâncias de poder**. Anais do XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e Relações de Gênero. Salvador, v. 17, 2012.; SARDENBERG, C. M. B. **Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas Universidades**. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis - SC, v. 10, 2013, 01-12 e **Gênero e Mulheres nas Universidades - um estudo de caso na UFBA**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.



dia do anúncio da indicação de Nadir à Reitoria, houve apenas uma nota no canto de página do caderno Educação que elenca brevemente o currículo de Nadir, ressaltando sua experiência no magistério dentro e fora do país.

Aparecendo como sua maior “qualificação” o magistério, função que se destacou no registro de tratamento endereçado a Nadir na bibliografia da instituição que, de alguma maneira, perpassou sua gestão. Nesse sentido, por diversas vezes a referência a ela não por sua titulação de doutorado (como acontece na maioria das vezes quando se refere aos colegas homens) ou até pela função que ocupava de reitora. Enquanto na documentação e/ou bibliografia isso é uma prática regular quando se nomeia ou refere-se a personagens masculinos da história da instituição, em muitas passagens a Reitora carrega a referência ao magistério, Profa. Nadir, ou simplesmente Dona Nadir<sup>53</sup>. Dessa maneira, questiona-se se mais do que um tratamento de “afeto” qual a representação dessa diferença quando se trata de uma narrativa sobre seus pares, inclusive seus vice-reitores, tanto na documentação quanto na historiografia.

No que tange a recepção de seu nome para a nova reitoria da universidade, a notícia de 04 de setembro de 1976 ainda na *Folha de S. Paulo*, se manifestava discutindo como a comunidade da PUC/SP apoiou e/ou via a indicação de Nadir Kfourri.

A notícia de que a professora Nadir Gouvea Kfourri havia sido escolhida por D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo e Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica para assumir a Reitoria daquela instituição, a partir de novembro, foi recebida pelos professores, alunos e funcionários daquela universidade como “uma esperança e uma garantia de que o diálogo será a norma de conduta entre todos”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1976, n° 59.63)

Enquanto isso, no *O Estado de S. Paulo* da mesma data, a matéria chamava a atenção para a surpresa da nomeação, narrando os embates que estavam em jogo para a nomeação da próxima reitoria da PUC/SP e quais elementos poderiam ajudar a entender a opção do Grão-Chanceler.

A escolha da professora Nadir Gouvêa Kfourri para a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, anunciada ontem pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, surpreendeu até mesmo os professores que apoiavam o seu nome para o cargo: pela primeira vez, nos 30 de história da PUC, uma mulher assume a Reitoria. E também pela primeira vez o cargo é dado a um representante do grupo ligado a implantação da reforma universitária da PUC – hoje a segunda universidade do Estado, com 30 mil alunos, mil professores e 10 cursos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, 14)

---

<sup>53</sup> WANDERLEY, YASBECK, op. cit, 14.

Na extensa matéria se discorre quais outros nomes “reitoráveis” e seus respectivos grupos e projetos de universidade estavam em disputa nesse período. E como a indicação de Nadir se vislumbrava uma “virada” na abertura da universidade “pro povo”, ratificando o que o Grão-Chanceler reivindicava também a sua gestão da cúria paulistana.

Nadir “herdou” a crise financeira e administrativa que se acumulava na PUC/SP e, adicionalmente, a esse legado somaram-se eventos de impacto (tais como a emblemática Invasão de 22 de setembro de 1977) que forjarão uma identidade ímpar nas gestões de Nadir. Na literatura da instituição se consolidou uma memória da gestão Nadir que forjou a “identidade democrática” da PUC- SP.

A administração da Reitora Nadir Kfoury (1976-1984) teria consolidado não só o processo de reforma e democratização da estrutura e dos processos decisórios na universidade, como também projetado essa identidade democrática na opinião pública brasileira, quando enfrentou as forças repressivas do Estado. (CANHA, 2013, 25)

Nesse bojo, a bibliografia e fontes coincidem na informação de que foi a Invasão de 22 de setembro que possibilitou o “auge” dessa projeção da universidade na imprensa e, nessa ocasião, também a figura de enfrentamento da Reitora é alçada nos debates sobre autonomia universitária.

Noticiada amplamente pela imprensa, permanece na memória a cena histórica protagonizada pela reitora, ao deixar o secretário da Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, de mão suspensa no ar, ao se recusar a cumprimentá-lo na noite em que a polícia que ele comandava invadiu violentamente a PUC-SP, onde se realizava um encontro para retomada da UNE, em 1977. "Não dou a mão a assassinos", disse do alto de sua altiva indignação. (WANDERLEY; YASBECK, 2016, 35)

Foi a (des)construção e a análise da representação<sup>54</sup> dessa imagem simbólica da Reitora diante das autoridades, nesse momento ímpar na trajetória da universidade. A respeito da questão, se verificou como peso dessa incumbência se internalizou na memória da Reitora, conforme análise de falas dela todas as vezes que foi arguida sobre essa lembrança. A Reitora, nessas ocasiões, ratificava a afirmação de que não gostava de rememorar esse momento da sua gestão.

**Você, neste momento, está ouvindo, aí, pela movimentação, que hoje, justamente, está se rememorando aquele fato lamentável, que foi o da invasão da nossa Universidade. Então, eu penso que não é possível pensar na minha gestão sem esta ocorrência tão dolorosa,**

<sup>54</sup> CHARTIER, Roger. A História da Cultura. **Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, s/d.

**na medida em que foi uma violência, e a violência é sempre alguma coisa que choca. Até hoje me causa um impacto falar sobre isso. Eu me emociono quando falo sobre isso. Hoje o que a gente sente, aí é o compasso da música que se está ouvindo. Não é? Porque os nossos alunos entendem que é preciso ter presente essa memória, mas que, também, a gente vê o lado positivo dela, que foi essa aglutinação de todos aqui: corpo docente, administrativo discente, em tomo da nossa Universidade. (KFOURI, 2015, 386)**

Nesse sentido, a reitora avaliava a importância que a Invasão proporcionou um devir de “aglutinação” em volta da questão da democracia na universidade em todos os níveis. Que dizer, concomitantemente a projeção da imagem da PUC/SP como um ambiente democrático que sofre uma “intervenção” direta em sua autonomia foi para a imprensa paulista e opinião pública, como no seio da instituição se fortalece a “auto preservação” da democracia puquiana por toda a comunidade universitária.

**Então este fato da invasão da PUC, realmente, eu acho que representa um marco na minha gestão. Com toda esta carga negativa que um ato de violência representa invadir uma Universidade, com aquelas consequências que nós todos conhecemos, houve, também, isso que se diz, que “Deus escreve direito por linhas tortas” [...] um aspecto positivo, que foi uma unidade maior na nossa Universidade, em torno do seu projeto, e num certo sentido, também uma luta, que deixou arraigada em nós essa ideia de abertura, e de abertura democrática. (KFOURI, 2015, 386)**

Nota-se como se reivindicava novamente a relevância simbólica da imagem de Nadir frente ao coronel Erasmo Dias na noite da Invasão. Essa imagem perpassou as narrativas de testemunhos e produziu uma memória de enfrentamento e indignação visualmente apreensível com a reitora Nadir deixando o secretário de segurança de mãos abanando no ar. Ela teria dito que “não apertaria assassinos”<sup>55</sup>.

Essa indignação que levou “professora Nadir” ao enfrentamento das autoridades foi verificada novamente na entrevista quando a reitora, lembrando-se dos fatos ao dia anterior a Invasão, teria sido impedida de entrar na universidade e que, para fazê-lo, teve que questionar uma ordem, impondo a sua própria autoridade á frente da universidade.

---

<sup>55</sup> KFOURI, Juca. **Com a Dia, não tinha escuridão**. In: Nadir Gouvea Kfourir. WANDERLEY, YASBEK, 2016: 48-51.

Assim, a mulher religiosa, de refinada educação na função de Reitora que pelos testemunhos documentais e registros na bibliografia da instituição foi lembrada e celebrada por sua habilidade ímpar de interlocução entre a comunidade universitária, internalizou, sentiu e analisou a agressão sofrida pela PUC/SP. Conforme análise desses registros, o incômodo e a tristeza desse momento ficou marcado em Nadir Kfoury pelo resto de sua vida, ainda que reconhecendo sua relevância no fazer-se da experiência democrática puquiana.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO JUNIOR, F. de. **Uma Igreja pobre e para os pobres: abordagem teológico-pastoral**. Revista Pistis & Praxis, Teologia Pastoral, Curitiba, v. 8, n. 3, 2016, 631-65.
- AVELINO, Yvone Dias. **Experiências e Trajetórias de vida. As tramas da Memória Universitária a partir de depoimentos orais**. In Revista Projeto História 22. Jun. 01. 223-238.
- BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CHARTIER, Roger. A História da Cultura. **Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, s/d.
- CALDAS, Terezinha Maria Leite. **Gênero e Diversidade: as reitoras da UFG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2011.
- CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979-1988)**. Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2013.
- ESTARQUE, Marina. Fundação ligada à Igreja quer acabar com eleição para reitor na PUC-SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n.32660, 3 de set. 2018. Cotidiano. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/fundacao-ligada-a-igreja-quer-acabar-com-eleicao-para-reitor-na-puc-sp.shtml>> Acesso em 20 jul. 2020
- FOLHA DE SÃO PAULO, 04 de set. 1976, n° 59.63, ano 56.
- FROTA, Luciana Silveira de Aragão e; AVELINO, Yvone Dias; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: coletânea de documentos (1979-1985)**. Fortaleza: SOCER, 2015, 1 CD-ROM, 586.

KFOURI, Juca. **Com a Dia, não tinha escuridão**. In: Nadir Gouvea Kfourir. WANDERLEY, YASBEK, 2016: 48-51.

KFOURI, Nadir Gouveia [Entrevista cedida à] Yvone Dias Avelino realizado em 22/09/1982. **Experiências e Trajetórias de vida. As tramas da Memória Universitária a partir de depoimentos orais**. In Revista Projeto História 22. Jun/01. Pp.223-238, Jun/01.

\_\_\_\_\_. [Entrevista cedida à] Yvone Dias Avelino realizada em 27/09/1982 **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: coletânea de documentos (1979-1985)**. Fortaleza: SOCER, 2015, 1 CD-ROM, 586.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Cotidiano e Cultura – História, Cidade e Trabalho**. 3ª ed. Bauru, SP: e-Manuscrito, 2019, 29-48

O ESTADO DE SÃO PAULO, 03 set.1976.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

RAGO, Margareth. **A AVENTURA DE CONTAR-SE: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, 515-540, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200011>

SARDENBERG, C. M. B. **Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas Universidades**. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis - SC, v. 10, 2013, 01-12 e **Gênero e Mulheres nas Universidades - um estudo de caso na UFBA**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Mariangela Borba. **Mulheres acadêmicas na USP (in) memoriais: “...a trajetória somos nós”**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz. **A Universidade, igreja e modernidade: a restauração e inovação**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SOUZA, R. G. S. **A Universidade e as relações de gênero: o acesso e as experiências vivenciadas pelas mulheres nas instâncias de poder.** Anais do XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e Relações de Gênero. Salvador, v. 17, 2012.

SPONCHIADO, Justina Inês. **Docência e relações de gênero: um estudo de dissertações e teses defendidas em instituições brasileiras no período de 1981 a 1995.** Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 1997; VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero na docência. Cadernos Pagu. Campinas, n. 17-18, 2002, 81-103.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **A Mulher Universitária: Códigos de sociabilidade e relações de gênero.** In: BRUSCHINI, Maria Cristina. *Novos Olhares: Mulheres e relações de gênero no Brasil.* São Paulo: Marco Zero, 1994.

VEIGA, Edison. Nova reitora da Puc SP quer recuperar o vanguardismo da Universidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 de jun. de 2016. Blogs. Disponível em < <https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/nova-reitora-da-puc-sp-quer-recuperar-o-vanguardismo-da-universidade/>> Acesso em 15 de jun. 2020.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri.** São Paulo: EDUC, 2016.

YASBECK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. 1977.** 111 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica.** Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social), PUC-SP, São Paulo, 1999.

## **LUTE COMO UMA LÉSBICA: PANORAMA HISTÓRICO DO DIA NACIONAL DO ORGULHO LÉSBICO NARRADO NO BOLETIM CHANACOMCHANA**

Jaíne Chianca da Silva<sup>56</sup>

### **Resumo:**

Falar sobre o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, que é comemorado em 19 de Agosto, é falar sobre um ato político de grande importância que aconteceu em 1983, liderado pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). No dia 19 de agosto de 1983, no Ferro's Bar, localizado na cidade de São Paulo, as integrantes do GALF juntamente com a deputada Ruth Escobar (PMDB), da vereadora Ireda Cardoso (PT), dentre outros políticos, advogados, fotógrafos, fizeram acontecer o “happening político”, como as autoras falam. Tornando-se mais uma conquista para o movimento lésbico brasileiro. As integrantes do GALF queriam vender livremente as edições do boletim ChanacomChana (1982-1987) sem sofrerem agressões físicas e/ou verbais. Mas, mais importante que isto, elas queriam a liberdade de se expressarem como eram em uma sociedade falocrática, que excluía/exclui o feminino, principalmente quando esse feminino amava/ama outro feminino. Debater sobre a visibilidade lésbica é um exemplo de luta considerando o atual quadro sócio político em que nos encontramos nessas primeiras décadas do século XXI. São os discursos inscritos no boletim ChanacomChana sobre este ato político e suas intencionalidades que queremos analisar como ferramenta metodológica de pesquisa. Para contribuir e atribuir sentido a estas interações e discussões, que ainda estão presentes na nossa sociedade do século XXI, utilizaremos diálogos teóricos e metodológicos fornecidos principalmente por Patrícia Lessa, Michel Foucault, Félix Guattari e Suely Rolnik.

**Palavras-chaves:** Dia Nacional do Orgulho Lésbico; GALF; Boletim ChanacomChana; Ferro's Bar.

Tânia Navarro-Swain, no seu livro *O que é lesbianismo* (2004, p. 13) problematiza sobre a historicidade das mulheres lésbicas, questionando: “Se as mulheres começaram a surgir na

---

<sup>56</sup> Estudante de pós-graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande-PB.

História a partir do feminismo, onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontra-las? ”.

O que restou dos fragmentos das relações entre as mulheres é muito pouco, isto pode ser explicado pelo fato de que os relacionamentos homoafetivos entre mulheres fogem do padrão, da lógica, causam desordem ao modelo heteronormativo<sup>57</sup> defendido pela sociedade, mas que no privado não é seguido pela grande maioria.

Sendo assim, as pessoas que escapam desse padrão são marginalizadas, apagadas da historiografia, mas isso não significa que não tenham existido, significa que a memória que compõe essas histórias vividas foi deixada de lado por narrativas hegemônicas.

Deste modo, falar sobre o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, que é comemorado em 19 de Agosto, é falar sobre um ato político de grande importância que aconteceu em 1983, na cidade de São Paulo, liderado pelas lesbianas<sup>58</sup> do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF).

Este grupo foi um subgrupo formado somente por lésbicas feministas dentro do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, posteriormente, Somos de Afirmação Homossexual (SOMOS) – primeiro grupo homossexual do país. Porém, após uma série de conflitos com os demais integrantes do SOMOS, o GALF decidiu separar-se e tornou-se autônomo a partir de 1980.

Na edição número 3 do boletim *ChanacomChana* as integrantes do GALF explicaram um dos motivos que levaram ao afastamento do grupo SOMOS. Segundo elas:

[...] Nossa separação dos homens, naquela época em que se suponha poder haver uma igualdade no encaminhamento das questões das lésbicas e dos bichas, foi considerada separatista, divisionista e radical. [...] Mas, acontece que já naquele ano, percebíamos a grande diferença entre ser uma mulher lésbica em nossa sociedade falocêntrica e ser um homem bicha nesta mesma instituição (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p. 2).

<sup>57</sup> Entende-se o heteronormativo ou a heteronormatividade como um conjunto de regras a serem seguidas para validar o sexo e a reprodução e que criam um sistema de controle social e institucional que até as pessoas que se relacionam com outras do sexo oposto estão inseridas. Ver: RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Editora Antelope Publications, n. 5, 2010, pp. 17-44. WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero**. 1980. Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf). Acesso em: 17 jul. 2020.

<sup>58</sup> Utilizamos as palavras “lesbiana” e “lesbiandade” amparadas no conceito de Patrícia Lessa. Ver: LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979 – 2006)**. Brasília : [s.n.], 2007. A autora substituiu as palavras lésbica e lesbianismo por lesbiana e lesbiandade, respectivamente, pois, segundo ela, as duas primeiras estão ligadas ao discurso científico do século XIX, que classifica as práticas de lesbiandade como patologia, perversões sexuais, crime. Renomear, ressignificar, neste caso, é uma tentativa de transformar os sentidos e dar oportunidade que essas personagens sociais – lesbianas – tenham oportunidade de criar outros imaginários na sociedade.



As lésbicas do SOMOS se conscientizaram que o sistema desigual baseado em uma normativa de gênero as submetiam a um sistema sexista onde suas pautas eram tratadas como inferiores e as mulheres como auxiliares da ação, permanecendo atrás das cortinas da luta o que acarretou nessa ruptura com o SOMOS e o nascimento de um grupo lésbico.

As integrantes do GALF falaram que mesmo quando participavam do SOMOS era notório seu poder de provocar polêmicas. Tinham como objetivos a conscientização e emancipação de mulheres lesbianas, principalmente através do jornal *ChanacomChana* (1981) – publicado pelo Grupo Lésbico-Feminista (LF) – e, posteriormente, pelo boletim *ChanacomChana* (1982-1987) – publicado pelo GALF. Ambos os periódicos foram espaços de resistência, que questionavam a dominação sexista patriarcal e os padrões de feminino e masculino, marcadamente heterossexuais.

É importante frisar que, tanto o jornal, quanto o boletim *ChanacomChana* foram produzidos em um contexto de ditadura civil-militar no país, um período marcado pela consolidação de movimentos sociais, acompanhada pela intensificação dos protestos que exigiam o retorno ao regime democrático e a anistia política.

Os periódicos serviram de ferramenta para tirar as lesbianas da clandestinidade, abordando temas específicos de suas vivências, confrontou o imaginário popular baseado em estereótipos e lutou pela normalização da homossexualidade como uma das tantas sexualidades existentes.

O *ChanacomChana* pode ser considerado uma forma de representação social, um instrumento de visibilidade, para que outras mulheres pudessem buscar suporte, pois debatia sobre as necessidades das mulheres lesbianas, evidenciava uma forma de viver diferente da normativa heterossexual – por exemplo, falando sobre a questão da maternidade para mulheres lesbianas – e incluía debates e assuntos feministas. Foi um espaço que abriu a possibilidade de que lesbianas, de diferentes localidades, apesar de toda pressão, opressão e repressão moral e estatal, criassem laços, tanto afetivos, quanto políticos e se percebessem em grupo.

Dentre as tantas narrativas presentes nas doze edições do boletim *ChanacomChana*, trabalharemos em específico na narrativa<sup>59</sup> trazida na edição número 4, em que foi explanado um exemplo de grande destaque dentro da História dos movimentos lesbianos brasileiros.

---

<sup>59</sup> Ver a narrativa completa no boletim *ChanacomChana*, n. 4, 1983, p. 1.

Ocorreu no dia 19 de Agosto de 1983, no Ferro's Bar, que ficava na Rua Martinho Prado, nas proximidades da Rua Augusta, na cidade de São Paulo.

O bar era frequentado por muitas lesbianas e um espaço adequado para a venda do boletim *ChanacomChana*, porém, no dia 23 de julho de 1983, um dos donos do bar juntamente com alguns seguranças e o porteiro quiseram expulsar as integrantes do GALF utilizando a força física. Enquanto estes puxavam-nas para fora do bar, parte das lesbianas que também estavam presentes, tentavam segurá-las dentro.

O dono do bar alegava que elas estavam fazendo arruaça dentro do ambiente, chamaram a polícia e, por incrível que pareça, esta se colocou como imparcial, afirmando que os direitos são para todos os brasileiros. Nesta noite do dia 23 puderam permanecer no bar.

Po

Articularam-se e no dia 19 de agosto de 1983, no Ferro's Bar, as integrantes do GALF juntamente com alguns companheiros do Outra Coisa Ação Homossexualista, da deputada Ruth Escobar (PMDB), da vereadora Irede Cardoso (PT), de algumas feministas, da advogada Zulaiê Cobra Ribeiro – representante da Ordem dos Advogados (OAB) e da Comissão de Direitos Humanos – dentre outros políticos, advogados, fotógrafos, fizeram acontecer o “*happening político*”, como as autoras falaram.

O “*happening político*” tinha o intuito de denunciar as várias agressões físicas e verbais que o GALF vinha sofrendo dentro do bar, como também, a liberdade de vender as edições do boletim *ChanacomChana* livremente.

No relato, o GALF falou que foi um evento muito conturbado, com empurrões, gritarias, *flashes* dos fotógrafos presentes no local, enfim, precisou-se de um motim para que o dono do bar aprovasse a presença delas no local e deixasse que o *ChanacomChana* fosse vendido. Como elas mesmas falaram, foi uma vitória contra o preconceito.

Pensando nesse poder exercido pelos donos do Ferro's Bar, que queriam evitar a presença de lesbianas no ambiente, ou melhor, excluir simbolicamente representatividades lesbianas, Michel Foucault (2008) afirma que o poder começou a conduzir a vida e, nesse sentido, os diversos grupos que constituem uma nação. Sendo assim, a biopolítica seria a união do poder com o saber. Ela é um conjunto de estratégias, mecanismos biológicos, que passam a fazer parte das estratégias políticas. Dentre elas temos: higienização, alimentação, sexualidade. A partir dessas estratégias, toda a dinâmica da população, seu corpo, sua sexualidade, sua subjetividade, passam a fazer parte de uma gestão disciplinar.

O biopoder passa a ser exercido pelas diferentes instituições e indivíduos, de modo a formatar corpos dóceis<sup>60</sup>, necessários ao capitalismo. Utilizando-se a biopolítica, há a produção de um novo tipo de subjetividade, a do indivíduo que traz dentro de si uma inferioridade única, passível de ser disciplinada e apta a ser acessada pelos mecanismos que controlam as sexualidades diferentes da heteronormativa.

Sendo assim, podemos perceber que os donos do Ferro's Bar utilizaram de mecanismos de biopoder e opressão para barrar a entrada de lesbianas no local e a venda do boletim *ChanacomChana*.

A sexualidade lesbiana tornou-se não só um dispositivo de desvio, mas de administração das diferenças. Habitando entre o crime e a patologia, ela rompe com a imposição de micropoderes sobre os corpos, sejam os vindos de instituições médicas, farmacêuticas, sejam os vindos dos indivíduos que integram a sociedade no geral.

No episódio ocorrido no Ferro's Bar existiram mecanismos de controle do corpo lesbiano e de uma sexualidade que difere da heterossexual. A vitória das lesbianas no dia 19 de agosto de 1983 rompeu com dispositivos do biopoder na medida em que as integrantes do GALF decidiram não aceitar que suas existências fossem negadas, silenciadas e excluídas simplesmente por causa de sua sexualidade.

Michel Foucault coloca que na sociedade sabemos que nem tudo pode ser dito, porém, existem duas regiões em que “os buracos negros” se multiplicam, que são as regiões da política e sexualidade. “[...] como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”. (FOUCAULT, 1996, pp. 9-10).

Trazendo para a temática sobre sexualidade, em que os casos destoantes do padrão cis-heteronormativo-cristão-branco ainda são vistos como tabu, ter o poder de proferir discursos é uma conquista<sup>61</sup> enorme e que causa medo aos dominadores. “[...] o discurso não é

---

<sup>60</sup> Termo utilizado por Michel Foucault para se referir a noção de corpo que foi inventada a partir do século XVIII. Um corpo concomitantemente dócil e frágil, fácil de manipular e passível de dominação. Diferente dos princípios de escravização e de domesticidade dos séculos anteriores, a disciplina agora criaria um corpo para fins predeterminados, com capacidade para desempenhar as mais variadas tarefas. Um corpo humilde, especializado e dócil. Esse corpo só pode ser usado como fonte econômica, necessária ao capitalismo, e como força útil, desde que seja, ao mesmo tempo, produtivo e submisso. Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

<sup>61</sup> Preferimos optar por esta palavra visto que os grupos que vivem tangentes à sociedade – pretos, LGBTQ+ (lesbianas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, *queers* e outros) – tem, na grande maioria das vezes, que lutar pelos seus direitos, que, mesmo seus, precisam ser conquistados, pois são tidos pela grande parte da sociedade como indivíduos que não merecem fazer parte dela ou que precisam sofrer para sobreviverem.

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

O espaço que o GALF conquistou e o acontecimento no Ferro’s Bar puderam ser vistos como temidos pela sociedade. Elas conseguiram mobilizar diversos grupos já supracitados para estarem presentes no dia 19 de Agosto e usaram seu lugar de fala para denunciar violências sociais que a sociedade quis apagar, silenciar e mascarar. Então, valorizar esta data, esta luta é agradecer pelos espaços já conquistados em que grupos LGBTQ+<sup>62</sup> podem frequentar.

Sabemos que os discursos podem conter em si palavras verdadeiras e palavras falsas, que carregam intencionalidades. Os enunciados discursivos são questionados a partir dos sujeitos que falam e de onde falam – “pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros.” (FOUCAULT, 1996, p. 43).

Por isto que carregam tanto poder, as intenções que estão intrínsecas aos discursos expõem muitas informações, representam, neste momento específico, um marco que ficou gravado na história do movimento lésbiano.

As ações políticas do GALF nos oferecem pistas para pensarmos o confronto dos discursos que constroem uma ação transformadora ao redor da diversidade e da multiplicidade, reivindicando liberdade em seus processos de subjetivação, criando imagens de representatividade para as lésbicas.

Esse quadro de construção de novas estratégias sociais, com ações políticas das lésbicas implica em rupturas abertas pelos processos de singularização, que almejam novas formas de sensibilidade, propostas pelas aparições do GALF em vários eventos. Esses processos de singularização possibilitam a constituição de micropolíticas, como Félix Guattari e Suely Rolnik (1996, p. 30) falam “[...] toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível de onde emergem.”

Enquanto atuam como processos de singularização, de micropolítica nas mais variadas maneiras e resistência molecular, essas ações do GALF e de tantos outros grupos de resistência

---

<sup>62</sup> Optamos por utilizar o sinal de “+” presente na sigla para representar as diversas pluralidades de identidades que existem, pois entendemos que ao fechar a sigla poderíamos estar desconsiderando as diversas singularidades e sexualidades.

supracitados, podem manter em permanente questionamento o projeto de controle sóciopolítico dos diversos indivíduos marcados como corpos sexuados.

Guattari e Rolnik (1996, p. 148) colocam que o Estado assistencial produz uma política de segregação que empurra os grupos vistos como minoritários e, em um segundo momento, ele próprio vem socorrê-los, com a condição de que estes passem a atuar dentro do sistema de controle. Os autores continuam dizendo que só haverá uma verdadeira autonomia quando os indivíduos, as famílias e os grupos sociais de base forem capazes de escolher por si próprio o que querem. O que aconteceu no Ferro's Bar foi exemplo de uma pluralidade que rompeu com a proposta de uma identidade cultural homogênea e unificada.

Em 2001 a Rede de Informação Um Outro Olhar (UOO) – da qual Míriam Martinho, a mesma que participava do GALF desde seu surgimento, também faz parte – em homenagem a ativista Rosely Roth – uma das antigas integrantes do GALF – , decidiu propor o dia 19 de agosto como Dia do Orgulho Lésbico.

Segundo Míriam Martinho (2009, p. 1), no dia 11 de junho de 2003, as ativistas Luiza Granado e Neusa Maria de Jesus, da UOO e da Associação da Parada do Orgulho LGBT, que trabalhavam na formação de uma secretaria de lesbianas dentro da associação, organizaram um debate específico sobre a questão das lesbianas e dentro do debate lançaram publicamente o dia 19 de agosto como Dia do Orgulho Lésbico.

A autora continua dizendo que no dia 19 de Junho de 2008, a Assembleia Legislativa paulista aprovou o projeto e instituiu o Dia do Orgulho Lésbico no Estado de São Paulo. Mas desde 2003 a data vem sendo lembrada e comemorada em várias partes do Brasil.

A atuação das lesbianas do GALF, como exposto, foi bastante expressiva no Brasil. Pensar nesses momentos é pensar na história de resistência que o grupo criou ao longo dos 9 anos. É entender a trajetória histórica do movimento lésbico e igualmente, perceber como essas mulheres se viam fazendo política e fazendo resistência, como se representavam e autorrepresentavam.

Esse “*happening* político” foi o momento de mais uma conquista para o movimento lésbico brasileiro. O mês inteiro de agosto é considerado o mês da visibilidade lésbica. No dia 29 comemora-se o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e o dia 19 de Agosto é considerado o Dia Nacional do Orgulho Lésbico.

## REFERÊNCIAS

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 3, 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978/1979). Edição estabelecida por Michel Senallart : sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão : revisão da tradução Claudia Berliner. – São Paulo : Martins Fontes, 2008. – (Coleção tópicos).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. Ed, Petrópolis: Vozes, 1996.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade (Brasil, 1979 – 2006)**. Brasília : [s.n.], 2007.

\_\_\_\_\_. **Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do boletim ChanacomChana**. Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. Sem. 2008.

MARTINHO, Mírian. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lesbiana no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html> Acesso em: 29 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **19 de Agosto dia do Orgulho das lésbicas no Brasil**. In. Um outro olhar online. São Paulo, 2009.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos ; 313).

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Editora Antelope Publications, n. 5, 2010.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero**. 1980, p. 6. Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf).

Acesso em: 17 jul. 2020

**“QUE DIREI DE MIM SE ME PERGUNTAREM QUEM SOU?”:  
HISTÓRIAS E SUBJETIVIDADES NA ESCRITA DE FÁTIMA  
QUINTAS**

Luíza Vieira Cavalcanti<sup>63</sup>  
Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral<sup>64</sup>

**Resumo:**

Maria de Fátima de Andrade Quintas é uma antropóloga nacionalmente conhecida por sua atuação nas Ciências Sociais. Nascida na cidade do Recife, em 28 de fevereiro de 1944, sua trajetória foi acompanhada por um midiático destaque na atuação acadêmica que vem exercendo. No ano de 2003, tornou-se imortal pela Academia Pernambucana de Letras e, alguns anos depois, foi eleita presidente desta instituição, tornando-se a primeira mulher a ocupar tal cargo. A sua obra mais recente foi publicada em 2018, trata-se de uma autobiografia, construída a partir de recortes do seu diário. As obras de Fátima Quintas apresentam temáticas variadas, tratando-se tanto de temáticas acadêmicas como de suas subjetividades. Com este trabalho, nos propomos a analisar o prisma subjetivo da intelectual, problematizando aspectos de sua vida e obra a partir da ótica dos estudos de gênero. Para tal finalidade, utilizamos como principais fontes três de seus livros, que são escritos em primeira pessoa: “Alfenins e Alfinetes (fragmentos)” (2008), “Realejos e cristais” (2010) e “Tempos Partidos (memórias)” (2018). Assim, buscamos estabelecer um entrecruzamento a partir do que a mesma fala sobre si e sobre o mundo com o que sua trajetória e posição sociocultural apontam sobre ela. Ademais, como aportes teórico-metodológicos, utilizamos Judith Butler, para definição do conceito de gênero e, Cecil Jeanine Albert Zinani, para a problematização entre o feminino e a subjetividade através da escrita.

**Palavras-chave:** História, Gênero, Literatura.

---

<sup>63</sup> Graduanda em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Integrante do Cactos – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero. Bolsista PIBIC-UNICAP. E-mail: [luizavieiracavalcanti@gmail.com](mailto:luizavieiracavalcanti@gmail.com).

<sup>64</sup> Docente do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco. Coordenador do Cactos – Núcleo Unicap de Estudos de Gênero. E-mail: [walter.amaral@unicap.br](mailto:walter.amaral@unicap.br).

## Histórias e subjetividades

Fátima Quintas é uma escritora bem reconhecida no meio acadêmico e com obras de grande circulação no ciclo intelectual brasileiro, especialmente pernambucano. No entanto, dificilmente encontramos informações acerca do seu lado subjetivo nas mídias. Em face desta questão, compreendemos em nossa pesquisa, a necessidade de abordar tal tema. Isso, porque, não obstante suas obras científicas serem as mais vendidas e apontarem muitos aspectos de sua personalidade, ela também possui livros ficcionais ou com temas mais pessoais. Estas obras abrem um leque de possibilidades para a construção de narrativas sobre a mulher, trazendo em pauta outros aspectos de sua vida, multifacetando os estudos e amplificando as discussões sobre como os gêneros estiveram relacionados em sua trajetória, seus discursos e suas obras.

A escolha de utilizarmos a Literatura como fonte para elaboração deste estudo não foi desproposita e muito menos livre de significados. A História passou por significativas mudanças com o passar do século XX, a consolidação enquanto um campo científico foi uma das mais marcantes para historiografia como um todo. Nesse processo, houve uma ampla restrição dos métodos, das fontes ou objetos possíveis para a escrita e produção científica. Isso, porque foi necessário, em primeiro um momento estabelecer regras para a área não apenas ser reconhecida perante as/os cientistas de outros campos, mas também, pela própria sociedade. Porém, a partir do momento em que a dinâmica cultural ao redor do mundo foi se alterando, concomitantemente, as percepções sobre as áreas de conhecimento também sofreram mudanças, que acabam reverberando na problematização das fontes e objetos.

Com efeito, as transfigurações são consequências, em grande parte, de movimentações sociais. Duas dessas destacam-se para o tema abordado neste tópico e que impactam diretamente na pesquisa que desenvolvemos sobre a acadêmica. A primeira delas foi a Virada Linguística, iniciada na década de 1960, que, como aponta a filósofa Inês Lacerda Araújo, mudou a estrutura da lógica até então empregada à linguagem, que neste momento deixou de ser entendida como casual (Cf.: ARAÚJO, 2004, p. 108). Este estabelecimento também contribui, e muito, para o conceito de gênero que consideramos neste estudo. Outrossim, ele seria definido como algo que estaria relacionado diretamente à linguagem e, que, não existe nem antes, nem depois dela. Em outras palavras: “A linguagem é investida do poder de criar ‘o socialmente real’ por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes” (BUTLER, 2017, p. 200). Logo, tanto o “sexo”, quanto o “gênero” são estruturas socialmente criadas e que continuam



sendo legitimadas pela própria linguagem, que pode contribuir para a propagação desses conceitos, mas também pode auxiliar no combate a tais definições.

A extensão da Virada Linguística vai para além do impacto na Filosofia, chegando a influenciar áreas das Ciências Humanas como um todo. No caso da historiografia, entender o papel da linguagem como um fator operante e impregnado de poder, os instrumentos de veículo para essa linguagem, passa a significar em suas entrelinhas uma possibilidade para a História. A Literatura, como tal instrumento, torna-se mais visada pelas/os historiadoras/es. Entretanto, sua problematização enquanto fonte e objeto torna-se mais forte na década de 1980, com a terceira geração da *Escola dos Annales*, que contribui para a ampliação das possibilidades pluridisciplinares tanto com as Ciências Sociais, como a obras literárias (Cf.: BARROS, 2010, p. 23). Assim, desde então, historiadoras/es passaram, cada vez mais, demonstrarem interesses nessa relação, desenvolvendo metodologias para as/os que desejassem seguir com tal abordagem.

Destarte, desenvolvemos este presente artigo, seguindo o pensamento de que a linguagem é uma grande definidora das instituições sociais, e, estudando-a através da literatura, acreditamos ser possível não apenas entendermos mais sobre a trajetória de um indivíduo em si, mas também, o que nela/e se expressa sobre a sociedade em que se vive. Logo, pautando o lado da antropóloga Fátima Quintas, sobre o que ela fala de si mesma e o mundo ao seu redor, passa a ser possível estabelecermos algumas deduções acerca do meio em que está inscrita. Dentro dessa perspectiva, acreditamos que,

Em relação à escrita feminina, é imprescindível o domínio da linguagem para que, por meio do deslocamento das categorias estabelecidas pela estrutura dominante, seja valorizada a experiência feminina e proposta uma literatura que leve ao questionamento dos conceitos tradicionais, e possibilitando a criação de uma identidade gendrada específica (ZINANI, 2013, p. 40).

Portanto, além da escrita feminina por si só já ser um ato de resistência aos cânones do mundo patriarcal, a mesma nos ajuda a termos uma maior compreensão sobre as dinâmicas pessoais de quem a escreve. E, analisar tais pontos, contribuindo para a divulgação dessas trajetórias, problematizando certos aspectos é de suma importância. Em outros termos, a “análise da situação cultural da mulher é relevante no sentido de verificar como ela vê o outro, como é vista pelo grupo dominante e, conseqüentemente, si mesma” (ZANINE, 2013, p. 25). Ademais, explorar suas subjetividades é categorizar uma visão sobre o mundo que pode nos permitir o entendimento e questionamento das conjunturas sociais como um todo. À vista do exposto, pretendemos colocar em pauta a trajetória da escritora Fatima Quintas, e entendermos

o que ela nos tem a dizer sobre sua realidade e seu gênero através dos livros “Alfenins e Alfinetes (fragmentos)” (2008), “Realejos e Cristais” (2010) e “Tempos Partidos (memórias)” (2018).

### Saberemos defini-la?

Apesar de todos os atenuantes, escrever sobre a trajetória de uma mulher é um desafio, ou, conforme diria Arlette Farge, “uma aventura editorial” (2015, p. 103). A própria Fátima Quintas reconhece tais dificuldades. No texto “Saberei definir-me”, postado por ela mesma em seu blog pessoal, problematiza o ato de apresentar-se:

Que direi de mim se me perguntarem quem sou? Quão difícil a resposta! Permito-me confissões desconexas, pensamentos soltos, jorros incontroláveis, mas tudo isso à sombra de uma aguda espontaneidade. E a imaginação flui num desejo incontrolável de transformar a palavra em círios de eternidade, de diluir-se em letras como se a marca da escrita representasse o ponto original da existência, a pedra fundamental de que faço uso, instrumento indispensável à vida, oxigênio puro, ar conveniente à respiração. A escrita me desafiando, minuto a minuto, uma espécie de chamamento do qual não consigo me desvencilhar. Primeiro, as sílabas; depois, os vocábulos; e a idéia se fazendo matéria-viva (QUINTAS, 2010).

Portanto, assumindo os riscos que envolvem a proposta, partimos para uma breve descrição biográfica utilizando alguns dos vestígios que a própria se permitiu deixar, através de seus escritos. É certo que a obra “Tempos Partidos (memórias)” oferece-nos um bom panorama da sua trajetória, pois se trata de peça uma autobiográfica, com descrições em primeira pessoa e recortes do “Baú de Feitiços” da intelectual, que funciona quase como uma espécie de diário para a mesma. Utilizando deste livro, publicado pela editora Bagaço, em 2018, e cruzando as informações com outras fontes, é possível estabelecermos contundentes elementos de sua trajetória de vida.

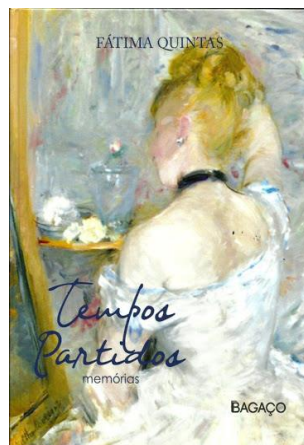


Imagem 1: capa do livro “Tempos Partidos (memórias)” (2018).

Maria de Fátima de Andrade Quintas nasceu na cidade do Recife, em 28 de fevereiro de 1944, sendo a segunda filha do casal Amaro Quintas, um conhecido historiador pernambucano, e Edith Queiroz, uma mulher erudita que se dedicou aos trabalhos em casa. Segundo conta no livro, sua irmã mais nova, Elisa, tomava todas as atenções por onde andava, pois era “bonita, feminina, encantadora”. Enquanto ela sentia-se como o “patinho feio” de sua casa (Cf.: QUINTAS, 2018, p. 87), mas que, apesar desses sentimentos sua mãe sempre a entendia, sem mesmo ser necessário dizer algo. Edith foi uma das grandes responsáveis para a intelectual enveredar no mundo das letras, pois elas trocavam mensagens através de bilhetes, quando Fátima ainda estava aprendendo a escrever.

Além disso, também destaca neste livro, que seu pai tinha certa predileção por seu irmão mais velho, deixando as duas irmãs com menos liberdade para saírem, namorarem, conhecerem novas pessoas, considera inclusive que, se esses privilégios não se dariam por um machismo estruturado. Não obstante, Amaro também desempenhou um papel indispensável para a sua trajetória no mundo intelectual, pois sua biblioteca era considerada como um lugar de refúgio, em que passava o tempo explorando as letras, ensaiando escritas. Sua admiração por ele também é evidente, pois nas entrevistas que dá sempre comenta sobre a sua figura, escreveu um livro sobre sua biografia e possui diversos discursos em sua homenagem.

Deste modo, à medida que foi crescendo, ia aproximando-se do universo das letras e da intelectualidade. Ingressou na Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), em 1963, mas dois anos após transferiu-se para a Faculdade de Filosofia de Pernambuco (UFPE) (Cf.: QUINTAS, 2016, p. 314). Neste mesmo ano, de 1965, passou a trabalhar como assistente de pesquisa na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), instituição na qual permaneceu por quase quarenta anos, exercendo diversos cargos. Aos 22 anos de idade, mudou-se para a Europa, passando a residir em Portugal por sete anos. Lá conheceu seu primeiro marido, o português João Manuel Brandão Cardoso Pessôa, casaram-se em 10 de dezembro de 1974. Ele faleceu quase cinco anos após o casamento, deixando-a precocemente viúva. Durante esse tempo, participou na Fundação Joaquim Nabuco da pesquisa “Mudanças e resistências dos grupos de cultos afro-nordestinos, face à Umbanda” (1975).

Fátima Quintas teve apenas um filho, Vicente Masip y Quintas, que nasceu em 04 de agosto de 1984, pouco antes de concluir seu mestrado em Antropologia na UFPE (1980 - 1985), no qual desenvolveu uma pesquisa sobre a sexualidade feminina de baixa renda. Vicente é fruto de um relacionamento com o espanhol Vicente Masip Viciano. Eles casaram-se em 15 de

outubro de 1993, a ocasião foi o segundo casamento para ambos, pois os dois eram viúvos, permanecem juntos até o presente momento. Durante esse período, trabalhou como articulista do “Jornal do Comércio”, escrevendo para este periódico desde 1987. Assim, seguiu trabalhando em algumas instituições, efetuando suas pesquisas e publicando seus livros.

A partir do ano de 2002, muitas mudanças acontecem em sua vida, especialmente no que se refere à vida profissional. Em decorrência do falecimento de José Wamberto, a 31ª cadeira da Academia Pernambucana de Letras, cujo patrono é Manuel de Oliveira Lima, fica vaga. Fátima passa a concorrer a esta cadeira com Alves da Mota e Luzilá Gonçalves Ferreira; sendo eleita por unanimidade e tomando posse em 28 de Abril de 2003 (Cf.: ACADEMIA, 2006, p. 122). Nove anos depois, foi eleita a primeira mulher ocupante do cargo de Presidente da Academia, que foi fundada em 1901. Neste cargo, realizou diversas ações, publicou vários livros e organizou eventos. A intelectual deixou este posto após quatro anos, quando findou seu mandato, sendo sucedida por Margarida Cantarelli. Na ocasião, faz um discurso em homenagem ao seu pai. A representatividade que ela infere às outras mulheres que pretendem seguir na área da Antropologia e/ou Ciências Humanas é notável, ao ponto que, à medida que galga mais uma conquista, passa a significar mais e dar mais visibilidade para a ocupação de espaços de poder por figuras femininas. Seu último livro, “Tempos Partidos (memórias)”, é datado de 2018, mas, ressaltamos que, no ano de 2020, recebeu o Troféu Rio de Excelência Literária, tornando-se a primeira pessoa do Nordeste a ganhar este prêmio.

### **Os gêneros de Fátima Quintas entre “realejos e alfinetes”**

Passado o momento de termos compreendido um pouco sobre quem é Fátima Quintas e o motivo de sua evidência no meio acadêmico e literário, seguimos para a análise das obras propriamente ditas. Ao longo de sua vida, a antropóloga esteve frequentemente relacionada às discussões sobre gênero, especialmente com relação às mulheres. Neste sentido, algumas dessas perspectivas acabam por reverberar nos seus trabalhos, muitas de suas obras, se não são dedicadas exclusivamente a este prisma, possuem, ao mesmo, um capítulo que o faça. Logo, para estudarmos a trajetória da escritora, se faz necessário, também, lançarmos mão de compreendermos questões relacionadas ao gênero pelo qual ela se identifica e é identificada. Portanto, buscamos identificar quais seus pontos de vista pessoais, dissociados da voz acadêmica, nos livros em que fala em primeira pessoa e sobre o assunto.

Essa perspectiva pode se alterar com o passar dos anos e muitas se renovam em face às novas discussões que vão sendo provocadas. Aos doze anos, sua visão sobre a temática era bem interessante: “Meu Deus, por que nasci mulher? O mundo tem tantas mulheres, todas sofredoras. Começo a ter pena da condição feminina” (QUINTAS, 2018, p. 95). Na ocasião acabara de ter passado pelo momento de transição demarcado pela primeira menstruação. Entretanto, o passar dos anos dá novas reflexões ao mesmo tema, que poderiam se chocar com os pensamentos da menina de doze anos, mas que, essencialmente, continuam parecidos. Fátima parece buscar entender e problematizar as violências físicas e simbólicas que acontecem cotidianamente com as mulheres.



Imagem 2: capa do livro “Realejos e cristais” (2010).

“Realejos e cristais” é um livro que foi publicado no ano de 2010, pela editora Bagaço. A proposta da obra é explorar o seu lado contista, a partir de uma coletânea de quarenta contos com temáticas diversas, que propõem dar um panorama sobre recortes da vida. Além disso, como inspirações para sua escrita, afirma ter utilizado as leituras de Virgínia Woolf, Katherine Mansfield, Albert Camus, Marguerite Yourcenar e Clarice Lispector. Os contos, por abordarem distintos assuntos em personagens fictícios poderiam facilmente ser dissociados da vida pessoal da autora. Entretanto, como ressalta a historiadora Margareth Rago, a escrita feminina também é ao mesmo tempo uma escrita sobre si (Cf.: RAGO, 2018, 2007). Dessa forma ao descrever realidades, por mais que sejam ficcionais, as suas opções de abordagens revelam traços pessoais, revelam a leitura de uma mulher – dentro de sua realidade e espaço – sobre o mundo em que ela estava inserida.

Um dos contos que, mais nos chamou atenção, por possibilitar uma reiteração dessa visão que a antropóloga tem sobre a condição das mulheres, é: “Bonita e Atraente”. A personagem principal, Matilde, é nada mais do que a representação de alguém que se moldou

para um mundo, que, por sua vez, nunca o percebeu. Apegava-se a sua beleza, mas ainda assim era imbuída de pensamentos sombrios, como: “Será que conhecia mesmo? Já fora vítima do seu próprio corpo. Continuava a usá-lo. Único recurso de que dispunha” (QUINTAS, 2010, p. 75). Isso, porque a personagem enfrentava um difícil pesadelo, vivenciado por muitas mulheres, a mesma tinha sido estuprada pelo seu padrasto quando adolescente; tentava recomeçar a vida em outro lugar, onde ninguém soubesse de sua história. Assim, escritora busca problematizar esses espaços de violência constante, em que as mulheres são colocadas, nesse caso, infelizmente, ainda recebem a culpa e são as que têm o rumo de suas vidas completamente alterado.

Além desse, outros contos colocam figuras femininas como centro das narrativas, que por sua vez, são descritas de formas muito específicas. Essas formas fogem por completo das expectativas sociais ao que infere o gênero, mas ao mesmo tempo, brincam com tais noções, explicitando problemáticas sociais. Essas mulheres são de idades diferentes, épocas diferentes e pensadas por pontos de vistas igualmente distintos. Não obstante, são escritas pelas mesmas mãos, o que provoca a impressão de serem conectadas de alguma forma. Além disso, o conto que possui o mesmo título do livro, “Realejos e cristais”, é um bom exemplo dessa descrição. Retrata um recorte momentâneo de duas irmãs, Maria Gasparina e Maria Ignácia, que juntas convivem na casa mal assombrada de sua família, convivendo com fantasmas (Cf.: QUINTAS, 2010, p. 121 - 124). Aqui, percebemos características que remetem a relação que ela descreve ter tido com sua irmã, pois Gasparina era espirituosa e sociável, como Elisa, ao passo que Ignácia, era tímida e retraída como a própria Fátima. Portanto, esse conto, pode, ou não, ser diretamente relacionado com as irmãs Quintas, mas, sem dúvida, nos ajuda a compreender um pouco mais sobre quem a autora é.

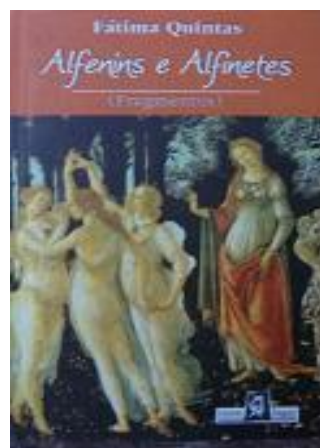


Imagem 2: capa do livro “Alfenins e Alfinetes” (2008).

O livro “Alfenins e Alfinetes (fragmentos)”, publicado em (2008), possui uma proposta um pouco diferente dos outros abordados neste artigo. Entretanto, assim como os outros, ele foi lançado pela editora Bagaço. A autora comenta logo no início da obra que este livro fornece retalhos dela, fragmentos que foi escrevendo durante um tempo e nunca decidiu publicá-los. Possui um total de 138 capítulos, nos quais encontramos 1383 frases escritas por ela, sobre temáticas diferentes. Dentro das temáticas apresentadas, há uma impressão de aleatoriedade nas escolhas, mas que, observadas dentro de um panorama geral, podem ofertar opiniões e pontos de vistas próprios.

Dos fragmentos, alguns nos chamaram mais atenção para o desenvolvimento da proposta visada neste trabalho. Consoante a intelectual: “Sem a narrativa de mim, serei um vazio completo, abismo infecundo, hecatombe do ser” (QUINTAS, 2008, p. 31), isso ajuda-nos a pensar no valor que ela dava às escritas sobre si. Assim, tendo em vista este panorama, contribuir para a construção de uma trajetória, estabelecer uma escrita sobre ela, fomentar essa memória é uma forma de retratá-la. Também há um tópico intitulado Portugal, que é um país muito importante para a autora, nele algumas falas de novas experiências, descobertas, se fazem revelar. O outro lugar que recebe um capítulo é o Recife, sendo também o outro lar de Fátima Quintas. Além disso, “Alfenins e Alfinetes” não é apenas uma junção de recortes desconexos e frases soltas. Elas são repletas de subjetividade e muitas vezes uma intensa melancolia, são pensamentos que, a intelectual por algum motivo, teve e decidiu escrevê-los. São elementos íntimos que a mesma se permitiu revelar.

### **Considerações finais**

Como vimos, os livros se relacionam com as perspectivas de gênero e nos ajudam a escrever a trajetória da escritora, nos remetem a mais do que uma produção biográfica sobre a antropóloga, pois, permite-nos compreender um pouco mais acerca de suas subjetividades. Utilizá-los como fontes, para entendermos um pouco mais sobre quem é Fátima Quintas, torna-se um exercício de ouvir, através da sua própria escrita. Entendemos assim, não apenas quem é a intelectual, mas o que ela tem a nos dizer sobre o mundo que a circunda.

### **Referências**

ACADEMIA Pernambucana de Letras. **Efemerídes**: atualizadas até junho de 2005. Recife: APL, 2006.

- ARAÚJO, Inês Lacerda. A natureza do conhecimento após a virada lingüístico-pragmática. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 16, n. 18, p. 103-137, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/1483>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BARROS, José Costa D'Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/953/588>>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar, 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FARGE, Arlette. **Lugares Para a História**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.
- QUINTAS, Fátima. **Alfenins e Alfinetes (fragmentos)**. Recife: Edições Bagaço. 2008.
- QUINTAS, Fátima. **Perfis Acadêmicos: Academia Pernambucana de Letras**. Recife: Edições Bagaço, 2016.
- QUINTAS, Fátima. **Realejos e cristais (Contos)**. Recife: Edições Bagaço. 2010.
- QUINTAS, Fátima. **Saberei definir-me**. Fátima Quintas: antropóloga, escritora e contista. Página inicial. Disponível em: <<http://fatimaquintas.blogspot.com/p/saberei-definir-me.html>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- QUINTAS, Fátima. **Tempos Partidos (memórias)**. Recife: Edições Bagaço 2018.
- RAGO, Margareth. Autobiografia, gênero e escrita de si: nos bastidores da pesquisa. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: editora Letra e Voz, 2018, p. 205 – 240.



## **ENTRE PÃES E PÍLULAS: O CORPO EM DISPUTA ENTRE A “REVOLUÇÃO SEXUAL” E “CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO” NO BRASIL DOS ANOS 1970.**

Francisco Alysson Silva Pinheiro<sup>65</sup>

### **Resumo:**

O cristianismo da libertação ocupou destacado papel de resistência à ditadura instaurado em 1964, no Brasil. Sua atuação, voltada aos pobres e carentes, foi determinante nas denúncias de tortura bem como na organização dos trabalhadores do campo e da cidade. Entretanto, seu caráter social por vezes negligenciaram as questões de gênero, entrando frequentemente em acirrado conflito com as bandeiras sociais da chamada “Revolução Sexual”, presente também nos anos 1960/70. Partindo desse choque, minhas inquietações surgem justamente de algumas falas de intelectuais representativos da Igreja Católica do período, tais como Alceu Amoroso Lima, dom Hélder Câmara e Frei Fernando de Brito, onde aparenta uma clara oposição entre bandeiras como “fome” e “pobreza” em relação às bandeiras da “Revolução Sexual”, da Pílula, da chamada “revolução dos costumes”, libertação do corpo, entre outras. Por um lado, a ideia sagrada do pão, alimento do estômago e símbolo moral em prol dos mais necessitados; por outro, as pílulas: fármaco que se propõe a liberar o sexo de seu caráter reprodutivo, bem como supostamente assegurar a um determinado grupo de mulheres sua dita liberdade sexual. Norte e sul, o corpo é disputado por essas bandeiras em todas as suas necessidades, mucosidades, tecidos e órgãos. Busco, nesse sentido, por meio de matérias e falas nos periódicos de grande circulação do período, tais como o Jornal do Brasil, as revistas Manchete, Realidade e O Pasquim, compreender como esse debate se deu ou não, quais ideias eram mobilizadas nesse conflito, atentando para a polivalência que cada uma dessas bandeiras possuíam. Acredito que tal compreensão de ambas as bandeiras sociais seja imprescindível para complexificar o problema central que pretendo analisar aqui, bem como para recusar entendimentos limitados e insuficientes desse conflito. Se de um lado, por exemplo, as bandeiras da “Revolução sexual”

---

<sup>65</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará

e da “revolução dos costumes” buscavam construir novos sujeitos e novos modos de vida; por outro, algumas de suas demandas acabaram sendo apropriadas pela sociedade de consumo e pela chamada “indústria cultural” do período. Do mesmo modo, o cristianismo da libertação parece também ter usado a bandeira social da fome e da pobreza como instrumento no combate a essas ideias.

**Palavras-chave:** Corpo; “Cristianismo da Libertação”; “Revolução Sexual”.

Nos últimos dias de 1967, no Jornal *O Globo*, Nelson Rodrigues dedicou uma crônica ao então arcebispo de Pernambuco, Dom Hélder Câmara. São algumas as crônicas em que Nelson Rodrigues menciona D. Hélder – muito pouco lisonjeiras, digamos a parte. Na crônica do dia 29/12/1967, entretanto, o autor *reacionário* destaca um evento bastante significativo: a ida do arcebispo à rádio. O tema? O *amor livre*. O autor carioca segue a narração. No rádio, todos aguardam que o arcebispo de Pernambuco diga sua opinião sobre tal tema em destaque. Dom Hélder, com uma pausa, responde: “Por que falar de amor livre se o Nordeste passa fome?”. Longe de ser uma evasiva, para Nelson Rodrigues é uma resposta extremamente articulada:

Interrogado sobre o amor livre, d. Hélder falou da ‘fome no Nordeste’. Aí está dito tudo. Vou mais longe: mais do que uma resposta, as palavras do caro Arcebispo encerram uma solução. É preciso ler nas entrelinhas. Não precisamos namorar em portão, sala de visitas ou cinema. Nada de andar de mãos dadas como em 1920. Estão suspensos os beijos. D. Hélder disse que ‘o Nordeste passa fome’. Portanto o amor livre ou enjaulado perde a sua função. Os problemas da carne e da alma estão resolvidos: o Nordeste passa fome. (RODRIGUES, 2016; 89-92)

A despeito da acidez do autor, seus apontamentos são instigantes na medida em que sinalizam uma postura de um dos líderes católicos progressistas mais relevantes em relação a temas polêmicos como o questionado. Em resposta ao tema do *amor livre*, como podemos observar na crônica citada, a *fome* vem a figurar como um campo de maior relevo.

Não menos articulado é o texto de outro importante intelectual católico do período, Alceu Amoroso Lima, no *Jornal do Brasil*, em 1973, no que se refere às distinções entre liberdade e libertinagem. Segundo este autor, *libertinagem* é a grande inimiga da *liberdade*,

existindo várias modalidades de libertinagem. A libertinagem da fé é o fanatismo; do amor, o “sexo livre”; da política, a ditadura:

O amor é livre ou não é amor. Por isso mesmo quando se faz do amor uma simples satisfação desregrada dos sentidos, traímos a liberdade de amar e entramos no domínio da libertinagem, que é a negação da liberdade. A pretensa revolução sexual de nossos dias, que reduz o amor à simples licenciosidade dos sentidos, hoje chamada de permissividade, trai simultaneamente o amor, como fruto da liberdade, e a liberdade como raiz do amor (JORNAL DO BRASIL, 1973)

Como podemos observar nesse trecho, Alceu Amoroso (Tristão de Athayde) compreende que o “amor livre” defendido naquele momento é, na realidade, o cerceamento da liberdade do amor, sendo a *Revolução Sexual* o ápice de tal processo. A disputa, pois, também orbita em torno da ideia de *liberdade*, e Alceu logo desloca o texto para a liberdade que deve ser, segundo ele, reivindicada: “Existe, antes de todas essas outras formas de libertinagem, a do tipo político. Todo poder deve ser livre. Mas toda ditadura é uma libertinagem política.”

E continua:

Sempre que se impede, em nome da ordem pública, o pleno exercício da missão da Igreja em levar ao povo a consciência, não apenas dos deveres, mas dos seus direitos, limitando-se a *vox populi* e com isso a *vox Dei*, pelo cerceamento da palavra dos próprios Bispos como no caso de D. Hélder Câmara ou da recente cassação da Rádio 9 de Julho de São Paulo, órgão oficial da diocese -- estamos pecando por libertinagem religiosa (JORNAL DO BRASIL, 1973).

Alceu Amoroso, à semelhança de D. Hélder, parece responder às interrogações sobre o “amor livre” do seguinte modo: por que falar do “amor livre” se não temos liberdade política? A disputa aqui, portanto, dá-se em torno aparentemente de duas liberdades, distintamente compreendidas: a liberdade do corpo, o suposto direito a este, e a liberdade política. Alceu, é importante ressaltar, possui uma trajetória pessoal que vai do conservadorismo às disputas pela democracia, nos anos 1940 (RODRIGUES, 2014; 164), sendo uma das mais importantes vozes, ao lado da hierarquia da Igreja Católica, na defesa dos direitos feridos no pós-1964. Cândido Moreira Rodrigues (2014), ao levantar estudos referentes a Alceu Amoroso, aponta que muito recentemente é que se tem deslocado a atenção dos estudiosos para a produção intelectual desse autor no pós-1964, principalmente em seus artigos jornalísticos. Compreendo, assim, tal material como basilar no entendimento desse intelectual sobre determinadas bandeiras

contestatórias dos anos 1970, posto estes serem anos importantes na atuação da Igreja católica no Brasil e na América Latina.

A partir do Papa João XXIII, a Igreja almeja abrir um diálogo maior com o Mundo, com a *modernidade*, e isso se dava principalmente pelas questões sociais (SILVA, 2006; 30). O que nos interessa, portanto, é saber de que modo tal postura pretende se realizar. Qual a *modernidade* proposta pelos setores progressistas da Igreja Católica?

Vejamos o que escreveu Alceu, em 1973, sobre questões como a pílula anticoncepcional e o movimento *hippie*, por exemplo:

Um dos grandes paradoxos da nossa atual civilização científica em face das civilizações utópicas (para falar na terminologia marxista) é que seus frutos estão se voltando contra suas raízes. A pesquisa mais acurada do mundo físico descobriu, ou pretende ter descoberto, que a plenitude da matéria é a antimatéria. Enquanto os filósofos mais modernos, como um Sartre, nos asseguram que o Nada é a realização do Ser. Ao passo que os ficcionistas mais ousados encontram, no anti-romance, a última expressão do romance. E que dizer dos *hippies*, última secreção da civilização de consumo, para quem a sociedade moderna só pode ser salva pela volta ao homem troglodita? Enquanto as megalópoles se tornam inabitáveis e a industrialização, a todo transe, está liquidando a natureza através da poluição, quando julgava tê-la totalmente dominado. Assim também, no plano biológico, a civilização burguesa (...) se volta contra a vida em germe (JORNAL DO BRASIL, 1973)

Como é possível observar, há uma preocupação acentuada em relação às pílulas anticoncepcionais, mas não somente. A descrição dos *hippies* como “última secreção da civilização de consumo” indica um modo distinto de compreender a crítica à “civilização burguesa” e a liberdade do corpo, questão esta que não se configura somente em autores como Amoroso Lima. Vejamos, por exemplo, outra reflexão de uma importante figura progressista da Igreja Católica, Frei Fernando de Brito, em *carta a um amigo*, de 1972, durante o período em que esteve preso pela Ditadura de 1964:

A luta maior é claro que é contra a burguesia que fabrica esta situação [...]. Mas a luta é também contra os nossos preconceitos pequeno-burgueses que nos impedem de nos conformarmos à mensagem que nos foi confiada.

Aí está... É essa a nossa grande preocupação. Diante disso, o que vemos?

A Igreja ocupada com divórcio, celibato, aposentadoria, “profissionalização” etc. A maior vergonha que eu sentia era quando via na TV um pretensu Cristo *hippie*. Um pobre pode ser *hippie*? Ele pode ser um camponês, um operário, pode ser um marginal. Mas um *hippie*? (BRITO, 2010; 71)

Um Jesus *hippie* parece ser uma imagem ridícula perto do Cristo camponês, migrante, pobre e famélico. Imagens estas carregadas de um peso histórico, tanto para a Igreja quanto para setores de esquerda. A imagem do Cristo *hippie* parece ir contra toda uma tradição imagética de lutas e reivindicações desses dois grupos. Todo um modo tradicional de disputas e reivindicações morais. Nesse sentido, é possível notar que, se por um lado -- como aponta Amoroso Lima na crônica anteriormente citada -- as bandeiras de contracultura foram apropriadas pela “civilização burguesa”; por outro, essas bandeiras, enquanto novas formas de revolta, parecem ser completamente rechaçadas por esses movimentos progressistas do período em prol de imagens tradicionais. Se por um lado, essa aproximação da Igreja com setores progressistas e de esquerda sinaliza um contato maior da igreja com a “modernidade”, por outro, não é qualquer modernidade, assim como não se trata de qualquer forma de revolta ou revolução.

Dentro dessa nova configuração, a construção imagética de uma América Latina famélica, pobre, onde a miséria e a exploração são fatores que implicam diretamente na fé, para além de um problema concreto, será instrumento de elaboração discursiva da Igreja católica com o povo. Será com essa imagem de *povo* que vários setores da igreja, não só no Brasil, mas na América Latina, irão se identificar e reivindicar atuação social, no final dos anos 1960 e 70. O verdadeiro povo brasileiro será o emigrante, aquele que sofre de fome e que encara a face de Cristo, especialmente entre os setores mais progressistas da Igreja. “Converter-se ao pobre seria converter-se verdadeiramente a Cristo” (SILVA, 2006; 35). A pobreza e a fome, nesse sentido, são assumidas enquanto uma construção discursiva da Igreja progressista, tanto no que diz respeito à América Latina, quanto em relação à sua própria função. Não é de se estranhar, assim, que tenha ocorrido uma aproximação entre grupos progressistas católicos e as esquerdas do Brasil e do restante da América Latina, bem como uma aversão a imagens que põem em cheque tal construção de poder, como o “Cristo *hippie*” de Frei Fernando. Para Ramon Ferreira da Silva(2006), naquele período, “ser guerrilheiro, participar do foco e ser revolucionário estavam em ordem com o espírito daquele cristianismo”(SILVA, 2006; 33). A Igreja católica, portanto, refletia também as disputas que envolveram a chamada Guerra Fria. Mas a disputa aqui

empreendida não pode ser analisada dentro da distinção simplista direita/esquerda, especialmente nas disputas que envolvem diretamente o corpo.

O período da chamada Guerra Fria também enseja uma série de transformações que vão além das disputas macropolíticas: o desenvolvimento do aparato atômico, a Revolução Verde, o uso dessas tecnologias nos eletrodomésticos e no desenvolvimento de pesquisas. Implica também em uma nova reconfiguração do próprio corpo. A Pílula anticoncepcional é uma dessas tecnologias que ganham bastante destaque nesse período em várias regiões do mundo. Seu surgimento constituiu nova configuração de gênero que desassociou a heterossexualidade da ideia de reprodução da espécie, o que gerou conflitos tanto com setores da esquerda, quanto da direita. Enquanto setores daquela compreendiam a Pílula como uma ameaça à Revolução, na medida em que pretendia controlar a natalidade dos mais pobres; setores da direita compreendiam-na como uma ameaça à segurança nacional, haja vista as enormes áreas despovoadas do país. Ainda dentro dessa discussão, havia setores expressivos daqueles que viam vantagem na Pílula, uma vez que buscavam controlar a natalidade dos mais pobres (MENEZES, 2014). Seja pela necessidade de uma Revolução ou por medo desta, podemos observar que *fome e Revolução* articulam-se dentro do imaginário de setores ditos progressista e conservadores do período. No meio de todos esses combates, uma massa orgânica ocupa cada vez mais a centralidade do conflito: o corpo é disputado tecido por tecido, órgão por órgão e molécula por molécula. Absolutamente nada é ignorado. Mais do que regular a reprodução, a Pílula fabrica corpo, gênero e sexualidade. Ela é, por excelência, aquilo que Paul Preciado (2018) denominou como uma *tecnologia farmacopolítica*, que fabrica raça e gênero (PRECIADO, 2018; 204).

O uso da fome e dos problemas macro políticos como solução para os problemas *da carne e da alma* também demonstra uma nova forma de lidar com os sujeitos, implicando em um outro modo de construção do corpo. Seria também uma nova moralidade? É dentro dessas questões que podemos iniciar o esboço do problema principal desse exercício: como os discursos de autoridades religiosas sobre o corpo são articulados dentro do momento histórico

analisado, haja vista as transformações comportamentais causadas pela chamada *Revolução Sexual*, com destaque a grupos e líderes católicos progressistas desse período.

O deslocamento que aqui proponho orbita, também, em torno das contribuições metodológicas elaboradas por Michel Foucault (2014) no campo historiográfico, isto é, dentre outras coisas, compreender o discurso enquanto um acontecimento, no seu surgimento e circulação, nas suas *condições externas de possibilidade*. A elaboração de um campo de ação reivindicado pelo grupo analisado também pode ser entendido, a partir da ótica desse filósofo, enquanto uma relação de força que constitui o poder. Pretendemos, neste exercício inicial, compreender como esse tema é refigurado e instrumentalizado ao longo do recorte temporal proposto, bem como foi possível dentro de uma instituição historicamente conservadora e ligada ao poder, tal qual se caracteriza a Igreja Católica no Brasil, a emergência de discursos que elegeram a fome como um dos mais importantes campos de combate social da Igreja. Trata-se, por exemplo, de perceber não a fome como problema, mas a instrumentalização do *problema fome*.

Nesse sentido, ocupando destacado papel de resistência à ditadura instaurado em 1964, no Brasil, o Cristianismo da Libertação (LOWY, 2006), com atuação voltada aos mais pobres, foi determinante nas denúncias de tortura bem como na organização dos trabalhadores do campo e da cidade. Entretanto, seu caráter social por vezes negligenciou as questões de gênero, entrando frequentemente em conflito com as bandeiras sociais da chamada “Revolução Sexual”, presente também nos anos 1960. Partindo desse choque, minhas inquietações surgem justamente de algumas falas de intelectuais representativos da Igreja Católica do período, tais como Alceu Amoroso Lima, Dom Hélder Câmara e Frei Fernando de Brito, onde aparentam uma clara oposição entre bandeiras como “fome” e “pobreza” em relação às bandeiras da “Revolução Sexual”, da Pílula, da chamada “revolução dos costumes”, libertação do corpo, entre outras. Por um lado, a ideia sagrada do pão, alimento do estômago e símbolo moral em prol dos mais necessitados; por outro, as pílulas: fármaco que se propõe a liberar o sexo de seu caráter reprodutivo, bem como supostamente assegurar a um determinado grupo de mulheres sua dita liberdade sexual.

Doutora em Filosofia e Ciências Religiosas, Ivone Gebara teve importante atuação na chamada Teologia da Libertação, sem, contudo, deixar de manter um olhar crítico e atentar para os problemas cotidianos que não se limitam a questões de classe, éticas e de justiça social, como compreendia a Teologia da Libertação. Para a autora, um fator determinante é o corpo, elemento central para se pensar, por exemplo, as opressões de gênero. Na medida em que ignora o corpo em razão da espiritualidade, o cristianismo coloca o corpo feminino, corpo por vezes marcado pelo estigma do pecado e da reprodução, em um lugar subalterno e também perigoso, tal é o caso da sexualidade. Também a Teologia da Libertação, aponta Gebara, parece ter colocado as questões da sexualidade, do corpo, e as opressões de gênero em um segundo plano. (ROSADO-NUNES, 2006). Para a autora, a Teologia da Libertação reflete um momento histórico de influência das bandeiras socialistas o que implica determinada construção imagética masculina de Jesus, uma certa idealização dos pobres que secundariza sua concretude enquanto corpo, não só corpo que passa fome e que necessita de justiça social, mas também corpo marcado por opressões de gênero e que necessita também de justiça e equidade nessa categoria. Ivone Gebara aponta: “Quando as teologias feministas se articulam aos movimentos feministas e fazem de suas questões as questões cotidianas vividas pelas mulheres, se dá uma espécie de ruptura em relação às questões tradicionais da teologia e à sua forma de abordagem”(ROSADO-NUNES, 2006; 299). Trata-se da entrada, em sua inteireza, do corpo em cena – especificamente do corpo feminino.

Diante de tais questões, compreendo que a contribuição das teologias feministas e especialmente de Ivone Gebara possibilitam compreender melhor esses conflitos e no que eles implicam. Os caminhos aqui se bifurcam e se espraiam incessantemente. Não busco aqui estabelecer possíveis soluções, mas, antes, mapear as facetas polivalentes que compõem os movimentos sociais de um período, atentando para os conflitos e as armadilhas que integram esses terrenos.

#### **FONTES:**

ATHAYDE, Tristão de. A libertinagem contra a liberdade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1973. 1º Caderno.



ATHAYDE, Tristão de. Demagogia ou Realismo?. **Jornal do Brasil**, Rio, sexta-feira, 12 de janeiro de 1973. 1º Caderno.

BRITO, Fernando de (frei). **Cartas da Prisão e do Sítio**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica, 2010.

RODRIGUES, Nelson. Chega à janela e olha o céu. Será o apelo de uma fé perdida? In: \_\_\_\_\_, Nelson. **O óbvio ululante**: as primeiras confissões. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 89-92.

### **BIBLIOGRAFIA:**

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOWY, Michel. **O que é Cristianismo da Libertação?**: religião e política na América Latina. 2ª Ed. São Paulo: Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MENEZES, Valderiza Almeida. Não Pare de Tomar a Pílula: contracepção e segurança nacional. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCENA LUCAS, Meize Regina de(orgs). **As Mobilizações do gênero pela ditadura civil-militar brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Notas sobre a “fortuna crítica” do intelectual Alceu Amoroso Lima. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos; FILHO, Antônio Luiz Macêdo e Silva (orgs). **História e Historiografia**: perspectivas e abordagens. Recife: Ed. Universitária de UFPE, 2014.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia feminista e a crítica da razão patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.

# EDUCAÇÃO FEMININA, CARREIRA E CASAMENTO NA DÉCADA DE 1960

Jessica Assunção Leal<sup>66</sup>

## Resumo:

O presente trabalho pretende discutir a presença da mulher no meio educacional no Piauí na década de 1960, uma época de mudanças significativas no campo social, econômico, político e cultural. Mesmo sendo esse o período escolhido, para melhor compreender as questões que permeiam a discussão, tornou-se necessário, em certos momentos, recuar no recorte temporal proposto. Esta análise se desenvolve a partir de revisão bibliográfica e consulta a jornais do período estudado (Estado do Piauí, Folha da Manhã, O Dia) disponíveis no Arquivo Público do Piauí. Objetiva analisar como se deu o estabelecimento de um campo sólido em termos de escolarização feminina e os desafios enfrentados pelas mulheres na luta pelo desenvolvimento pessoal e profissional. A instrução passou a ser algo fundamental na formação de moças que deveriam converter-se em boas esposas e boas mães. A mulher letrada, aos poucos violaria as regras de submissão impostas por uma sociedade conservadora, trilhando seus próprios caminhos.

**Palavras-chave:** Educação; Mulher; Piauí; História

## 1. INTRODUÇÃO

Desde criança as conversas e conselhos que ouvimos de familiares são todos voltados para a importância da mulher estudar, se formar, conseguir um bom emprego. A Universidade Federal do Piauí (UFPI) e os aprendizados que a mesma proporcionou, as histórias contadas por tias, por avós, sobre a década de 60, me instigaram a formatar uma série de indagações acerca dessas falas.

---

<sup>66</sup> Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. Pós Graduada em Educação, Ruralidades e Cidadania.

O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no meio acadêmico para produção da minha monografia<sup>67</sup> e tem como finalidade abordar a problemática do processo de escolarização feminina que se realizou no Piauí na década de 1960, uma época que costuma que foi um marco nas transformações, entre elas, novas formas de se constituir família. Mesmo tendo sido esse o período escolhido para tratar, em alguns momentos foi necessário recuar para uma melhor compreensão de fatos relevantes.

O acesso feminino à instrução tem relação direta com o processo de urbanização, a valorização do papel feminino na família e a exigência de mulheres culturalmente sofisticadas.

Com as transformações sociais intensificadas na segunda metade do século XIX, proporcionando à sociedade ocidental a vivência de outras experiências, emergiram, na cena histórica, questionamentos, por parte das mulheres, sobre os padrões hierárquicos, ao tempo em que se desenhava o estabelecimento de outros papéis sociais nas práticas femininas. Essas mudanças seriam fruto de uma nova configuração na instrução feminina, naquele momento, mais aprimorada, dando a elas melhor preparação, para o desempenho de atividades profissionais, nos espaços públicos' ( SANTANA,2008.p, 54)

Trata-se de um período em que as mulheres, encorajadas pelas transformações marcantes da época, buscam cada vez mais romper com as barreiras impostas pelo privado, estudando e se profissionalizando, mas ainda assim tinham de conviver com as cobranças acerca da maternidade e da dedicação ao lar, era comum o fato de os pais e as mães procurarem educar as filhas para o casamento, enquanto as jovens desejavam estudar.

Reaver o comparecimento da mulher na História da Educação do Piauí é muito importante para entender não só o sistema educacional em si, mas também o caminho percorrido pelas mesmas até finalmente adentrar o campo da educação.

Para a elaboração deste, além da revisão bibliográfica, através da qual foi possível compor o referencial teórico que sustenta o estudo foram utilizados os jornais: Estado do Piauí, Folha da Manhã, O Dia, da década de 1960, encontrados no Arquivo Público do Piauí, sem esquecer que para utilizá-los como principais meio de pesquisa são necessários certos cuidados, uma vez que não devem ser considerados fontes de verdade absoluta, as análises devem ser feitas considerando a época, os valores de seu tempo e tendo em vista as influências de seus elaboradores.

---

<sup>67</sup> Retratos da Família e das Mulheres na Imprensa Piauiense na Década de 1960. Orientadora: Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.

## 2. A MULHER NO ESPAÇO EDUCACIONAL

Durante os 322 anos em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina se voltava apenas para o doméstico, sendo que a primeira reivindicação pela instrução partiu dos índios, que não entendiam o “porquê de suas mulheres não terem direito as conhecer as letras, oportunidade que era concedida apenas aos homens” (RIBEIRO, 2011, p. 79). A sociedade patriarcal, opressora, baseada somente nos costumes e na dominação machista existente, juntamente com os preceitos definidos pela Igreja, atribuía um papel subalterno às mulheres, marcando uma diferenciação e estabelecendo padrões de conduta social, nos quais as pessoas se baseavam. A instrução primária passou a ser vista como a valência do país e uma preocupação do poder público, mas mesmo assim não alcançou o êxito desejado.

Num Estado de economia predominantemente agrária, sem qualquer perspectiva de industrialização e com o setor serviços quase totalmente limitado ao incipiente setor público e às atividades comerciais e num momento em que é vedada à mulher a formação acadêmica e o exercício das profissões liberais, seu espaço de atuação era bastante reduzido. Nesse contexto, a mulher transitava do lar à igreja, desde que esta apresentava um leque cada vez maior de possibilidades de ocupação fora do espaço doméstico. (QUEIROZ, 2008. p. 94.)

Apesar dos novos olhares sobre educação, os altos níveis de analfabetismo continuaram, pois a maioria da população não tinha o acesso e nem o interesse de ir à escola, diversos eram os fatores que não tornava a educação atraente para os mais pobres. As mudanças práticas não acompanhavam as modificações na legislação escolar, que sofria alterações com muita frequência no intuito de estabelecer melhorias.

A educação nem sempre foi um direito de todos. O grupo feminino trilhou um longo e difícil trajeto até finalmente se firmar no campo educacional, com as constantes mudanças que ocorriam aquela foi cada vez mais passando a ser vista como a salvação do país e uma tarefa do poder público. As últimas décadas do século XIX apontavam para a necessidade da educação feminina, visto que isto estava vinculado a modernização da sociedade, a higienização da família, à construção da cidadania dos jovens, um processo lento e cheio de transtornos, pelo que a mulher significava e desempenhava socialmente.

Quando começou a pensar-se em educação feminina o primeiro objetivo eram melhorias no meio familiar, tratava-se de um “complemento do instituto maternal” (CARDOSO, 2010.p.

394). As que o faziam deveriam saber apenas o básico para ajudar economizando dentro de casa e educando os filhos da melhor forma possível, o que ainda assim significou um grande avanço, pois permitiu às mulheres ver além das barreiras impostas pelo meio doméstico. Melo Sousa constata que:

As movimentações feministas do início do século XX, por exemplo, apropriavam-se da lógica burguesa de se pensar as identidades de gênero, reivindicando para si o direito ao estudo, à informação e à instrução, argumentando que para bem educar e instruir os filhos e as filhas, que serão o futuro da nação, era necessário que as mães tivessem acesso à educação. (SOUSA, 2015. p. 28)

No Piauí, data do início do século XX o acesso das primeiras mulheres ao ensino superior. Em 1910, com a instauração da Escola Normal Oficial as moças pertencentes às classes privilegiadas começam a frequentá-la, convertendo-se em professoras, trabalho considerado próprio para mulheres. Elas desenvolviam seus estudos primários na Escola Modelo Artur Pedreira, além do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Logo “nas três primeiras décadas do século XX, a possibilidade de ampliação dos níveis de escolarização feminina, assim como a preparação para o trabalho era oferecida pela Escola Normal Oficial [...]” (CARDOSO, 2010, p. 51). Buggy Britto apresentou no Estado do Piauí de 1960 fatos interessantes sobre a Escola Normal, é possível perceber através da nota que se tratava de uma instituição bastante respeitada e de grande importância:

No último domingo 15 de maio corrente, transcorreu o meio século de vida- de tradição e glórias- da Escola Normal Oficial. Instituto de Ensino dos mais importantes do Estado, ali tem pontificado corpos docentes os mais brilhantes, bem assim, dela tem saído professores de grande valor. No seu majestoso prédio, em que trabalharam mestres operários vindos do Pará e também madeirame dos assoalhos todo da Amazônia, tem o traço arquitetônico do notável engenheiro amarantino Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, um dos piauienses mais cultos da atualidade. Foi sua construção iniciada no governo João Luiz Ferreira e terminada no de Matias Olímpio. Muito pouca gente sabe, contudo, que a Escola Normal foi criada no governo do Dr. Menezes Dória, entre 1863 e 1866. Instalada, funcionou dando apenas uma turma de professoras normalistas, salvo engano, 5, num currículo de 2 anos. Por motivos que a história não fala de 1866 a 1910, passou fechada, tal como de 1878 a 1880, fechou o Liceu Piauiense, segundo narra o memorialista Higinio Cunha. Mas havia muito, uma vontade férrea e inquebrantável, escondia-se no iluminado espírito doutro amarantino notável- o engenheiro político Dr. Antonino Freire da Silva. Sempre servindo ao Piauí em várias administrações que não podiam prescindir de sua experiência e cultura, mas seu espírito brilhante que se prendia num físico mirrado- esperou que o tempo lhe desse vasa para realizar o sonho dourado- restaurar a Escola Normal Oficial que hoje tem o seu aureolado nome, numa homenagem profundamente justa.[...]

Se não nos falha a memória, a dez de março de 1910, Antonino assume as rédeas do governo e logo 65 dias depois, a 10 de maio de 1910, restaura a Escola Normal.<sup>68</sup>

Nos anos 1920, as principais instituições que ofereciam o ginásio eram o Liceu Piauiense (atualmente conhecido como Colégio Estadual Zacarias de Góis) e o Colégio São Francisco de Sales (Diocesano), que recebiam principalmente os filhos das camadas mais abastadas, o primeiro recebia meninos e meninas, portanto algumas meninas que saíam do primário desejando continuar os estudos cursando o ginásio foram para o Liceu.<sup>69</sup> Havia também a Escola de Adaptação, que recebia meninas que aspiravam adentrar o curso normal.

Apesar dos avanços a educação ainda carecia de muitos investimentos, que foram se apresentando no decorrer do tempo, ainda que morosamente. Sobre o ensino médio em 1961, o jornal O Dia diz que:

[...] Apesar do aumento absoluto que ocorre anualmente, que em relação a 1960 foi de 11,2%, ou seja, mais de 131.000 alunos, o número de estudantes dos cursos médios ainda é de pouca significação se comparado á população da escola primária [...]. Ainda sobre o Secundário, a referida Sinopse ressalta os dois aspectos seguintes: que no ciclo ginásial pouco mais da metade dos alunos estão conseguindo alcançar a 4<sup>o</sup> série, e, quanto ao colegial, que o curso clássico vem sendo frequentado, acentuadamente, por maioria feminina: de 42% em 1950 para 65,5 % em 1961, como condição indispensável a ingresso nos cursos universitários de filosofia, ciências e letras em que predominam em boa escala as estudantes do sexo feminino.<sup>70</sup>

Como é possível identificar nos dados acima, em 1961 o curso clássico, tem maioria feminina, ocorrendo um aumento de 42% em 1950, para 65% em 1961, sendo que elas também já eram maioria nos cursos superiores de filosofia, ciências e letras. De 1930 a 1940 a entrada de mulheres nos estabelecimentos de ensino terciário ainda era muito incipiente, somente em 1950 é que a participação da mulher no meio educacional começa a se firmar, pois classe alta e média passa a investir cada vez mais na educação dos seus filhos e filhas. O processo migratório se potencializa, devido às poucas oportunidades na zona rural, as pessoas se dirigiam para Teresina em busca de instrução e melhorias de vida.

<sup>68</sup> Escola Normal no seu Cinquentenário. Retirada do Jornal Estado do Piauí. Teresina, n. 239, 19 maio 1960.

<sup>69</sup> Em 1962 o Liceu passava por sérias dificuldades, desde as mais básicas: “De acordo com o que já divulgou o grande jornal Q-3 da Rádio Difusora de Teresina, é dos mais precários a iluminação do Colégio Estadual do Piauí. As aulas noturnas estão sendo ministradas com maior dificuldade, sendo que os professores fazem a chamada com o auxílio de lanternas. Vergonhoso abandono este que está o velho Liceu, Colégio Padrão do Estado, pelas gloriosas tradições está a merecer tratamento melhor por parte das autoridades competentes, no caso Secretaria de Educação. [...]” Liceu: Revoltante abandono. Retirada do Jornal Folha da Manhã. Teresina, ano 4, n. 1075, p. 6, 22 set. 1961.

<sup>70</sup> O Ensino Médio em 1961. Retirada do Jornal O Dia. Teresina, ano 12, p. 3, 11 fev. 1962.

Para os segmentos mais abastados, essa prática era corrente, e desde anos anteriores já procuravam outros Estados, para efetivação desse projeto. Aquelas famílias que, não obstante seus recursos limitados, tinham o mesmo projeto para seus filhos e filhas, enviavam esses jovens para locais mais próximos, como a capital do Estado'. (SANTANA, 2008. p. 58.)

Meninas e meninos das camadas mais abastadas, entre escolas públicas e privadas, trilhavam o nível primário e ginásial. Coursar este último, no entanto, acabava se tornando um verdadeiro desafio para os menos favorecidos que desejavam prosseguir nos estudos, uma vez que era oferecido principalmente pela iniciativa privada. Isto não deixou de ser notado pelos jornais, que criticavam o embaraço pelos quais muitos pais pobres eram obrigados a passar para ver seus filhos formados. Muitas pessoas não davam continuidade aos estudos por não ter condições de arcar com as despesas que eram muito altas, como revela uma reportagem do jornal *O Dia*:

Cá entre nós os nordestinos é motivo de admiração, lá na Guanabara o Carlos Lacerda tornar obrigatório o ensino primário, a ponto de proibir o emprego público ao pai que não mandar seus filhos para a escola. É de admirar que haja um pai desta natureza. Que motivo o forçaria a isto? Seria a pobreza?, ou displicência?

Creio que entre os nordestinos isto não acontece. Aqui no nordeste prevalece a mentalidade de que a maior herança que se pode legar a um filho é a educação, e não é raro um pai humilde desejar que seu filho chegue a ser 'dotô'.

Assim manda o menino pra escola. E é nisto que está o motivo de muito lamento. Pois é lamentável a situação de muitos pais pobres, sem recursos, numa luta de sacrifícios em prol da educação dos filhos. Cada ano se repete o mesmo drama. É a mesma dificuldade de sempre, para o pai de família pobre. São os livros e o fardamento cada vez mais caros. As matrículas cada vez mais inacessíveis, as vagas cada vez mais insuficientes.

E ainda há jovem que não compreendendo o valor desta luta perde o ano. É a maior de todas as injustiças. Contra eles mesmos.<sup>71</sup>

O Estado amplia o número de escolas, mas ainda assim eram investimentos muito restritos, esse quadro só passa a ser revertido na metade dos anos 60 (1965 a 1969), quando “[...] o número de estabelecimentos de ensino médio estaduais elevou-se de 8 em 1963, para 27 em 1965[...]” (CARDOSO, 2012.p. 74). Tais mudanças apontam esse ano como um período significativo, de perspectivas melhores para as mulheres que buscam novos projetos de escolarização para suas vivências.

A primeira instituição de ensino superior, no Estado, foi instalada em 1931. “Trata-se da faculdade de Direito implantada em Teresina” (CARDOSO, 2012, p. 35). Como todo novo projeto enfrentou inúmeras dificuldades. No início, mesmo sendo privada, necessitava da ajuda governamental para se manter, além de apresentar problemas de instalação, carência de

<sup>71</sup> Dificuldades da Educação. O Dia. Teresina, ano 12, n. 949, p. 3, 11 fev. 1962.

professores, dificuldades no pagamento dos salários, entre outros. Nesse período pouquíssimas moças tinham o aval dos pais para estudar fora, quem não tinha essa sorte tinha que se contentar com os cursos que eram oferecidos aqui no Piauí, ainda que não fosse o curso para o qual tinha vocação.

A Faculdade Católica de Filosofia (FAFI) se originou em 1958 e assim como a Faculdade de Direito (FADI) enfrentou problemas de toda ordem - não haviam docentes suficientes, funcionava em prédio provisório e apesar de contar com o pagamento de mensalidades por seus alunos, isto não era suficiente para mantê-la funcionando, então dependia também do apoio financeiro do Estado. Como é possível observar nesta nota do jornal Folha da Manhã, de 1961:

Segundo colheu a reportagem de Folha da Manhã, continuam prejudicadas os alunos da terceira série do curso de Bacharelado da Faculdade de Direito do Piauí, que estão sem professor de Direito Internacional Público.

O catedrático, professor Benjamin do Rego Monteiro Neto, que se encontra à disposição do Governador do Estado, por mais de uma vez foi convidado a reassumir sua cadeira, sem que, todavia, tenha atendido à justa solicitação que lhe endereçou o Conselho Técnico.

Por outro lado, bem difícil se torna Direção da Escola oferecer uma solução definitiva ao caso, porquanto, segundo ainda apuramos, a Faculdade não dispõe de verbas para substituições, como seria o caso.

Seria oportuno e até mesmo necessário que a douta Congregação se dirigisse ao Ministério da Educação e Cultura, no sentido de que providências viessem a ser adotadas cancelando-se o ato pelo qual foi Dr. Benjamin do Rego Monteiro Neto colocado à disposição da administração estadual.<sup>72</sup>

A década de 1960 representa, em termos de escolarização feminina na sociedade teresinense, um momento de estabelecimento de um campo sólido para a participação no ensino secundário e a abertura da sua participação significativa no ensino superior, acontece “como resultado do esforço pessoal das jovens, assim como dos investimentos feitos pelos pais” (CARDOSO, 2012, p. 96) mesmo que muitas famílias ainda vissem a educação de suas meninas também como uma maneira de elas arranjam um bom companheiro para tornar sua presença agradável aos que estavam ao seu redor, para o prazer e bem estar da sua família futura. Na segunda metade da década de 1960 são construídas novas escolas com o objetivo de solucionar pelo menos parte da carência pelo ensino médio. A Faculdade de Odontologia (FOPI), a de Medicina (FAMEPI), e a Universidade Federal do Piauí, foram criadas em 1960, 1968, 1968/1971, respectivamente.

---

<sup>72</sup> Faculdade de Direito sem professor de Direito Institucional Público. Jornal Folha da Manhã. Teresina, ano 4, n. 1070, p. 6, 15 set. 1961.



Contrataram casamento o Dr. José Carlos Fortes Castelo Branco e a senhora Virgínia Regina Wall Barbosa de Carvalho, ambos da fina flor social de Teresina. O noivo, engenheiro civil, construtor que se impôs no nosso meio pela sua compostura moral irrepreensível, é filho do Cel. Luiz Fortes Castelo Branco, proprietário e fazendeiro nas Barras do Maratoan, e de sua digna esposa e senhora Maria Conceição Pires Castelo Branco, da melhor sociedade da terra de David Caldas. A noiva-moça portadora de raras prendas morais e sociais, formada em farmácia e funcionária de I.A.P.C, é filha dileta do des. Cromwell Barbosa de Carvalho e de D. Virgínia Wall Barbosa de Carvalho, aqui residentes.<sup>73</sup>

Observamos nessa nota do jornal Estado do Piauí, o que era o típico da sociedade da época, o rapaz de boa família, possuidor de uma profissão bem vista e de uma família considerada tradicional, casa-se com a moça de família também considerada boa, instruída, que tem um bom emprego. Esse perfil de mulher dizia respeito principalmente àquelas que pertenciam a classes mais favorecidas. Para as das camadas populares, não havia essa correspondência, era onde estavam as mães solteiras, as exploradas sexual e domesticamente, as vítimas de humilhações, violência e abandono, por parte da família e da sociedade em geral e que ganhavam destaque, muitas vezes, nas páginas policiais dos jornais.

### **3. EDUCAÇÃO PARA CASAR, EDUCAÇÃO PARA SE PROFISSIONALIZAR**

Acompanhando o alvoroço ocasionado pelo contexto político do período, nos anos 1960 ocorreu uma grande quebra nas ideologias dominantes, os movimentos de emancipação feminina ganharam notoriedade. Desenrolaram-se mudanças radicais nos conceitos sobre a mulher, que assumiu funções até então tidas como masculinas, tornaram-se chefes da casa, começaram cada vez mais a trabalhar fora, entre outras coisas, passando a ter voz ativa dentro do ambiente familiar, “[...] foi naqueles anos que se tornaram possíveis e foram subjetivadas e significadas as mudanças mais profundas que vivemos na contemporaneidade” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 59).

Os anos de 1960 foram marcados pela configuração de um feixe de temporalidades que se transformou ou se rompeu, resultado do avanço científico e tecnológico, nos códigos de comportamento social, novas formas de ver as coisas e os objetos bem como as novas formas de representá-los através de novas linguagens científicas, artísticas e corporais. Intensificaram-se e surgiram novos movimentos políticos, artísticos, sociais, remodelando ou introduzindo novas formas de viver, de se comportar, de criar, de se relacionar. (SÁ FILHO, 2006. p. 109)

---

<sup>73</sup> Noivado. *Estado do Piauí*. Teresina, ano 33, n. 273, 4 set. 1960.

A mulher ultrapassou as barreiras domésticas e progressivamente adentrou na esfera pública, passando, por exemplo, a ocupar cadeiras em estabelecimentos de ensino superior, impulsionando o crescimento profissional e operando como estímulo transformador dos padrões arcaicos. O mercado de trabalho requisitava cada vez mais trabalhadores qualificados. Interessadas agora em ver não só seus filhos homens, mas também as filhas instruídas, as famílias começaram a investir bastante em educação, além disso, o nível de conhecimento – agora não só doméstico – acabou por virar um item importante para se definir uma boa moça.

Em *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*, Barbosa (2012) mostra trechos da vida de senhoras, que chegaram a adentrar o ensino terceiro grau, mulheres que tiveram uma oportunidade que não foi dada as suas mães, por exemplo, apresentava a maneira como a educação afetou suas vidas, suas experiências, quais os contratempos que tiveram de enfrentar, entre eles o fato de que ainda não havia um incentivo muito grande para que as meninas da época estudassem, as diferenciações da educação dada aos homens, entre outros.

Muitos pais ficavam com receio de mandar suas filhas estudar fora, distante dos seus olhares vigiantes, sujeitas ao falatório dos outros. A honra ainda estava acima de qualquer coisa, e salvo em raríssimos casos, as que queriam continuar os estudos deveriam escolher cursos que muitas vezes não queriam ou que tinham pouca afinidade por não poderem ir para fora do estado.

Conforme noticiamos anteriormente, após concluir brilhantemente o Curso de Educação Religiosa, no Recife, e ter transitado por Fortaleza, chegou a Teresina a distinta senhorita Miriam Machado Vieira, filha do Tenente José Vieira Sousa e de sua esposa D. Rosilda Machado Vieira. Vale que ressaltemos, mais uma vez, a inteligência e o esforço de Miriam que correspondeu à altura ao sacrifício de seus dignos genitores- tirando um curso intelectual de sentido filosófico, com real aproveitamento. A Miriam e a seus pais, nossas felicitações.<sup>74</sup>

O caso de Miriam Machado Vieira era um dos exíguos casos de moças que cursavam algo fora. A docência era apresentada como algo eminentemente feminino, através dos cursos normais as mulheres puderam efetivamente conquistar seu espaço no meio educacional, mas além de professoras muitas delas viraram funcionárias públicas, sem deixar de lado as funções de esposa e mãe, pois tinham que conciliar todas as incumbências, sem se omitir em nenhuma delas, aos poucos “buscar ascensão social mediante a escolarização de nível médio e superior

---

<sup>74</sup> Miriam Machado Vieira. *Jornal Estado do Piauí*. Teresina, n. 255, 3 jul. 1960,

se constituiu em investimento das classes médias no Brasil nos anos 1950 e 1960” (CARDOSO, 2010, p. 70).

Nas notas de casamento, noivado exibidas nos jornais, além de trazer de qual família os noivos pertenciam, dava-se certa ênfase no fato de a noiva ser funcionária pública, ou na formação adquirida pela mesma, como uma forma de mostrar que além de proveniente de boa família esta se preocupou em prepará-la e transformá-la numa mulher moderna, dentro dos limites, pois ser recatada e do lar ainda era essencial, apesar de tudo, os paradigmas estabelecidos se alargavam a cada nova transformação e a rigidez ia dando espaço para novas ideias, novos conceitos e novas formas de pensar, tanto que já nessa época muitas mulheres optaram por continuar os estudos, deixando de lado o casar e formar uma família.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão da rede escolar e a instalação de faculdades em Teresina, mais mulheres e homens puderam frequentar a escola e entrar no ensino superior. Ao ultrapassar as barreiras que eram impostas pelo privado a mulheres tiveram seus papéis redefinidos, ampliando seus projetos para além de casar e ter filhos.

A saída da mulher do meio privado para o público alargou não só a sua percepção de mundo, mas também mudou a forma de olhar para si mesma. A mulher dependente psicologicamente e financeiramente do homem cede o lugar para mulher que sonha em estudar, ter uma formação, se profissionalizar, passando a contribuir nas contas da casa, provocando com isso não só uma mudança no estilo de vida, mas também nos padrões sociais.

#### 5. REFERÊNCIAS E FONTES

Estado do Piauí. Teresina, 1960-1970.

Folha da Manhã. Teresina, 1960-1970.

O Dia. Teresina, 1960

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. Tese – Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

CARDOSO, Elizangela. **Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930- 1970)**. Teresina: EDUFPI, 2012.

- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da tropicália**. São Paulo: Annablume, 2005.
- FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- PERROT, Michelle. **Dossiê: História das Mulheres no Ocidente. Escrever uma História das Mulheres: relatos de uma experiência**. Cadernos Pagu, Campinas, n.4, p.9-28, 1995.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**. Recife: Bagaços, 2006.
- QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí: 1880-1830**. Imperatriz: Ética, 2008.
- MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **ENTRE LETRAS E BORDADOS: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**.Dissertação -Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI,2008.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, Org; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Org. Cultura, **Corpo e educação: diálogos de gênero**. São Paulo: Intermeios; Teresina: EDUFPI.
- PERROT, Michelle. **Dossiê: História das Mulheres no Ocidente. Escrever uma História das Mulheres: relatos de uma experiência**. Cadernos Pagu, Campinas, n.4, p.9-28, 1995.
- SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. **Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)**. 2006. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI/PPGHB, 2006.
- SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Discursos, desejos e tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX**. 2008. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI, 2008.

## EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS E NARRATIVAS FEMINISTAS NA ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA (1979-1985):

Kíria Samanta da Silva<sup>75</sup>

Jéssica Moura Barbosa<sup>76</sup>

### **Resumo:**

Durante o regime civil-militar brasileiro, observaram-se núcleos com forte presença feminina que mobilizaram-se contra a ditadura e, não apenas isso, desenvolveram estudos, projetos e debates sobre a mulher, dirigindo-se para além do espaço da academia e fazendo-se presente no movimento das mulheres. Sabendo disso, objetivamos investigar essas organizações trazendo o destaque para o Estado do Ceará, a partir das experiências vividas pelas pioneiras do Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (NEDIM) que foi iniciado com o intuito de reunir informações e debater sobre as questões femininas. Nossa metodologia se dará através de realização de entrevistas e de acesso ao acervo pessoal das lideranças, assim como das fontes do Fundo Serviço Nacional de Informações.

**Palavras-chave:** Feminismo; Gênero; Ditadura; Experiências.

### **INTRODUÇÃO:**

No decorrer do regime ditatorial brasileiro, observamos diversas mobilizações de diferentes sujeitos ou grupos em resistência às medidas repressivas do Governo Militar. Partindo disso, nos questionamos sobre a participação das mulheres dentro dessas lutas, como elas aconteciam e o que elas defendiam, com isso procuramos direcionar nossos olhares para destacar o protagonismo desses sujeitos que se mostraram extremamente fortes em um período tão difícil e desafiador.

Realizamos esse trabalho pesquisando sobre núcleos de estudo que examinavam sobre a vida de mulheres e o movimento feminista do período dando destaque ao Núcleo de Estudos,

---

<sup>75</sup> Graduanda do curso de História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Email: kiria.samanta@gmail.com

<sup>76</sup> Graduanda do curso de História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Email: mourajessica1997@gmail.com

Documentação e Informação da Mulher (NEDIM), formado no Estado do Ceará; destoando o olhar dos movimentos do centro-sul e sudeste, procurando dessa forma, trazer a participação das demais regiões, nesse caso a do Nordeste, nos movimentos contra repressão e de cunho feminista. Como já destacado pela historiadora e professora Ana Rita Fonteles em sua pesquisa sobre os movimentos feministas através dos órgãos de informações durante a ditadura militar, houve a participação de diversos agrupamentos femininos que foram ativamente participantes no Ceará durante o regime. Como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), já estudado pela mesma, além dos grupos 4 de Janeiro, União das Mulheres Cearenses, Centro Popular das Mulheres, o departamento feminino do PMDB e o núcleo de mulheres do Sindicato dos Bancários. (DUARTE, 2019, 10).

Segundo o artigo “*Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto?*”<sup>77</sup>, as autoras destacam que a partir da década 1980, a organização de grupos de pesquisa e estudos sobre a mulher, normalmente ligados aos círculos universitários, introduzem a pesquisa e a importância do estudo sobre a condição feminina assim como a mobilização em relação aos direitos da mulher no Estado do Ceará.

Para nossa pesquisa, estudaremos o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher: NEDIM. Formado por duas mulheres vinculadas aos centros de Psicologia e Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), que voltaram seus trabalhos para a formação de grupos de estudos, coleta de documentos e trabalhos em bairros, sempre preocupando-se com as mulheres e suas condições. Devemos citar, para além disso, a participação do NEDIM nas demais demandas da época, como a participação nos movimentos contra a ditadura (destacando que uma de suas lideranças é citada nos arquivos de vigilância do governo) que juntamente com os demais grupos feministas da época, tiveram grande mobilização contra a violência doméstica e na busca dos direitos das mulheres.

### **NÚCLEO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO DA MULHER (NEDIM):**

Ao analisarmos como se procedeu os movimento e os trabalhos com a figuração feminina durante o regime civil-militar, podemos salientar a participação de mulheres por todo

---

<sup>77</sup> COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? In: HOLLANDA, Org. Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 109-134.

país, entretanto, seu enfoque se dá entre o eixo São Paulo e Rio de Janeiro como aponta a historiadora Céli Regina Jardim Pinto: “Em 1972 começaram a aparecer nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro os primeiros grupos feministas inspirados nos feminismos do hemisfério norte: eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que já se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado.” (PINTO, 2003, p.49) A partir disso, podemos perceber o caráter mais acadêmico e teórico desses grupos, que também se estende ao NEDIM. O núcleo foi formado pela iniciativa de duas mulheres, na época vinculadas academicamente à Universidade Federal do Ceará, uma na área de Psicologia Social e outra na Sociologia, se desenvolveu na percepção da necessidade de arquivamento e estudo dos materiais desenvolvidos por suas lideranças, em suas pesquisas de pós-graduação, como explica Dona Maria Isolda uma das fundadoras do núcleo:

“Foi concomitante, quer dizer eu tava fazendo o trabalho juntando muito material a Zaira a mesma coisa, então a gente pensou: por que não divulgar todo esse material, todo esse conhecimento, que a gente tá adquirindo sobre a mulher? [...] e a gente pensou em fundar um núcleo de estudo, documentação e informação sobre a mulher então um Núcleo de Estudo, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM) no departamento de Ciências Sociais o que era o que Zaira trabalhava e eu era da psicologia. O que que a gente fez: a gente juntou o material que a gente possuía já né, eu e ela, para começar, e fomos pedindo às pessoas, amigas e mulheres para ajudar nesse arquivo de documentação. A partir daí a gente começou então um trabalho com as mulheres na academia e as mulheres nas comunidades.” (Maria Isolda Castelo Branco)<sup>78</sup>

Devemos salientar que o trabalho no qual o núcleo desenvolveu foi para além da coleta de documentos e grupos de estudos centrados na universidade, teve seu foco no trabalho nas comunidades, com o intuito de conscientizar e gerar atividades com as mulheres da classe trabalhadora. Como destaca a entrevistada, o NEDIM sempre teve a preocupação em direcionar os trabalhos nos dois segmentos: a academia e as ruas. Enquanto desenvolviam as pesquisas e os debates sobre os temas relacionados à mulher, traziam o produto desses estudos em formas

---

<sup>78</sup> BRANCO, Maria Isolda Castelo, (83). Entrevista, dezembro de 2019. Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte, acervo da autora.

de oficinas, apresentações de filmes, debates em escolas, praças de bairros e entre outros espaços públicos em que fossem solicitadas. Dado aos estudos desenvolvidos pelas suas integrantes, as linhas de pesquisa e estudos envolviam os temas sobre a mulher e a família, na sexualidade, religião, reprodução, consequências psicológicas da repressão da mulher, saúde da mulher, gravidez e violência doméstica.

### **NÚCLEO DE ESTUDOS E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA:**

Ao trabalhar com os arquivos de vigilância, acessados através do Fundo do Serviço de Informação Nacional (SNI), constatamos a profunda investigação do aparelho repressor em relação aos movimentos de resistência. De fato, eles tinham total compreensão dos termos, textos e assuntos que eram abordados por esses grupos, assim como tinham conhecimento das participações em congressos, palestras, manifestações e seminários. Os censores tinham documentos sobre as lideranças e participantes, principalmente da Dona Maria Isolda, cujo nome tem constante permanência nos arquivos no quais citam o NEDIM, muitas vezes seguido pela outra liderança, Zaíra Ary. Entretanto, é Maria Isolda quem mais aparece, não apenas quando se trata do núcleo, mas também sozinha e até observações sobre seu cônjuge. O núcleo como já destacado acima, era mais academicista, entretanto, suas pautas entravam no que os órgãos de vigilância consideravam temas ‘subversivos’, como por exemplo sua presença nos movimentos contra o governo e a favor das pautas que eram consideradas feministas.

Os documentos são datados de 1982 a 1986, com um intenso fluxo de distribuição para outros ramais, não apenas no do estado, a exemplo do arquivo sobre Movimentos Feministas com anexos que mostram os grupos e as filiações partidárias pelos estados do Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, São Paulo, Piauí e Ceará. Isso revela a circulação de informações sobre cada grupo, suas organizações e participantes por todo o país.

Podemos destacar, um arquivo em especial que reúne informações em relatório sobre o movimento feminista no Brasil. O relatório em questão, iniciou-se em 1983 e teve validade de cinco anos, sendo reeditado em cada ramal. Esse arquivo apresenta um estudo aprofundado sobre o feminismo com contextualização histórica, atento ao movimento nos outros países, destacando a França e Estados Unidos, assim como sobre a situação da mulher na sociedade e na política citando escritoras como Rose Marie Muraro e Betty Friedman.

Ademais, traz as propostas de cada grupo e partido político em relação às mulheres, seus direitos (sejam eles direitos ao corpo, ao trabalho, igualdade salarial, educação) e



participação política. Destacando a movimentação na cidade de Fortaleza referente às comemorações do Dia Internacional da Mulher do ano de 1983, é detalhada uma manifestação e seus participantes, salientando o nome de Maria de Fátima Chagas Carvalho, então militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e presidente da Associação de Bairros e Favelas de Fortaleza, que havia organizado o evento. Dessa forma, devemos observar como o aparelho repressor tinha profundo conhecimento sobre o que estava acontecendo entre esses grupos e pessoas, ao contrário do que imaginamos.

### **LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES NO ESTADO DO CEARÁ:**

Ao entrevistar e analisar a documentação sobre o NEDIM observamos a sua intensa atividade na luta pelos direitos da mulher e contra a violência doméstica juntamente com os grupos 4 de Janeiro, UMC e CPM, principalmente após o suicídio induzido da Maria Celizete em 04 de dezembro de 1982 - caso de destaque na imprensa, referente a uma mulher que vivia em um relacionamento extremamente abusivo e não vendo outra solução para seu sofrimento, optou por atear fogo em si mesma - dando maior visibilidade aos casos de violência contra a mulher no estado do Ceará e enfoque na luta judicial contra esses casos.

O NEDIM, por sua vez, trouxe em suas pesquisas a condição da mulher na sociedade na época, isso incluía a situação da mulher e a violência. Juntamente a isso, apoiava a criação de medidas que tinham o dever de auxiliar o público feminino que necessitasse, destacando as mulheres em situação mais frágil. Um exemplo dessas medidas foi a criação de um gabinete permanente de denúncia e apoio à mulher que fosse vítima.

### **CONCLUSÃO:**

Dessa maneira inferimos que o trabalho desempenhado pelo Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher teve grande importância e notoriedade no período no qual esteve em atividade. Os esforços colocados na coleta de materiais sobre a mulher, além de se preocupar em levar para a comunidade não acadêmica, denota a profundidade desse trabalho que foi encabeçado por mulheres em meio a uma efervescência política, social, cultural e econômica. Nos mostra também, que por mais que vejamos ainda uma boa parte das ações contra a ditadura lideradas ou participadas majoritariamente por homens, os atos com sujeitos femininos foram muitos e da mesma forma importantes para a resistência contra o aparelho repressor.

## REFERÊNCIAS:

- ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). ACE 2359/82. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1982. Fundo SNI
- ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). ACE 59708/86. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1982. Fundo SNI
- ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). ACE. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1982. Fundo SNI
- COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?. In: HOLLANDA, Org. Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 109-134.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos da Memória: o movimento feminino pela anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: Inesp, 2012.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-17, 2019.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003
- SAFFIOTI, Heleith I. B.. **Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976
- SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: a reflexão sobre a história oral das mulheres. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2005
- SCOTT, Joan. Gênero: Categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, 07/12 de 1995.
- SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, p. 591-611, set. 2005.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. **ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE HISTÓRIA ORAL, GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES**. Dourados: Editora UFGD, 2014. 61 p.

## AS CARTAS DE SESMARIAS – POSSIBILIDADES PARA O ESTUDO DE GÊNERO NO PERÍODO COLONIAL, NA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE

Leiliane Kecia Magalhães<sup>79</sup>

### Resumo:

As Cartas de Sesmarias são documentos pelos quais se fazia a solicitação de terras a Coroa Portuguesa, uma exigência do Sistema Sesmarial, o qual determinava que todas as terras pertenciam ao Rei, podendo ser doadas por este, muito embora ainda permanecessem sob sua jurisdição; foi um modelo transplantado de Portugal e que vigorou no Brasil até 1824, quando a terra passou a ser propriedade privada do indivíduo. As Cartas referentes a capitania do Siará Grande podem ser acessadas virtualmente através da Plataforma S.I.L.B (Sesmarias do Império Luso – Brasileiro) e estão disponíveis em dois CD-ROM, organizados pelo Arquivo Público do Estado do Ceará, contendo as datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias, digitalizadas dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Dos 1449 pedidos feitos ao Rei, 210 contaram com a participação das mulheres, quer seja sozinhas, em conjunto com homens ou com outras mulheres, por vezes requerendo mais de uma sesmaria. Os pedidos eram realizados por escrito, expedidas pelo Capitão-mor, Governador das Capitanias, contendo o nome do requerente, o lugar de sua moradia, a localização geográfica da terra solicitada e a justificativa da solicitação, uma fonte profícua não só para identificar homens e mulheres, senhores e senhoras de terras, no período colonial, denotando que a posse de terras por mulheres não é um dado contemporâneo, e sim sua análise, como também evidencia as relações de poder exercido por estas, em específico na capitania do Siará Grande, uma vez que o acesso à terra se transformara em um elemento importante de poder. A análise das Cartas de Sesmarias permite visibilizar a mulher no período colonial para além do estereótipo de reclusa e fornece dados sobre as possíveis estratégias que essas mulheres traçaram para obter e defender as terras solicitadas, integrando desse modo a engrenagem do projeto colonizador português tornando essas terras tidas como vazias em fonte de lucro para o Império Luso.

**Palavras-chave:** Capitania do Siará Grande; Cartas de Sesmarias; Mulheres.

---

<sup>79</sup>Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC

As Cartas de Sesmarias são documentos pelos quais se fazia a solicitação de terras a Coroa portuguesa, no período no qual o Brasil ficou sob seu domínio, esses pedidos eram realizados por escrito, expedidas no período em questão pelo Capitão-mor, Governador das Capitanias, contendo o nome do requerente, o lugar de sua moradia, a localização geográfica da terra solicitada e a justificativa da solicitação, como pode ser observado no documento a seguir:

Dizem thereza da Costa e maria digo Philepa ferreira da Costa moradores na Cappitania de pernambuco que ellas supliCantes nesta doseara tem sues gados assim VaCumus como CavaLares sem terem terras emq os posão acomodar eporq tem notissia que no oRoya ha humes taboLeiros os quais nunca foram pedidos enem dados em os quais ellas supliCantes se querem acomodar com as ditas suas criasomis pera aumento dos dizimos Riáis (APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928. Data de sesmaria p.148. Vol. 5).

O texto acima é um trecho de uma Carta de Sesmaria referente ao ano de 1708, na qual duas mulheres, pernambucanas, requerem terras na capitania do Siará Grande à Coroa portuguesa, justificando possuírem gados vacuns e cavalares, apresentando como objetivo satisfazer os interesses do reino, com o aumento dos dízimos reais. Pode-se depreender serem mulheres de posses e que a ausência de um homem no requerimento não impossibilitava o pedido, nem o fato de serem moradoras de outra capitania, além do entendimento de que a doação de terras a essas mulheres seria lucrativa para o Rei.

Mulheres solicitando terras destoa da imagem de uma mulher colonial reclusa e submissa, coletada principalmente em relatos de viajantes estrangeiros ao Brasil, que de acordo com Leila Mezan Algranti (1992, p. 61), ainda é fortemente impregnada em nosso universo mental, como se fosse impensável uma mulher no século XVII ser senhora de terras, entretanto para quebrar com esses estereótipos Mary Del Priore (1997, p.11), considera:

A mulher na história do Brasil tem surgido recorrentemente sob luz de estereótipos, dando-nos enfada ilusão de imobilidade. Auto-sacrificada, submissa sexual e materialmente e reclusa com rigor, à imagem da mulher de elite opõem-se a promiscuidade e a lascívia da mulher de classe subalterna [...]. Para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetitivo. Só assim podemos libertar as imagens femininas do olhar que só as vê contraditórias, pois pensar o “por que” e “para o quê” de uma história da mulher brasileira significa abandonar as polarizações, e deixar emergir a memória de tensões entre os papéis masculinos e femininos.

Mulheres solicitando terras a Coroa portuguesa, através das Cartas de Sesmarias, são experiências que divergem das percepções generalizantes, da mesma forma que não se deve supor, que todas as mulheres do período colonial eram donas de terras:

A dialética, sempre utilizada, da dominação masculina versus opressão feminina, deve ser evitada por sua circularidade, e substituída pela análise das mediações, no tempo e no espaço, através das quais qualquer dominação se exerce. Deve-se fugir da história que faz da mulher uma vítima, ou o seu inverso (DEL PRIORE, 1997, p.13).

Pois, como alerta Suely Creusa Cordeiro de Almeida (2003, p.214):

Não abraçamos a visão oposta de uma mulher livre e realizadora de suas vontades. Os percursos percorridos pela mulher são plurais e irregulares, é possível encontrar para determinados períodos, registros de mulheres utilizando os poucos canais que lhe são permitidos para agir. Em outros momentos, as mulheres se submetem aos padrões sociais aceitos.

Além de senhoras de terras, as Cartas de Sesmarias por vezes apresentam essas mulheres como detentoras de muitas posses, gados vacuns, cavalares: em 1725, diz dona Maria de Mendonça viúva do tenente Estevão Vicente Guerra, que ela é Senhora, e possuidora de muitos gados vacuns e cavalares os quais têm situado no lugar chamado Trairi desta capitania, nas terras que correm da água salgada para cima até encontrar água doce do rio Trairi, por sua pequenez não acomoda a multidão de seus gados, sem grave prejuízo seu e da real fazenda por não ter pastos suficientes, solicita as terras prescritas por João Fernandes (APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928. Data de sesmaria p.211-212. Vol. 11).

As informações acima descritas estão contidas em uma das mais de mil Cartas de Sesmarias distribuídas na capitania do Siará Grande, no período no qual as terras brasileiras pertenciam à Coroa portuguesa e eram denominadas Sesmarias, podendo ser doadas pelo rei a quem lhe interessasse, homens e/ou mulheres, desde que estes tivessem condições de tornar as terras produtivas, caso não o fizessem, as terras eram devolvidas à Coroa portuguesa, tornavam-se devolutas, podendo ser doadas a outros que a solicitassem, como fez Maria de Mendonça. O rei toma as terras dadas anteriormente a um homem João Fernandes que não as tornou produtiva como havia se comprometido e as entrega a uma mulher, Maria de Mendonça, percebe-se nitidamente que as relações econômicas eram mais importantes do que o fato do sesmeiro ser homem ou mulher.

As Cartas de Sesmarias, são documentos oficiais e estão disponíveis dois CD-ROMs, organizados pelo Arquivo Público do Estado do Ceará, contendo as Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias, digitalizadas dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928, possibilitando que sujeitos até então invisibilizados sejam vistos como senhoras e senhores de terras, não somente as mulheres, como os indígenas, os negros embora em número bem diminutos.

Dos 1449 pedidos de sesmarias que se tem acesso, realizados entre 1679 até a última doação em 1824, as mulheres estavam presentes em 210 Cartas. Quer seja sozinha ou em companhia com homens ou com outras mulheres (era comum o pedido de sesmarias ser realizado por mais de um requerente), número extremamente significativo, uma vez que a extensão de cada sesmaria doada em regra, era de três léguas, ou seja, as mulheres obtiveram dentro da capitania do Siará Grande, no mínimo cerca de 630 léguas e tornavam assim senhoras de terras, mesmo que essas terras não possuíssem tantas vantagens como as comparadas as áreas do açúcar e do ouro, estas eram suficientes para a obtenção de poder econômico e distinção política.

Para os fazendeiros, ser senhor e possuidor de terras implicava a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários). Implicava ser reconhecido pelos seus vizinhos como um confrontante. E relacionava-se também à possibilidade de expandir suas terras para além das fronteiras originais, ocupando terras devolutas ou apossando-se de áreas antes ocupadas por outrem (MOTTA, 1998, p. 38).

Esses dados obtidos através das Cartas de Sesmarias são imprescindíveis para visibilizar as mulheres como senhoras de terras na capitania do Siará Grande, pois uma das dificuldades de análise acerca da ação das mulheres principalmente no período colonial diz respeito às fontes, Michelle Perrot (2007, p. 17) chama de silêncio das fontes a ausência de informações precisas e circunstanciadas sobre as mulheres, sendo esta uma das razões para a sua invisibilidade na história e para a abundância de discursos reduzidos ou ditados por estereótipos constantemente reproduzidos, contudo mesmo quando há documentos acerca da ação dessas mulheres, como as Cartas de Sesmarias, a presença dessas mulheres fica ausente das reflexões, no contexto em específico, na sua participação na construção da capitania do Siará Grande.

Maria Odila Leite da Silva Dias (1995, p. 14), analisa que o fenômeno da invisibilidade das mulheres nas pesquisas científicas se trataria mais de um esquecimento ideológico, do que uma ausência total de informações, por isso pensar em mulheres senhoras

de terras no período colonial na capitania do Siará Grande provoca, por vezes, reações de surpresa, pois como uma mulher nesse período conseguiria fazer solicitação de terras ao rei e obtê-las.

Uma das pesquisas que destaca o papel das mulheres na construção da capitania do Siará Grande, mesmo não tendo como referência os estudos de Gênero, é o estudo sobre o perfil da formação social cearense, realizado por Francisco José Pinheiro (2008), em seu livro *Notas sobre a Formação Social do Ceará 1680 – 1820*, o qual utilizando as Cartas de Sesmarias como fonte, expõe não só a participação das mulheres na aquisição de terras na capitania do Siará Grande no período colonial, como chama atenção para as relações de poder nas quais estavam inseridas:

Esse mesmo sargento-mor Antônio Marques Leitão, mais Pelônia da Costa com quem era casado, mais seu filho Matheus Marques da Costa solicitaram no rio Mundaú, em 1717, uma sesmaria contígua às terras do vereador Antônio da Costa Peixoto. Pelônia, na verdade, se chamava Apolônia (aparece grafada erroneamente por erro de transcrição), era uma das filhas do vereador Antônio da Costa Peixoto, portanto o perfil desse vereador não difere dos que até aqui foram examinados. No entanto, examinando o perfil de Costa Peixoto, já se percebe que as alianças entre os proprietários, principalmente através do casamento, vão se transformando em importante elemento de concentração de terra e de aumento de poder no Ceará (PINHEIRO, 2008, p. 94)

As Cartas de Sesmarias, como demonstrou Pinheiro (2008, p.122), são uma fonte profícua não só para identificar homens e mulheres, senhores e senhoras de terras, no período colonial, denotando que a posse de terras por mulheres não é um dado contemporâneo, e sim sua análise, como também evidencia as relações de poder exercido por estas, uma vez que o acesso à terra se transformara em um elemento importante de poder na capitania do Siará Grande.

Essa percepção corrobora com os estudos de Gênero, pois como defende Joan Scott (1995, p.87), o uso do Gênero não se restringe ao sistema de parentesco, abrange a economia e o sistema político, em suas construções, nem se trata de mulheres atuando de forma isolada, uma vez que o Gênero não designa um único sujeito, e sim uma relação de sujeitos haja visto que estudar as mulheres isoladamente reforçaria o mito de que um sexo muito pouco ou nada tem a ver com o outro sexo, uma vez que as informações sobre as mulheres são necessariamente informações sobre os homens, um implica o estudo do outro, pois o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens.

As Cartas de Sesmarias também nos permitem analisar essas diversas relações nas quais as mulheres estavam inseridas na capitania do Siará Grande. Um exemplo da amplitude

dessas relações é o de Dona Vitória Rodrigues da Câmara - neta, filha, sobrinha, irmã, tia, mãe, esposa e comadre de outros sesmeiros, se descreve na Carta de Sesmaria como mulher nobre, órfã, natural do estado do Brasil onde seus pais e avós serviram a sua majestade, detentora de posses. Dona Vitória já possuía terras na capitania do Siará Grande em 1702, solicitou terras em conjunto com suas irmãs e sobrinhas em 1706, e no ano de 1714 solicitou em conjunto com Manuel de Farias da Câmara, o qual não conseguimos identificar. Em 1717 vendeu as terras juntamente com a suas irmãs e sobrinhas para seu marido (APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928. Data de sesmaria p.106-110. Vol. 11).

Dona Vitória Rodrigues da Câmara, mantinha relações de parentesco com mais de dez pessoas, homens e mulheres que detinham por meio das Cartas de Sesmarias 18 propriedades, se levarmos em conta que essas terras possuíam no mínimo uma légua em quadra, estaríamos falando de muito mais de 100 quilômetros de terras pertencentes a um mesmo núcleo familiar, uma concentração fundiária entrelaçada por homens e mulheres:

Integrar as mulheres de classes dominantes na história social do Brasil pressupõe estudos de conjunturas regionais, tendo simultaneamente presentes os valores ideológicos que as identificavam com o projeto mesmo de colonização dos portugueses, mais a sensibilidade para captar peculiaridades próprias de sua atuação cotidiana e improvisadora (DIAS, 1995, p. 105-106).

Os pedidos em conjunto possuíam as mais diversas composições, grupos formados só por homens, grupos formados por homens e mulheres e grupos formados só por mulheres. Dos 210 pedidos realizados com a participação de mulheres, apenas 17% foi realizado de forma individual, os outros 83% foram realizados em grupos, homens e mulheres ou mulheres com mulheres. Em números absolutos, foram 13 pedidos realizados por grupos compostos só de mulheres, 36 de forma individual, e 161 pedidos realizados em grupo composto por homens e mulheres.

Os pedidos em conjunto, também eram uma estratégia realizada pelos homens, uma vez que as terras da capitania do Siará Grande apresentava muitos perigos, e dificilmente uma família sozinha conseguiria se manter segura numa área constantemente cercada por indígenas, assim como também um modo de driblar a lei, uma forma de obter uma extensão maior de terras do que era normatizado pelo Sistema Sesmarial (PORTO, 1965).

Em 1706, Tiadozia da Rocha e Pedro Goncalves de Carvalho, requerem terras na capitania do Siará Grande:



Sor Cappitam Mor dizem Tiadozia da Rocha e Pedro Goncalves de Carvalho moradores nesta Capitania do Siara Grande que elles suplicantes tem gados vaquems e cavallares e mais cirasois e não tem terras pera os poderem cirar e tem notiçia que em as testadas do tinente Manoel Pintto da Rocha pello bonabuhu asima ha terras devolutas e dezaproveitadas as coais foram pedidas avera vinte e tres annos ahuns homen moradores em o rio de S. frc. Os coais homens nunca tiverão gados nesta capitania nem nunca virão a ella pera os poderem a situar o que the o presente não tem feito portanto p Avmce seja servido comsederlhe em nome de sua Magestade que Deus grade a cada hum delles suplicante tres legoas de terra de comprido pello dito rio bonabuhu asima visto ser assim na mesma forma que se concedeo antigamente a Manoel Teixeira e seus companheiros os coais athe o presente não pouvoaram e elles suplicantes as querem povoar com seus gados e mais cirasois pera aumento da fazenda Rial (APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928. Data de sesmaria, p.47. Vol. 3).

As Cartas de Sesmarias não são escritas de forma espontânea pelos requerentes, seguem um padrão de organização conhecido de antemão pelo escrivão, os requerentes se apresentam e justificam o pedido, se colocam como um súdito dependente do favor do rei e procuram convencê-lo de quão vantajoso será para Coroa doar-lhe a terra, geralmente utilizam o termo “para aumento da fazenda real”, ou seja, no discurso público os requerentes demonstram estar preocupado com o bem-estar do reino, já que pagariam os impostos devidos.

Se as Cartas seguiam uma narrativa já previamente determinada, como saber se os sesmeiros e sesmeiras estavam realmente preocupados em atender as demandas do Rei ou encenavam para obter as terras em seu único proveito, nas próprias Cartas de Sesmarias foi possível identificar essa ruptura no discurso público de Tiadozia da Rocha.

Um ano após o pedido de Tiadózia, em 1707, foram realizados dois pedidos de sesmaria, o primeiro pelo capitão Manoel da Rocha e o capitão Nicolau Lopes Fiuza e o segundo pelo capitão Lazaro Gomes de Almeida e o tenente-coronel Estevão de Sousa Palhano, todos se dizem moradores de Pernambuco, requeriam as mesmas terras que outrora haviam sido doadas a Tiadozia da Rocha e Pedro Goncalves de Carvalho, uma vez que:

[...] desta data foi excluida della a suplicada por emganar ao juis prevativo das sismarias por pedir com outro companheiro morador em Lisboa e o nam ser nesta capitania com q mandou o juis prevativo que nam trazendo o seu sócio citado a suplicada a Pdros Glz errêo com a suplicada na dita data a tempo de tres mezes fose espulcada hum e outro [...] (APEC – Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 e 1928. Data de sesmaria p.25. Vol. 5).

O escrivão foi taxativo ao utilizar o termo “enganar”, pois Tiadozia da Rocha havia dito na Carta de Sesmaria que tanto ela quanto Pedro Goncalves de Carvalho eram moradores da capitania, quando na verdade ele morava em Portugal, o juiz ainda deu um prazo de três

meses para que Pedro Goncalves de Carvalho ocupasse as terras, o que não ocorreu. De acordo com a legislação vigente cada sesmaria tinha o limite de três léguas, mas ao “enganar o juiz” Tiadozia da Rocha na prática ficaria com seis léguas. Ao ser descoberto o “engano”, as terras retornaram ao Rei, podendo ser novamente doadas, nesse caso para quatro homens com patentes militares.

O discurso de Tiadozia da Rocha na Carta de Sesmaria demonstra uma deferência ao Rei, uma conformidade, uma obediência às normas, mascarando assim sua real insatisfação com a quantidade de terras que gostaria de ter, a ponto de mentir àquele a quem rogara a Deus para que o guardasse, uma vez que “[...] a relação entre as elites dominantes e os subordinados é mais do que qualquer outra coisa, uma luta material em que ambas as partes procuram constantemente detectar fragilidades e explorar pequenas vantagens.” (SCOTT, 1995, p. 254)

É curioso notar que os quatro sesmeiros que pediram as terras que haviam sido excluídas de Tiadozia da Rocha e Pedro Goncalves de Carvalho, eram todos de Pernambuco, e já haviam pedido terras com familiares de Tiadozia da Rocha, observando que o escrivão responsável pelo pedido de sesmaria possuía o mesmo sobrenome do requerente Pedro Gonçalves de Carvalho, que pode ser um indicativo de parentesco e por conseguinte uma estratégia para obtenção de sesmarias dentro de um mesmo grupo familiar

Ao ler as Cartas de Sesmarias de forma individual, pode-se pensar numa subordinação passiva de homens e mulheres às normas da dominação sobre o acesso às terras, mas ao comparar com outras Cartas identificamos formas diversas de resistir à política do Sistema Sesmarial, embora nem sempre bem-sucedida como foi o caso de Tiadozia.

No Siará Grande, apesar dos sesmeiros e sesmeiras se mostrarem preocupados com o bem estar da Coroa portuguesa, buscavam na verdade seus próprios interesses, em um discurso disfarçado ao justificar seus pedidos de sesmarias, onde famílias se tornaram donas de grandes extensões de terras, contradizendo as normativas do Sistema Sesmarial e por conseguinte a vontade real, promovendo o latifúndio.

Desse modo, as Cartas de Sesmarias possibilitam analisar as ações de mulheres e homens frente dominação territorial da Coroa portuguesa, na tentativa de atender seus próprios interesses, ainda que esses fossem contrários às leis régias.

### **Considerações finais**

Thereza da Costa, Philepa Ferreira da Costa, Maria de Mendonça, dona Vitória Rodrigues da Câmara e Tiadozia da Rocha, foram mulheres que participaram diretamente da construção da capitania do Siará Grande, assim como outras centenas de mulheres que por muitas vezes não são nominadas no contexto econômico da capitania, essa ausência estaria mais relacionada a um esquecimento ideológico do que uma ausência de fontes, pois como foi demonstrado, as Cartas de Sesmarias possibilitam não só o conhecimento nominal dessas mulheres como também as relações de poder nas quais estavam inseridas e as estratégias por elas empreendidas na defesa de seus interesses.

Ser senhora de terras não se resumia apenas a terra em si, demandava a defesa, se possível a ampliação das fronteiras, ter boas relações com os vizinhos, principalmente através de alianças, o mando sobre os trabalhadores de suas terras, pois ser senhora de terras possuía um significado maior - ser senhora de gentes, além do comércio do gado, pois a pecuária era atividade mais rentável na capitania do Siará Grande, e as relações políticas, que por vezes se valeram das graças da administração portuguesa e em outros momentos tiraram vantagens dela; esse rol de encargos evidenciados pelas Cartas de Sesmarias contradizem então a imagem da mulher colonial reclusa e, por conseguinte distante do espaço público.

As Cartas de Sesmaria mesmo sendo documentos que seguem um protocolo, uma ritualística em sua redação, é possível através de uma leitura atenta, identificar outras histórias que permeavam a vida dessas mulheres que solicitaram terras na capitania do Siará Grande: sua origem, suas posses, seus interesses, sua resistência, suas relações de poder, um documento ainda pouco utilizado nos estudos de gênero, mas que traz outros aspectos das mulheres no período colonial, mulheres que se relacionavam com o poder régio, com o poder militar, a fim de alcançar seus interesses, o de serem senhoras de terras.

### **Referências Bibliográficas**

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia. (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822)*. 1992. 389f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, departamento de História e Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1992

- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O sexo devoto : normatização e resistência feminina no Império Português -XVI-XVIII*. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*: Maria Odila Leite da Silva Dias; prefácio de Ecléa Bosi. - 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MOTTA, Márcia Maria Mendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro. 1998.
- PERROT, Michelle; CÔRREA, Angela M. S. *Minha história das mulheres*. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará: 1680-1820*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. 363p. ISBN 9788599134115 (broch.)
- PORTO, Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitaria- UFPE, 1965
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.20, n. 2, Jul/dez.1995, pp. 87. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 11 julho 2020.

## **PEDAGOGIAS DE LIBERDADE E RESISTÊNCIA EM UM JORNAL HOMOSSEXUAL DA IMPRENSA ALTERNATIVA DO ANO DE 1978**

Alison dos Santos<sup>80</sup>

Carin Klein<sup>81</sup>

### **Resumo:**

Em 1978, o Ato Institucional Número 5 perde forças no Brasil. E é nesse contexto que surge na imprensa alternativa da época o jornal o Lampião da Esquina. A proposta desta publicação é produzida a partir de um grupo de intelectuais, artistas e jornalistas brasileiros que, inspirados em Winston Leyland, editor da revista norte-americana *Gay Sunshine*, percebem a possibilidade de circular uma publicação semelhante aqui no Brasil. Sendo assim, inscrevemos este trabalho nos campos teóricos dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos de Gênero, em aproximação com a vertente pós-estruturalista. Examinamos as primeiras edições deste jornal, tomando-o como uma instância educativa do período estudado, a partir da seguinte indagação: que pedagogias de gênero e sexualidade este artefato cultural veiculava? O exame do material empírico evidenciou que a publicação operava na produção de pedagogias de gênero e de sexualidade em um período histórico, marcado pela opressão e silenciamento, atuando para ampliar autoafirmação, reconhecimento social e ampliação de direitos.

**Palavras-chave:** pedagogias culturais; Jornal Lampião da Esquina; gênero; sexualidade.

### **Introdução**

Apenas nos anos 1960, revistas com conteúdos homossexuais começaram a ser produzidas e distribuídas de mão em mão, em círculos restritos do país. Editoriais como *O Snob*, circularam na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1963 e 1969 (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2016), por exemplo. Com a instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), e a consequente promulgação da lei da censura<sup>82</sup>, estes editoriais tornaram-se mais

---

<sup>80</sup> Graduando em História pela universidade Luterana do Brasil, campus Canoas. Bolsista voluntário de iniciação à pesquisa no PPGEDU/ULBRA: [alison.historia@hotmail.com](mailto:alison.historia@hotmail.com)

<sup>81</sup> Doutora em Educação pela UFRGS, professora no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Luterana do Brasil, campus Canoas. E-mail: [carink@terra.com.br](mailto:carink@terra.com.br)

<sup>82</sup> Como exemplo, citamos o Decreto-Lei de Nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que em seu artigo 1º e 2º dispõe o seguinte: "Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer

incomuns e restritos. Como consequência, enquanto em outros países os movimentos sociais de lutas pelos direitos LGBT's<sup>83</sup> progrediam e ganhavam vitalidade, no Brasil as discussões acerca das liberdades e direitos individuais desta população, ainda era restrito aos meios acadêmicos e intelectuais de resistência. Isso não implica dizer, que os movimentos sociais de luta pelos direitos LGBT's não buscavam se organizar, mas que devido aos fortes instrumentos estatais de repressão do período, suas tentativas de organização e articulação eram invisibilizadas, inviabilizadas ou, simplesmente, silenciadas (SILVA, 2016, p. 22).

No entanto, em 1978, o Ato Institucional Número 5 perdeu forças no país<sup>84</sup>. E é nesse contexto que ganhou força a imprensa alternativa da época, no qual o jornal *o Lâmpião da Esquina* torna-se um exemplo emblemático. A proposta da publicação desse artefato ocorre a partir de um grupo de intelectuais, artistas e jornalistas brasileiros que, inspirados em Winston Leyland, editor da revista norte-americana *Gay Sunshine*, percebem a possibilidade de veicularem uma publicação semelhante no Brasil.

Seu Conselho Editorial era composto por personalidades como Darcy Penteado (artista plástico e literato), Aguinaldo Silva (dramaturgo, jornalista), Gasparino Damata (escritor), Antonio Chrysóstomo (jornalista), Jean-Claude Bernardet (cineasta), João Antônio Mascarenhas (advogado e ativista), Peter Fry (antropólogo) e João Silvério Trevisan (dramaturgo, jornalista, ativista). Sua parte editorial era constituída de sete seções: Opinião (correspondente ao editorial), Reportagens, Literatura, Tendência (espaço cultural), Ensaio, Esquina (seção de artigos), Cartas na Mesa (correspondências de leitores publicadas) e, após a quinta edição, ganhou também a coluna Bixórdia, que disponibilizava fofocas gerais. Cada

---

que sejam os meios de comunicação. Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior". Para saber mais, ver: REPÚBLICA, 1970.

<sup>83</sup> Citamos como exemplo emblemático, um evento ocorrido 9 anos antes do surgimento do editorial que aqui será estudado, que repercutiu internacionalmente dando visibilidade e força aos movimentos em prol da aquisição dos direitos das populações LGBT's, que ficou conhecido como *Stonewall Inn*, onde na noite de 28 de junho de 1969, os frequentadores, assumidamente LGBT's, do bar Stonewall em Nova York, rebelaram-se contra os abusos policiais a que estes eram, frequentemente, submetidos. Para saber mais, ver: SILVA, 2016, p. 25-6.

<sup>84</sup> O período que corresponde à Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), teve como uma de suas características a instituição de um forte e complexo aparelho repressivo estatal, que através da prática de violências, silenciamentos e repressões de diversos tipos e intensidades, foi fundamental para o estabelecimento dos generais no poder por mais de duas décadas. O Ato Institucional Número 5 (AI-5), emitido em 1968, foi um forte instrumento repressivo. Através deste, os militares atuaram diretamente no comando dos órgãos de repressão e vigilância, onde a censura aos meios de comunicação ocorreu de maneira mais concisa e intensa. No entanto, no governo de Geisel (1974-1979), o mesmo instituiu um plano de abertura política que, em sua definição, ocorreria de modo lento, gradual e seguro. Nesta fase, há uma maior autonomia para os meios de comunicação, porém, temas que fossem considerados um perigo à moral e aos bons costumes continuavam a ser vigiados e interditados. É nesse contexto, que surge o Jornal *o Lâmpião da Esquina*. Em outubro de 1978, é aprovada a emenda constitucional nº 11, que possuía como principal objetivo a revogação do AI-5. A referida emenda entra em vigor em 1º de janeiro de 1979. Para saber mais, ver: BRITO, 2016, p. 13-19; FAUSTO, 2015.

edição possuía uma tiragem de aproximadamente 10 a 15 mil exemplares, cujo subsídio para circulação advinha de colaboradores e também da criação de uma editora própria. Embora tenha sido editado por pessoas assumidamente homossexuais, seu enfoque não era voltado apenas para a militância homossexual, seu público alvo eram todas as vozes e identidades marginalizadas daquele período. Eram latentes matérias sobre direitos humanos, direitos das mulheres, direitos dos negros e até mesmo sobre o meio ambiente.

Este jornal tem inspirado as humanidades, seja nos campos da História, da Sociologia, da Antropologia, Comunicação Social, movendo a produção de diversos trabalhos, artigos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, porém sempre com um enfoque para a questão da História da imprensa alternativa gay da época (ARIAS NETO; PESSOA DO AMARAL, 2016), com o campo das representações homoeróticas que estavam ali sendo veiculadas (PEREIRA, 2017), das lutas políticas do movimento homossexual (BRITO, 2016; MARIUSSO, 2015; SOTANA e OLIVEIRA, 2015) ou, ainda, apenas o utilizando para narrar uma história do movimento homossexual brasileiro (COELHO, 2014).

No entanto, neste trabalho, esta publicação não é tomada apenas como uma fonte histórica<sup>85</sup>, capaz de dar visibilidade à um passado que constituiu um pedaço da história do próprio movimento homossexual brasileiro. Mas é tomada, também, enquanto uma instância pedagógica do período estudado, que fez circular não apenas textos e imagens, mas ensinamentos que pretendiam atuar na constituição de saberes, normas, comportamentos, condutas e representações acerca dos temas que envolvem a produção do gênero e/ou sexualidade.

Portanto, inscrevemos este trabalho no campo teórico dos Estudos Culturais em Educação, pois este se constitui de modo interdisciplinar com o propósito de explorar os mecanismos de produção, circulação e recepção dos mais diversos artefatos culturais. Através da articulação entre os Estudos Culturais e a Educação torna-se possível investigar os sentidos veiculados e produzidos, em torno deste artefato jornalístico, a fim de constituir pedagogias sobre as subjetividades dos seus leitores, no período estudado. Outro campo teórico importante

---

<sup>85</sup> Conforme March Bloch (2001, p. 79), a tudo, praticamente, a que nós, seres humanos, escrevemos, falamos, produzimos, tocamos e fabricamos, pode ser utilizado como ferramentas de produção do conhecimento histórico, na medida em que estes artefatos têm o poder de informar e elucidar a respeito do nosso passado. Ainda, conforme Bloch (2001, p. 75), o passado é um fato, que por definição, não poderá ser modificado. Entretanto, o conhecimento que se produz a respeito do passado se encontra em constante progresso, devendo sempre ser aperfeiçoado e transformado. Portanto, ao tomarmos este artefato cultural, também, enquanto uma fonte para (re)constituição do período estudado, tendo como objetivo a investigação de pedagogias de gênero e sexualidade a partir desta publicação, admitimos que somos partes constituintes deste processo, sem escapar das maneiras de construção, poder e regulação de saberes ao qual nos encontramos imersos na contemporaneidade.

para a realização desse estudo refere-se aos Estudos de Gênero, que se aproximam da vertente pós-estruturalista, pois este campo nos propõe o uso de ferramentas políticas, teóricas e pedagógicas na direção de desestabilizar noções binárias e essencialistas que, historicamente, produziram hierarquias e desigualdades entre os gêneros e as sexualidades (SCOTT, 1995; MEYER, 2017). Delimitado nosso campo de investigação, buscamos acionar algumas compreensões que tomamos como relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa:

A primeira diz respeito ao conceito de *cultura*. Nos apoiamos em Hall (1997) para enfatizarmos o caráter provisório e constitutivo da cultura. Neste trabalho, portanto, ela é compreendida enquanto um campo de lutas, disputas, resistências, contestações e ressignificações em torno das significações que envolvem a constituição das relações e práticas sociais.

Vale dizer, que no âmbito da cultura, as mídias, entre elas a jornalística, assumem um lugar fundamental na constituição e compreensão da realidade política, social e cultural. A edição impressa é concebida enquanto o lugar da materialização dos discursos acionados durante a produção, transformados, (re)elaborados de acordo com determinadas normas de inteligibilidade. A edição finalizada é constituída por meio de estratégias discursivas montadas pelos seus/suas redatores/as, repórteres, fotógrafos/as, editores/as, ilustradores/as intencionando interpelar e envolver o receptor imaginado. Ou seja, "impresso, o jornal propicia o início de um novo momento de significações, num espaço que se instaura entre a produção e o leitor, no texto e fora dele, no social, e sempre pela linguagem" (FELIPPI, 2006, p. 105).

Em seguida, acionamos o conceito de *pedagogias culturais* como potente ferramenta teórica e metodológica de análise. Segundo Steinberg e Kincheloe (2004, p.14) a educação não pode ser limitada aos processos educativos que ocorrem somente dentro do ambiente escolar. Desse modo, a ampliação da compreensão acerca das pedagogias as inserem dentro de uma complexa rede de significações, que se dispersam, fortemente, através dos processos educativos que ocorrem no âmbito da cultura, aliados as disputas de sentidos e de poder (ANDRADE; COSTA, 2015). Sendo assim, pedagogias são identificadas nos artefatos culturais, na medida em que organiza e difunde poder<sup>86</sup> e representação, tal como: jornais, revistas, produções audiovisuais, etc. Neste sentido, a utilização deste conceito como

---

<sup>86</sup> Assumimos a perspectiva pós-estruturalista foucaultiana a respeito do poder e compreendemos que este não é uma força que emana de um centro, algo que possa ser possuído e/ou localizável ou que intenciona interditar sobre a ação alheia. O poder não pode ser adquirido, compartilhado ou desvanecido, mas antes, entedemos que o poder se estabelece através de inúmeros locais e de relações móveis e desiguais. Este é visto enquanto uma positividade, uma força produtiva que é distribuída difusamente por todo tecido social, e que em toda a rede do poder, existem pontos de resistência. Para saber mais: FOUCAULT, 2017, p. 100-6.



ferramenta analítica, de debate e reflexão acerca dos artefatos da cultura, da produção de representações e práticas sociais, bem como, em colocar em xeque alguns sentidos, definições e noções a elas articulados.

Por último, ressaltamos o uso do conceito de **gênero e sexualidade** enquanto ferramentas teóricas e políticas. Assumimos o gênero enquanto um construto da cultura, marcado pela fluidez, contingência e provisoriedade através dos inúmeros processos educativos a qual nos encontramos inseridos ao longo de toda a vida. Compreendemos que os processos que distinguem homens de mulheres não podem ser justificados por meio dos corpos e da biologia, mas que as masculinidades e as feminilidades são produzidas e estão implicadas com os processos de significação, forjados por meio das normas, regras sociais, códigos, símbolos, leis e das próprias políticas públicas e instituições sociais de uma determinada sociedade (MEYER et al., 2014). Já a sexualidade não se relaciona a um impulso corporal e/ou instinto biológico, tampouco corresponde a uma sequência “natural” entre sexo-gênero-sexualidade. Adotamos a compreensão de que sexualidade é produto da cultura e diz respeito às formas de vivermos os desejos e prazeres corporais em sentido amplo, “[...] com parceiros/as do sexo oposto, com parceiros/as do mesmo sexo, com parceiros/as de ambos os sexos, sem parceiros/as, com parceiros/as virtuais, com parceiros/as inanimados, dentre outras possibilidades”. (MEYER, KLEIN e ANDRADE, 2007, p. 228).

Conforme traz Scott (2012) os trabalhos que discutem acerca da produção do gênero e das sexualidades no âmbito da cultura, mantêm-se extremamente pertinentes na atualidade, enquanto instrumentos críticos de análise da realidade social. Para a historiadora, os tempos atuais correspondem à emergência de inúmeros movimentos e forças reacionárias antigênero. Nesta perspectiva, tomar o gênero e a sexualidade enquanto objetos de estudo, torna-se uma resposta politicamente interessada a estas investidas. Portanto, regulações normativas que buscam contestar o caráter científico e político destes campos de estudos, tornam-se igualmente estratégias de poder, porém na direção oposta, ao contestar, enfraquecer e desmerecer esse debate. “Como resultado, gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder” (SCOTT, 2012, p. 346).

Para realizarmos esta investigação, organizamos o texto da seguinte forma: a) uma introdução e contextualização histórica a respeito do nosso tema de pesquisa; b) o acionamento das ferramentas teóricas e metodológicas de análise; c) a apresentação do percurso metodológico, do objeto de pesquisa e do recorte do material empírico; d) o exercício analítico que permite evidenciar o caráter constitutivo e pedagógico do nosso artefato cultural.

## **Apresentando o percurso metodológico e o objeto de pesquisa**

Como já anunciamos, o jornal O Lâmpião da Esquina<sup>87</sup> ocorre após o abrandamento dos anos de censura vividos durante a Ditadura Civil-Militar (1964 -1985). Este jornal circulou entre os anos de 1978 e 1981 e possuía periodicidade mensal, com algumas edições extras. Ao todo foram 38 edições, que representavam a articulação política de uma elite intelectual que, através da organização de um canal de comunicação clandestino, buscou veicular compreensões ligadas à subversão e a contestação de diversos movimentos sociais minoritários, a época.

A análise do material empírico para este trabalho, corresponde as edições do ano de 1978: as edições de nº. 0, nº. 1, nº. 2, nº. 3, nº. 4 e nº. 5. Realizamos o exame de todas estas publicações, e retiramos uma reportagem de cada edição, que acreditamos serem produtivas para a presente discussão, a partir da seguinte indagação: que pedagogias de gênero e sexualidade este artefato cultural veiculava?

Conforme explicita Louro (2000) são consideradas como pedagogias de gênero e de sexualidade, os ensinamentos e as linguagens que operam no âmbito da cultura como produtoras das masculinidades e feminilidades. Para que estes ensinamentos sejam “circunscritos” aos sujeitos de gênero e sexualidade, há uma série de tecnologias acionadas por instituições sociais, como a escola, a família, as mídias, as igrejas, etc. que realizariam de forma articulada investimentos para constituirmos as identidades sexuais e de gênero. Estes ensinamentos procuram ser reiterados, mas também podem ser contestados, negociados e modificados por diversas instâncias pedagógicas. (LOURO, 2000).

Partimos da compreensão de que mesmo diante dos avanços e progressos adquiridos no âmbito jurídico e dos direitos humanos brasileiros, às mulheres e à população LGBT, ainda vivenciamos o crescimento das violências relacionadas às dimensões de gênero e sexualidade, ou seja, praticadas, principalmente, contra as mulheres e/ou pessoas LGBT's. Segundo o Relatório da Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT, mata-se muito mais homossexuais, transsexuais, lésbicas e bissexuais no Brasil do que em países da África e Ásia, que possuem em suas leis mecanismos de extermínio contra estas populações (RIO GRANDE DO SUL, 2019; VIOLÊNCIA, 2020). Nesta perspectiva, evidenciamos a relevância do presente estudo, uma vez que discorre sobre o caráter dinâmico e produtivo da

---

<sup>87</sup> O acervo de todos exemplares das publicações de “O Lâmpião da Esquina”, se encontra disponível para acesso no site do Grupo Dignidade. O grupo, fundado em 1992 em Curitiba e sem fins lucrativos, atua diretamente na promoção da cidadania e direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+). Para saber mais, ver: DIGNIDADE, 2020.

cultura, das possibilidades de reivindicação política e de resistência, que mesmo diante da repressão vivenciada, no período em questão, buscou contestação fazendo circular através deste artefato, ensinamentos em torno das lutas, liberdades e resistências. Desse modo, investigações que fomentem as constantes discussões e lutas políticas em torno dos sentidos para o gênero e a sexualidade, que é o que nos propomos, tornam-se aliadas na ampliação das lutas políticas e de reconhecimento, bem como, de ampliação dos direitos humanos.

O historiador Chartier (1970), argumenta que diferentes lugares e tempos, produzem modos de construção da realidade social distintos, por meio de classificações, delimitações e divisões. Esses esquemas "simbólicos" intelectuais criam figuras que dotam o presente de sentido. Para ele, esses esquemas de sentidos, código e padrões são compartilhados, e podem ser naturalizados, porém, esses sentidos podem se transformar, pois são historicamente determinados e construídos por meio dos conflitos e interesses dos grupos sociais e pelas relações de poder que estes estabelecem. Chartier prossegue:

O necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1970, p. 17).

Na próxima seção, relializaremos o exercício analítico que permite evidenciar o caráter constitutivo e pedagógico do nosso artefato cultural.

### **Uma instância educativa de liberdade e resistência**

Já na primeira reportagem da seção “Opinião”, da edição de número 0, chamada “Saindo do Gueto”, de autoria do Conselho Editorial do jornal, diz o seguinte:

é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.[...] Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua

plena realização, enquanto tal. [...] Nós pretendemos também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas. (EDITORIAL, 1978, p. 2).

Lemos nesse excerto, um enunciado ainda proferido nos dias de hoje e que convoca de modo imperativo, os/as leitores/as a sair do "gueto". O gueto é acionado como o local onde os grupos minoritários, discriminados, ignorados e excluídos são obrigados a povoar, ficando à margem de outros integrantes da sociedade. O texto prossegue, ressaltando a humilhação e as privações que um/a homossexual vivia no período em questão, necessitando ficar recluso, às sombras, em razão da sua "preferência sexual". Percebe-se o caráter dinâmico e disputado dos saberes e compreensões em torno do gênero e sexualidade. Pois hoje, compreendemos que a homossexualidade, não é uma "preferência sexual" ou um desvio a uma suposta norma heterossexual, mas a entendemos enquanto um construto inacabado e provisório. Não há uma norma para viver o desejo e a sexualidade. As normas são instituídas, estabelecidas e funcionam no exercício do poder e regulação. Porém, no texto fica explícito que a intencionalidade da publicação é a de romper com as significações a elas atribuídas e a pouco citadas, mas principalmente, em romper com as hierarquias que definem e valoram os sujeitos, dotando-os por meio da sexualidade, de mais ou menos prestígio na sociedade.

Imagem 1 – Capa da edição do jornal O Lâmpião da Esquina de número 0



**Fonte:** Imagens capturadas pelo(a) autor/a, diretamente do site do Grupo Dignidade, 2020.

Nesta mesma direção, na edição de número 0, o Conselho Editorial, na pessoa de Aginaldo Silva (SILVA, 1978, p. 5), informa que a ausência de mulheres na redação da

publicação, não ocorreu de modo premeditado, mas antes, que diversos convites foram feitos para diversas mulheres escritoras, no entanto, todos foram recusados. Neste sentido, na edição de número 1, a reportagem intitulada “Nossas Gaiolas Comuns”, tem a autoria creditada apenas ao nome feminino de Mariza, cujo nome não estava listado entre os colaboradores da edição anterior. Mariza inicia o artigo entoando um verdadeiro convite para que o leitor se integre à luta e a resistência, não apenas de suas próprias conquistas, mas que também se alie em prol dos interesses de todos os grupos excluídos:

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros - categorias historicamente silenciosas - têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam ao longo deste processo. Estas lutas têm ainda nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas mas não reconhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica. Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo que revolucionária é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autorreconhecimento tentando afirmar-se como sujeitos de sua própria história. (MARIZA, 1978, p. 2).

Mariza, prossegue o texto, questionando que a luta de homens e mulheres homossexuais, embora possuam suas especificidades no que se refere a cada causa, deve ter como denominador comum o reconhecimento amplo das diferenças, sem que isso, necessariamente, implique em desigualdade entre estes dois grupos. Ela argumenta que a resistência contra a opressão é uma das lutas mais antigas das sociedades humanas e que no transcorrer da história tem assumido variadas formas e nomes. Neste sentido, infere que uma das primeiras tarefas que eles devem possuir objetivando a quebra de paradigmas e estigmas que inferiorizam os homens e as mulheres homossexuais, pode ocorrer ao dar visibilidade àquilo que todos/as são ensinados/as a silenciar, porém continua escondido e nas sombras. Significa nomear em alta voz o que todos conhecem, mas preferem permanecer calados a respeito, a homossexualidade. Significa difundir e disseminar os conhecimentos possíveis, acerca dos homens e mulheres homossexuais, suas existências, desejos, necessidades, direitos enquanto seres humanos individuais e sociais. Nessa perspectiva, *Gaiolas comuns* torna-se um lugar possível, legítimo e contestado de viver e circular para alguns/algumas, mas que necessita abrir, tomar a vida, ganhar espaço, romper as grades. Outro excerto importante a ser destacado, neste mesmo artigo, diz o seguinte:

Mas a mesma história que pode servir para compreendermos melhor o nosso presente [...] é também frequentemente utilizada para justificá-lo. Ecos repetidos das perguntas

pelas origens, que nos leva sempre a um beco sem saída: “sempre foi assim, em todas as sociedades conhecidas, a mulher ocupou sempre uma posição subordinada em relação aos homens”, ou, “o homossexualismo sempre apareceu na história em momentos de crise da humanidade, como uma espécie de autofagia da espécie humana, ou sinal de sua decadência”, Ou ainda, “desde os primatas que o macho é o ser agressivo por excelência, sua relação foi sempre com o mundo exterior e sempre de dominação. (MARIZA, 1978, p. 2).

Com este excerto, a autora, através de um jogo discurso procura construir um ensinamento que desnaturaliza e problematiza fundamentos essencialistas atrelados à um suposto determinismo biológico que, historicamente, justificaria comportamentos como se estivessem intrinsicamente ligados à constituição da masculinidade hegemônica. Por masculinidade hegemônica, compreendemos um conjunto de normas produzidas, reiteradas, e negociadas no âmbito da cultura, que objetivam a manutenção de determinados grupos de homens, enquanto dominantes, dentro de uma determinada estrutura social para os gêneros e as sexualidades, sendo a utilização da força e da violência, uma das características que propiciam a subjugação das outras masculinidades e feminilidades (KLEIN e SANTOS, 2020). Ou seja, Mariza procura desconstruir o entendimento de subordinação das mulheres e homossexuais, a um grupo de homens, tomados como norma e ligados a uma suposta matriz cisheteronormativa, natural, biologizante e histórica. Vale ressaltar, que tal entendimento a respeito das masculinidades e feminilidades dissidentes, permanece até os dias de hoje.

Na mesma direção, na seção "Cartas na Mesa", da edição nº 2, que divulgava correspondências dos/as leitores/as de todo país e expõem suas opiniões, críticas, questionamentos a respeito das publicações, na medida em que evidenciaram o caráter contestador que a cultura faz circular através dos artefatos, como o referido jornal. Uma leitora, identificada apenas como Rose S., da cidade do Rio de Janeiro, cursando Comunicação Social na ocasião, escreve parabenizando o editorial pela iniciativa da publicação, ressaltando a qualidade das reportagens, mas em seguida postula o seguinte questionamento:

As mulheres estão praticamente alijadas do LAMPIÃO. Esta é a grande falha dos jornais gueis. Ora, bolotas, vou acabar encabeçando um movimento e fundando o jornal "Maria Bonita" (será que até entre nós, já tão vilipendiadas, existe a tal discriminação?), cujo **slogan** será: "menino não entra". Fica lançado o desafio. Ou nós entramos na jogada, ou "Maria Bonita" entrará em cena para apagar o fogo de LAMPIÃO. (ROSE, 1978, p. 14, grifos da autora).

No mesmo sentido, a autora, utilizando a ironia e a antítese como figuras de linguagem, como quando coloca nas entrelinhas sentidos para o “Lampião”, em contraposição à “Maria Bonita”, busca contestar e denunciar o silenciamento das vozes das mulheres, por parte da

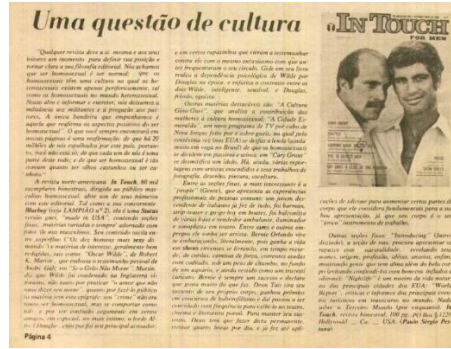
posição masculina do editorial do jornal, na referida publicação. Na seção "Cartas na Mesa", o Editorial, geralmente, procurava emitir alguma nota em resposta as indagações ou opiniões dos leitores, fato este que não ocorre com a carta da leitora Rose S. E o silenciamento a respeito do tema dos direitos das mulheres vigora durante as duas próximas edições do jornal. Somente na edição de número 5, o Conselho Editorial, na pessoa de João Silvério Trevisan, atende a reivindicação desta leitora, publicando um artigo denominado "Minorias e Política"(TREVISAN, 1978, p. 6). Neste, o autor procura discorrer a respeito dos direitos das mulheres, dando visibilidade aos grupos emergentes e organizados enquanto feministas nesse período. Sendo assim, ele explicita acerca da "Carta dos Direitos da Mulher", que estava sendo lançada e debatida naquela ocasião, por diversos grupos feministas brasileiros, em São Paulo, e que objetivavam atuar enquanto um mecanismo de pressão política que veiculasse as contestações e reivindicações das mulheres:

A carta contém uma análise crítica da situação da mulher no Brasil, protestando, entre outras coisas, contra a injusta divisão social que torna o trabalho da mulher ignorado ou desvalorizado: condena a manipulação que os meios de comunicação fazem da mulher, prisioneira da dicotomia "símbolo sexual - rainha do lar": e propõe uma detalhada lista de exigências relativamente a família, educação, saúde, formação profissional e trabalho. A Carta me parece francamente admirável e corajosa, ao propor soluções polêmicas e específicos da mulher: criação de berçários e creches nos bairros e empresas; criação de lavanderias públicas; reconhecimento de plenos direitos à mãe solteira; mudança do código Civil, garantindo Igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher dentro da família; incentivo à pesquisa de melhores métodos anticoncepcionais para homens e mulheres; abolição da legislação repressiva ao aborto e proteção médica às mulheres que recorrem a ele.' como último recurso a uma gravidez não desejada; nas escolas, implantação de uma educação baseada na igualdade entre os sexos, combatendo o duplo padrão de comportamento: Igualdade de salário entre homens e mulheres que tenham o mesmo tipo de profissão; no trabalho, contra a dispensa sem justa causa da mulher que se casa ou engravida; Inclusão, no Código de Publicidade, da proibição do uso da mulher como objeto sexual (TREVISAN, 1978, p. 6).

Trevisan prossegue, parabenizando a luta e a coragem dos movimentos organizados das mulheres e, neste sentido, inferindo diversas críticas ao movimento dos homossexuais. No entanto, destacamos que o texto busca conciliar estratégias que suscitem a politização tanto dos movimentos feministas, quanto do movimento dos homossexuais, nas conquistas de seus direitos e, ao dar visibilidade para as ações políticas realizadas pelas mulheres, pretende apresentar como exemplo norteador na luta do reconhecimento dos seus direitos, para que através disso, outros grupos subordinados e minoritários possam se reconhecer e se inspirar. Ou seja, neste contexto, há uma pedagogia que investe na construção da politização das identidades de gênero e sexuais. Estas, por transgredirem as fronteiras e as normas impostas pelas diversas pedagogias de gênero e sexualidade, reiteradamente, acionadas no âmbito da cultura,

precisariam através da sua coletividade e unidade, pleitear reconhecimento e lugar, e consequentemente, sua libertação dos ambientes marginais e subalternos da vida social.

Imagem 2 – Artigo “Uma questão de cultura” da edição de numero 3



Fonte: PESTANA, Paulo Sérgio. Uma questão de cultura. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, ano1, ed. 3, p. 4. jul/ago 1978.

Retornando para as questões pertinentes ao público homossexual, na edição de número 3, lemos um artigo de autoria de Paulo Sérgio Pestana chamado "Uma questão de cultura", vejamos o excerto:

Qualquer revista deve a si mesmo e aos seus leitores um momento para definir sua posição e tornar clara a sua filosofia editorial. Nós achamos que ser homossexual é ser normal: que os homossexuais têm uma cultura na qual os heterossexuais existem apenas periféricamente, tal como os homossexuais no mundo heterossexual [...]. O que você encontrará em nossas páginas é uma reafirmação: de que há 20 milhões de nós espalhados por este país, portanto, você não está só; de que cada um de nós é uma parte deste todo, e de que ser homossexual é tão comum quanto ter olhos castanhos ou ser canhoto. (PESTANA, 1978, p. 4).

O texto procurar produzir sentimentos de autoafirmação entorno a identidade homossexual. Uma identidade que não necessita ficar na margem ou viver na obscuridade da vida social, mas sim que é representativa, corriqueira, “normal”. Ou seja, há um trabalho/investimento discursivo de produção da norma que precisa ser esticado, ampliado a fim de contemplar quem está fora dessa delimitação. O jornal posiciona-se, produz uma retórica e diz que se é “uma questão de cultura”, a cultura pode e deve ser movimentada, ressignificando os processos de atribuição de sentidos relacionados a homossexualidade e que a colocam na margem. Ensina ainda que a homossexualidade não é algo vivido de forma solitária, anônima, mas que integra uma grande parcela da população brasileira, segundo o autor, mais de 20 milhões de homossexuais espalhados/as pelos quatro cantos do país. É uma



pedagogia que incita a autoafirmação, a ampliação de espaços e a resistência ao proclamar: nós somos os normais, não somos os excluídos! Temos nossa própria cultura e somos muitos, não apenas no Brasil, mas no mundo!

Já na seção denominada "Cartas na Mesa" da edição de número 4 (FERNANDES, 1978, p. 17), destacamos mais uma vez o caráter educativo do material empírico, na medida em que reiterava para seus/suas leitores/as os ensinamentos ali veiculados, apresentando falas de reconhecimento e adesão a esse grupo social, instigando os/as leitores a somar esforços a fim de ampliar as opiniões ali divulgadas. Conforme pode ser lido na carta recebida pelo leitor Edilson Fernandes:

Venho por meio desta parabenizar-lhes pelo que de bom vêm fazendo por esta minoria de milhões em todo o mundo. Negam, gritam e, ela existe, é um fato real, concreto e persistente. É a vida que nasce, chora, ri sofre, é gente. Quero também cooperar com os senhores com publicações de poemas meus, os quais, se interessam autorizo a publicação sem que me traga qualquer fundo monetário. (FERNANDES, 1978, p. 17).

### **Uma breve conclusão**

Finalizamos indicando a dimensão educativa das mídias, entre elas a jornalística, que operam em diferentes épocas e contextos históricos. Através deste estudo, podemos visibilizar que mesmo em meio à um período político de silenciamento e repressão vivido em um passado recente de nosso país, de privação de direitos e liberdades políticas, o jornal *Lampião da Esquina* buscava atuar como um estandarte, intencionando educar, ampliar sentidos e direitos dos sujeitos considerados minorias. Vale dizer, que minoria aqui não abarca a dimensão numérica e sim de ocupação de espaços, garantia de direitos e igualdade social. Dar voz e fazer falar sobre os dilemas vividos pelos chamados grupos minoritários ou sujeitos historicamente marginalizados poderia funcionar como estratégia política importante de reconhecimento e autoafirmação. Argumentamos que este artefato veiculou pedagogias de gênero e sexualidade para a sociedade, veiculando ensinamentos que buscavam produzir sentidos e sentimentos de autoafirmação identitária, de pertencimento não a um grupo pequeno e minoritário, mas um grupo que estava se organizando e tinha a necessidade de buscar os seus direitos. Se a grande mídia institucionalizada não permitia fazer circular os discursos e representações das identidades excluídas, este jornal operou enquanto uma instância pedagógica capaz de difundir lugar e reconhecimento aqueles/aquelas que viviam na obscuridade da vida social.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Paula Deporte de; COSTA, Marisa Vorraber. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Textura**, Canoas v.17 n.34 p.48-63 mai./ago. 2015.
- ARIAS NETO, José Miguel; PESSOA DO AMARAL, Muriel Emídio. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). **Cuad.inf.**, Santiago , n. 39, p. 101-112, dez. 2016 . Disponível em [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0719-367X2016000200007&lng=pt&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-367X2016000200007&lng=pt&nrm=iso) . acessos em 10 set. 2020.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. 2016. 137 f., il. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Ed. Difel, 1970.
- COELHO, Vinicius. **Lampião da Esquina: Porta voz dos homossexuais (1978-1981)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.
- DIGNIDADE, Grupo. **Lampião da Esquina**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/#>. Acesso 09 set 2020.
- EDITORIAL, Conselho. Saindo do Gueto. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, ano 1, ed. 0, p. 2. abril 1978.
- FAUSTO, Bóris. O Regime Militar (1964-1985). In: FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural. Construção da identidade gaúcha em Zero Hora**. 2006, 177 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). PUCRS: Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2227/1/000389285-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso: 15 de set 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FERNANDES, Edilson. Poetas e impacientes. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, ano 1, ed. 4, p. 17, ago/set. 1978.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997. Disponível em: [http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda\\_2011\\_02.pdf](http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf). Acesso em: 14 mar. 2020.

KLEIN, Carin e SANTOS, Alison dos. “Orgulho de ser Hetero?” Disputas em torno das masculinas em uma página do Facebook. Artigo aceito para publicação na Revista Teias. No Prelo.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MARIZA. Nossas gaiolas comuns. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, ano 1, ed. 1, p. 2, mai/jun, 1978.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe e GOELLNER, Silvana (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin e ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 219-239. dez. 2007.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; DAL'IGNA, Maria Cândia e ALVARENGA, Luiz Fernando. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 22, p. 885-904, 2014.

PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. "**Gay-macho**", "**travesti**" ou "**bicha pintosa**"? - **A produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)**. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

PESTANA, Paulo Sérgio. Uma questão de cultura. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, ano 1, ed. 3, p. 4, jul/ago, 1978.

REPÚBLICA, Presidência da. **Decreto-Lei Nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Brasília, 1970. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm). Acesso em: 14 de set de 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Comissão Especial para Análise da Violência Contra a População LGBT**, 2019. Disponível em:

[http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdep\\_m505/ComEspLGBT/Relat%C3%B3rio%20final%20Comiss%C3%A3o%20Especial%20LGBT.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdep_m505/ComEspLGBT/Relat%C3%B3rio%20final%20Comiss%C3%A3o%20Especial%20LGBT.pdf). Acesso em 30 jul. 2020.

ROSE, S. Cartas de "Marias Bonitas". **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, ano 1, ed. 2, p. 14, jun/jul, 1978.

SILVA, Aguinaldo. Mulheres do mundo inteiro. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, ano 1, ed. 0, p. 5. Abril 1978.

SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Lampião da esquina: lutas feministas nas páginas do "Jornal Gay", luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981)**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SOTANA, Edvaldo Correa; MAGALHÃES, Mellany Oliveira. Ativismo político em traços de humor: as charges veiculadas no jornal O Lampião da Esquina (1978-1981). **albuquerque: journal of history**, v. 7, n. 13, 1 Jul. 2015.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe (Org.). (2001). **Cultura Infantil: a construção corporativa da infância**. Tradução de George Eduardo Japiassú Brício. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. Tradução de Ana Carolina Eiras Coelho Soares. **Projeto História**, v. 45, p. 327-351, 2012.

TREVISAN, João Silvério. Minorias e política. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, ano 1, ed. 5, p. 6. Out 1978.

VIOLÊNCIA contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. **Isto é dinheiro**. Edição nº 1179 10.07 Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/> Acesso em: 14/07/2020.

## ESCRITOS PORNOGRÁFICOS: CENSURA E IMORALIDADE EM *UMA MULHER DIFERENTE*, DE CASSANDRA RIOS (1965-1975)<sup>88</sup>

Francisca Aline Cordeiro da Silva<sup>89</sup>

### Resumo:

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a escritora paulistana Cassandra Rios (1932-2002) teve, aproximadamente, 36 livros censurados pelo o regime. Em boa parte de suas obras, a autora abordou assuntos relacionados à sexualidade, trouxe personagens lésbicas, descreveu de forma explícita as práticas sexuais, e trabalhou suas personagens enquanto indivíduos que sentem desejo e prazer. Devido à presença de tais assuntos, seus livros foram censurados por serem vistos como atentatórios à moralidade pública e considerados pornográficos. Dessa forma, nos debruçamos sobre o livro *Uma mulher diferente* (1965) e sobre o seu parecer de censura, em que é realizado o pedido de proibição, com o objetivo de compreender o que a censura entendia por “pornografia” e “moralidade”. Para tanto, destacamos algumas de nossas fontes, como: o parecer 1755/75, que realiza o pedido de proibição da obra; o Decreto-Lei 1077/70, que promulga a censura prévia e a proibição de materiais contrários à moralidade pública; e a obra *Uma mulher diferente*. No que concerne à metodologia, nos utilizamos de Foucault (1996), para as discussões sobre o “discurso”; de Nóbrega (2015), para a análise do parecer de censura; e de Ferreira (2009), Martins e Cainelli (2015) para a análise do texto literário. Com a pesquisa, percebemos que a parecerista estava mais preocupada com o acesso dos jovens aos materiais, do que com as discussões trazidas no livro sobre identidade de gênero, e que as práticas sexuais reproduzidas por indivíduos “subversivos” contribuíram para a delimitação, do que é entendido por ela, enquanto “pornográfico” e “imoral”.

**Palavras-chave:** Censura. Cassandra Rios. Pornografia. Moralidade.

---

<sup>88</sup>\*O presente artigo é fruto da minha pesquisa monográfica intitulada “Páginas censuradas: obscenidade, pornografia e imoralidade em *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios” (1965-1975), orientada pela Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Cintya Chaves.

<sup>89</sup>\*\*Graduada em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos campus da Universidade Estadual do Ceará – FAFIDAM/UECE. Endereço de e-mail: francisca.aline2015@gmail.com.

## PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

A escritora paulistana Cassandra Rios (1932-2002) foi bastante censurada durante a Ditadura Militar (1964-1985), tendo em média 36 livros apreendidos pela censura do regime; sofreu processos, perseguições, foi tachada de “pornográfica” pela censura, e boa parte da apreensão dos seus livros se deu por terem sido considerados “imorais”. Dessa forma, objetivamos, com este trabalho, compreender o que a censura do regime militar entendia por “moralidade” e “pornografia”, devido à titulação de Cassandra e suas obras em tais categorias.

Enquanto fonte e objeto de pesquisa, nos utilizamos do livro *Uma mulher diferente*, do parecer de censura 1755/75, que realiza o pedido de proibição e o enquadra como “imoral”, e do Decreto-Lei 1077/70, que promulga a censura prévia a livros e a proibição de materiais contrários à moralidade pública. A escolha por trabalharmos esta obra em específico se deu pelo seu diferencial. Cassandra trouxe, em boa parte dos seus livros, personagens lésbicas, entretanto, no caso da obra *Uma mulher diferente*, temos uma travesti em papel de destaque. Apresentando ser a única obra publicada, dentro do período da Ditadura Militar, abordando essa temática, e com o desejo de trabalharmos com uma obra produzida nesta temporalidade, optamos em analisar a mesma.

No que diz respeito ao recorte temporal, iniciamos em 1965, ano de publicação da obra já citada, e fechamos em 1975, ano de produção do seu parecer de censura. Nas linhas que se seguem, conheceremos um pouco melhor Cassandra Rios, sua produção, a preocupação do Estado, no que diz respeito à moralidade e à pornografia, e conheceremos também a personagem Ana Maria, a nossa “mulher diferente”.

### DA “MOÇA DA PASTINHA” À “AUTORA MAIS PROIBIDA DO BRASIL”: CASSANDRA RIOS

O pseudônimo “Cassandra” foi utilizado por Odete Rios desde seus 13 anos, quando começou a publicar seus primeiros escritos, os contos “Tião, o engraxate” e “Uma aventura dentro da noite”, ambos publicados pelo Jornal O tempo, a partir de um concurso chamado “O conto do dia”, no qual Cassandra foi vencedora. Filha mais nova de um casal de descendentes de espanhóis conservadores e religiosos, seu Aureliano e dona Damiana, Cassandra nasceu em São Paulo, e teve uma educação bastante regrada. Estudou num Colégio de freiras chamado Santa Marcelina e no Colégio de Perdizes, e, em 1948, aos seus 16 anos de idade, Cassandra tentou publicar seu primeiro romance, ficando conhecida por “moça da pastinha”, devido suas

andanças pelas editoras com uma pasta de baixo do braço contendo seus escritos (VIEIRA, 2014, p. 51 *apud* JORNAL PASQUIM, 1976, p. 6). Publicar não foi uma tarefa fácil, pois, como afirma a própria Cassandra, “os editores não investiam em autores desconhecidos” (RIOS, 1977, p. 66). E quando a futura escritora se deu conta de que as editoras não iriam publicá-la, decidiu começar a trabalhar para bancar a sua própria publicação.

Cassandra conseguiu um emprego, porém a sua mãe não queria que ela trabalhasse, e combinou com a filha de que pagaria os gastos referentes à publicação da obra se ela se demitisse. A menina concordou, mas um acordo fora feito: Cassandra fez sua mãe prometer que nunca leria seu livro. Sobre esse pedido nos faz indagar: O que Cassandra estava escrevendo? Por que sua família não poderia ter contato com sua obra?

Utilizando-se do apoio financeiro da mãe e de uma declaração falsa da sua idade, Cassandra publicou o romance *Volúpia do Pecado* (1948), que “causou perplexidade nos leitores devido ao teor sensual da obra. Com um enredo sobre o homoerotismo entre duas jovens permeado de frases cheias de sensualidade e um final trágico envolvendo suicídio” (SANTOS, 2017, p. 265). Não somente seu romance de estreia, mas boa parte da obra de Cassandra foi dedicada à presença de personagens lésbicas e à descrição das práticas sexuais de modo explícito. Sendo considerada, por Adriane Piovezan (2005), uma pioneira, não por trazer lésbicas em sua narrativa, mas por trazê-las enquanto personagens principais, longe da perspectiva da denúncia, Cassandra retrata em seus escritos o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo como natural.

O livro fez muito sucesso, mas junto a ele veio também a perseguição, pois jornais e revistas passaram a criticá-lo. A primeira proibição ocorreu em 1952, com a obra *Eudemônia*, e mesmo com a perseguição e com a censura que já estava começando a sofrer, Cassandra continuou publicando mais livros. Os interesses e as motivações para tal fato não são possíveis de serem elencadas, mas podemos afirmar que todo esse cenário fez muito sucesso entre o público leitor, chegando a vender 1 milhão de exemplares durante o ano de 1970, sendo Cassandra considerada, por Vieira (2014) e por Douglas Attila Marcelino (2006), a escritora mais censurada do Brasil, tendo em média 36 livros censurados dos 50 que publicou.

## **ANA MARIA E UMA HISTÓRIA DIFERENTE**

Daremos destaque, neste momento, ao livro *Uma mulher diferente*, que teve sua primeira publicação realizada no ano de 1965. E por “diferente” não temos somente o seu título,

mas a obra como um todo. A temática abordada neste livro se difere do que estamos acostumados a ver nos livros da Cassandra. A obra não trouxe uma mulher lésbica enquanto personagem principal, mas, sim, *uma mulher diferente*, como nos afirma o próprio título. Ana Maria, nossa protagonista, é uma travesti, e o seu assassinato é o ponto de partida da obra. De acordo com Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes (2016), as literaturas produzidas no século XX, que tinham a presença de personagens travestis, eram recorrentes que todas acabassem mortas ao final da história. No caso de Ana Maria, temos o oposto.

Iniciamos a leitura com a descoberta, por parte da polícia, de que uma mulher havia sido encontrada morta em um rio. Ao retirarem o corpo das águas foi percebido que esta mulher possuía um pênis e as pessoas que conviviam com ela não sabiam disso. O detetive Daton Levi, mais conhecido por Grandão (devido ao seu porte físico), fica à frente do caso e vai em busca de pistas para descobrir o/os responsável/is pelo assassinato da moça. Com o decorrer da leitura, percebemos que o uso da categoria “travesti” foi usada por alguns personagens, como, por exemplo, pelo Grandão e pelo apresentador da casa de shows de onde a vítima trabalhava. No entanto, personagens como Tilica (amiga de Ana Maria), e o Seu Antonio (um dos homens com quem Ana Maria se relacionou), nunca tinham ouvido falar sobre o termo. É necessário trazer à tona, também, que a própria Ana Maria não se afirmava enquanto uma travesti, mas como *uma mulher diferente* das demais.

Consideramos bastante pertinente a presença desta categoria na obra. Segundo Elias Ferreira Veras (2017), a categoria travesti passou a ser usada para nominar um sujeito entre os anos 70 e 80. Anterior a esse período, a categoria já era usada para nominar as pessoas que se travestiam para brincar no carnaval. Todavia, a obra *Uma mulher diferente* foi publicada em 1965 e já traz o termo “travesti”. A partir disso, questionamos: Será que esta categoria já estava sendo usada para designar uma identidade antes dos anos 70?

É importante deixarmos explícito que o trabalho de Veras (2017) teve por recorte espacial a cidade de Fortaleza – CE; já o livro *Uma mulher diferente* é ambientado na cidade de São Paulo, então não podemos presumir que o mesmo só passou a ser usado na cidade de São Paulo nos anos 70, como se deu em Fortaleza. Da mesma forma, não podemos presumir que a categoria travesti já vinha sendo utilizada em São Paulo só porque o termo já se faz presente na obra de Cassandra. Dessa forma, também, indagamos: Será que o objetivo da obra era fazer com que as pessoas conhecessem o termo “travesti”? Será que as personagens Tilica e Antonio são reflexos da sociedade na qual Cassandra está inserida, e que a partir da figura de



Ana Maria a autora explicou e tentou fazer com que seus leitores conhecessem o indivíduo travesti?

Destaca-se, também, que Grandão pressupõe que Ana Maria esteja ligada à prostituição por ela ser uma travesti: “Ana Maria era um homem que se fazia passar por mulher. Para ganhar a vida. Porque era um anormal. Um pederasta... uma *bicha*... Entendeu?” (RIOS, 2005, p. 39). O trabalho de Fernandes (2016) traz como hipótese a presença de uma construção das personagens travestis na literatura do século XX, de forma negativa, com ligações com a prostituição. Contudo, a obra de Cassandra não se limita em trazer o preconceito de Grandão, mas percebemos também que a autora tentou desconstruir esses estereótipos e preconceitos a partir da própria figura de Ana Maria. Vejamos a seguinte passagem: [...] - É muito convencido e presunçoso! - Não! Sou franca. Feminilize o sujeito, por favor, quando se referir a mim; sou Ana Maria! Meu nome é esse! Sou uma espécie diferente de mulher, apenas isso! (RIOS, 2005, p. 131).

Como pode ser percebido, Ana Maria afirma ser uma mulher, só que diferente das demais. A presença de tais afirmações nos faz acreditar que Cassandra teve por intuito levar o leitor a refletir o que define o gênero<sup>90</sup>, de todo e qualquer sujeito, não é a sua genitália, mas o próprio modo como o indivíduo se percebe e se identifica. Para além da figura de Ana Maria, que rebate o preconceito sofrido e vai fazendo o leitor refletir e repensar sobre o modo em que a sociedade vê a figura da travesti, temos também a presença de Tilica, que ao descobrir, por Grandão, que Ana Maria possuía um pênis, afirma: “Era por isso que ela tinha sempre um ar tão triste... Por que Deus fez ela errada. Porque não era o que gostaria de ser, de verdade. Uma mulher!” (RIOS, 2005, p. 43).

Consideramos a afirmação acima muito pertinente; enquanto a figura de Grandão e de outras personagens tratam, até determinado ponto, a identidade de Ana Maria como uma doença, temos o oposto no posicionamento de Tilica. Como pode ser visto, Tilica culpabiliza uma figura divina pelo suposto “erro” sobre o corpo de Ana Maria, ou seja, ela leva Ana Maria para longe do estigma da doença, do pecado e do crime. É evidente que durante a leitura da obra percebermos que todo o preconceito trazido durante as falas das personagens não foi levantado à toa, acreditamos ter sido objetivo da autora trazê-lo para a discussão, a fim de

---

<sup>90</sup>Assim como a categoria “gênero”, será encontrada neste trabalho o termo “identidade de gênero”. Ambos serão entendidos aqui a partir das contribuições de Miriam Pillar Grossi (1998), onde a mesma, a partir do diálogo entre Françoise Hériter (1996) e Joan Scott (1998), afirma que gênero é “uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres [...] expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (GROSSI, 1998, p. 05). E a “identidade de gênero”, “se remete à constituição do sentimento individual de identidade” (GROSSI, 1998, p. 08).

questioná-lo e desconstruí-lo a partir das falas de Ana Maria; como também, para levantar reflexões que, aos poucos, foram concebidas por Grandão, Antonio e Tilica.

Como já deixado explícito no início do trabalho, esta obra foi censurada, e agora, após o término de nossa sucinta explanação sobre a narrativa, questionamos: O que fez o livro de Cassandra ter sido considerado imoral? Foram as descrições das práticas sexuais que se mostram presentes, ou foram as discussões trazidas acerca da identidade de gênero instauradas no livro? Ou foi, ainda, o fato de apresentar como personagem principal um indivíduo marginalizado pela sociedade? Quais fatores contribuíram para que a personagem principal fosse tachada de “imoral”? Aliás, o que seria a “moral”?

### **MORALIDADE E PORNOGRAFIA SOB A MIRA DA CENSURA**

Termos como “imoral” e “pornográfica” foram bastante usados para adjetivar Cassandra Rios e os seus livros, no entanto, o que seria “moralidade”? O que torna um livro, uma pessoa, uma conduta “imoral”? O que é “pornografia”? Compreender o que a censura entendia por estes termos é o objetivo deste trabalho, porém, para isto, é necessário compreender também os motivos e as motivações que levaram as pessoas e o governo a se preocuparem com a “moral” vigente.

Otaviano Pereira (1998) destaca que a “moral” está vinculada a uma cultura, apresentando, assim, várias definições a depender do período e da sociedade em que tal termo está sendo empregado. De acordo com o autor, esse termo pode designar um conjunto de regras adquiridas, seja por meio da cultura, educação e tradição, e pode se referir a condutas vistas como corretas, seja no âmbito religioso, sexual e cultural. Tal pensamento não se difere do de Adelaide Amorim Lima (2013), quando afirma que,

Independente do período histórico da civilização ou da cultura, acreditamos que a constituição de uma moral e seu conjunto de valores, para todos os segmentos da vida humana, é algo compartilhado de forma íntima e, ao mesmo tempo, constitui o resultado de uma preocupação coletiva (LIMA, 2013, p. 12).

Como pode ser visto, o conjunto de valores, que foi entendido pelo termo “moral”, está associado socialmente desde o âmbito privado até o público, e até mesmo a sexualidade também está presente. De acordo com a já citada autora, a “moral” objetiva em determinados momentos “padronizar comportamentos e condutas, principalmente, no que diz respeito às condutas sexuais” (LIMA, 2013, p. 20).

E com a entrada de uma Ditadura Militar no país, a preocupação e a perseguição de materiais com temáticas relacionadas à sexualidade foi se estruturando. A “moralidade” era um assunto que causava preocupação, tanto por determinadas camadas da sociedade, como pelos próprios militares e órgão censório. Todavia, essa preocupação não se deu somente durante o regime militar. Desde os anos 50 e 60, a “moralidade” era um assunto que já se fazia preocupante devido a chamada “Revolução sexual”, caracterizada pela mudança dos modos de lazer e entretenimento, devido o acesso ao rádio, televisão, cinema, revistas, livros, pela entrada da mulher no mercado de trabalho, e, também, pelas discussões existentes sobre sexualidade e pelo advento das pílulas anticoncepcionais.

Marcelino (2006) afirma que a sexualidade foi um tema bastante discutido no período da Ditadura, seja no meio acadêmico como no entretenimento, causando, assim, desagrado em determinada parcela da população. Segundo Renan Honório Quinalha (2017):

Mães preocupavam-se com seus filhos expostos a revistas pornográficas nas bancas de jornais, famílias se indignavam com as telenovelas com cenas eróticas invadindo seus lares, religiosos se revoltavam com setores cada vez mais amplos da juventude buscando prazer fácil e fugaz nas tentações mundanas (QUINALHA, 2017, p. 44-45).

Tal preocupação fez com que muitas pessoas desejassem uma radicalização maior da censura. Carlos Fico (2004) afirma a existência de cartas endereçadas tanto ao presidente como ao Ministro da Justiça pedindo o endurecimento da censura; uma preocupação também partilhada pelo governo e pelo órgão censório. Marcelino (2006) alega a existência de equipes de buscas aos materiais considerados pornográficos dentro de bancas de jornais e livrarias; e a população poderia denunciar a existência de material impróprio ao Ministério da Justiça.

Essa preocupação acerca do acesso do público aos materiais considerados “imorais” se tornou tão intensa que tivemos a promulgação do Decreto-Lei 1077/70, em 26 de janeiro de 1970, pelo presidente Médici e pelo Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, que instituiu que não seriam “toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” (BRASIL, 1970). De acordo com tal Decreto, livros e periódicos deveriam passar por uma censura prévia, a fim de avaliarem se seus conteúdos poderiam ser consumidos ou não pela população.

Analisando o referido Decreto, em suas linhas iniciais, há a preocupação existente em relação a juventude, como, por exemplo, quando o Decreto afirma que: “[...] essa norma visa proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores *[sic]* éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade” (BRASIL, 1970). Ou seja, o objetivo desta lei é proteger a família brasileira do acesso de materiais que são considerados prejudiciais no desenvolvimento dos

jovens. E para além da existência de uma preocupação com relação aos jovens, Marcelino (2006) nos mostra que os técnicos de censura, ou seja, os funcionários responsáveis pela análise dos materiais enviados à Divisão de Censura de Diversões Públicas<sup>91</sup> (DCDP), acreditavam que o contato dos jovens com as publicações e representações de atos sexuais levariam os leitores a quererem imitar tais práticas. Para o pesquisador, isso mostra que a censura considerava os adolescentes ingênuos, subestimados e necessitados de proteção.

Sobre os usos e os sentidos que o termo “pornografia” teve e tem ao longo da história, Lynn Hunt (1999) e Dominique Maingueneau (2010) afirmam em seus respectivos trabalhos que o seu uso mais antigo se deu na França, em 1769, com a expressão *pornographe*, encontrado no tratado de Restif de la Brettone. Segundo Maingueneau (2010), o texto no qual o termo se encontrava descrevia o controle da prostituição pelo Estado. Sobre a construção desta categoria, o autor nos explica:

O derivado “pornografia” foi construído no início do século XIX. Progressivamente, a referência à prostituição desapareceu, e “pornografia” veio a designar qualquer representação de “coisas obscenas”. O próprio Restif inspirou-se no grego antigo, no qual o substantivo *pornographos* designava “um autor versando sobre prostituição”, assim como *pornographia* designava um gênero pictórico: a representação das prostitutas (MAINGUENEAU, 2010, p. 13).

Podemos compreender com a citação acima que, inicialmente, o termo “pornografia” foi construído numa referência às atividades de prostituição e, com o passar dos anos, seu sentido foi atribuído a qualquer atividade “obscena”<sup>92</sup>. De acordo com o trabalho de Hunt (1999), que tem por recorte espacial a Europa, afirma que entre os anos de 1500 e 1800 o sexo era usado para tecer críticas às autoridades políticas e religiosas, e que a tentativa de controle desses materiais não era realizado em nome da “decência”, mas, sim, em nome da política e da religião, “indicando que as leis modernas sobre a obscenidade se formaram apenas no início do século XIX” (HUNT, 1999, p. 12).

Segundo Hunt, a preocupação em nome da “decência” só se deu devido ao aumento do número de pessoas que estavam sendo alfabetizadas. Dessa forma, para a estudiosa, “[...] a promiscuidade das representações do obsceno [...] gerou o desejo por barreiras, catalogações,

<sup>91</sup> O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) foi regulamentado pelo Decreto 20.493, em janeiro de 1946, sendo de responsabilidade do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), e, futuramente, passando a ser da Polícia Federal. Tal serviço tinha por finalidade a análise de materiais relacionados às diversões públicas (rádio, televisão, música e teatro), e a partir de 1972 o SCDP tornou-se a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).

<sup>92</sup> Utilizando-se de Ariel Arango (1991), Santos (2017) afirma que o referido pesquisador acredita que a palavra “obsceno” é derivada de *scena*, um termo do latim que poderia ser utilizado para designar algo que não deveria ser “posto em cena” (SANTOS, 2017, p. 266).

novas classificações e censura. Em outras palavras, a pornografia como categoria regulamentada surgiu em resposta à ameaça de democratização da cultura” (HUNT, 1999, p. 13). Com as duas citações acima, compreendemos que a preocupação relacionada à “decência” não se iniciou devido a existência desse tipo de material, mas graças ao público que passou a consumi-lo.

Ao partirmos para o cenário brasileiro, Thales Sant’Ana Ferreira Mendes (2019) afirma que o referido termo se torna mais conhecido a partir dos anos de 1880, bem como seu sentido. Se, até então, esta categoria se referia aos “escritos sobre prostitutas”, nesse período o termo passou a nomear obras que faziam tanto alusão sexual, como num sentido pejorativo “para se referir a livros tidos como imorais por uma classe de leitores (em sua maioria homens das letras)” (MENDES, 2019, p. 3).

No que concerne, dentro da Ditadura Militar, ao consumo de jovens e adolescentes dos materiais “imorais”, “pornográficos”, o governo tinha medo de que este público tivesse contato com tais materiais e que eles pudessem influenciar parte da população a reproduzir o que lhes era descrito. Cassandra Rios, no final dos anos 70, além de publicar livros com esse pseudônimo feminino, também publicou com pseudônimos masculinos. Utilizando-se de nomes como Oliver Rivers e Clarence Rivier, a autora trouxe romances com reprodução de sexo explícito entre casais heterossexuais. No entanto, de acordo com a própria Cassandra, em sua autobiografia *Mezzamaro, Flores e Cassis* (2000), mesmo com a presença de tais práticas, os livros não foram censurados<sup>93</sup>. Com isso questionamos: a preocupação com relação aos jovens só se dava quando o material em questão tinha práticas sexuais ou quando tais práticas eram realizadas por pessoas do mesmo sexo?

Essa ausência de censura sobre os livros com pseudônimos masculinos nos faz acreditar que a delimitação de “pornográfico” e “imoral” está relacionada a uma norma heteronormativa e preconceituosa em relação às outras sexualidades, e que tudo que foge a tal norma é rebaixado e silenciado. Quinalha (2017) nos afirma que não haviam critérios para que se delimitasse o que poderia ou não ser considerado “imoral”, fazendo, assim, com que acreditemos que os pedidos de censura eram feitos a partir de juízos de valor, bem como afirma também Nayara da Silva Vieira (2010). Um ponto que queremos chamar atenção é que o pseudônimo “Cassandra” também publicou livros com casais heterossexuais e com descrições explícitas do ato sexual, e estes livros foram censurados. Essa situação nos fazer crer que, para

---

<sup>93</sup>De acordo com o documento disponibilizado pelo Arquivo Nacional, onde consta as obras que passaram pelo DCDP entre os anos de 1966 a 1988, não há a presença dos nomes Oliver Rivers e Clarence Rivier.

além do incômodo existente, no que diz respeito à presença de sexualidades “desviantes”, a presença de uma mulher escrevendo sobre sexo – mesmo que seja o sexo entre um casal heterossexual – também incomodava. Dessa forma, vemos que a proibição e a delimitação enquanto “pornográfico” e “imoral” envolve perguntar quem são os indivíduos que estão fazendo sexo e quem está escrevendo sobre ele.

### **O PARECER 1755/75 EM PERSPECTIVA**

Daremos início neste tópico a análise do parecer de censura que realiza o pedido de proibição da obra *Uma mulher diferente*. Primeiramente, é importante nos atermos para a finalidade de um parecer de censura. Questões como a instituição responsável pela sua produção e quem eram os funcionários que realizavam esta atividade são importantes a serem elencadas e respondidas. O processo censório, tido aqui como fonte, nos mostra que, a partir do momento em que o SCDP/DCDP tinha contato com determinado material, se iniciava um processo e a figura do/a técnico/a de censura ganhava destaque. Esse/a funcionário/a ficava responsável em analisar o material submetido ao exame; dessa maneira, o/a técnico/a de censura lia todo o material e produziria um parecer. De acordo com Vieira (2010), o parecer tinha por objetivo justificar para as autoridades os motivos de proibição, seja ele corte de determinada passagem ou, até mesmo, a censura completa do material. E o determinado pedido deveria estar embasado na legislação.

Ao observarmos o processo do livro *Uma mulher diferente*, percebemos que ele foi produzido pela funcionária Ascension Palacios Chanques, destinado ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal (DPF), no caso, Moacyr Coelho. Esse documento foi produzido em 30 de outubro de 1975, no entanto, a obra analisada foi publicada em 1965, ou seja, a sua proibição só veio a acontecer 10 anos após sua primeira publicação. Nossa hipótese para tal ação é de que só houve uma estruturação maior da censura a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, e do Decreto-Lei 1077, em 1970. Havia, também, a existência de editoras clandestinas que, de acordo com Rodolfo Rorato Londero (2015), se preocupavam em vender os materiais somente para pessoas conhecidas e confiáveis, nos fazendo acreditar que o contato desses materiais, por pessoas contrárias à existência desse tipo de publicação, demorava a ocorrer.

Ao nos determos sobre o conteúdo do parecer, observamos que ele foi estruturado em três parágrafos. Inicialmente, a técnica de censura alega que há muitos anos os livros da

Cassandra têm sido vendidos de forma clandestina, e a parecerista supõe que a explicação para isso se deva pelo conteúdo dessas obras, o que de fato aconteceu. De acordo com Londero (2015), os livros de Cassandra tiveram algumas edições publicadas de modo clandestino.

Com o decorrer da escrita, a parecerista afirma a existência de uma “grande divulgação de temas eróticos-pornográficos, e milhares de livros com esse conteúdo foram lançados no mercado sem que fossem tomadas providências *[sic]* para reprimir tais abusos” (PARECER 1755/75, 1975). Tal afirmação foi realizada sem a utilização de dados, a fim de legitimarem o que estava sendo declarado; dessa forma, vemos determinado “poder” recebido pela técnica de censura ao produzir o seu parecer. Com a citação acima, observamos, também, o desejo, por parte da parecerista, de uma radicalização da censura, considerada por ela insuficiente. E ao pensarmos nas diferenças entre as duas categorias trazidas, nos utilizamos de Laura Cristina Leal e Silva (2015), que afirma que tanto a pornografia como o erotismo têm ligações com o sexo. A diferença entre ambos é que o erotismo se apresenta de maneira metafórica e menos explícita, enquanto a pornografia “se situa como um discurso de verdade [...], que pretende não esconder nada” (MAINGUENEAU, 2010, p. 31). Dando continuidade ao conteúdo do parecer, temos a seguinte afirmação:

As editoras impunes, sentiram-se liberadas para lançar mais obras, explorando taras e aberrações sexuais sobre os leitores, principalmente os adolescentes, atraídos *[sic]* por chamadas de capas altamente eróticas, e apesar de haver toda uma legislação mandando reprimir tais abusos, pouco tem sido usada (PARECER 1755/75, 1975).

Mostrando-se ainda revoltosa por determinada ausência de radicalização da censura, a parecerista nos deixa a entender que esse suposto aumento de materiais “eróticos-pornográficos”, assim chamados por ela, se deu pela falta de providências tomadas. Ressaltamos aqui o uso de termos pejorativos e preconceituosos, como “aberrações sexuais”, que pode significar um desvio do que é tido como padrão, e o termo “taras”, que pode ser entendido enquanto depravação ou perversão. Com o uso de tais palavras, interpretamos que a técnica de censura não concordava e nem aceitava indivíduos e materiais sobre temáticas que divergissem da heteronormatividade.

Podemos perceber que a parecerista também se encaixa na afirmação trazida por Marcelino (2006), sobre o receio do consumo de materiais desviantes, pois, ela demonstra preocupação com o acesso dessas publicações pelos jovens, assim como considera que eles podem ser ludibriados e influenciados a quererem adquirir o material devido às imagens “eróticas” presentes nas capas dos livros. Acreditamos que a parecerista esteja criticando a atividade censória por seu suposto “abrandamento” na avaliação dos censores, no que diz

respeito à utilização da legislação, da qual cremos que esteja se referindo ao Decreto-Lei 1077. E essa suposta situação tem feito com que editores se sentissem mais confiantes para publicar sobre esses temas, já que não estão sendo reprimidos.

Com Michel Foucault (1996, p. 10), percebemos que o discurso não é somente o que “traduz as lutas ou os sistemas de dominação”, mas é aquilo pelo que se luta. E Nóbrega (2015), ao realizar uma análise sobre esse mesmo parecer, afirma que “a apreciação dessa parecerista acentua a hipótese de que as práticas censórias durante o período militar funcionaram como armas no combate à imoralidade” (NÓBREGA, 2015, p. 107). Dessa maneira, podemos concluir que, para além de considerar a censura como uma ferramenta de combate à imoralidade, a parecerista se utiliza da sua posição a fim de garantir seus interesses, no que diz respeito à necessidade de um acirramento da atividade censória. Em seu último parágrafo, a parecerista declara:

Portanto, Salvo Melhor Juízo [*sic*] Superior, somos de parecer que não apenas a Editora do livro, mas também [*sic*], seu distribuidor, fossem enquadrados nos Artigos 233 e 234 paragrafo [*sic*] único item I de Código Penal. E o livro acima referido, que nos conta os casos amorosos de um pederasta, e as orgias promovidas por ele e suas amigas lésbicas, os seus amantes enganados, que um deles, ao descobrir o logro, o mata. Considerando que o mesmo não fere apenas o Código [*sic*] Penal, mas também o Decreto-Lei 1077/70, somos pela proibição de mesmo (PARECER 1755/75, 1975).

A partir da leitura de todo o parecer, percebemos que a técnica só fez uma tentativa de análise do livro, na qual deveria ser avaliado nas últimas linhas do documento, em que ela enquadra a publicação em dois itens do Código Penal, que afirma que a prática de “ato obsceno” tem como punição a detenção de três meses a um ano. E que também deve ser punido quem importar, exportar e comercializar escrito ou objeto obsceno, tendo como punição a prisão ou pagamento de multa, dentro do Decreto-Lei 1077; sendo assim, ela considera o conteúdo da obra como obsceno e imoral.

Durante seu pequeno resumo da obra, a técnica traz o termo pejorativo “pederasta” como sendo para se referir a homens que se relacionam sexualmente com outros homens, bem como se refere à personagem Ana Maria pelos artigos masculinos “ele” e “o”, referente às frases “orgias promovidas por ele” e “o mata”. A utilização deste termo também nos mostra que mesmo estando produzindo um documento jurídico, a parecerista se baseou no que é entendido por ela enquanto bom/ruim, moral/indecente; em outras palavras, o seu pedido de censura se deu a partir dos juízos de valor da própria parecerista. Sobre essa “orgia” que a técnica cita, acreditamos que ela esteja se referindo na obra a uma festa dada por Marcela, uma amiga de Ana Maria. Porém, tendo esse termo, por significado, com a execução de prática sexual por três



ou mais pessoas, vemos que tal descrição não condiz com o que acontece no livro. Vejamos a seguinte passagem:

As moças dançando, conversando baixinho. Todas estavam muito bem comportadas. Teve até vergonha de Marcela. Era a única que tomava certas atitudes indecorosas, beijando uma jovem [...] Levantou-se mansinho, olhou para Marcela, que se enfiava no corpo da tal Pedrinho, dançando com ela [...] Enquanto as outras, separadas, acompanhavam o ritmo numa dança moderna, cheia de meneios sensuais e compassados.  
[...] Nada havia demais. Não era uma bacanal, como a princípio pensara que ia acontecer (RIOS, 2005, p. 113).

A cena acima é descrita a partir da perspectiva da personagem Barbosa. Como é nítido, as mulheres presentes não estavam tendo relações sexuais, mas, sim, dançavam de modo provocativo e sensual. Analisando que este é o único momento em que há a presença de um grupo de lésbicas, presumimos que a parecerista esteja se referindo a essa cena, ao alegar a execução de orgias. Dessa maneira, acreditamos que a técnica de censura considera qualquer atitude feita por esses indivíduos como imoral, e que esteja relacionada à prática sexual; como, também, podemos supor que ela poderia ter se utilizado do termo “orgia” a fim de trazer mais alicerces para a construção do pedido de proibição do livro.

Destacamos que ao longo do documento houve uma preocupação exacerbada acerca do mercado editorial do período e a expansão do acesso desses materiais nas mãos dos leitores, principalmente dos adolescentes. Em nenhum momento, a parecerista expôs trechos do livro, numa tentativa de trazer mais legitimidade em seu pedido, sendo esse embasado no Decreto-Lei 1077 e em seu próprio juízo de valor e interpretações da obra. Também é curioso que a técnica de censura não citou a existência de um indivíduo, considerado pela sociedade enquanto “homem”, por possuir um pênis, mas, sim, construiu sua identidade dentro de uma feminilidade. Dessa maneira, acreditamos que a técnica de censura estava mais preocupada com o acesso do público às práticas sexuais dissidentes do que com as questões trazidas ao longo da obra, e sobre reconhecer a personagem Ana Maria enquanto uma mulher.

Ao retornarmos para a discussão sobre moralidade e pornografia, a fim de compreendermos o que a censura entendia por tais categorias, trabalhos como os do Maingueneau (2010), Hunt (1999) e Silva (2015), já citados ao longo deste artigo, vêm afirmando uma ligação entre a pornografia e o sexo; no entanto, tal colocação não abarca o que é entendido por pornografia para a censura, visto que os pseudônimos masculinos utilizados por Cassandra também trouxeram cenas de sexo em suas obras, porém não foram censuradas. Dessa forma, somente a presença do sexo não pode ser vista como critério que delimita a intitulação de determinado material enquanto pornográfico.

A partir do que foi exposto, compreendemos que a censura entende por “pornografia” a representação visual ou escrita de indivíduos, experiências e práticas sexuais que fogem à norma heterossexual imposta pela sociedade e governo. Já a moralidade, definimos como a realização de atos que se baseiam dentro de determinados âmbitos, sejam eles sexuais, culturais e educacionais, permeados pelo o que é aceito por um perfil heterossexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a ação da censura durante o regime militar, a partir do diálogo entre autores, autoras e fontes, percebemos que a censura da obra *Uma mulher diferente* se deu a partir da interpretação e juízos de valor de sua parecerista, como também nos parece evidente o poder recebido, por parte do Estado, ao fazer a avaliação do material submetido. Assim, percebemos que os livros de Cassandra Rios não foram tachados de “imorais” e “pornográficos” somente pela presença do sexo, mas pelos indivíduos que descreviam tais práticas e pela presença de uma mulher escrevendo sobre elas.

Em relação à personagem Ana Maria e sua história, acreditamos que Cassandra Rios se utilizou de estereótipos já existentes dentro da sociedade do século XX, sobre indivíduos marginalizados, a fim de tecer sua crítica sobre a violência e o assassinato de tais indivíduos. Evidenciando sua existência, resistência, e fazendo o leitor refletir sobre a marginalização e preconceito sofrido por esses indivíduos, Cassandra lança seu leitor a uma reflexão acerca da identidade e do direito à vida dos sujeitos travestis.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm#:~:text=DECRETA%3A,sejam%20os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm#:~:text=DECRETA%3A,sejam%20os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o)> Acesso em: julho de 2019.
- FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. **Um percurso pelas configurações do corpo de personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX: 1960-1980**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, João Pessoa, 2016.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controversas sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- LIMA, Adelaide Amorim. A construção da moralidade através do discurso sobre o corpo. **Revista Filosofando**, v. 1, p. 12-25, 2012. Disponível em: < <https://silo.tips/download/a-construao-da-moralidade-atraves-do-discurso-sobre-o-corpo>>. Acesso em: 30 de junho de 2020.
- LONDERO, Rodolfo Rorato. Caçadores canibais e cabeças perigosas: a censura e o mercado de literatura pornográfica no regime de 64. **Literatura e Autoritarismo**, v. 1, p. 73-91, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/20620>>. Acesso em: 7 de junho de 2019.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
- MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINS, Giovana M. C; CAINELLE, Marlene Rosa. O uso da literatura como fonte histórica e a relação entre a Literatura e História. In: VII Congresso Internacional de História, XXXV Encontro de Geohistória Regional e XX Semana de História, 2015, Maringá. **Anais do VII Congresso Internacional de história**, 2015. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.
- MENDES, Thales Sant'Ana Ferreira. Livros, imprensa e obscenidade: a invenção da pornografia no Brasil. **Revista MEMENTO**. Departamento de Letras – UNINCOR v. 10, n. 1, jan.-jun. 2019. Disponível em: < <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/5377>>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.
- NÓBREGA, Isabela Silva. **(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2015.
- PEREIRA, Otaviano. **O que é moral**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- PIOVEZAN, Adriane. **Amor romântico x deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em estudos literários, Curitiba, 2005.
- QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2017.

- RIOS, Cassandra. **Censura: minha luta, meu amor**. São Paulo: Gama Editora, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Mezzamaro, Flores e Cassis: o pecado de Cassandra**. São Paulo: Editora Cassandra Rios, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Uma mulher diferente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005 [1965].
- SANTOS, Claudiana Gois. Sapatão é revolução: censura, erotismo e pornografia na obra de Cassandra Rios. **Periódicus** n. 7, v. 1 maio-out. 2017. p. 263-279. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21782/14296>>. Acesso em: agosto de 2017.
- SILVA, Laura Cristina Leal e. Os limites entre o erótico e o pornográfico em O amante de Lady Chatterley. **Litterata**, v. 3, p. 60/2526-4850-73, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/853>>. Acesso em: setembro de 2019.
- VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **“Onde estão as respostas para as minhas perguntas?”: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2014.
- VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979)**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2010.

## **SER MULHER IMIGRANTE HAITIANA NO BRASIL EM TEMPOS DE AUTORITARISMO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE LUTA.**

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho<sup>94</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho faz parte de um recorte de minha tese de doutorado em que entrevistei imigrantes homens e mulheres haitianos de 2016 a 2020. Neste contexto, pude perceber que as mulheres imigrantes possuíam distinções claras em relação aos homens, inclusive no processo de imigração, quando o alto número de imigrantes chegavam do Haiti ao Brasil devido ao tráfico ilegal de pessoas e as mulheres destacavam terem sido vítimas de assédio moral e físico e em alguns casos até de estupro. Dessa forma, para este texto busco destacar como mediante pressões e limites, essas mulheres buscaram no Haiti e buscam atualmente no Brasil criar mecanismos de sobrevivência em um contexto autoritário em que a questão de gênero, classe e raça tornam-se ainda mais acentuadas às mulheres imigrantes e refugiadas de países considerados periféricos para o capitalismo. Deste modo, a partir da História oral, busco apresentar suas trajetórias de vida e de luta demonstrando como cotidianamente tentam sobreviver à estrutura autoritária no Brasil no pós-golpe de 2016 contra a presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff, destacando que o preconceito racial e a xenofobia que já eram existentes, tornaram-se escancarados, principalmente em relação às mulheres imigrantes negras.

**Palavras-chave:** Mulheres haitianas; imigrantes; autoritarismo no Brasil.

### **Apresentação**

Ao realizar entrevistas com imigrantes haitianas que viviam entre o período de 2016 a 2020 na cidade de Cascavel, localizada na região oeste do Paraná, pude identificar que a maneira como interpretavam o processo imigratório tinha distinções do que foi narrado pelos imigrantes homens. Dessa forma, “a evidência oral proporciona um registro essencial da história oculta da migração” (THOMSON, 2002, p. 343); pois, foi por meio das narrativas que

---

<sup>94</sup> Doutora em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Contato: [jooihieda@hotmail.com](mailto:jooihieda@hotmail.com)

o processo imigratório tornou-se possível de ser compreendido pelas experiências de quem o vivenciou.

Neste texto proponho lidar com a narrativa de duas mulheres imigrantes haitianas: Stepanhia<sup>95</sup>, que na primeira entrevista em que realizei em 2017, estava no auge de sua juventude com seus 24 anos; e Zainabe que conheci em 2020 e estava com 32 anos e vivia acompanhada com seus quatro filhos.

A intenção neste texto é compreender como essas duas mulheres que imigraram em períodos diferentes apresentam semelhanças em suas experiências de vida. Definindo que o papel da mulher no contexto da imigração ocupa um lugar significativo e necessário de ser discutido, pois, condiz não apenas com o trajeto da viagem, mas com as situações vividas no país de origem, neste caso no Haiti, e em como vão lidar para sobreviver no país de destino, ou seja, no Brasil.

### **O caso de Stepania**

Encontrei Stepania na casa em que vivia com sua irmã Natasha e mais dois irmãos que haviam recém-chegado ao Brasil e estavam desempregados. Desta forma, Stepania e sua irmã precisavam trabalhar o dobro em duas ou mais ocupações para conseguir manter as despesas da casa. No entanto, tal situação não foi incomum, estive presente em diversos lugares em que a divisão de quitinetes e apartamentos, aconteciam para auxiliar na sobrevivência de imigrantes que não possuíam trabalho, mas que precisavam de um teto para viver.

Porém, no caso de Stepania, havia algo mais. Quando iniciei a entrevista, logo um de seus irmãos que estavam no quarto ao lado chamou-a em *kreyòl*, pude perceber que Stepania sentiu-se constrangida e me pediu para que a esperasse por um instante. Seu irmão havia pedido que ela fosse até a cozinha e pegasse um copo de água para ele que estava deitado assistindo televisão. Ao retornarmos a entrevista, seu irmão tornou a incomodá-la. Desta vez, ele solicitou que Stepania fosse até o quarto e mudasse o canal do televisor, naquele momento pude perceber que a intenção era de expor a irmã para deixá-la constrangida.

No decorrer da entrevista, pude constatar esta hipótese. Stepania me contou como desde o Haiti, possuía o sonho de ir para a escola, mas que apenas seu irmão mais velho havia frequentado aquele espaço, pois, Stepania além de auxiliar sua mãe nas feiras para vender

---

<sup>95</sup> Todos os nomes utilizados são pseudônimos escolhidos pelos próprios haitianos/haitianas, mantendo a característica de nomes comuns no Haiti.

pratos de comida, era responsável por organizar as tarefas domésticas da casa desde que Natasha havia se casado.

“Eu entendia que o espaço da escola não era pra mim. Aqui no Brasil eu estou conseguindo trabalhar e estudar. Eu trabalhava de noite, mas daí os meus colegas da linha de produção aceitaram trocar de horário pra que eu pudesse ir na escola a noite”. Ao narrar essa experiência que foi durante anos sonhada, Stephania me mostrou seu caderno de como fazia questão de anotar (ainda que com alguma dificuldade para entender todas as palavras em português) o que os professores falavam nas aulas.

Deste modo, a trajetória de imigração para Stephania significava principalmente a realização de um projeto individual que era a possibilidade de frequentar a escola. No entanto, pude perceber que havia algo mais nas entrelinhas. Ir à escola, não representava apenas o ato de aprender ler e escrever, aos olhos de Stephania e também de seus irmãos, ela estava se rebelando contra a tradição de sua família: de que apenas os homens podiam estudar. Por isso, frequentemente seus irmãos, ainda que dependessem de seu trabalho para sobreviver, faziam questão de expô-la à uma condição que já não lhe pertencia mais: a de ficar calada e se submeter ao machismo estrutural.

Nesta primeira entrevista realizada em 2017, alguns temas que gostaria de conversar com Stephania não foram possíveis, pois, ainda que fizesse questão de perguntar, ela dizia “não sei”, “não entendo direito sobre isso”, principalmente em referência ao papel do exército brasileiro através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Desde as primeiras entrevistas que realizei, sabia que lidar como imigrantes era necessário tocar em memórias com sutileza, afinal, a maioria havia passado por circunstâncias de extrema vulnerabilidade. Alessandro Portelli (2007, p. 16) escreveu que: “muitas pessoas com as quais falamos passaram por experiências traumáticas e mudanças pessoais muito radicais”. Desta forma, mudei de assunto e continuei a entrevista com Stephania, mas em minha consciência sabia que havia algo mais que naquela ocasião ela não podia ou não queria me contar.

Em 2018, marquei de entrevistar um imigrante haitiano e para a minha surpresa, Stephania não morava mais com sua irmã e seus irmãos, havia se tornado vizinha deste trabalhador. Quando a encontrei, conversamos rapidamente e ela me pediu se eu não gostaria de entrevistá-la novamente. Obviamente disse que seria um prazer e após a entrevista com o haitiano, subi as escadas e fui visitar o novo espaço de moradia de Stephania.

Desde quando entrei na sala de Stephania percebi que havia uma diferença crucial, primeiro porque ela estava sozinha e por segundo, era visível como se sentia mais à vontade. Antes que fizesse perguntas, ela me disse que:

Eu queria muito conversar com você de novo! Eu consegui terminar algumas disciplinas e estou tão contente. Você é professora né? Tenho esperança de que vou conseguir ser professora aqui no Brasil também! Sempre quis aprender para poder ensinar as crianças (...) Você me desculpa aquele dia na casa com meus irmãos porque não falei muito sobre algumas coisas, depois fiquei pensando se você entenderia que não é que eu não queria, mas que naquela situação era difícil falar sobre tudo que eu sabia e vivia no Haiti. (STEPHANIA, 2018)

Imediatamente compreendi que Stephania mencionara acerca da Minustah em que não se sentia à vontade em me contar suas experiências e ter seus irmãos por perto ouvindo. No entanto, decidi que não reforçaria o assunto desde que ela propusesse expor algo. Seguimos a narrativa sobre o que havia mudado em sua vida. Conforme pontuado na fala acima, Stephania seguia firme nos estudos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em breve concluiria o ensino médio. “Além disso, eu casei! Quando você me conheceu eu estava solteira! Olha como é a vida! (risos)”. Stephania havia se casado havia três meses com um haitiano que tinha conhecido em seu trabalho na linha de produção de uma fábrica de ônibus em Cascavel. Antes que eu dissesse qualquer coisa a respeito, Stephania antecipou-se e contou:

Eu resolvi me casar, quando conheci meu esposo percebi que ele era diferente dos meus irmãos, que ele não ia me impedir de estudar e de trabalhar. Eu não via a hora de conseguir sair da casa que eu dividia com eles, porque eles me ameaçavam sempre falando que quando encontrassem trabalho eu não ia mais poder trabalhar e nem estudar. Eu não sabia o que fazer... aí eu conheci o Jean, começamos a namorar e eu contei o que estava acontecendo, fazia só cinco meses que a gente se conhecia e casamos! (risos) Mas eu estou mais feliz do que antes! (STEPHANIA, 2018)

Stephania não estava inerte a situação que vivia com seus irmãos, o constrangimento que a fizeram passar no dia que a entrevistei em 2017 era só um dos aspectos que estavam por detrás do que ela precisava suportar cotidianamente. Dessa forma, o casamento foi uma opção considerada viável, sendo que deixaria de ter que responder sobre sua vida para seus dois irmãos mais velhos e já teria pré-estabelecido como seria o seu casamento (praticamente um contrato social) com seu esposo.

Ao ouvir Stephania e depois analisar sua narrativa, lembrei-me do texto “Venda de esposas” de Edward P. Thompson em sua obra “Costumes em comum” em que ao lidar com o ritual do século XIX em que ex-maridos levavam suas ex-esposas para uma praça pública e as “vendiam” como uma espécie de feira, Thompson buscando discutir para além das evidências



superficiais, descobriu que muitas das mulheres que faziam parte desta venda, na realidade já haviam estabelecido relacionamentos extraconjugais e selado acordo não apenas com o amante para que as comprassem, mas também com seus ex-esposos acerca de valores e considerações para o ritual.

Utilizo deste texto de Thompson para acentuar que a experiência histórica constantemente incide em algo para além das aparências. Se na primeira entrevista me pareceu que Stephania se submetia aos seus irmãos, quando a reencontrei, descobri que ela estava buscando maneiras de sair de casa para poder viver sua própria vida.

Ao seguirmos a conversa, Stephania retornou ao assunto sobre a Minustah e me disse que tinha presenciado histórias constrangedoras acerca da presença do exército brasileiro no Haiti.

Segundo Stephania:

No Haiti tem uma tarefa que é tipicamente das mulheres que é buscar a água no poço. Todos os dias, desde bem cedinho, se reúnem várias mulheres de idades diferentes em uma fila pra pegar água. Uma amiga me disse que todo dia quando buscava água no seu horário das seis da manhã, tinha um soldado brasileiro que ficava mexendo com ela. Eu não contei pra mais ninguém além da minha mãe, agora estou contando pra você... porque se a gente falasse pra um haitiano homem, eles iam achar que as culpadas eram a gente, mas o que minha amiga podia fazer? Ela tinha que ir naquele horário porque logo depois ela ia trabalhar e a família dependia o dia inteiro daquele balde de água que ela ia buscar. (STEPHANIA, 2018)

Quando Stephania me contou acerca da concepção que ela e demais mulheres tinham sobre a “ajuda humanitária” em relação a Minustah no Haiti, pude compreender que as hipóteses iniciais de que o alto índice de imigrantes haitianos e haitianas para o Brasil derivava-se do fato de que o exército brasileiro havia feito um excelente trabalho neste país, a partir das narrativas, este discurso era imediatamente interrompido.

Em dezembro de 2019, no jornal El País<sup>96</sup> foi divulgada a seguinte reportagem “Os filhos abandonados da ONU no Haiti” artigo derivado do árduo trabalho de duas jornalistas, Sabine Lee e Susan Bartels, que descobriram que até aquele momento (2019) havia cerca de 265 crianças haitianas que eram filhas de soldados da Minustah, importante salientar que na pesquisa as autoras apontam que haviam crianças filhas de soldados brasileiros.

---

<sup>96</sup> LEE, Sabine. BARTELS, Susan. **Os filhos abandonados da ONU no Haiti**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html>. Acesso em: 16 dez. 2020.

Segundo as pesquisadoras, haviam casos de extremo abuso sexual, como o de meninas de 11 anos que depois de estupradas pelos “capacetes azuis” (como os soldados da Minustah eram conhecidos no Haiti), engravidavam e eram abandonadas na miséria.

As autoras também denunciaram que a Organização das Nações Unidas (ONU) não apenas sabia dos casos de estupros, mas que havia tomado como medidas a repatriação dos soldados envolvidos. Portanto, antes de que levassem sua pesquisa para a mídia, as autoras realizaram mais de 2500 entrevistas com haitianos e haitianas, de modo que pudessem contestar as atividades realizadas pela Minustah sob a supervisão da ONU no Haiti.

O que nos permite analisar com maior precisão a entrevista de Stephania em que sua amiga preferia esconder porque a palavra de uma mulher, negra e pobre, contra àqueles que teoricamente estavam no Haiti para defendê-las, seria tratado como loucura e provavelmente com retaliação.

Ademais, pude compreender que para que as pesquisadoras conseguissem coletar as informações nas narrativas das mulheres haitianas em relação aos abusos sofridos, foi fundamental o fato de também serem mulheres. Como afirmara Angela Davis, “mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas”. (2016, p. 25). No caso dos abusos relatados pelas pesquisadoras, houve mulheres que contaram ter cedido às chantagens por medo de que os soldados dissessem que eram elas que persistiam em ter relações sexuais com eles, além disso, havia o medo de negar e serem brutalmente feridas ou assassinadas.

O caso da amiga de Stephania não é único, como podemos observar através da vasta pesquisa das jornalistas. O que também nos permite entender que as experiências das mulheres imigrantes haitianas são deveras semelhantes, independente da idade, pois, carregam consigo a interseccionalidade: mulheres, negras e imigrantes de países considerados periféricos para o capitalismo. Dessa forma, pretendo abordar abaixo a história de outra mulher imigrante que assim como Stephania lutou e continua lutando para sobreviver.

### **Zainabe e suas crianças**

Conheci Zainabe em 2020 e quando a entrevistei estava com 32 anos, imediatamente brincou comigo “mas pareço ser mais velha, você não acha?” evidenciando que o cansaço

exposto em seus olhos de noites sem dormir, também estavam presentes em sua memória de uma vida de luta.

Quando chamei no portão de Zainabe, apareceram quatro crianças pela janela da sala. Ao entrar em sua casa, deparei-me com um vasto espaço, pois, praticamente não haviam móveis. Na cozinha havia apenas uma geladeira e um fogão que Zainabe contou-me que conseguiu de doação através de haitianos que haviam imigrado para outra cidade no Brasil. As crianças assistiam televisão e estavam sentadas em um pequeno sofá que ficava ao canto da sala, demonstraram medo quando me viram, Zainabe logo explicou “elas não estão acostumadas em ter brasileiros vindo aqui em casa, aí ficam assustadas (risos)”.

Seguimos para o quintal, único espaço da casa de Zainabe que nos restava um lugar para nos sentarmos, visto que não havia cadeiras ou mesa. Ao perguntar para Zainabe desde quando estava no Brasil, me respondeu que:

Eu vim em 2015, vim sozinha. Todos os meus filhos ficaram no Haiti com a minha mãe. Foi uma decisão muito difícil porque eu não queria deixar eles lá. Claro que eu confio na minha mãe, mas eram quatro crianças que precisavam da mãe delas. Só que a vida no Haiti não foi boa comigo, eu era casada com o pai dos meus filhos e quando tive a quarta, aquela menorzinha ali na sala, ele me bateu, disse que eu tinha engravidado pra impedir ele de vim para o Brasil. Aquilo foi muito difícil porque ele me abandonou. Saindo de casa dias depois e nunca mais tive notícia nenhuma dele! (ZAINABE, 2020)

Zainabe me contava com muita paciência sobre os momentos árdios em que viveu com o pai de seus filhos no Haiti. Quando mencionou que ele havia a violentado mesmo grávida, narrou de forma que parecia comum que aquele homem a batesse. Afinal, mesmo tendo suportado toda a violência doméstica, não foi Zainabe que decidiu sair de casa.

A história de Zainabe me causou comoção, pois, se tratava de uma mãe que decidiu imigrar e deixou seus filhos no Haiti na esperança de que conseguiria reuni-los novamente para proporcionar melhorias em suas vidas. No entanto, em 2020, Zainabe estava desempregada e com as quatro crianças, lutando para sobreviver. Em sua narrativa evidenciava que a vida de uma mulher negra, imigrante e mãe, é tão difícil no Brasil quanto era no Haiti.

Zainabe conseguiu reencontrar seus filhos apenas no final de 2019, quando enviou dinheiro suficiente para que sua mãe os trouxesse de avião até a cidade de São Paulo. No entanto, quando Zainabe imigrou, foi vítima do tráfico ilegal de pessoas, tendo sobrevivido

situações vulneráveis como a de ter que se esconder em florestas para que não fosse encontrada por policiais no Peru; precisou ficar dias sem comer e sem beber água e teve que andar dois dias seguidos a pé até chegar na fronteira do Brasil para ir ao Acre.

Apesar de todos os esforços, Zainabe havia sido dispensada do trabalho na linha de produção do frigorífico em que eviscerava frangos, porque um de seus filhos havia tido febre e ela passou a noite no posto de saúde buscando atendimento. A dificuldade de levá-lo a pé até a farmácia mais próxima não havia sido o suficiente, pois, Zainabe não tinha dinheiro para os medicamentos. Por isso, precisou ir até o posto de saúde e esperar que amanhecesse para retirar os remédios na farmácia popular. Zainabe me contou que nunca havia faltado no trabalho, mas que ao chegar no dia seguinte e explicar sua dificuldade para seu encarregado, ouviu apenas que passasse nos recursos humanos da empresa, pois, havia uma fila gigantesca de pessoas que não possuíam “desculpas” para faltar ao trabalho.

“Eu me senti destruída por dentro. Eu tenho quatro crianças e eu sou sozinha. Não tinha como deixar meu filho passando mal porque os seus irmãos também são pequenos, mas eles não me entenderam”. Dessa forma, Zainabe estava sem trabalho fazia três meses. Como a entrevistei no início de 2020, penso que suas dificuldades tornaram-se ainda piores, pois, ela estava com dificuldades de encontrar trabalho antes da pandemia, depois, a situação do desemprego agravou-se ainda mais.

No entanto, a história de Zainabe não se trata de uma individualidade, embora as mulheres vivam experiências de estigmatização diferentes, o que se assemelha é o modo como são postas em situações degradantes em que a própria existência torna-se motivo de contestação. Zainabe implorou para que o frigorífico não a despedisse, pois, não havia ninguém além dela para sustentar seus filhos, mas disse que o responsável apenas comunicou-a que “toda semana tem uma imigrante mãe que age com uma desculpa diferente”, ou seja, o processo de estar em um país diferente, de viver condições precárias, das quais precisam procurar mecanismos para sobreviver é justamente o que é utilizado para torna-las mão de obra acessível e descartável para o capital.

Zainabe não sabia o que fazer e nem a quem recorrer e mencionou que “pelo menos quando as crianças estavam no Haiti, tinham minha mãe e mais familiares que ajudavam para não passar fome”. A rotina degradante desta imigrante que precisou ultrapassar adversidades

para chegar até o Brasil, havia deixado de fazer sentido quando o objetivo principal que era a sobrevivência da vida de seus filhos, tornara-se seu principal martírio.

Zainabe não é a única mãe imigrante que passava por isso, ainda que fosse difícil entender tal realidade no contexto em que vivia, suas experiências de luta para sobrevivência de si e de sua família não era exceção, mas a regra vivida por demais mulheres imigrantes e refugiadas de países considerados periféricos para o capitalismo. Ainda assim, não deve ser considerado como algo normal, pois, dia após dia Zainabe parecia padecer um pouco mais mediante as contradições que precisava encarar.

### **Considerações Finais**

Quando Sassen (2016) descreveu sobre as expulsões que determinados grupos de imigrantes e refugiados viviam, tratou de demonstrar justamente casos característicos como o de Stephania e Zainabe. Essas mulheres buscaram na imigração melhorias para suas vidas e no caso da segunda, pensando também em seus filhos. No entanto, o processo de expulsão vivido no Haiti assemelhou-se às péssimas condições vivenciadas no Brasil, demonstrando que a questão de gênero, classe e raça insistem em persegui-las independentemente do país ou caminho que escolhessem.

### **Referências Bibliográficas**

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros. Toussaint L' Overture e Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço imigratório. **Périplos: Revista de Investigación sobre Migraciones**. Brasília. v. 01, n.01, pp.7-26, 2017.
- PORTELLI, Alessandro. Vou dizer agora entrevistando o movimento. **História & Perspectivas**. Uberlândia v.36, n.37 pp. 9-31, jan.dez.2007.
- SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “internacional comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas-SP, 2014. 399 p. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.22, n.44, pp. 341-364, 2002.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# **A (RE)CONSTRUÇÃO DE SI EM PERÍODO NACIONAIS: MULHERES E SEUS RELATOS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS NA DITADURA BRASILEIRA [1964 - 1985]**

Janaína Porto Sobreira<sup>97</sup>

Camila Koenigstein Sacoman<sup>98</sup>

## **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo realizar uma discussão sobre um capítulo quase sempre minimizado ou obliterado sobre mulheres que sofreram tortura e tiveram seus corpos como territórios em disputa durante a Ditadura (1964 – 1985) no Brasil. É importante observar que o campo político as colocavam sujeitas não só a uma vulnerabilidade física na luta contra o autoritarismo, mas também marcadas por mecanismos psíquicos que alteraram a estrutura de suas vidas. Segundo a historiadora Margareth Rago, em muitos textos autobiográficos masculinos há um padrão discursivo sobre formas de abusos sofridos nos porões da Ditadura. Ao analisar a trajetória de algumas mulheres participantes dos movimentos contra o regime militar em São Paulo, a autora observou que a violência sexual tinha um peso muito maior para as mulheres, mostrando que nas histórias masculinas a figura heroica e combativa se sobressai quase sempre, enquanto que nas narrativas femininas, a dimensão das dores marca profundamente as experiências advindas de suas trajetórias pessoais gerando um desconforto a ponto de isolar a vítima apenas em suas dores através das memórias. Para a realização deste trabalho busca-se analisar partindo de periódicos nacionais impressos e digitais a construção de memórias fragmentadas sob a ótica da violência física e sexual de mulheres.

**Palavras-chave:** Mulheres; Ditadura; Território; Narrativas; Tortura.

## **Introdução**

Em 20 março de 2013, a Revista Fórum publicou um artigo que revelava detalhes de perseguições e prisões arbitrárias de mulheres militantes que foram vitimadas no período da

---

<sup>97</sup>□□□□ Licenciada e Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

<sup>98</sup>□□□□ Graduada em História, pela Pontifícia Universidade Católica - SP e pós-graduada em Sociopsicologia pela Fundação de Sociologia e Política - SP. Mestranda em Ciências Sociais, com ênfase em América Latina, pela Universidade de Buenos Aires (UBA).

Ditadura (1964 – 1985) no Brasil. A repercussão da matéria e de outras com a mesma temática geraram algumas discussões sobre os graves crimes cometidos pelo fato de que a violência cometida pelo Estado, naquele período, transformada em política pública, tinha também o peso muito bem marcado de gênero. Em um breve olhar sobre comentários e compartilhamentos dessas redes sociais, principalmente *Facebook* e *Instagram*, os relatos apresentados por essas mulheres despertaram sentimentos de dor, revolta e impotência em algumas parcelas da sociedade<sup>99</sup>.

Pode-se dizer que observar esse passado é encarar as diversas biografias de vulnerabilidade pela violência com graves consequências não só físicas, mas nas dimensões psicológicas, na construção de si enquanto sujeitas/os violadas/os e de como tudo isso reverbera na própria trajetória pessoal pós-trauma desses indivíduos. Partindo dessa perspectiva, este artigo propõe uma análise de alguns relatos veiculados pela imprensa e trechos de depoimentos de vítimas disponibilizados nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade.

Trata-se, afinal, de entendermos um pouco mais sobre essa dimensão de violência que pouco se debruçam ou quase nunca chama a atenção de pesquisadores, principalmente historiadores, pois presume-se que seja mais relevante para os estudos dentro do campo da psicologia.

No entanto, são as construções de subjetividades traumáticas que nos evidenciam a potencialidade de existências fragmentadas, estigmatizadas, desestruturadas por processos resultantes de ameaças, perseguições, prisões arbitrárias e, mais especificamente, torturas, inclusive as de cunho sexual. Esses processos também fazem parte da História uma vez que ela se propõe a investigar os vestígios não só em fontes tradicionais, mas em uma relação direta com vozes e experiências de pessoas, movimentos e grupos que disputaram um lugar no passado.

Ser mulher em tempos autoritários (não só, mas com mais ênfase) é viver entre variadas dimensões dentro de uma hierarquia de gênero e estar mais vulnerável às mudanças estruturais, especialmente quando se trata de direitos políticos. Isso pode significar uma separação dentro dessa hierarquia que divide as mulheres em esquemas machistas e sexistas. Na ditadura brasileira (1964 – 1985), seguiu-se o padrão normativo social: uma classificação com

---

<sup>99</sup> Ressalta-se que existe uma negação histórica sobre o Regime Militar e sua verdadeira face de violência. O tema é frequentemente alvo de disputas, revisionismos e distorções por parte de grupos e indivíduos com interesses políticos ligados a construção de uma Memória/História oficial do país. Portanto, apesar das vítimas se manifestarem e seus relatos tomarem forma de denúncia em diferentes veículos e plataformas de comunicação, inclusive nos próprios dossiês da Comissão Nacional da Verdade, muitos os rejeitam e os acusam de falsificação dos fatos.



expectativas de gênero. Tomemos, como exemplo, no contexto da época: mulheres militantes e envolvidas politicamente *versus* mulheres “passivas”, do lar, companheiras e donas de casa cuja família tinha o peso primário conforme lhes foram ensinadas. Estas, por sua vez, não envolvidas com política, logo, cumpridoras de seus papéis sociais. Uma visão que encontrava muito respaldo social para a época. Dois lados que se cruzaram e reforçaram os papéis das mulheres na sociedade e que, nem sempre, aliás, não eram tão separados assim. Essa divisão, no entanto, não pretende ser rígida nem definitiva neste trabalho; ela nos permite visualizar, apenas, um pequeno extrato de uma lógica que fazia parte do pensamento do imaginário social do período analisado e que nos ajuda a entender as múltiplas facetas da violência no qual as presas políticas foram submetidas. No caso das militantes, se tratava de uma *dupla transgressão*. Assim, elas foram perseguidas e punidas por ultrapassarem a moral que lhes eram projetadas.

Neste artigo três matérias jornalísticas foram analisadas. A saber: “As vozes das mulheres torturadas na ditadura” – *Revista Fórum*; “Trauma de tortura na ditadura transmitido entre gerações, diz psicanalista” – *BBC News Brasil*; “Violência sexual: o capítulo esquecido da ditadura militar” – *Revista Vice*. As duas primeiras veiculadas no ano de 2013, antes da revelação dos dossiês da Comissão Nacional da Verdade – CNV<sup>100</sup>, publicados em dezembro de 2014. E a última, lançada no ano de 2019. Como também depoimentos extraídos do relatório final da CNV. Sobre a comissão, é importante entender que ela foi criada com o intuito de:

Instalada em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade procurou cumprir, ao longo de dois anos e meio de atividade, a tarefa que lhe foi estipulada na Lei no 12.528, de 18 de novembro de 2011, que a instituiu. Empenhou-se, assim, em examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.<sup>101</sup> (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 15)

Após a divulgação do relatório da CNV a sociedade brasileira se dividiu entre certezas que nutriram os famigerados “anos de chumbo” com toda a sua perversidade, e pela negação por parte daqueles que não reconhecem a arbitrariedade e o cerceamento de direitos resultantes do golpe de 1964. Esse rompimento democrático, que perdurou por 25 anos, deixou muitas vítimas e, até hoje, as/os torturadas/os rememoram as dores e lutam contra fantasmas do passado. Este passado está mal resolvido e sendo constantemente utilizado em discursos que o

<sup>100</sup> Doravante apenas CNV.

<sup>101</sup> Percebe-se que o trecho também contempla o período a partir de 1946, mas trataremos aqui dos eventos pós-64.

negam e o distorcem, nos mostrando como as políticas de memória não foram efetivadas em nosso país.

### **As narrativas e os traumas revelados**

Os depoimentos apresentados nas matérias e os que compõem os volumes da CNV são cheios de detalhes da violência que marcaram diferentes corpos após o golpe de 1964 no Brasil. Mas não só. As lembranças, as sensações, os medos, enfim, a memória revisitada de dias inglórios, foram reveladas. O processo de lembrar os detalhes dos atos cometidos contra a dignidade humana é mexer, muitas vezes, com feridas não cicatrizadas. Muitos não tiveram a chance de lidar com seus passados traumáticos e sucumbiram, como foi o caso de Maria Auxiliadora Lara Barcelos<sup>102</sup>, apelidada de “Dora”, presa em 1969 e levada ao quartel da polícia do exército, na Vila Militar na cidade do Rio de Janeiro. Naquele local, “Dora” foi submetida aos métodos de tortura como choque elétricos nos seios, vagina e outras partes de seu corpo. Além da humilhação de ser despida e espancada na frente de companheiros e sujeitos desconhecidos, seus torturadores.

Em relato citado pelo relatório da CNV, “Dora” afirmou que:

Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro [...]. A Apologia da Violência. A luta pelo poder absoluto. A destruição do outro [...] O sacrifício dos bebês [...] (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 423)

A história de Maria Auxiliadora foi marcada por infinitas dores. Banida para o Chile em 1971, ela encontrou naquele país a Ditadura de Pinochet (1973 – 1990) e precisou sair do continente rumo à Europa, onde encontrou seu fim trágico em 01 de junho de 1976, quando se jogou na frente de um trem em movimento em Charlottenburg, parte ocidental de Berlim. Teve morte instantânea e pôs fim ao seu histórico de sofrimentos psíquicos.

O relato de Maria Auxiliadora nos permite imaginar as sensações vividas por ela nas mãos de seus algozes e do quanto seu corpo, assim como o de centenas de outras pessoas, foram objetos do suplício na ditadura civil-militar brasileira e em outros países na América Latina. Em diferentes relatos, existem traços de despersonalização do sujeito torturado, onde ele se encontra numa situação em que não há o controle de si. A violência imputada a esses grupos, contra esses militantes, contra essas mulheres, costuma ser uma característica muito comum em

---

<sup>102</sup> Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

tempos antidemocráticos por seu poder de vulnerabilizar e destituir do outro o controle de si mesmo. No caso das mulheres, os corpos são transformados em “butins” e segue-se como uma dupla tentativa de destruir e invisibilizar a importância do corpo que é um alvo político. O corpo político da mulher que é disputado e transformado em território público, carregado de signos e significados que fazem dele um dos principais projetos de dominação dentro das relações de poder.

É interessante observar o que a historiadora Susel Oliveira da Rosa (2013, p. 66) coloca a despeito disso:

Dor insuportável que adquire contornos específicos quando se trata de mulheres. De acordo com os dados da Anistia Internacional (AI) torturar através da violação, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais caracteriza a tortura baseada no gênero, sistematicamente utilizada contra as mulheres, apesar de muitas vezes os homens e meninos também serem vítimas desse tipo de tortura, principalmente durante os conflitos armados e guerras.

Uma vez considerando de que mulheres não apresentam o mesmo aparato político, econômico e cultural que têm os homens, e isso se concretiza no campo do direito, quando a jurisdição desconsidera a força patriarcal e deixa de abarcar todas as nuances da violência pelas quais as mulheres estão submetidas. Enxergamos, desta forma, em situações de vulnerabilidade, onde a violência sexual é encontrada, os inúmeros investimentos contra seus corpos pois são pertencentes a uma hierarquia de gênero que as colocam como inferiores, objetificadas e, sendo assim, descartáveis.

O conceito de gênero (SCOTT, 2019) é essencial como categoria analítica na história para nos localizarmos neste trabalho. Para Joan Scott, essa categoria nos possibilita a visão das relações de poder pertencentes no jogo social e político e de como seus usos foram operacionalizados ao longo dos séculos sem, necessariamente, entendê-lo enquanto categoria de análise dentro de um campo teórico. Além disso, partindo das considerações da autora, as relações entre homens e mulheres na sociedade, principalmente nas sociedades ocidentais, devem seguir o caminho da historização, visto que as relações de gênero foram e são mutáveis ao longo do tempo. Segundo a mesma “o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana [...]” (SCOTT, 2019, p. 70).

Teve grande circulação uma matéria publicada na revista *Fórum* em 20 de março de 2013. À época, a CNV ainda estava em fase de pesquisa em suas diversas pastas espalhadas

pelo país<sup>103</sup>. Em São Paulo, um caso investigado pela Comissão da Verdade Paulista – CVP, saiu nessa reportagem e trazia o depoimento de Ieda Akselrud de Seixas:

Quando os homens já estavam dentro de sua casa, Ieda pensou em resistir e pegar a metralhadora que estava em cima da mesa. Não houve tempo. Ela, sua irmã Iara e a mãe delas, Fanny, foram arrancadas de casa e levadas para a Oban (Operação Bandeirantes), em São Paulo. Passava das 21 horas de 16 de abril de 1971 quando elas chegaram ao centro de tortura da Rua Tutóia, no bairro do Paraíso. Lá estavam presos e sendo torturados desde a manhã daquele dia, seu irmão, Ivan Akselrud Seixas, e seu pai Joaquim Alencar de Seixas, ambos militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Mãe e filhas foram separadas. Ieda foi levada para um banheiro, no segundo andar do prédio. Lá, havia uma cama e no lugar do colchão, uma tela e um cobertor. O entra e sai de homens no cômodo era grande. As luzes apagaram-se, e Iara ouviu a ordem: “tragam o Ivan”. Na sequência, um som de rajada de metralhadora e um grito de Fanny. Era a primeira de várias simulações do fuzilamento de Ivan que a família viveria. Ieda estava sentada na cama quando o movimento de homens no banheiro continuou. Um entrava depois do outro, uns dez no total. Um deles sentou-se ao seu lado, pressionando-lhe o corpo. Do outro lado, sentou outro, que usava um chapéu. **“Era um homem asqueroso”**, recorda-se Ieda. Ele tirou os sapatos e enfiou a mão por entre as pernas de Ieda, alcançando sua vagina. “Me dê choque, me bata, mas não façam isso comigo”, suplicou a moça, desesperada, em vão. O homem era o delegado da polícia civil Davi dos Santos Araújo, conhecido no DOI-Codi como Capitão Lisboa [...] (REVISTA FÓRUM, 2013. Grifos nossos).

Em sua fala, Ieda nos explica sobre as investidas dos militares em desestruturar sua família como tentativa de alcançar a colaboração de todos. Nesse caso, as ligações familiares são a principal via de acesso no processo da tortura. As simulações de fuzilamento tinham um propósito muito específico de chantagem emocional para fins de colaboração política. A violência policial sofrida em família nos lembra como os torturadores tinham noção da importância da instituição familiar em seus modos de operar.

Ieda também recorda dos momentos em que seu corpo fora violado pelos agentes do Estado e de como a lembrança do “homem asqueroso” diz muito sobre sua sensação de vulnerabilidade e repulsa no ato cometido pelo militar. Ela afirma que preferiria ter sofrido os métodos tradicionais de tortura a ter de passar pela violência sexual. Isso também nos permite observar como esse extrato de suas lembranças estão ativas em sua narrativa, já que a repulsa ao lembrar dos momentos de tortura fica marcada pela menção do “homem asqueroso” em sua fala.

O fato de lembrar desses momentos nos revela que ao narrar seu passado marcado de violências, sobretudo a sexual, Ieda se encaixa num papel bem central dentro da estrutura da hierarquia de gênero, em que se valida a ideia de uma reconstrução de si pautada por imagens que codificam o medo pelo seu corpo que é alvo de investidas em nome do Estado. Poderíamos

---

<sup>103</sup> Universidades públicas federais, Instituições públicas jurídicas, Colaboradores em Arquivos, Memoriais, Pesquisadores em geral, etc.

entender que as mulheres que narram seus horrores do passado, geralmente, o fazem por necessidade de dividir o fardo dessa autobiografia possuidora de desdobramentos políticos, mas também culturais e psicológicos.

Indo de encontro com essa perspectiva, a historiadora Margareth Rago diz:

Ainda assim, apesar dos excessos a que Amelinha<sup>104</sup> é exposta na experiência da violência corporal, o regime discursivo com que ela opera contraria o padrão textual das autobiografias masculinas, nas quais as recordações são utilizadas para moldar a vida dos homens como figuras heroicas, idealizando e engrandecendo suas ações (Giménez-Rico, in Salmerón e Zamorano, 2006, p. 23). Deste modo, ela não se coloca no centro da narrativa; tampouco se constitui como uma figura vitimizada. Ao contrário, dá a perceber toda uma teia de relações que envolvia as mulheres na prisão e que, inclusive, desqualificava aquelas que estavam a cargo da repressão, além de atingir também os companheiros. E, longe de reforçar a figura de um sujeito unitário, a dimensão relacional de sua narrativa traz constantemente à tona as relações familiares, neste caso reforçadas pela própria história pela violência policial vivida em família. (RAGO, 2013, p. 80).

Esse processo se configura num encontro pessoal com um passado traumático que vem à tona sobre experiências negativas através da linguagem. A comunicação é, também, um processo da escuta de si e, nessas condições, os sujeitos voltam a viver nos tempos narrados.

Se de alguma forma as narrativas de si constroem os sujeitos efêmeros que somos, isso se torna ainda mais perceptível em relação à memória e à elaboração de experiências traumáticas. A dificuldade de trazer experiências dolorosas para a linguagem, que talvez fiquem escondidas no cotidiano, no desafio que ela supõe repetir, onde sua capacidade performativa, possibilita voltar a viver, não só dá a forma – no sentido – da história pessoal, mas também dimensão terapêutica. A narração como obra de luto – e fundamentalmente ética, restaura o circuito da interlocução e permite ouvir com todo o seu fardo significativo em termos de responsabilidade pelo outro. Por outro lado, possibilita o caminho do individual ao coletivo, a memória como passo obrigatório para a História. (ALFUCH, 2009. Tradução nossa.)<sup>105</sup>

O extrato acima dimensiona na fala a formação de escolhas narrativas nos discursos de quem sofreu processos traumáticos. Em outras palavras, a escuta de si gera uma conexão entre um passado de tensão e um presente reconfigurado, ao mesmo tempo que parece ser distante, já vivido, mas que encontra espaço e legitimação no ato do dizer pois se reconstrói, se

<sup>104</sup> Maria Amélia de Almeida Teles, militante do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Presa em 28 de dezembro de 1972 e levada à Operação Bandeirantes – Oban, onde foi submetida a sessões de torturas comandadas pelo comandante do DOI-CODI de SP, Carlos Alberto Brilhante Ustra.

<sup>105</sup> No original: “Si de algún modo las narrativas del yo construyen los efímeros sujetos que somos, esto se hace aún más perceptible en relación con la memoria y la elaboración de experiencias traumáticas. Allí, en la dificultad de traer al lenguaje vivencias dolorosas que están quizá semiocultas en la rutina de los días, en el desafío que supone volver a decir, donde el lenguaje, con su capacidad performativa, hace volver a vivir, se juega no solamente la puesta en forma –y en sentido- de la historia personal sino también su dimensión terapéutica –la necesidad del decir, la narración como trabajo de duelo- y fundamentalmente ética, por cuanto restaura el circuito de la interlocución y permite asumir el escuchar con toda su carga significativa en términos de responsabilidad por el otro. Pero también permite franquear el camino de lo individual a lo colectivo, la memoria como paso obligado hacia la Historia.”

decodifica no que antes era memória e passado e que se torna presente e vivo quando se discorre.

O psicanalista Moisés Rodrigues da Silva Júnior concedeu entrevista ao site *BBC News Brasil* no 1º semestre de 2013 acerca dos traumas mal resolvidos e não-expostos que permaneceram no silêncio do consciente das vítimas durante anos. Segundo ele:

A violência sofrida por vítimas da ditadura militar no Brasil e por suas famílias não foi compartilhada e elaborada pela sociedade como um todo e é como uma “chaga aberta” que está sendo transmitida de geração para geração [...] como não houve o compartilhamento ou elaboração (do trauma sofrido), a violência se torna material tóxico que habita as pessoas na forma de medos, ameaças e sofrimento [...] são uma presença ausente, ou uma ausência presente, que pode invadir (o presente) a qualquer momento, reativando os sentimentos de terror. (BBC NEWS BRASIL, 2013).

Para o psicanalista, que se debruça mais especificamente sobre casos traumáticos de família vítimas da ditadura, o não-dito é uma chave de compreensão para analisarmos o comportamento das vítimas. O sentimento de dor invocada pelo ato de memorizar causa sofrimento e permanece ativo na consciência dos sujeitos violentados. É um “limbo temporal”, como ele mesmo aborda na matéria. Esse limbo, uma vez que não é tratado, permanece ativo e se transforma em algo que não é esquecido. O não-dito é uma força dolorosa que assume um peso cruel dentro da existência dessas pessoas.

Na busca pelo reconhecimento desse passado sombrio, o testemunho passa a dar novos significados à história das ditaduras na América Latina. É nesse sentido que a pesquisadora Eleanor Arfuch coloca:

Nesta insistência em uma “história recente” que ainda não é “uma” - memória conflitante, julgamento em curso, disputa sobre o significado do passado e o presente - há, sem dúvida, uma exacerbação do testemunho e da autobiografia, uma ancoragem em o *self*<sup>106</sup> não apenas como suporte da unidade ilusória do sujeito, mas também como prestígio da palavra autorizada e justificativa pela experiência “própria”, que em muitos casos prevalece sobre a investigação documental e historiográfica. (ALFUCH, 2009. Tradução nossa.)<sup>107</sup>

Essa dimensão testemunhal é focada nas matérias destacadas aqui e nos depoimentos disponibilizados no relatório da CNV. Este último tendo como um de seus grandes propósitos, afinal, escutar as diversas narrativas sobre o recorte e atores sociais por ele envolvidos, principalmente por parte das/os vitimadas/os, e perceber o que documentos não conseguiram

<sup>106</sup> Self narrativo – identidade pessoal, autoconsciência que constrói o próprio “eu”.

<sup>107</sup> No original: “En esa insistencia sobre una “historia reciente” que todavía no es “una” –memorias en conflicto, juicios en curso, disputas por el sentido del pasado y su presente-, hay sin duda una exacerbación del testimonio y la autobiografía, un anclaje en el yo no solamente como sostén de la ilusoria unidad del sujeto sino también como prestigio de la palabra autorizada y justificación por la “propia” experiencia, que prima en muchos casos por sobre la indagación documental e historiográfica.”

dimensionar. Além disso, é uma iniciativa importante na circulação dos fatos ocorridos num período em que a liberdade foi cerceada, direitos humanos violados e o Estado usou de seu aparato para chancelar a violência como política pública.

Em relação aos depoimentos das mulheres, é necessária a insistência de suas buscas e registros, uma vez que o Estado não investiu em políticas de memórias no Brasil, como dito anteriormente. Esse aspecto é amargo e incomoda porque o silêncio é conivente com esse passado mal resolvido que é alvo de constantes disputas e distorções no Brasil. Os corpos violados foram expressões máximas não só dentro do aspecto físico, mas no emocional, na própria construção de subjetividades e trajetórias. Os traumas revisitados pelas mulheres violentadas certamente representam uma difícil posição em suas vidas.

Quando se criam mecanismos de escuta atenta, de valorização da memória como possibilidade política no registro da história, também se demarca um tempo democrático. A fala é registro e testemunha de processos ocorridos. Em tempos reacionários ela não é bem-vinda. Pelo contrário, o poder da fala é enfraquecida e torna-se um inimigo a ser destruído. É no silêncio que as injustiças fazem morada.

### **Meu corpo que é dos outros**

De que forma temos acesso à uma historiografia sobre ditaduras? Essa mesma historiografia contempla diferentes perspectivas? Se pensarmos na condição histórica de todos os movimentos revolucionários, encontraremos nomes e rostos femininos? E se sim, de que maneira?

É verdade que nos últimos anos uma série de iniciativas<sup>108</sup> por parte de mulheres dentro do campo de pesquisa têm modificado um pouco essas estruturas dos discursos oficiais, demarcando um território onde as mulheres foram e são agentes de transformação política. Leitores mais atentos podem perceber a forma como nessas passagens de nossa história, as narrativas foram instituídas. Mesmo quando nos debruçamos sobre recortes de jornais e depoimentos de mulheres vítimas da ditadura brasileira (1964 – 1985), elas ainda são inscritas e (re)produzidas com forte sentimento solidário, de dor, compaixão, quase sempre ligadas aos maridos militantes, filhos desaparecidos – aqui, se reivindica o papel da “mãe”, preocupadas

---

<sup>108</sup> A exemplo: “O APARECIDAS”. Centro de Referência em Estudos sobre Mulheres na Ditadura Civil-Militar Brasileira “é uma iniciativa de compilação e compartilhamento de materiais online, em acesso livre, que versam sobre temas concernentes às mulheres na ditadura civil-militar iniciada em 1964 no Brasil.” É vinculado ao Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA) da UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/aparecidas/>.

com suas famílias. São mulheres militantes que nunca são/estão sozinhas. Elas habitam nas diversas extensões sociais de suas existências. No relatório da CNV aparece a seguinte constatação:

Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus “lugares de esposa e mãe” e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 404).

Não é incomum, portanto, percebermos nesses depoimentos as relações das mulheres militantes com seus familiares, amigos, etc. Essas narrativas apresentam, muitas vezes, elos. O self narrativo localiza o(s) outro(s) e nos mostra como a questão das relações de gênero estão bem mais presentes nas falas dessas mulheres do que na fala das suas contrapartes masculinas.

Na matéria intitulada *Violência sexual: o capítulo esquecido na ditadura militar*, publicado na revista *Vice* em abril de 2019, os relatos de violência sexual chamam a atenção para os episódios específicos de tortura sexual em mulheres, inclusive grávidas.

Mulheres grávidas também não eram poupadas de torturas. Conforme o relatório da CNV, “há relatos que mostram perícia distinta na tortura de grávidas, com a utilização de técnicas e cuidados específicos quando se pretendia evitar que abortassem ou quando pretendiam efetivar o aborto, ou mesmo quando esterilizar uma mulher era o objetivo”. Mulheres como Rosa Maria Barros dos Santos, presa e levada para o DOPS de Recife em janeiro de 1971, sofreram abortos induzidos sem qualquer consideração sobre o sofrimento da gestante. No caso de Rosa, lhe administraram AAS (medicamento contraindicado na gravidez) para acelerar seu aborto. (DECLERCQ, 2019).

A dimensão corpórea violada revela o lugar que essas mulheres tinham nesses espaços militares institucionais. Para a antropóloga argentina Rita Segato, existe uma noção de que o corpo da mulher é um território privilegiado para emitir mensagens da violência que instrui, um braço ideológico que sustenta uma pedagogia da crueldade. (SEGATO, 2018). Ainda em sua visão essa estratégia não seria possível sem a existência do capitalismo que desumaniza e institui corpos dentro de um processo de trocas econômicas, passando a ser um produto, afinal. Desta forma, o caso do aborto gerado em Rosa, nos permite verificar o sentido dessa pedagogia ao notarmos como o feto no ventre de sua mãe fora pensado como descartável e também entendido como pertencido ao inimigo.

Na mesma matéria da *Vice*, outro relato da violência de gênero:

Flora Strozenberg era mãe de dois filhos pequenos quando foi raptada em 1974 pelos agentes da ditadura e levada até o DOI-CODI de São Paulo onde foi torturada. No seu relato, conta que foi obrigada a sentar numa cadeira ginecológica e levou choques na vagina. “É uma cadeira de ginecologista que eles pegam choque elétrico e botam [na vagina] com as seguintes palavras:



**‘Isto é para você nunca mais botar comunista no mundo’**” contou. (DECLERCQ, 2019. Grifos nossos).

O que acontece com Flora é um reflexo do pensamento misógino naturalizado pelos militares a respeito das mulheres que ousavam sair do lugar reservados a elas enquanto esposas, mães e donas de casa. Na verdade, muito mais do que isso, aliás, o trecho grifado é perturbador porque evidencia o poder no controle do corpo dela e do feto que gerava em seu ventre. Em nome do Estado Flora foi exposta, violentada e teve como alvo a sua genitália, além da tentativa de esterilização em virtude da ideia de quem ela geraria mais “comunistas”. O inimigo aniquilado antes mesmo de nascer. Essa sequência de ações é um exemplo profundo da “pedagogia da crueldade”, defendida por Segato em seus estudos.

Diante disso tudo, se compararmos as experiências das mulheres militantes com a de seus companheiros de luta, evidentemente chegamos à conclusão de que também foram violentados sexualmente e tiveram seus corpos vulnerabilizados pelo Estado. No próprio relatório da CNV, há relatos de homens que foram “emasculados”<sup>109</sup>. Mas pensemos nesse ódio aos corpos não-femininos. A tentativa de emasculação demonstrava em sua expressão máxima o comparativo com o outro corpo tido como frágil, doce, pacífico, o da mulher. Sendo assim, ao historicizarmos esses corpos compreendemos que o peso da genitália era um fator primordial nos processos de tortura. Tudo isso resultante das inúmeras ideias reacionárias sobre “ser masculino” e “ser feminino”. A consciência da não-alteridade dessas atrocidades estava presente e era acionada nos momentos de desumanização do outro, do inimigo.

A primeira página que abre o capítulo 10 dedicado a violência de gênero no relatório final da CNV se inicia com o seguinte relato:

**Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim. E eu lembro que no dia em que nós fomos presos, exatamente no dia 4, nós tínhamos estado em Cascavel, e quando a gente saiu da ginecologista, tinha um veículo militar, mas a gente em momento nenhum pensou que eles estivessem vigiando a gente, eles já estavam no encalço da gente, eles seguiram, esse dia eles nos seguiram o dia todo. E o meu marido dizia, “por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação, em relação [...]. Eu certamente abortei por conta**

<sup>109</sup>Não nos referimos aqui à emasculação física, mas a tentativa de destituição desses sujeitos de sua virilidade através da tortura direcionada ao genitais.

dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 400. Grifos nossos).

O relato de Izabel Fávero mostra que o uso do corpo da mulher durante o a ditadura civil-militar, assim como nos mais variados períodos, onde existiram conflitos, é interpretado com um espaço de disputa entre os homens envolvidos. No caso relatado acima, o marido pedia para que não a machucassem, talvez um apelo com significado dentro do código masculino de camaradagem, mas também como demonstração de força e masculinidade onde o corpo do homem suporta mais dor do que a mulher. E ainda, de certa forma, é nítido o “gozo” dos militares em seguir torturando principalmente frente a presença de outro homem.

A dupla militância é citada por ela no início de sua fala e ressalta sobre a gravidade de ser presa como uma mulher militante de esquerda, potencializando os atos de violência cometidos pelos seus algozes. É mais uma vez uma demonstração de noção sobre o não-pertencimento das mulheres em conflitos de qualquer natureza política.

Vejamos, ainda, as citações sobre o nojo, a repulsa, ao mesmo tempo em que há um prazer sentido pelos militares ao avançarem sobre o corpo de Izabel. O misto dessas sensações evidencia que apesar dela relatar que acha que não foi estuprada, o pavor do ato em si já é o suficiente para provocar o gozo de seus perpetradores.

### **Considerações Finais**

Acreditamos que os depoimentos apresentados neste artigo colocam em evidência pontos merecedores de um olhar mais atento. Em primeiro lugar, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014) divulgou as práticas de violência de gênero muito bem demarcadas dentro dos espaços de poder militar. Aliás, apesar de chamarmos de “espaços de poder militar”, sabemos que as doutrinas estavam presentes em todas as extensões da sociedade, nas dimensões micro e macro. A questão da violência foi intensamente verificada nos mais diversos depoimentos dos presos políticos sobreviventes. Homens e mulheres foram marcados pela degradação perversa que quebrou direitos humanos gerando dor e sofrimento aos mais diversos grupos atingidos pelo autoritarismo brasileiro.

Em segundo lugar, em tempos de rupturas democráticas, fica claro que no campo dos direitos humanos, mas, mais precisamente dentro do campo dos direitos das mulheres, existe uma anulação de jurisprudência que possibilite dignidade e segurança para mulheres. O senso comum patriarcal prevalece e não há garantias de direitos.

O impacto dos relatos e entrevistas na sociedade divulgados pelos jornais comprova, inclusive, o desconhecimento por boa parte da população sobre o período analisado. A ditadura civil-militar brasileira violou inúmeros direitos, silenciou, perseguiu, matou, estuprou, violentou, etc., muita gente. Mas o passado em contraponto ao tempo presente, na história, é suspenso pelo fator “revisonismo-negacionista”. Isso estabelece um vazio histórico em função da ausência de mecanismos que problematizem a história e que permita a produção políticas de memória.

Outro fator importante é a dimensão psicológica encontrada nos relatos de tortura e de como isso reverberou na vida daqueles que conseguiram sobreviver. Ao rememorarem passagens dolorosas de suas vidas em cárcere, as mulheres exprimem variadas conexões com suas relações sociais. Família, amizade, trabalho, aparecem em algum momento de seus extratos de memórias. É interessante perceber como esse jogo da produção de si nas narrativas delas quase sempre são diferentes dos relatos masculinos, onde se costuma produzir perfis mais heroicos e de resistência.

Em todo caso, como Margareth Rago percebe, as subjetividades masculinas costumam se desprender dessa dimensão de fragilidade. O que nos explicaria, muito provavelmente, o porquê de boa parte dos movimentos sociais de esquerda atuais não enxergarem nessa perspectiva de análise histórica uma aceitação do passado que pesou ainda mais na vida das mulheres.

### **Fontes analisadas disponíveis em:**

TRAUMA da tortura na ditadura transmitido entre gerações. **BBC News Brasil**. [s.l.]. 30 abr 2013. Disponível em:

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130430\\_clinicas\\_testemunho\\_mv/](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130430_clinicas_testemunho_mv/) Acesso em: 03 jan 2021.

AS VOZES das mulheres torturadas na ditadura. **Revista Fórum**. [s.l.] 20 mar 2013. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/as-vozes-das-mulheres-torturadas-na-ditadura/> Acesso em: 03 jan 2021.

DECLERQ, Maria. Violência sexual: o capítulo esquecido da ditadura militar. **Vice**. [s.l.]. 03 abr 2019. Disponível em: <http://www.vice.com/pt/article/eveejn/violencia-sexual-o-capitulo-esquecido-da-ditadura-militar> . Acesso em: 03 jan 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014.

### Referências Bibliográficas

- ARFUCH, E. Mujeres que narran: Trauma y Memoria, **Labrys, estudos feministas**, jan.-dez. de 2009. Disponível em: [http:// vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/ditadura/Leonor.htm](http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/ditadura/Leonor.htm).
- APPIGNANESI, Lisa. **Tristes, loucas e más: a história das mulheres e seus médicos desde 1800**. Rio de Janeiro: Record, 2011. p.373-374.
- PASSERINI, Laura. Gênero ainda é uma categoria útil para a história? In: **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.95-106.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Unicamp, 2013.
- RIBEIRO, Dominique de Paula. Direitos humanos e ações afirmativas. In: **Violência contra a mulher: aspectos gerais e questões práticas da lei nº 11.340/2006**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. p. 45-60.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora da UNICAMP, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SALVATICI, Silvia. Memória de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, 2005. Vol. 8, n.1, p. 29 – 42.
- SARTI, A. Cyntia. **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 64, 1988. p. 6.
- SARTI, A. Cyntia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, CPH/CCE/UFSC, 2004. v.12, nº2. p. 35-50.
- SARTI, Cynthia A.. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. **Comunicação oral**. Chicago: Clacso, 1998. p. 01 - 12.
- SEGATO, Rita. **Contra-pedagogias de la crueldade**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 a 90. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2, 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-82.

## AS VÁRIAS REPRESENTAÇÕES DE UMA RAINHA: O PROTAGONISMO DE CATARINA DE ARAGÃO (1485-1536) NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Marcos de Araújo Oliveira<sup>110</sup>

Janaína Mendes da Silva<sup>111</sup>

### Resumo:

O presente trabalho busca analisar novas formas de representação de Catarina de Aragão (1485-1536), princesa espanhola e primeira esposa de Henrique VIII (1491-1547), rei da Inglaterra. Neste sentido, enfatiza-se as representações de Catarina através da obra literária *Catarina, a viúva virgem* (2001) da romancista Jean Plaidy e a série *The Spanish Princess* (2019- 2020) do canal Starz. Nota-se que o diálogo do historiador com textos literários e também obras audiovisuais são relevantes pois, demonstram a importância da História das Mulheres enquanto campo de estudos, por elucidar questões de gênero e representatividade feminina, além de legitimar novos protagonismos a figuras medievais antes coadjuvantes. como Catarina de Aragão, ganhando visibilidade em diversos discursos.

**Palavras-chave:** Catarina de Aragão, História das Mulheres, Literatura, Audiovisual.

### Introdução

Ao analisarmos o vasto crescimento de pesquisas historiográficas que abordam o universo da mulher medieval e os principais aspectos relacionando a condição feminina entre os séculos V e XVI, podemos constatar uma significativa renovação nas abordagens e fontes que permitem uma interpretação histórica dessas mulheres, de maneira menos estereotipada

Este é o caso por exemplo de Catarina de Aragão (1485-1536), princesa espanhola que ao casar-se com Henrique VIII (1491-1547) tornou-se rainha da Inglaterra. Porém, a história de Catarina vai além da mulher que passou a vida tentando dar um herdeiro homem ao rei, como expõe a historiadora Antonia Fraser, a princesa espanhola foi uma instigante mulher, e que

---

<sup>110</sup> Graduado em História pela UPE – Universidade de Pernambuco, campus Petrolina. E-mail: drmarcosaroeira@hotmail.com

<sup>111</sup> Graduada em História pela UPE – Universidade de Pernambuco, campus Petrolina. E-mail: vicentejanaina889@hotmail.com

como filha de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, herdou a determinação e talento político dos pais, chegando inclusive a ser a primeira mulher embaixadora na Europa.

Percebe-se que essas novas percepções que se formulam sobre Catarina de Aragão vem em parte da expansão do campo de estudos da História das Mulheres, essa perspectiva historiográfica ao focar nas realidades femininas, buscou estabelecer, segundo Joan Scott (1992) uma escrita da história que reivindicou maior visibilidade às mulheres em detrimento do enorme enfoque que é dado aos sujeitos masculinos.

Nota-se também, que esse protagonismo que Catarina recebe não se restringe apenas as novas narrativas historiográficas, mas avança também para a literatura e TV, com o surgimento de livros e programas televisivos que buscam ousar na construção de um novo retrato de Catarina, propondo muitas vezes uma releitura de sua história, no qual tais representações fazem com que essa figura feminina ganhe contornos mais expressivos;

Neste sentido, temos na contemporaneidade, a imagem de uma Catarina que aparece mais forte, corajosa e mais firme, contrastando com a mera rainha coadjuvante de muitos discursos naturalizados, o que ajuda assim na quebra de preconceitos acerca dessa mulher, e sendo essas fontes válidas para a interpretação da construção da figura de Catarina e para a formulação também de uma escrita historiográfica na perspectiva dos estudos de gênero.

### **História das Mulheres e novos protagonismos**

Sabe-se que com a expansão do feminismo na segunda metade do século XX, o âmbito universitário passou a produzir artigos, monografias, teses, etc, com as perspectivas historiográficas do campo da História das Mulheres, alavancando, portanto, as contribuições e o papel das mulheres para as construções históricas, políticas e sociais. Sobre a História das mulheres e suas pautas, Joan Scott (1992, p.78) afirma que o campo: “questiona a prioridade relativa dada à ‘história dos homens’, em oposição a ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos”, além de adotar e ampliar os estudos de gênero.

De acordo com Rachel Soihet (2011, p. 266), “A palavra gênero indica uma rejeição ao determinismo biológico no uso de termos como ‘diferença sexual’ ou ‘sexo’. [...] o gênero define “a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”. Portanto, o gênero se torna um termo para designar “as construções sociais” dos papéis perante os sexos.

Desse modo, Joan Scott (1992) ao falar da História das Mulheres, explica que na década de 80 se desenvolveu a ideia de um desvio da história partidária e socialista para uma história voltada e vinculada à ideia de “gênero”, proporcionando a esse campo de estudo uma característica própria. Segundo Scott (1995) o termo "gênero" foi utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, no qual o seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina.

Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75)

Porém, as novas interpretações historiográficas sobre o universo feminino, mostram que as mulheres também foram agentes de poder. Isso é evidenciado por Michelle Perrot, no clássico livro *Os excluídos da História* (2006), enfatizando que mesmo excluídas, as mulheres conseguiam ser soberanas de muitos espaços, como dos próprios lares ou comércios.

Conforme explica Perrot (2006) as mulheres mesmo inferiorizadas diversas vezes na hierarquia dos gêneros em muitos contextos sociais, criavam o seu reinado; seja no espaço doméstico, nas ruas, ou em outros espaços que permitiriam a sua autonomia. Sendo assim, as mulheres apresentam inúmeras contribuições enquanto agentes da história, necessitando-se expandir as pesquisas que exploram temáticas articuladas pelos papéis dos gêneros.

Podemos apontar que graças ao campo da História das Mulheres várias pesquisas acerca dos papéis dessas figuras femininas na Idade Média vêm ganhando destaque, e revelam muitas vezes novas perspectivas acerca de mulheres antes ofuscadas, como Catarina de Aragão.

Muitos dos estudos sobre o Medievo mais recentes, consagrados a mulheres de todas as condições – religiosas e mulheres santas, jovens prometidas em casamento ou esposas laboriosas- mostraram a importância central do casamento na determinação da condição feminina; muitos decodificaram os sistemas de valores, de imagens e de representações que os comportamentos traduziam no cotidiano; outros testemunharam o lugar que algumas mulheres ocuparam na vida intelectual e religiosa do seu tempo, longe das figuras célebres ocasionalmente saídas da obscuridade pelo poder que detêm; outros, por fim, retomam a tradição da história do direito. (KLAPISH-ZUBER, 1992, p. 12)

Porém, como explica José Rivair Macedo (1992, p.10): “Na idade Média, como em outros períodos, a sociedade definiu os papéis e os lugares reservados aos sexos”. Entretanto, sabe-se que a sociedade medieval era guiada por valores morais cristãos e pelo ideal de guerra, o que produzia uma elevação do homem em detrimento da mulher. Portanto, ainda que houvesse

mulheres que conseguiam de certa forma ultrapassar as barreiras impostas ao seu sexo, a submissão feminina era quase que padrão nesta sociedade – claro que com exceções, como a exemplo da própria mãe de Catarina, a rainha Isabel de Castela.

A definição dos papéis e dos lugares das duas “metades” encontra-se expressa nos próprios símbolos que as designavam: o homem, a espada. A mulher, a roca; [...] ao homem, o símbolo de uma atividade realizada nos campos de batalha; às mulheres, o símbolo de uma tarefa realizada na vida privada. Trata-se evidentemente, de um estereótipo, de uma ideia desmentida pela realidade histórica, mas como se sabe, por vezes os preconceitos nutrem-se de ideias comuns. (MACEDO, 1992, p.10)

Segundo Klapish-Zuber (1992) muitas das visões acerca das mulheres medievais são cristalizadas através de testemunhos provenientes de sujeitos masculinos e ligados ao meio religioso, muitos deles, clérigos, o que pode ser um desafio ao historiador que se propõe a estudar as condições femininas no Medievo. Porém Klapish- Zuber (1992, p. 18) evidencia:

Paradoxalmente, estas mulheres da Idade Média, a quem senhores, esposos e censores negam a palavra com tanta persistência, deixaram afinal mais textos e ecos do seu dizer do que traços propriamente materiais. [...] mulheres de todos os meios ousavam-se fazer ouvir; ainda que seja preciso apurar o ouvido para a escutar, abafada no barulho imenso do coro dos homens, a parte que estas vozes executam no concerto literário ou místico ganha uma autonomia.

É possível afirmar que, os estudos sobre as condições femininas na Idade Média, tem muito a oferecer a historiografia contemporânea, propondo uma maior abordagem sobre as mulheres medievais. Neste sentido, outro fenômeno acontece diante da proposta de “reabilitação” da memória de importantes figuras femininas, pois muitas dessas mulheres como Catarina de Aragão ganham representações em produtos culturais do imaginário contemporâneo, como a literatura e o audiovisual.

Tais fatores comprovam que essa onda de estudos de figuras femininas na historiografia, influenciam paralelamente para a desconstrução dos estereótipos da “roca e da espada”. no qual mulheres não são mais inferiorizadas em séries de tv ou romances históricos, como nas obras *Catarina , a viúva virgem* , livro da romancista Jean Plaidy e a série da Starz *The Spanish Princess*, que destacam-se pelas suas representações de Catarina de Aragão.

### **Vida e Morte de Catarina de Aragão, a filha da Espanha**

Catarina de Aragão foi à filha caçula de dois monarcas reinantes da Espanha, Isabel I de Castela e Fernando de Aragão. Nascida em dezembro de 1485, na Alcalá de Henares, a princesa,



assim como sua mãe, era católica fervorosa, e desde criança presenciava lutas dos pais contra os mouros no território espanhol em nome da fé. Além do catolicismo, outros ensinamentos foram passados a ela pela mãe. Todas as filhas de Isabel de Castela receberam educação digna de futuros reinantes, e instruções de cuidados domésticos. Apesar de todo o poder, Isabel de Castela ensinara a filhas que elas deveriam ser obedientes aos maridos e zelar dos objetos pessoais deles, nunca se esquecendo da posição de princesas reais.

Segundo a historiadora Antonia Fraser na obra *As seis mulheres de Henrique VIII (2014)* as negociações do casamento de Catarina com o herdeiro do trono Inglês, Arthur Tudor, surgem aproximadamente em 1487. Catarina chegou à Inglaterra em 1501, com o dever e o destino traçado de se tornar futuramente Rainha da Inglaterra. Em 14 de novembro, ela se casou com Artur presencialmente na catedral de St Paul, levada ao altar pelo príncipe Henrique, duque de York, e por meio desse casamento, ela cumpriu a última das oficializações para se tornar a princesa de Gales, e conseqüentemente, futura rainha da Inglaterra.

Todavia, a comemoração não durou muito, pois segundo Fraser (2009) Catarina e Arthur foram acometidos por uma doença que afetava toda a Europa chamada de “o suor maligno” e o príncipe de Gales acabou falecendo. Cinco meses após o casamento, Catarina mudaria de *status* drasticamente, passando de princesa a agora viúva em outro país.

De acordo com Fraser (2014) Catarina não recebeu apoio econômico do rei inglês, que a mantinha afastada da corte, com o propósito de pressionar os reis espanhóis a pagarem a segunda parte do dote de casamento. Alguns embaixadores foram enviados para resolver o problema de Catarina, porém não obtiveram êxito, desta forma para melhor cuidar dos seus interesses e da Espanha, Catarina de Aragão foi nomeada por seu pai, Fernando, como Embaixadora da Espanha em terras inglesas no ano de 1507, o que melhorou sua situação na Inglaterra de Henrique VII.

Porém, Catarina casou-se com o novo Rei da Inglaterra Henrique VIII em 1509, depois de uma dispensa papal, sob argumentos que seu casamento com Arthur não havia sido consumado, e tornou-se assim a nova rainha do reino. Conforme explica Fraser (2014), Catarina de Aragão herdou da mãe a firmeza e a fé, e suas qualidades de líder foram demonstradas quando ela ficou como regente em 1513, quando Henrique estava em batalha na França, e a Inglaterra sofreu um ataque da vizinha territorial Escócia. Catarina incentivou os soldados com o discurso cheio de otimismo e fé, o que animou os ânimos dos soldados. O resultado das batalhas com a Escócia foi à morte do rei Jaime IV, porém mesmo com todas as glórias de suas ações, Catarina de Aragão deixou claro que a vitória foi ação de Deus.

Durante o casamento com Henrique, Catarina passou por várias gestações, entretanto a única que conseguiu chegar à idade adulta foi Mary Tudor, o que estremeceu o casamento dos dois, tendo em vista que Henrique VIII, almejava um filho homem para dar continuidade a dinastia. Em 1527 o rei deu início ao processo de anulação do seu casamento para casar-se com Ana Bolena (1501-1536), dama de companhia da rainha.

O processo de divórcio tramado por Henrique tinha como objetivo conseguir provar que o casamento de quase 20 anos era ilegítimo, e sua argumentação se baseava na ideia de que o seu matrimônio não era bem visto ao olhos de Deus, porque Catarina foi esposa do seu irmão, Porém o pedido de divórcio foi negado várias vezes, e a relação de Henrique com Ana, reprovada pelo papa clemente VII. Contudo, Catarina recebeu em 1533 a notícia que o Rei havia se casado em cerimônia íntima com Ana Bolena, fato que fez Henrique VIII ser excomungado pelo Papa, levando o rei a romper laços com Roma e fundar a Igreja Anglicana.

Fraser (2014) aponta que mesmo rejeitada e banida da corte pelo rei, Catarina mudou para o *status* de princesa viúva, e até seus últimos dias rejeitava tal posição, afirmando ser a esposa do rei; em sua última carta ao monarca ela escrevera que perdoava o rei e pedia que cuidasse da filha Mary Tudor. Porém em 1536, com a saúde muito debilitada, ela faleceu.

A notícia de sua morte chegou a Henrique VIII que não expressou tristeza. A forma como seguiria seu velório e sepultamento diria muito sobre a invisibilidade destinada a ela durante séculos posteriores: a Catarina foi dada o sepultamento de uma princesa viúva, silenciando a sua contribuição enquanto a grande figura que foi no reino, uma filha da Espanha, porém uma determinada rainha da Inglaterra.

### **A força de Catarina na Literatura: Representações da infanta espanhola em *Catarina, a viúva virgem* (2001)**

A obra literária *Catarina, a viúva virgem* (*Katharine, the virgin widow*), foi escrita pela romancista inglesa Eleanor Alice Burford Hibbert (1906-1993) em 1961 sob o pseudônimo de Jean Plaidy, autora de vários romances históricos sobre figuras femininas importantes, como *Lucrécia Borgia* (publicado em 1996 no Brasil, no original *Madonna of the seven hill* de 1958) narrando a vida da polêmica Lucrécia Bórgia (1480-1519) e *Mary Stuart: Mulher e Rainha* (publicado em 1964 no Brasil, no original *The Royal Road to Fotheringhay* de 1955).

Jean Plaidy ao contar a vida de Catarina de Aragão, apoiou-se nas versões das narrativas históricas como fonte para escrever seu romance histórico; essa união entre História e Literatura

é apresentada como metaficção historiográfica, conceito explicado por Linda Hutcheon na obra *Poética do pós-modernismo história, teoria, ficção* (1991).

Sendo assim, o escritor pode utilizar a História como pano de fundo para a escrita, entretanto a condução que o literato vai tomar depende da sua ideologia, seu lugar social, pois “Tanto a ficção como a história são sistemas culturais de signos, construções ideológicas cuja ideologia inclui sua aparência de autônomas e autossuficientes” (HOUTCHEON, 1991, p.149).

A metaficção histórica, segundo Jacomel e Silva (2007), pode ser uma alternativa de leitura do passado, podendo ou não recuperar ou recusar pressupostos históricos. Portanto, os romances históricos podem utilizar os personagens da forma que melhor conduza o enredo, e fatos podem ser reimaginados conforme a dinâmica desse diálogo entre História e Literatura.

Na obra de Jean Plaidy, vemos a utilização de elementos históricos com uma abertura poética para a narrativa romanesca. A autora inicia sua obra falando sobre a Inglaterra que receberia Catarina, destacando como a instabilidade pairavam sobre o reino inglês, deixando notório que a presença da princesa espanhola conseguiria estreitar a força política que a Inglaterra precisava, pois a união com Espanha traria ainda mais poder a Henrique VII.

Nos capítulos *O casamento de Arthur, príncipe de Gales* e *a Tragédia no Castelo de Ludlow*, segundo e terceiro capítulos respectivamente, Plaidy traz fases distintas da jovem Catarina de Aragão, mostrando em primeiro momento que a partida da Espanha para a Inglaterra, mesmo com a tristeza de deixar sua terra natal, faz com que Catarina aceitasse seu posto real e entendesse que era esse seu “destino”, e sua missão seria honrar tal propósito.

Não se entristeça. Vossa Alteza vai para uma terra nova, onde será rainha um dia. A infanta não disse nada. Como poderia esperar que Elvira Manuel compreendesse? Ela rezava em silêncio, rezava para ter coragem, para não trazer desgraça à sua família, para não se esquecer de nada que sua mãe lhe ensinara. Foi um erro pensar na sua mãe naquele momento. (PLAIDY, 2001 p.12)

No romance, o primeiro impasse da Infanta em terras inglesas foi a distinção entre culturas espanhola e inglesa, pois era costume espanhol que as donzelas ficassem de rosto coberto até o casamento, porém a reação de Henrique VII foi muito incisiva, pois exigiu ver a o rosto da mesma imediatamente, porém Catarina muito resiliente, mostrou a face ao rei

Jean Plaidy destaca que Catarina de Aragão ao ver que o rei não desistiria de tal ideia, foi ela a tomar uma atitude, evidenciando assim a protagonista do romance como uma figura forte, pois ela mostraria o rosto ao rei mesmo contra seus costumes espanhóis.

— Só há uma coisa a ser feita - falou Catarina com calma. Nós estamos na Inglaterra, e enquanto estivermos no país do rei devemos obedecer—lhe. Vamos parar com esses protestos. Vamos esquecer nossos próprios costumes

e adotar os costumes deles. Vá dizer que estou pronta para receber o rei. Elvira olhou atônita para ela; Catarina estava igual à mãe, e nem mesmo ela teve coragem de desobedecer às suas ordens, pois estaria desobedecendo a Isabel de Castela. (PLAIDY, 2001, p.23)

A historiadora Antonia Fraser, porém, tece outra versão sobre tal fato, tratando como a infanta espanhola ficou à mercê de terceiros para resolver o seu problema.

A disputa, no entanto, foi resolvida em favor do futuro inglês de Catarina, em comparação ao seu passado castelhano (uma solução pragmática com a qual, devemos acreditar, a rainha Isabella e o rei Fernando teriam concordado independente da escandalizada irritação de dona Elvira. O véu foi levantado. Catarina fez uma profunda mesura, num gesto simbólico de obediência ao rei inglês. (FRASER, 2014, p.24).

Comparando essas versões, vemos que Plaidy constrói a imagem de Catarina como uma mulher decidida, expondo que por sua corajosa personalidade ela quis mostrar o rosto ao rei. Cabe ressaltar que essa relação entre Literatura e História conforme explica Luís Alberto Brandão Santos permite essas novas reinterpretações dos mesmos episódios, já que “Ao se dizer que o campo da literatura é campo do possível, é necessário ressaltar, portanto, que possível não é sinônimo de indeterminado ou arbitrário” (SANTOS, 2000, p. 50).

O capítulo *A Tragédia no Castelo de Ludlow*, é o divisor de águas da vida de Catarina, ela após cinco meses de casada contrai o suor maligno, doença da época, da qual conseguiu se recuperar, diferente de Arthur, que já tinha uma saúde debilitada e infelizmente não resistiu a doença do suor. Catarina de Aragão ao tornar-se viúva, também virou um “problema de Estado” nas falas de Fraser (2014), pois sua situação se tornou indefinida em terras estrangeiras, já que perdeu o marido e seu destino de se tornar rainha da Inglaterra já não era mais certo.

A historiadora Antonia Fraser (2014) explica que o futuro de Catarina ficou nas mãos dos monarcas, de um lado os reis da Espanha que lamentavam a morte prematura do genro, e do outro Henrique VII que estava pensando no pagamento do dote da Infanta; uma briga silenciosa e diplomática. A solução para esse impasse foi organizar o casamento de Catarina o futuro rei, Henrique, o duque de York, irmão de Arthur, jovem que levou Catarina ao altar.

Ficou brevemente acordado, segundo Plaidy, que logo depois da morte de Arthur em 1501, que Henrique se casaria com Catarina quando ele atingisse a idade de 14 anos e quando os reis espanhóis pagassem a segunda parte do dote da mesma, enquanto isso ela ficaria em solo inglês; mostrando a destreza do romance em adaptar tais eventos da vida da princesa espanhola.

Henrique tinha os olhos voltados para o Continente. Como parecia que os franceses iriam vencer os espanhóis, talvez fosse mais vantajoso seu filho casar—se com uma princesa da França ou da Casa de Maximiliano do que com uma princesa da Espanha. Nesse meio—tempo, a filha de Isabel e

Fernando vivia na Inglaterra como uma princesa sem um só centavo, esposa mas não esposa, praticamente refém do bom comportamento dos seus pais. (PLAIDY, 2001, p. 57)

Plaidy destaca que Catarina de Aragão enquanto viúva ficou em situação delicada, pois os embaixadores espanhóis não estavam mais resolvendo suas questões na Inglaterra; em cartas trocadas com seu pai, Fernando que agora estava em melhor situação na Espanha, o mesmo a designou para que ela fosse embaixadora na Inglaterra.

De acordo com Fraser (2014, p. 13) Catarina recebeu uma educação honrosa, herança de sua mãe, Isabel de Castela que preparou bem todas as filhas para seus postos reais, “Por causa disso, Catarina estudou não apenas o missal e a bíblia, mas também clássicos como Prudentius e Juventus, Santo Ambrósio sobre Santo Agostinho, São Gregório, São Jeronimo, Sêneca e os historiadores latinos. Acabou falando um bom latim clássico com bastante fluência”

Todavia, ambos os campos - Literatura e História, trazem uma incógnita que paira sobre a figura de Catarina de Aragão: a consumação ou não do seu casamento com Arthur em 1501. Plaidy enquanto romancista deixa de forma bem clara sua versão acerca desse assunto no próprio título da obra: *Catarina, a viúva virgem*. A romancista explora em seu romance a versão mais difundida tradicionalmente no imaginário da época, tratando a viúva como ainda “donzela”.

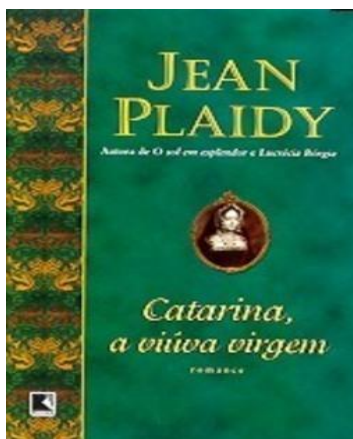


Figura 2. Capa do livro *Catarina, a viúva virgem* de Jean Plaidy. Fonte: Editora Record

Já no discurso da historiadora Antonia Fraser (2014) essa questão ainda gera várias interpretações, já que quando o rei espanhol pediu uma dispensa a Roma para que Catarina se casasse com Henrique (e foi atendido), queria, na verdade, uma dispensa que se referisse ao fato de que o primeiro casamento dela "talvez" (*forsitan* em latim) tivesse sido consumado.

Um problema enorme seria criado, mais tarde, por essa pequena e astuta palavra, "talvez", pois “Na época - com o rei Fernando plenamente convencido de que o casamento não tinha sido

consumado, e a própria Catarina, para nada dizer, [...] o que estava acontecendo era, nitidamente, uma manobra espanhola” (FRASER, 2014, p. 35).

Portanto, a obra de Plaidy, *Catarina, a viúva virgem*, ressalta novas perspectivas a respeito da figura de Catarina de Aragão, já que a autora ao unir História e Literatura, faz com o que o público tenha maior envolvimento com a narrativa, pois o romance histórico tem a capacidade de não só entreter, mas também ser didático para o leitor, que por meio da obra consegue assimilar versões sobre tal contexto histórico e simpatizar com Catarina.

Desse modo, o romance histórico de Plaidy torna-se uma fonte de análise interessante ao historiador que procura entender como essa figura feminina é representada no campo literário, refletindo sobre os caminhos da narrativa, omissões, percepções, fatos e outros aspectos que são evidenciados nessa metaficção historiográfica e permite assim ao historiador ampliar as possibilidades de estudo acerca do protagonismo da primeira rainha de Henrique VIII.

### **“Lute como uma mulher”:** Catarina de Aragão e a determinação feminina em *The Spanish Princess*

Se no universo literário, Catarina de Aragão consegue ter boas releituras de sua história, como na obra de Jean Plaidy com uma representação na qual aparece como uma protagonista muito mais ativa e menos submissa, na série televisiva *The Spanish Princess* a filha de Isabel de Castela ganha uma representação ainda mais ousada, corajosa e determinada.

A minissérie do canal americana Starz foi projetada para ter 16 episódios, divididos em duas partes, sendo oito episódios transmitidos em 2019, no qual o primeiro episódio foi lançado no dia cinco de maio do mesmo ano; já a sua segunda parte teve sua estreia em 11 de outubro de 2020, com mais oito episódios. A série da Starz é um drama histórico desenvolvida por Emma Frost e Matthew Graham, e gira em torno da vida de Catarina de Aragão na Inglaterra, na qual a princesa espanhola interpretada pela atriz Charlotte Hope, mesmo viúva de Arthur Tudor, não desiste da missão a qual fora treinada desde criança: tornar-se a rainha da Inglaterra.

*The Spanish Princess* trabalha com uma perspectiva instigante sobre a figura de Catarina de Aragão, não apenas como uma frágil princesa viúva que mente sobre ser virgem (diferente da obra de Jean Plaidy), mas explora o lado persuasivo da protagonista, mostrando uma jovem inteligente, audaciosa e extremamente determinada em assumir o posto de rainha inglesa.

Vemos assim, nessa produção televisiva, uma nova abordagem de protagonismo feminino para a representação dessa figura histórica, no qual a força da princesa e sua

persistência não a deixam se abater diante das dificuldades na sua trajetória, que são retratadas na série, mostrando a morte de Artur, a vida com poucos recursos financeiros, o desprezo de muitos da corte por ela ser estrangeira e até o difícil apoio de sua família espanhola.

Nota-se que mesmo a personagem passando por várias tensões em diversos momentos da série, Catarina segue firme no desejo de ser coroada uma rainha inglesa. Após a morte de Artur, ela recebe inclusive a proposta de Henrique VII para casar-se com ele, porém a mesma pretere o pedido do rei, já que Catarina segue acreditando que a missão de uma rainha era também dar herdeiros que assumiriam o trono, já que o príncipe Henrique seria o novo rei e a linhagem de sucessão do trono continuaria com ele, portanto era mais interessante para a princesa espanhola casar-se com ele e seguir ao seu lado como uma rainha tão boa, quanto fora sua mãe, maior exemplo feminino e de realeza da jovem.

Porém, sabe-se que a série usa das licenças criativas como qualquer veículo midiático, já que os produtores que roteirizam o seriado possuem o intuito não só de narrar a história da princesa espanhola, mas de garantir a audiência de seus telespectadores e também sua simpatia perante a trama, pois mesmo sendo um drama histórico, a produção televisiva revela muito mais aspectos do seu próprio momento de produção e visão dos autores, do que necessariamente um compromisso de fidelidade com a narrativa fidedigna de tais eventos do passado.

Tais aspectos justificam a força e autonomia que a protagonista Catarina apresenta, já que *The Spanish Princess* acaba fazendo parte do movimento midiático que passa a dar novos enfoque as personagens femininas, no qual figuras do gênero feminino são retratadas bem menos coadjuvantes diante de personagens masculinos. Segundo Ribeiro (2004, p. 1)

A cultura planetária que se originou no século XX, com o fenômeno da globalização e o desenvolvimento das novas tecnologias, promoveu a ascensão e o estudo dos papéis de gênero. Os conteúdos culturais da mídia e suas mensagens, produzidas sob a forma de espetáculo, consolidaram-se como um sistema capitalista e influenciaram o modo como as pessoas pensam e se comportam. [...] Os padrões da sociedade tradicional estabeleciam o papel da mulher como mãe, educadora e dona de casa, enquanto ao homem cabia o de pai, chefe de família, responsável pelo sustento da casa. Entretanto, na década de 60, em decorrência dos movimentos feministas isolados, em todo o mundo, a luta pela emancipação e libertação da mulher começou a ser característica básica das feministas.

De acordo com Ribeiro (2004) sob esse prisma, adaptando-se às características da expansão e evolução da imagem da mulher, a mídia começa a divulgar o seu novo papel social, por meio de veículos e programas especialmente destinados a esse outro perfil feminino. Neste sentido, percebe-se que produções televisivas que tem um alcance global, como *The Spanish Princess* buscam adequar-se a essa visão da mulher emancipada,

Podemos visualizar tal concepção, que é visto na divulgação da imagem de Catarina de Aragão no pôster da segunda parte da série, no qual a protagonista, já uma rainha consorte por estar casada com Henrique VIII, e na regência da Inglaterra, aparece grávida, o que demonstra a feminilidade da protagonista evidente na simbologia da maternidade, mas também exibe a força guerreira da mesma, usando armadura e segurando uma espada, pronta a guerrear.

O enredo da segunda temporada, ambientado em 1511-1513, foca na luta de Catarina, já coroada rainha após casar-se com Henrique VIII, e que além da missão de garantir um herdeiro para ocupar o trono, deve proteger a Inglaterra dos escoceses diante da ausência do marido - em campanha contra a França, e da invasão de Jaime IV.



Figura 2. Pôster de divulgação da segunda temporada de “The Spanish Princess”. Fonte: Starz

O pôster publicitário evidencia a frase “Fight like a woman”, cuja tradução é “Lute como uma mulher”, representando uma perspectiva do ideal feminista contemporâneo, que defende a força feminina e a sua não inferiorização diante dos sujeitos masculinos.

Considerando a história da mulher, ressalta-se a importância em estudar a sua representação sob o olhar do espetáculo midiático. Ao analisarmos, nos dias de hoje, a história das mulheres que atravessaram o século passado, constatamos o seu grandioso papel na luta em defesa dos direitos da liberdade da mulher. [...] O século XXI continua a ser um condutor para a emancipação da mulher. Muitos pesquisadores demonstram preocupação em continuar a discutir as questões de gênero. Essa constatação mostra que ainda é preciso derrubar muitas barreiras, no que se refere ao papel e à igualdade dos gêneros masculino e feminino na sociedade. (RIBEIRO, 2004, p. 8)

Ao analisarmos *The Spanish Princess* como um produto que busca construir uma narrativa acerca de Catarina de Aragão, pode apontar-se que essa obra audiovisual apresenta no seu discurso, a visão de uma Catarina mais ativa, justamente pelas influências sociais e culturais que almejam situar a mulher na esfera midiática com uma representação que busque tentar



igualar gêneros masculinos e femininos na sociedade. Isso evidencia maiores contribuições históricas dessa rainha e quebra o estereótipo de rainha frágil e fanática, já que Catarina foi importante em vários momentos cruciais, como por exemplo na vitória inglesa contra Jaime IV.

Conforme explica Ribeiro (2004) analisar o gênero feminino significa situá-lo na sua conjuntura histórica, nos seus estereótipos, em diferenciar o papel masculino e feminino no cenário político do poder. “Por isso, ao identificar a cultura midiática na constituição da identidade da mulher, torna-se necessário interpretar seus códigos dominantes, seus elementos estéticos, suas produções ideológicas e seus efeitos na produção da imagem feminina” (RIBEIRO, 2004, p. 11). Dessa forma a análise do audiovisual é válida, pois “[...] ele pode oferecer testemunhos diretos de uma realidade no presente [...] que o historiador, ao fazê-lo falar, o transformará em documento cujo valor de verdade caberá a ele avaliar e cujo significado caberá a ele construir”.(LAGNY, 2012, p. 24)..

Porém, devemos lembrar que a série televisiva ainda é ficcional, e conforme Lagny (2012, p. 30) argumenta “Os filmes históricos de reconstituição, assim como as ficções históricas, apresentam uma tentativa de relato e mesmo de análise histórica cujo registro oscila do esforço de exatidão à fantasia mais descabelada”. Portanto, o audiovisual ainda é uma fonte útil, pois a representação vista na TV ou no cinema expõem diversas narrativas com cunho histórico e apresentam sua própria versão do passado, mas com um olhar do presente.

A transmissão dessas imagens [audiovisual] emprega diferentes mídias (inicialmente projeções de cinema, e, mais tarde, principalmente a televisão e a internet), que constituem, elas próprias, fontes privilegiadas para a história do tempo presente. Extremamente distinta e variada, a depender de seus suportes midiáticos, ela engendra às vezes desdobramentos do original e uma transformação de seu status enquanto fonte. (LAGNY, 2012, p. 27)

Sendo assim, *The Spanish Princess* ao tentar recriar em cena a trajetória de Catarina, procura manter uma sintonia com o público que assiste a série, retratando a mulher como mais autônoma e menos submissa, sendo reflexo das próprias lutas feministas no século XXI. A série também comete alguns erros cronológicos para acelerar o ritmo do enredo e dá sua própria versão sobre a consumação do casamento de Arthur com Catarina.

Enquanto Plaidy descreve na sua metaficção historiográfica, a princesa como a “viúva virgem”, a série da Starz conta que Catarina perdeu a virgindade com Artur Tudor e mente sobre ser virgem para ter a chance de casar com seu cunhado e assumir o posto de rainha. Tais aspectos fazem com que o historiador ao trabalhar com essa fonte, deva fazer uma leitura do audiovisual, de forma reflexiva e crítica sobre o mesmo, pois “o texto fílmico e cinematográfico

se oferece ao espectador não como uma série de clichês que diriam a verdade, ou sobre os quais extrairíamos a verdade, mas como vestígios de um mundo que se transforma com ele e que é preciso incessantemente reinterpretar” (LAGNY, 2012, p. 42).

Conforme explica o historiador Marco Napolitano (2008) o cinema, ou o audiovisual de ficção, ocupa um estatuto intermediário entre as duas ilusões aludidas, a "objetivista" e a "subjativista". Napolitano argumenta que esse tipo de fonte, com sua natureza técnica, sua capacidade de registrar e, encenadas num outro tempo e espaço, remetem, por outro lado,

a certo fetiche da objetividade e realismo, reiterado no pacto que os espectadores efetuam quando entram numa sala de cinema ou ligam um aparelho de televisão. A força das imagens, mesmo quando puramente ficcionais, tem a capacidade de criar uma "realidade" em si mesma, ainda que limitada ao mundo da ficção, da fábula encenada e filmada.

Ainda de acordo com o historiador, ao se trabalhar com fontes audiovisuais, o mais importante é entender o porquê das adaptações, omissões, falsificações que são apresentadas ao espectador. Desse modo, problematizar se *The Spanish Princess* é fiel ou não a história de Catarina não deve ser o objetivo central dessa análise historiográfica, porém através da leitura desse audiovisual, notamos as intenções dessa produção televisiva, que se esforça para (re)contar a história dessa rainha, adequando-se a pautas de visibilidade e poder feminino.

## **Conclusão**

Nota-se, com o protagonismo crescente de Catarina de Aragão, a força de um movimento expansionista da historiografia, preocupado em representar mulheres e tecer uma produção de narrativas que buscam dar visibilidade a mais figuras femininas, o que muitas vezes transpõe os estudos históricos, para o campo literário e audiovisual. Sendo assim, as análises de fontes como séries de tv e romances históricos, permitem ao historiador encontrar também uma função didática nessas fontes, que ao retratarem eventos históricos e a vida de Catarina, expandem novas perspectivas sobre essa rainha na vertente da História das Mulheres.

Desse modo, a literatura e o audiovisual se constituem como fontes de pesquisa válidas ao historiador, pois expõem as visões sobre Catarina de Aragão, não com uma ótica cristalizada dos seus contemporâneos, mas acompanhando as tendências sociais da contemporaneidade, já que o imaginário atual sobre Catarina de Aragão acaba dando nova dinâmica a imagem dessa figura histórica, evocada em discursos que valorizam a determinação feminina, conforme visto em *The Spanish Princess* ou em *Catarina, a viúva virgem* de Jean Plaidy.

## Referências bibliográficas

### Fontes:

PLAIDY, Jean. **Catarina, a viúva virgem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

THE SPANISH PRINCESS. [Seriado]. Direção: Chanya Button; Lisa Clark. Produção: Emma Frost; Matthew Graham. Canal: **STARZ**. EUA. 2019/2020.

### Bibliografia:

FRASER, Antonia. **As Seis Mulheres de Henrique VIII**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014. 574 p.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: História, Teoria, Ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 331 p.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneck; SILVA, Marisa Correa. Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica. In: CELI Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. 3, 2007, **Anais...** Maringá, 2009. p.740-748.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs). **História das mulheres no ocidente: A idade média**. Porto: Afrontamento, 1992. p. 9-23.

MACEDO, José Rivair. Introdução. In:\_\_\_\_\_. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1992. p. 9-13.

LAGNY, Michéle. Imagens audiovisuais e história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 23 – 44, jan/jun. 2012.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. B (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 231-290.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RIBEIRO, Marislei da Silveira. A Mulher na Cultura da Mídia: Discussão Teórico – Metodológica. In: IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. 4, 2004. Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Intercom, 2004.

SANTOS, Luís Alberto Brandão. Literatura e História: convergência de possíveis. In: BOECHAT, M. C. B; OLIVEIRA, P. M; OLIVEIRA, S. M. P (Orgs). **Romance histórico - recorrências e transformações**. Belo Horizonte. FALE/UFMG, 2000. p. 45-58.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**, Volume 20, n. 2, Julho/Dezembro. 1995, p. 71-99.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINGAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2011, p. 263-283.

## ENTRE A CULTURA DA HONRA E O CRIME: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO DIARIO DE PERNAMBUCO (1850-1890)

Daniela Cavalcanti Bruto da Costa <sup>112</sup>

### Resumo:

Os conceitos de honra e crime no século XIX são importantes porque revelam, em parte, a oposição entre as noções de comportamento ideal e transgressão. Este artigo apresenta os caminhos trilhados por uma pesquisa de natureza qualitativa, que investigou as representações femininas em situações de crime, na condição de autoras, co-autoras ou vítimas. As principais fontes de pesquisa foram notícias de crimes publicadas no Diário de Pernambuco entre os anos de 1850 a 1890. Foram selecionadas notícias conforme critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, norteados pelas possibilidades de informações qualitativas apresentadas, mantendo em perspectiva, a linha editorial do Diário de Pernambuco, periódico de mais ampla circulação na província pernambucana no período em análise. Nesse sentido, os usos do conceito de honra, em especial aplicados nas representações do crime envolvendo mulheres, ajudaram a constituir uma análise das representações femininas, numa perspectiva de ampliar o conhecimento acerca atuação feminina em Pernambuco e os usos representacionais desta atuação.

**Palavras-chave:** Mulheres; Representação; Crime.

### O DIARIO DE PERNAMBUCO, O CRIME E AS VOZES DISSONANTES.

“Faltando nesta cidade assás populosa um Diário de anúncios, por meio do qual se facilitassem as transações, e se comunicassem ao público notícias, que a cada um em particular podem interessar [...]” (NASCIMENTO, 1967, p. 22). Dizia a introdução da publicação de nº 1 do Diário de Pernambuco, lançado no dia 07 de novembro de 1825, uma segunda-feira, fundado por Antonino José Miranda Falcão, administrador da Tipografia de Miranda & Companhia<sup>113</sup>. Com esta apresentação inaugura-se o primeiro periódico diário da então

---

<sup>112</sup>Licenciada e mestranda em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Email: [profdanielabruto@gmail.com](mailto:profdanielabruto@gmail.com). Artigo produzido para o II Seminário História e Gênero: Gênero, Ditadura e Autoritarismo UFC. Simpósio temático 14 Gênero, linguagens e violências no Brasil.

<sup>113</sup> De acordo com Luiz Nascimento, Antonino José Miranda Falcão, possuía uma tipografia que havia sido responsável pela impressão do periódico Typhis Pernambucano, de Frei Caneca, em 1824 foi preso, acusado de envolvimento na Confederação do Equador e em 1825, recebeu do governo uma tipografia onde imprimiu o Diário.

província de Pernambuco, ainda em circulação até a atualidade: o *Diário de Pernambuco*. Um periódico de fundamental valor, na missão de buscar entender a sociedade oitocentista.

Como o presente capítulo se propõe analisar o crime e seus personagens sob a ótica do *Diário de Pernambuco*, começemos, portanto, com um relato presente na coluna *Repartição de polícia*, de 15 de fevereiro de 1850, assinada por José Nicoláo Regueira Costa, chefe de polícia interino:

Illm. e Exm. Sr. - Das partes hontem e hoje recebi isso nes'a repartição, consta terem sido presos: às minhas ordens, Manoel Gonçalves Coutinho, por infracção de postura municipal, Albino Nunes da Rocha, João Francisco Reinaldo Gomes da Silva e Alexandre Francisco do Rozario, como desordeiros; e Caetano Quintino Galhardo, como indiciado em crime de falsidade: à ordem do delegado do segundo districto desse termo, o preto Domingos, escravo, por desordem: à ordem do subdelegado da freguesia de S- Frei- Pedro- Gonçalves do Recife, o cabo do oitavo batalhão de caçadores Silvério Antônio por embriaguez; Guilhermina Justiniana de Oliveira, Maria da Conceição do Nascimento, Francisca Maria da Conceição, Maria Pastora da Conceição, Antonio dos Santos e Francisco Xavier de Amorim, por correcção: a ordem do subdelegado da freguesia de S. -Antonio, o preto Romoaldo, escravo de Manoel Matheus, pelo mesmo motivo; e a preta Gertrudes, escrava, sem que o motivo me fosse declarado: à ordem do subdelegado da freguesia de São José, a preta Catarina, escrava de Joaquim da Costa Maia, por crime de ofensas phisicas: à do subdelegado da Boa Vista, o Portuguez Antonio José Pereira Bastos, por atacar a patrulha.

Deos guarde a V. Exc. Secretaria da polícia de Pernambuco, 11 de fevereiro de 1850 – Illm. E Exm. Sr. Honorio Herméto Carneiro Leão, conselheiro de estado, presidente desta província – José Nicoláo Regueira Costa, chefe de policia interino. (DP, 15/02/1850, p. 2)

E assim, cumpria sua missão cotidiana, a coluna *repartição de polícia*. Apresentada na segunda página de um total de quatro páginas nesse período, trazia um relato das atividades da polícia apresentadas pelo chefe de polícia ao presidente de província. Analisando o excerto citado, é possível identificar, além do objetivo da coluna, alguns outros elementos que nos situam em relação ao cotidiano de Pernambuco. Relatava prisões relacionadas a escravidão, a ação de mulheres no contexto do crime, as relações com a autoridade – contribuindo até certo ponto para um mapeamento da criminalidade no Recife - algumas atividades consideradas como crimes e um panorama do crime, principalmente no Recife, os relatos relativos a outros municípios em geral, eram publicados na coluna *Pernambuco*, com outras características discursivas. Cumprindo o papel de registro de ações oficiais, a coluna informava nos fornecendo indícios quantitativos da criminalidade, no entanto, pouca informação qualitativa necessária ao presente estudo. A existência da coluna *Repartição de polícia* nos dá indícios do papel de veículo de informações oficiais exercido pelo *Diário de Pernambuco*, lançado em 1825, originalmente como um diário de anúncios, logo passou a ser espaço de debates políticos.

Tendo tomado feição política, o matutino bateu-se pelos princípios liberais, polemizando com O Cruzeiro, também diário e o Amigo do Povo, de publicação semanal, que eram redigidos pelo Vigário Barreto (a quem cognominava “padre Xico Fôrca” e “Dr. Lombriga”, além de outros apelidos contundentes, em cerrada campanha contra os “princípios subversivos da Coluna do Trono e do Altar, que tinha como defensores os dois jornais, e pelo padre José M. Falcão Padilha. (NASCIMENTO, 1968, p. 28).

Lançado com 4 páginas, se apresentando para anúncios diversos, dividiam espaços em suas páginas, anúncios dos mais diversos tipos, relacionados a compra, venda, aluguéis, leilões, arrendamentos, aforamentos, roubos, perdas, achados, fugas e apreensões de escravos, viagens, afretamentos, informações sobre a chegada no porto de embarcações, cargas e notícias que trouxeram, além de informações sobre os preços dos gêneros de importação e de exportação. Embora o objetivo fosse publicar anúncios, o diário aos poucos foi cedendo espaço a colunas diversas como variedades e correspondências. Em maio de 1835, aconteceu uma mudança substancial no Diário de Pernambuco com a sua fusão com o Diário da Administração Pública. “Manoel Figueroa de Faria assumiu sozinho, a direção do jornal, tornando-o órgão oficial do governo; melhorando-lhe, consideravelmente, o formato [...]” (NASCIMENTO, 1968, p.36). Permanece como órgão oficial até 1845, quando assumia a presidência da província um liberal, que retira do Diário de Pernambuco o status de jornal oficial do governo. A esse respeito afirmou Nascimento:

Assumindo Manuel de Sousa Teixeira a presidência da província, o Diário veio a perder, em junho de 1845, o prestígio de oficial, situação que perdurou sob a administração do liberal baiano Antônio Pinto Chichorro da Gama, quando sofreu coações, perseguições, suportando ainda, a crítica constante do Diário Novo, feito pelo órgão do governo. (NASCIMENTO, 1968, p. 47).

Se em fins, da década de 1830, o Diário de Pernambuco seguia sua rotina de órgão oficial por excelência, ligado aos Conservadores, foi na década de 40, que a oposição se acirrou, com a dissidência dos liberais, insatisfeitos com a política de conciliação na província. “A partir de 1842, a luta dos dissidentes voltava-se contra o Barão da Boa Vista. A imprensa seria fundamental. A oposição fincava seus raios com o Diário Novo. O Diário de Pernambuco sustentava o governo do Barão.” (MARSON, 1987, p.205 *apud* CADENA, 2011, p. 167). Mas até 1843, o Diário de Pernambuco (Diário Velho) não dava muita importância às publicações do Diário Novo, até que na edição de 02 de janeiro de 1843, escreveu:

O Diário de Pernambuco entra no seu 18º ano de existência a braços com mais um inimigo, dêsses que a inveja lhe têm procurado de todas as cores, de todos os partidos, inimigos que êle tem visto todos desaparecerem, deixando um nome ou odioso ou

obsuro. O Diário de Pernambuco, através de todos os estorvos que a má fé lhe oponha, dos combates que a desregrada cobiça lhe ofereça, há de conservar-se em seu posto, há de ter sempre em mira a estabilidade do trono, a manutenção da ordem e o desenvolvimento material do país, quer os seus antagonistas se vistam da libré do absolutismo, quer se cubram dos andrajos da anarquia. Graças a seus benévolos subscritores, a quem desejamos em retribuição tôdas as felicidades, a existência de um competidor descortês e desleal não trouxe ao Diário de Pernambuco a menor falha em seus moderados interesses, sem lhe ser necessário empregar as mesmas armas com que tem sido guerreado, armas que por vis desprezamos, deixando a nossos contendores; muito miserável é o ente que, para viver, precisa que os outros lhe cedam a vida! Êstes, cuja nociva e mesquinha existência depende da morte dos que lhe precederam em nascimento, são criaturas daninhas, são feras que devem ser mais perseguidas do que a serpente. (NASCIMENTO, 1967, p.42).

Daí por diante, acirrou-se o clima de tensão entre o Diário Velho e o Novo, com constantes trocas de críticas e acusações. Os ataques ao Diário Novo e aos seus líderes liberais, tornaram-se frequentes, se agravando em 1843 quando o Diário de Pernambuco defendia o governo do Presidente da Província Francisco do Rêgo Barros, constantemente criticado pelo Diário Novo, em especial quanto aos gastos com as reformas empreendidas no Recife nesse período.

Em junho de 1845, o Diário de Pernambuco perde o prestígio oficial, quando Manuel de Sousa Teixeira, depois Barão de Beberibe, assumiu a presidência da província, perdurando sob “[...] a administração liberal de Antônio Pinto Chichorro da Gama, quando sofreu coações e perseguições, suportando ainda a crítica constante do Diário Novo, feito órgão do governo. Durou quase três anos essa fase de ostracismo.” (NASCIMENTO, 1967, p. 47).

Diante do exposto, evidencia-se a tendência política da imprensa pernambucana, seguindo a tradição da imprensa nacional, figurando o Diário de Pernambuco em boa parte do período analisado, como imprensa oficial e encontrando concorrentes elaboradores de críticas a sua atuação e seu posicionamento político, a exemplo do Diário Novo. Mas as disputas políticas, não estavam restritas a esses dois Diários. “Aos 16 de dezembro de 1842, O Artilheiro, jornal defensor do governo, criticava o então nascente Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como Partido da Praia, que teria mais um defensor, o periódico O Guarda Nacional.” (CADENA, 2011, p. 167).

Como um diário de anúncios políticos e em geral oficial, de linha conservadora, representava as mulheres num contexto de crime? Seriam os Diários de linha política liberal, espaços para uma representação discursiva diferente? Uma primeira tentativa de resposta a essas questões, nos leva aos usos da honra nas construções discursivas representacionais das mulheres em notícias sobre o crime.



Sob esse raciocínio, a adoção do conceito de honra como parâmetro de análise se impõe como necessário, visto que os relatos de crime envolvendo mulheres, envolvem de alguma forma a ideia de honra. Nesse sentido, entender o conceito de honra, remete as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, na ordem do que Bourdieu chama de violência simbólica, como um conjunto de normas e comportamentos estabelecidos segundo estruturas masculinas, exerce-se um controle do corpo das mulheres, associando aos homens o papel da virilidade e da força, e às mulheres, a docilidade e a resignação. Portanto, ser honrado dependeria do cumprimento adequado dos papéis sociais definidos por esse sistema simbólico. A esse respeito afirmou Bordieu:

[...] a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus, moldados por tais condições [...] eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade [...]. (BORDIEU, 2012, p.45).

A existência de estruturas de pensamento, que permitem consolidar os papéis masculinos e femininos, se internalizam e se reproduzem socialmente reforçados por discursos que agem diretamente sobre as práticas sociais, funcionando conforma defende Norman Fairclough ao afirmar que existe uma relação dialética entre relações sociais, discurso e representações, que reforçam esses discursos inculcando na sociedade ideias praticadas na ordem social. Fairclough denomina essa operação como dialética do discurso, é sob esse aporte teórico que se sustentará o presente estudo.

A exemplo do cumprimento desses papéis feminino, a imprensa desempenhará um importante papel atuando na construção de representações dos papéis sociais. Um exemplo dessa atuação sobre as representações femininas, o Diário de Pernambuco de 1843, na coluna variedade republicava um edital do Jornal o Carapuceiro, sobre a Educação das meninas: “Se as mulheres não nossas mãis, se a natureza as destinou para esposas, e fiéis companheiras do homem, se ellas são nossas primeiras mestras; que importância, que cuidado, que disvello não merece a educação das meninas!” (DP, 12/04/1843, p. 3).

O editorial discorre ainda sobre a má influência da convivência com os escravizados na educação das meninas e os efeitos do comportamento “a ignorância faz grosseria ” e “a escravidão viciosa”, associando ainda o comportamento ideal das meninas à preservação da honra e à boa reputação. No Diário Novo, fundado pelos liberais, como periódico político de oposição ao Diário de Pernambuco, foi publicada uma carta da Directora ao Exm. Presidente, participando-lhe a intenção que estava de tornar público o seu estabelecimento.

Illm. e Exm. Sr. – Convidada, quando ainda residente em Paris, para vir fundar nessa cidade huma casa de educandas, não havendo por alugar a minha chegada edificio algum que me satisfizesse, ignorando a lingua nacional, os habitos e os costumes das famílias, achei prudente adiar a execução daquelle projecto. Solicitada todavia por alguns pais de família, incumbi-me da educação de poucas meninas, não em collegio regular, para o que me faltavão então as necessarias proporções, mas de hum modo privado e maternal. (DN 04/01/1843, p.2).

No mesmo ano, os dois periódicos – apesar de seguirem linhas editoriais diferentes orientados por posicionamentos político-partidários diversos - expressavam ideias semelhantes quanto a educação das meninas, expressando aí um aspecto de ampla internalização dos papeis sociais, que ultrapassavam os limites das diferenças políticas, alinhando liberais e conservadores num propósito em comum: preservar a honra feminina, fundamentada na docilidade. A estrutura desse sistema simbólico que atribui a docilidade à mulheres, já apontada por Natalie Zamon Davis, ao tratar de crimes e mulheres na França do século XVI. apontando a reputação feminina como moeda de troca, sendo consideradas preciosas e respeitáveis às que se comportavam bem e decentemente, sem má-reputação, permanece no século XIX. Sendo assim, enquanto sistema simbólico estrutural, ele ultrapassada as barreiras políticas, se perpetuando com normalidade. Considerando como normal e aceitável, mulheres dóceis, submissas e obedientes. Essa é uma estrutura de pensamento presente nas notícias sobre mulheres em diferentes periódicos do século XIX.

### **ENTRE ANÚNCIOS DE CRIME E A CULTURA DA HONRA**

O personagem criminoso parece despertar fascínio em diferentes profissionais, escritores, jornalistas e historiadores, estão entre alguns que cabe como objeto desse estudo, citar. Seja na literatura ou em anúncios policiais, sua existência e sua atuação parecem envoltos em um véu misterioso que desperta sentimentos e reações diversas: medo, repulsa, curiosidade, fascinação. O criminoso representa os limites e as possibilidades de transgressão, os que ousam caminhar entre o permitido e o proibido, trafegando marginalizados, invisíveis. O campo do

estudo do crime, permitiu a História, ampliar seu campo de visão, admitindo a existência e a atuação de sujeitos até então invisíveis à História.

Seguindo os passos dos criminosos, aumentam as possibilidades de conhecermos mais de perto as tensões sociais. Mas para definir o criminoso como tal, é preciso conceituar crime, pois apenas a partir da elaboração do conceito, podem ser elaborados os seus desvios e conseqüentemente, conhecer os agentes nesse processo. “[...] Como estudar o crime se não existe uma definição precisa do que ele é? A solução encontrada foi defini-lo como a transgressão da lei: crime seria aquilo que a lei proíbe.” (BRETAS, 2018, p.14). Nesse sentido, apenas a existência das leis, permitem, a definição do crime. Nesse sentido só poderemos produzir uma história do crime, a partir da perspectiva da história das leis, devendo essas serem compreendidas dentro de uma perspectiva cultural. Sob o conceito de cultura, afirma Michelle Borges:

Concepção que entrou em uso no fim do século XVIII, objeto de longos processos de construções e, principalmente, desconstruções, a cultura foi, desde o início, compreendida pela sua condição paradoxal, na qual concorriam, e ainda concorrem, leis humanas e não humanas, que funcionam como uma superestrutura de controle e regulação normativa do corpo e das atividades da sociedade. (BORGES, 2016, p.17).

É no campo da cultura que são definidas as leis. Os costumes e valores são considerados nas definições das leis, ao passo que suas transgressões ficam de alguma forma inscritas na história. Através dos relatos de crimes ou até mesmo de uma literatura criminal, se estabelece o lugar do crime e ao mesmo tempo ocupam espaço de estudo as representações dele. Dessa forma:

O crime, como transgressão ou fazer o inaceitável, tem uma longa história no campo das representações sociais, sendo uma das experiências sociais que deixam mais marcas sobre os indivíduos e suas histórias, ainda que seja um objeto preferencialmente expurgado de narrativas autobiográficas. Ou talvez não, quando abrimos a porta dessa imagem não consensual do criminal, onde as representações sociais do crime podem se afastar das definições legais e as transgressões legais aparecem como traços aceitáveis do passado. (BRETAS, 2018, p.15).

Portanto, as representações sociais do crime envolvendo mulheres, ora como criminosas, ora como vítima, situa essa pesquisa no campo das relações de gênero, demarcando-se aí a contribuição cultural dos registros das representações de crimes na história do estado e, dentro dela da história das tensões sociais entre os sexos nas práticas criminais e, ao mesmo tempo, nas suas representações.

Se estudar o homem criminoso nos permite conhecer tensões sociais que permeavam a história num dado tempo e espaço. Tensões ficam ainda mais evidente, quando estudamos a

mulher criminosa, pois nos permite entender uma sociedade sob o ponto de vista das tensões entre os gêneros, como se usássemos uma lupa, para amplificar o olhar, permitindo conhecer tensões ligadas a condição social e, mais ainda, a condição de mulheres.

Dessa forma, torna-se possível entender uma sociedade sob o ponto de vista das tensões entre os gêneros, como se usássemos uma lupa para ajudar a enxergar, de forma mais próxima a sociedade em estudo. Nesse sentido, é importante considerar que ao usar a nomenclatura homem criminoso, pode não se excluir a mulher criminosa, mas situa o lugar de escrita de um homem historiador, estando inscritas no campo da linguagem as representações sociais, que compõe parte do objeto do presente estudo. Toda a experiência do mundo é o efeito de uma articulação entre estes e os indivíduos que o experimentam, tendo a linguagem como significante e construtor do objeto. (CABRERA, 2001). Nesse sentido analisar o crime e as suas representações no Diário de Pernambuco, permite analisar a criminalidade e as mulheres numa dupla perspectiva: da efetivação do crime e da sua representação através dos relatos publicados no periódico. E sob a perspectiva da linguagem como construção histórica e constituinte da sociedade, afirma Bordieu:

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos sob a forma de esquemas inconsciente de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina, a modos de pensamento que são eles produto da dominação. (BORDIEU, 2012, p.15).

Os usos da imprensa no Brasil, estiveram associados, em suas origens, ao desenvolvimento de negócios comerciais e políticos, desempenhando nesse momento um papel civilizador, atuando para a interiorização individual das proibições. Nesse sentido, a imprensa atua, contribuindo como reguladora, possibilitando ao ser social dos indivíduos a identificação com a representação que lhe é dada por ele próprio ou pelos outros – nesse caso a imprensa.(ELIAS, 1983)

Nos reportando ao Diário de Pernambuco, é notório seu papel como instrumento político, ampliando o número de páginas ao longo segunda metade do século XIX, ampliando a divulgação de informações sobre as atividades oficiais, mas é importante chamar a atenção para a ampliação de temas que passam a ser abordados no supracitado periódico. Anúncios publicitários vão ganhando espaço e ilustrações ao longo do tempo e um assunto foi ganhando espaço nas colunas do periódico, entre narrativas ficcionais como os folhetins, ou em colunas que ocupam as primeiras páginas do jornal diário: o crime.

A expansão do relato de crime nos jornais, tornou-se uma tendência na segunda metade do século, não apenas nos jornais pernambucanos, mas em outros países também. Atendendo ainda a um processo civilizatório, é reforçada também por uma demanda de consumo. O tema ganhava cada vez mais interesse do público leitor, e porque não dizer do público que não lia, mas ouvia sua leitura em lugares públicos. Nesse sentido, a narrativa sobre o crime se diversificou, utilizando recursos linguísticos que transitava entre o fato em si e o rumor. A esse respeito, Bretas afirmou:

Parece correto afirmar que é na década de 1870 que a imprensa vai se conjugar com o rumor, com as conversas, para estabelecer uma narrativa de eventos criminais sensacionais, configurando formas de entender esse tipo de acontecimento. (BRETAS, 2018, p. 29).

Os usos dos recursos ficcionais na narrativa de crime, tornará o conteúdo atrativo, aproximando-o dos leitores e leitoras, essa tendência aproximará a narrativa dos crimes nos periódicos às histórias de folhetins e romances policiais, ambos amplamente consumidos ao longo da segunda metade do século. Os primeiros sinais dos usos desses recursos, aparecem ainda na década de 50. A exemplo de uma notícia publicada em 3 de janeiro de 1854, introduzida assim: “No districto de San José, pertencente ao novo termo da Ingazeira, Casemiro de Tal assassinou a Manoel Nogueira, por causa da mulher do mesmo. Contaram-me o caso assim [...]” (DP, 1854, p. 1)

A introdução da notícia, iniciada com característica informativa, logo em princípio utiliza um recurso que aproxima o leitor do fato, quando ele utiliza o termo contaram-me o caso assim, a seguir ele relata o crime utilizando novos recursos estilísticos e semióticos, na construção de um discurso dialético, resultado das relações sociais e ao mesmo tempo consolidador das ideias socialmente definidas, a exemplo do excerto a seguir:

Casemiro andava ha annos em concubinato com a mulher de Nogueira, com a qual morava. O incansavel Fr. Caetano de Messina, que tão relevantes serviços há prestado a igreja e ao estado em sua missão pelo interior desta província, chegando a villa de Ingazeira, e ali missionando, apartou-os dessa união illicita e condemnavel, restituindo a adúltera a seu legitimo marido. [...] (DP, 03/01/1854, p.1).

Nesse excerto, a colocação das aspas chamando a atenção para uma narração de uma possível testemunha, transporta o leitor para a trilhas de uma história escandalosa, envolvendo a honra dos personagens da história, aspecto de grande valor para a sociedade oitocentista, expressa textualmente na adjetivação da relação como ilícita e condenável. O uso das

supracitadas adjetivações, nos induz a pensar sobre o discurso impregnado na referida notícia. Dessa forma, faz sentido pensar esse discurso na perspectiva de Cleudemar Alves Fernandes: “[...] discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas”. (FERNANDES, 2008, p.18). Os adjetivos ilícita e condenável revelam assim, os lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, sendo a linguagem a forma material de assumir tais posições.

É preciso então, executar o exercício de dar sentido ao discurso, considerando aí o lugar social daquele que produziu o discurso em linguagem textual, corroborando para isso o próprio código criminal em vigor na época, o Código criminal de 1830, publicado em 08 de janeiro de 1831. Na parte III do código que trata dos crimes particulares, se explicita juridicamente o que é considerado um crime particular, tendo como eixos norteadores a defesa da liberdade individual, do matrimônio, da honra e da propriedade. Evidencia-se, a influência iluminista burguesa – exercendo influência também na formação de um corpo institucional a ser melhor mencionado ainda no presente capítulo - e valores morais influenciados pela religião de Estado, visto que não havia ainda uma liberdade religiosa no Brasil.

Mas estudar o crime exige que pensemos a própria ideia do que é considerado crime. Até o século XIX, a ideia que prevalecia era crença num significado imutável do crime, as boas e más ações determinadas, em geral pela religião, evidente nas leis do código criminal brasileiro de 1830. Em fins do mesmo século, com o desenvolvimento de uma ciência social, surgia a ideia do caráter social e negociado nas definições de crime. No entanto, essa leitura sofreu suas críticas, sendo atualmente analisada sob a ótica de uma história cultural. A partir das leis que estabelecem o crime é possível entender como pensa a sociedade que elaborou as leis e suas transgressões. (BRETAS, 2018)

No caso do Brasil, basta se debruçar sobre o nosso código de leis, para entendermos um pouco o pensar da sociedade oitocentista, dividida entre os valores liberais presentes nas teorias iluministas e os valores morais católicos definindo as relações e regulamento as possíveis situações de transgressões a lei. As leis aplicadas no Brasil seguiam as Ordenações Filipinas. Apenas em 1830 com a criação do código criminal, mencionado anteriormente, passamos a ter uma legislação nacional, mas essa apresentava fortes elementos de permanência de práticas e costumes. Elaborado ainda sob bases escravocratas, tratava dos crimes, delitos e, conseqüentemente das penas a serem aplicadas. Definia os crimes em três categorias, crimes públicos, definidos como aqueles que de alguma forma atacavam a ordem estabelecida - o

império, os particulares, contra a propriedade e os policiais – que eram contra a civilidade e bons costumes, incluindo-se aí os capoeiras, os vadios, a prostituição e as sociedades secretas.

Ao mesmo tempo em que foi elaborado, o primeiro código criminal, nascia com ele todo um sistema institucional, constituído de uma intendência geral de polícia, uma guarda real e uma imprensa nacional. Enquanto as duas primeiras instituições tinham função de controle, a última inicialmente criada como veículos de informações oficiais ou anúncios, aos poucos vai sendo utilizada como ferramenta para a sensibilização em relação ao crime. A coluna Repartição de Polícia presente na segunda página do Diário, quando ainda circulava com 4 páginas, sugere a importância dada aos relatos policiais, cumprindo aí seu papel civilizador, ao mesmo tempo que nos apresenta alguns elementos para uma análise do panorama geral, ao menos dos crimes que eram noticiados de forma oficial pela imprensa.

Analisando algumas notícias de crimes relatadas na coluna repartição de polícia, podemos identificar alguns aspectos importantes para o presente estudo. Em geral, os crimes noticiados na coluna diziam respeito a delitos como briga, desordem, ferimentos. Os relatos dos crimes ocorridos no interior da província, geralmente traziam informações de crimes mais graves, envolvendo assassinatos ou ferimentos. A coluna apresentava o crime utilizando como recurso uma linguagem estilística de relatório, citando o nome dos envolvidos e informações superficiais sobre os motivos da ação. Outro elemento a ser destacado é sobre a presença constante de prisões de pretos ou pretas forras por motivo de averiguações ou desordem. No que diz respeito aos relatos de crimes contra as mulheres, em especial as pretas forras, era comum o relato de desordem ou averiguações, como na publicação de 05/01/1850. “Illm. e Exm. Sr. – Das partes de hontem e hoje recebidas nesta repartição consta terem sido presos: à minha ordem. José Joaquim Ribeiro, Manoel Ignacio da Fonseca, e a preta forra Luiza, para averiguações policiaes.” (DP, 1850. P.2).

Vale ressaltar, a presença nesse tipo de relato especialmente de mulheres pretas forras ou cativas e mulheres pobres. Não foi encontrado durante a pesquisa, nenhuma menção, na coluna Repartição de Polícia de crimes envolvendo mulheres de situação econômica privilegiada. Não podemos afirmar os motivos para esse não registro de crimes cometidos por mulheres de boa posição social e econômica, por não ser esse o objeto do presente estudo, mas decerto a não aparição dessa categoria social certamente fornece elementos para uma análise social do crime

No que se refere a localidades interioranas do estado, os crimes relatados na coluna Repartição de polícia apresentam uma maior gravidade, relatando situações de ferimento e

assassinatos, não significando necessariamente a presença de maior criminalidade nas regiões interioranas, mas é fato que as estruturas de controle social eram mais amplas na capital, sendo menos atuantes a chegar nas regiões interioranas.

“[...] a sociedade vai ter suas percepções sobre comportamentos criminosos cada vez mais mediada pelos escritos da imprensa. Isso não significa uma adesão indiscriminada, em muitos crimes a opinião de setores sociais não coincidia com a imprensa.” (BRETAS, 2018, p.29).

Em meio a disputas políticas, mudanças nas relações estabelecidas com os espaços sociais, o Diário de Pernambuco atuou de forma dialógica na sociedade, constituindo seu discurso como resultado de uma prática social em que representava os interesses dos grupo político dos conservadores, na condição de homens que escreviam, ajudando a consolidar as relações de poder estabelecidas socialmente.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Michelle Silva. **Sob os muros das convenções e as muitas faces da violência de gênero**: Ribeirão Preto/ SP (2007-2013). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2016
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012
- BRETAS, Marcos. **O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, BIB, Rio de Janeiro, nº 32, 2º semestre de 1991. P. 49-61
- CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque** (Pernambuco, 1801-1844). Recife: Editora Universitária/ UFPE, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª. ed. Miraflores: Portugal, 2002
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.



FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

NASCIMENTO, Luiz do. **Historia da Imprensa em Pernambuco**. Vol. V. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Imprensa Universitária, 1970.

## **A (RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E A QUESTÃO DE GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Aline de Amorim Cordeiro Viana<sup>114</sup>

### **Resumo**

As reflexões desenvolvidas neste artigo tem como objetivo analisar e discutir acerca do papel da mulher e as questões de gênero na história da educação brasileira. Teremos como contribuição da Escola dos Annales enfatizando a terceira fase, onde houve a inclusão da mulher na historiografia da educação e a “escrita de uma nova história”. Abordaremos as performances, construções e estratégias das mulheres, frente ao autoritarismo do período ditatorial no Brasil, ampliando o diálogo e buscando esclarecer conceitos de gênero, feminilidades e masculinidades, trabalho e feminização do magistério. Pretendemos, ainda, mostrar a realidade pós-moderna da educação como transformadora da condição feminina, abolindo a concepção tradicional de que as mulheres são apenas coadjuvantes em educar. O nosso intuito, por fim, é interrogar acerca das construções distintas entre os gêneros masculino e feminino. Reduzir, através de fontes com embasamento teórico, a ausência quase total das mulheres, ao nível da narrativa histórica na educação, devido às disparidades de um “Brasil varonil” e contextualizar as imbricações da mulher educadora com a economia, a política, e a educação a partir da revisão bibliográfica sob a ótica de Louro(2012); Beauvoir(1980); Scott(1995).

**Palavras-chave:** Educação; mulher; escola; gênero; feminização do magistério.

### **Considerações Iniciais**

O presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir acerca do papel da mulher e as questões de gênero na história da educação brasileira; tendo subdividido o artigo em quatro tópicos, iniciando pelo conceito de gênero, cujo qual foi “definido” na década de 1980, a partir de estudos feministas, com o intuito de compreender a organização social da relação entre os sexos, tornando-se uma categoria que faz uma releitura social da situação das mulheres, rejeição

---

<sup>114</sup>Graduada. Universidade Salgado de Oliveira(UNIVERSO)

ao determinismo biológico implícito no termo sexo, mostrando que sexo é diferente de gênero. Assim, o gênero é o sexo social, como disse BEAVOIR(1980), “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esse processo não é linear nem harmônico e nunca está finalizado ou completo, tornando o conceito de gênero plural e que segundo LOURO(1995, p.103), podemos pressupor que a existência de conceitos de feminino e de masculino, são social e historicamente diversos.

Diante desses estudos, e a partir da análise concreta da realidade, foi possível compreender que a produção e reprodução da vida estão relacionados ao movimento da sociedade, o econômico, o político e o cultural em que os indivíduos produzem a sociedade, sendo a produção dos mesmos socialmente determinada, possibilitando assim, explicar a sociedade entendendo que o caráter social e histórico do homem é resultado da atividade concreta da sua maneira de viver.(MARX, 1986). Apropriando-se deste conhecimento, me veio a reflexão para a necessidade do resgate da história da presença da mulher na História da educação, que contribui para compreender a história da mulher no processo de expansão da escola pública no Brasil e do movimento de feminização que ocorreu no magistério. A presença da mulher no contexto da História da educação assim como sua função no processo de desenvolvimento e expansão da escola pública no Brasil, situando a mulher como sujeito histórico e atuante nesse conjunto, a partir da análise da evolução do acesso da mulher ao ensino escolar, ao papel de educadora, nos mostra como se deu o processo de feminização do magistério, trazendo para a esfera pública, o que compreendia o âmbito da esfera privada, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças.

Um outro ponto abordado neste artigo, será acerca das abordagens historiográficas nos estudos sobre as mulheres mediante as críticas às correntes historiográficas tradicionais, onde foi dado início as mudanças e novas abordagens no campo da História. A Escola dos *Annales*, em sua terceira geração, rompe com a escola metódica, superando os limites da história nacional, renovando e abrindo horizontes mais amplos quando apresentam o interesse pela atualidade e o presente, mostrando uma “nova história” , com a preocupação de voltar-se para os grupos sociais e suas motivações apresentando a história como imóvel. A mulher, sendo apresentada como sujeito histórico, é algo recente no campo da História, o movimento feminista contribuiu para o surgimento do campo de estudos para a história das mulheres, a qual vem desde os anos 1970, passando por uma expansão nos estudos históricos e pela história do gênero nos anos 1980.

Como último tópico, será feita uma análise sobre a mulher educadora na pós-modernidade brasileira, através da análise da história da mulher na sociedade, onde será

possível perceber, que a educação, foi e é, uma das ferramentas responsáveis pela visibilidade e independência feminina, uma vez que possibilita que a mulher saia da condição de submissão, que por muito tempo foi julgada intelectualmente inferior, para ser protagonista da própria vida, enfrentando muitos desafios nas práticas diárias, nas relações de trabalho, em sala de aula e no convívio familiar e social.

A partir da revisão bibliográfica apoiada em Louro (2012), Del Priore (1997), Almeida (2006), Netto(2006), Alves (2015), Matos (2000) e Scott (1995), será proposta a reflexão sobre a presença da mulher na História da Educação no Brasil acerca das categorias, escola pública, educação, mulher, trabalho, feminização do magistério, a mulher educadora na pós-modernidade, e as abordagens utilizadas pela historiografia para a investigação desses fatos históricos.

### **Gênero, Feminização e Masculinidade**

Estudar o conceito de gênero oferece um olhar mais atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino e que geram desigualdades, assim como a ideia de “inferioridade” feminina foi e é socialmente construída pelos próprios homens e pelas mulheres ao longo da história. Segundo SCOTT (1995,p.63-64), o nascimento desse campo específico de pesquisa, na Europa e nos Estados Unidos, relacionou-se à política, mais precisamente à política feminista que atingiu seu ápice entre os anos de 1960 e 1970, período no qual as mulheres assumiram o controle de sua vida reprodutiva, com a disseminação da pílula anticoncepcional, e ampliaram sua participação na educação, no mercado de trabalho e na política(COSTA, 2003, p.190).

O conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há masculino e feminino. Na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Por exemplo, o fato de as mulheres, em razão da reprodução, serem tidas como mais próximas da natureza, tem sido apropriado por diferentes culturas como símbolo de sua fragilidade ou de sujeição à ordem natural, que as destinaria sempre à maternidade. O modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero. Há uma expectativa social em relação à maneira

como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc. Conforme o gênero, também há modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, ensinar, dentre outras atividades.

As questões de gênero refletem o modo como diferentes povos, em diversos períodos históricos, classificam as atividades de trabalho na esfera pública e privada, os atributos pessoais e os encargos destinados a homens e a mulheres em diversos campos. No senso comum, as diferenças de gênero são interpretadas como se fossem naturais, determinadas pelos corpos, porém se dá ao contrário, essas diferenças são socialmente construídas. Podemos pressupor, que a existência de conceitos de feminino e masculino, são social e historicamente diversos. As análises e intervenções sobre a realidade, devem considerar as relações de poder entre homens e mulheres e as muitas formas sociais que os constituem (LOURO, 1995, p.103). Isto significa dizer que não há um padrão universal para comportamentos sexual ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, primeiramente, o melhor. Somos nós, homens e mulheres, pertencentes a distintas sociedades, a diversos tempos históricos e a contextos culturais que estabelecemos modos específicos de classificação e de convivência social. Assim, o conceito de gênero pode nos ajudar a ter um olhar mais atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino, gerando desigualdades.

### **Feminização do Magistério**

No Brasil, a partir dos anos 1980 houve transformações no campo da História da educação, com a produção de novas fontes e objetos de pesquisa, incorporando novas categorias de análise, como a de gênero. Historiadoras da educação, e posteriormente historiadores têm buscado compreender o processo de feminização do magistério primário, destacando a necessidade de se entender as razões que levaram ao crescimento do número de mulheres nesta profissão e as transformações pelas quais passou esta ocupação ao ser exercida pelas mulheres. De acordo com ALVES (2015) e LOURO (2012), foi possível analisar que a instituição escola teve ao longo dos séculos transformações sociais, de acordo com o contexto histórico, político e econômico da sociedade. A escola exerceu um mecanismo fundamental para difundir a ideologia burguesa, contribuindo para a reprodução das relações de produção vigentes na sociedade capitalista (ALVES, 2015, p.20). De acordo com o autor, no Brasil a escola teve relevante função social, a formação do cidadão. A expansão escolar produz necessidades que determinam a expansão da indústria, a escola com tempo de permanência para completar os

estudos, prolonga o tempo do jovem na escola, impedindo-o que pressione imediatamente o mercado já saturado. A escola também contribuiu para que a mulher adentrasse no mercado de trabalho, sendo a creche e a escola liberadoras de força produtiva.

Durante muito tempo, as mulheres viveram à sombra dos homens e sob as imposições masculinas. A mulher ideal deveria ser pura e dócil e que ter seu papel social somente voltado para o lar e maternidade. Suas vidas resumiam-se em se preparar e esperar o casamento e depois se dedicarem ao marido e filhos. A educação, por um longo período, foi destinada somente aos homens e ministrada também por eles. As mulheres foram inseridas aos poucos neste processo e as formas de ensino eram diferentes das destinadas aos meninos. A educação feminina era voltada em transformá-las em boas esposas e mães cheias de valores e princípios. Em momento nenhum, esta primeira forma de ensino esteve voltada para a emancipação feminina e em desenvolver seu intelecto, até porque a aquisição do saber intelectual por parte da mulher não era interessante para a sociedade, dada a estreita ligação entre o conhecimento e poder. Mulheres instruídas não seriam passivas a sua condição de subordinação e lutariam por condições iguais à dos homens.

Ao longo dos séculos 19 à 20, a mulher passa a protagonizar o papel fundamental para a expansão da educação enquanto ser, capaz de formar cidadãos aptos a integrar a sociedade almejada, quando foi inaugurada, em meados do século 19 a primeira escola para meninas, com o objetivo de formar professoras primárias. Vale ressaltar que as primeiras mulheres inclusas no processo educacional foram as da elite, filhas dos grandes fazendeiros e posteriormente pertencentes às famílias burguesas. As meninas das classes sociais mais baixas só foram inseridas nas intenções de educação, quando foi interessante para o país estender a educação para toda a população, devido aos ideais de progresso e modernização. Analisando o contexto da mulher na História da educação, é possível perceber uma certa contradição neste processo, uma vez por ter sido marginalizada, ao mesmo tempo em que foi integrada como educanda; sendo tratada intelectualmente como inferior, mas, ao mesmo tempo, foi considerada portadora de características essenciais para desempenhar função de mãe e primeira educadora. Portanto, a presença da mulher no contexto da História da educação assim como sua função no processo de desenvolvimento e expansão da Escola Pública no Brasil, situando a mulher como sujeito histórico e atuante nesse conjunto, a partir da análise da evolução do acesso da mulher ao ensino escolar e ao papel de educadora, nos deixa claro como se deu o processo de feminização do magistério, trazendo para a esfera pública, o que compreendia o âmbito da esfera privada, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças.

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o Magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la (LOURO, 2012, p. 450).

Ser professora, na visão das mulheres e da sociedade, possuía mais prestígio do que ser governanta, costureira ou parteira. Desta forma, mesmo o magistério não sendo uma profissão bem remunerada, ainda assim garantiria um salário melhor que estas outras profissões destinadas a elas. A possibilidade de circularem pelo espaço público desacompanhadas e de adquirirem conhecimentos que iam além das prendas domésticas, como era usual, também foi grande atrativo. Contudo, a profissão docente tornou-se um legado feminino e esta constatação pode ser feita em visitas as escolas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais espalhadas por todo país.

### **Historiografia e Disparidades da Condição Feminina na Educação**

A mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem salientar as desigualdades. Como a história é dinâmica, valores e discursos vão se alterando, no século 19, ampliam-se a reflexão sobre as mulheres, permeada pelo direito, a igualdade e a busca da emancipação, principalmente com a invenção do feminismo, cujo maior destaque será no século 20. Os movimentos feministas que começaram na década de 1960 nos Estados Unidos, assim como em outros países, tiveram grande contribuição para o surgimento da história das mulheres. Esses movimentos reivindicavam direitos e participações em setores da sociedade, isso levou a várias discussões em universidades, que se viram obrigadas a criarem cursos e grupos de reflexão sobre o assunto.

Reconhecer a importância da mulher no desenvolvimento das sociedades, talvez seja a ideia que melhor expresse a necessidade da introdução e do seu uso como objeto de estudo no campo historiográfico. Desde tempos remotos vemos que, aqueles que faziam o uso da escrita da história utilizavam de preferência à comunidade masculina como fator primário de suas obras, e por que não falar das civilizações antigas que deixavam a mulher como produto secundário nos trabalhos sociais, na religião e suas práticas. Contudo, barreiras foram

quebradas, com o passar dos séculos novos conceitos surgiram e alguns fatores contribuíram para a mulher surgir no campo da história.

A partir da segunda metade do século XX o surgimento de uma terceira geração da Escola dos *Annales* se torna inevitável. Com a participação de jovens na sua administração ocorreram muitas mudanças intelectuais, e em decorrência disso tornou-se difícil traçar um perfil dessa terceira geração. Uns queriam o retorno da história política e dos eventos, alguns continuaram a praticar a história quantitativa ao mesmo tempo em que outros a criticavam. O que podemos perceber é que nesse período havia vários conflitos e projetos historiográficos dentro de um mesmo grupo. Também foi na terceira geração que ocorreu a inclusão da mulher na historiografia dos *Annales*. De acordo com Burke,

Os historiadores anteriores dos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral, já que haviam obviamente mencionado as mulheres de tempo em tempo.” (BURKE, 1992, p. 56)

Com essa afirmativa podemos perceber que até a terceira geração dos *Annales*, as mulheres não tiveram participação com significância na historiografia. A escola dos *Annales* rompe com a escola metódica, superando os limites da história nacional, renovando e abrindo horizontes mais amplos quando apresentam o interesse pela atualidade e o presente, mostrando uma “nova história”, onde os temas eram abordados dentro de uma perspectiva globalizante, com a preocupação de voltar-se para os grupos sociais e suas motivações, apresentando a história como imóvel sendo possível encontrar os chamados “excluídos” da história, dando oportunidades para pesquisas que tinham como temática a presença da mulher e suas relações nos fatos históricos da humanidade.

Scott ressalta que o êxito dessa nova abordagem pela nova história, ao incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria de como o gênero desenvolveria-se como categoria de análise. O desafio teórico dessa categoria consiste, na análise da relação entre experiências masculinas e femininas no passado e também sua ligação entre a história do passado e a as práticas históricas atuais. O desafio do “gênero” como categoria de análise é assim descrito por Scott:

As abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causa, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1995, p.6).

O surgimento do campo da história das mulheres contribuiu para desvelar o potencial das fontes documentais oficiais para o estudo do feminino das relações de gênero na História



dando novo valor. Neste sentido, demonstra a relativa importância a uma série de registros documentais não formais cooperando assim, para reconstituição dos processos em que as mulheres aparecem como agentes, com maior ou menor ênfase no caráter relacional entre os sexos. Conforme SCOTT(1995), a emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou o movimento feminista na luta pelas melhorias das condições profissionais assim como ampliou seus limites na história, ou seja, houve reciprocidade de ambos os movimentos.

Um bom exemplo ressaltado pela historiografia é o da História da educação, reconhecendo-se que o professorado era composto em sua maioria por mulheres, que por volta da década de 1970, no Brasil, com o aumento do número de fábricas, foi dado início aos movimentos de mulheres e os de luta por creche, resultando assim, na necessidade de criar um lugar para os filhos dos trabalhadores, com um foco totalmente assistencialista, visando apenas o “cuidar”. Foram, em geral, as feministas intelectualizadas de classe média, e que eram contra a ditadura civil militar, período onde houve uma intensa ingerência dos militares no ensino brasileiro, marcada pela censura, os exílios, assassinatos, perseguições, considerado o período de 21 anos de ditadura militar como um “tempo sombrio” para a sociedade e a educação brasileira, que nos anos 1980 passaram a pesquisar sobre a infância e assessorar os governos progressistas que, atendendo às reivindicações populares, prometiam creches em suas campanhas eleitorais. Mas só em 1988 a educação infantil teve início ao seu reconhecimento, quando pela primeira foi colocada como parte integrante da Constituição(MERISSE,1997,p.49).

### **A Mulher Educadora na Pós-modernidade**

As transformações ocorridas nas últimas décadas, mais precisamente a partir da massificação dos meios de comunicação, da revolução feminina, e dos avanços tecnológicos, vêm apontando para uma mudança significativa nas relações sociais, inclusive no que diz respeito ao papel da mulher. Percebe-se que a constituição de identidade, o conceito de família e o desempenho de papéis nas relações de gênero, atendem a uma ordem diferente da praticada até meados do século 20. O feminino vem sendo discutido, frequentemente, em revistas de grande circulação, nas rodas sociais, nos ambientes acadêmicos, que buscam entender as modificações efetivas iniciadas no período moderno, que se estendem até a atualidade, considerada como a era pós-moderna. Quando analisamos a história da mulher na sociedade,

percebemos que a educação foi, e é, uma das ferramentas responsáveis pela visibilidade e independência feminina, uma vez que possibilitou que a mulher saísse da condição de submissão, que por muito tempo foi julgada intelectualmente inferior, para ser protagonista da própria vida. O sistema educacional no Brasil é um dos setores que mais empregam mulheres. Basta observarmos a composição do quadro profissional da instituição escolar para verificarmos como a questão sexual se torna evidente, sendo também percebida já no início do curso de formação docente (BACKS, 2001). No caso da creche, especialmente, esta situação se agrava, devido o caráter peculiar desta instituição que contempla a educação e os cuidados necessários às crianças pequenas de forma indissociável.

O ingresso das mulheres no ensino superior se deu pelas incansáveis lutas e manifestações em busca de independência. Com a conquista de novos direitos e espaços na sociedade, as mulheres têm buscado uma maior qualificação e sua participação na educação vem se destacando no mercado de trabalho. Ainda assim, percebemos que muitos desafios ainda são velados nas práticas diárias, nas relações de trabalho, em sala de aula, no convívio familiar e social. Diante disso, na prática cotidiana a educadora precisa estar preparada para construir novas estratégias de ação e posturas para reagir à discriminação, ao preconceito e ao machismo de nossa sociedade. Desta forma, as relações de gênero têm sido relações de dominação — moldadas pelas redes de poder que circulam numa sociedade —, pois produzem arranjos de gênero que favorecem as desigualdades, os quais são entendidos como aspectos naturais e não como relações constituídas socialmente. Na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados mas inter-relacionados (FLAX, 1992, p. 229).

A trajetória da mulher em busca da valorização da profissão professora, dividindo o espaço, que inicialmente era unicamente seu, com os homens representa mais do que o avanço das mulheres, mas, sobretudo, a conquista de igualdade entre todos com as mesmas capacidades e potenciais. Muitas dessas conquistas vêm da contribuição do movimento feminista, que tem como objetivo a luta e reivindicação por igualdade de direitos, entre homens e mulheres. O movimento de mulheres atua de forma incansável para garantir a participação da mulher nos mais distintos espaços da sociedade e garantir o respeito, a liberdade de expressão e o combate da imagem imposta pela sociedade patriarcal.

Ser mulher e ser professora é um duplo desafio. Sendo assim é imprescindível a garantia do exercício da cidadania para que haja justiça social. E sem igualdade não há cidadania.

## **Considerações Finais**

Historicamente, a mulher obteve no magistério, de certa forma, a maneira de ter independência financeira e social, como movimento de libertação de uma trajetória marcada pela vivência no ambiente privado, com vocação reprodutora e mantenedora da família. No momento histórico da formação de identidade do sujeito social, a presença da mulher na escola, seja como estudante, seja como profissional, é resultado da necessidade preeminente na reestruturação do capital. Nesse sentido as novas abordagens para os estudos sobre a presença da mulher na História da Educação, demonstram o quanto ainda é necessário estudarmos e avançarmos em análise e reflexões além da superação de paradigmas existentes. O magistério tornou-se então a oportunidade de trabalho para as mulheres, aliás, a profissão permitida, desde que as mulheres adentraram nessa profissão realizaram-se transformações “[...] o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa de fato, se feminizar” (LOURO, 2012, p.99).

A emancipação feminina trouxe à tona as possibilidades criativas da mulher, Sua subjetividade “desvencilhada” dos propósitos conservadores da sociedade e da religião, sua capacidade para o autossustento, entre outros aspectos. Com isso, ela precisou enfrentar situações críticas em família, cobranças rígidas quanto ao seu desempenho profissional, cobranças muitas vezes explícitas e outras veladas. Pode ser observado, em tempos pós-modernos, que a mulher busca um equilíbrio no desempenho dos seus papéis.

Na sociedade em que vivemos atualmente, onde a mulher continua responsável pela educação e assume a chefia da família, carregando a maior parte das responsabilidades da casa como finanças, economia e outras atribuições, a mulher é chamada a se posicionar como profissional e ter os seus direitos trabalhistas e sociais garantidos de forma igual perante a sociedade. A desvalorização da profissão de professora está intrinsecamente ligada ao fato de ser exercida em grande parte pela mulher. A nossa bandeira “mulher educadora” é nosso desafio presente no enfrentamento ao caos instalado nos fatores políticos, econômicos, sociais e ideológicos.

Enfim, Sonhar, Lutar e Transformar a realidade em que vivemos passa pela construção de um novo olhar elaborado de forma coletiva, unidas nos nossos sonhos em ver uma sociedade cada vez mais justa, avançando nas conquistas e garantindo com segurança os nossos direitos.

## **Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2006.
- APPLE, Michael W. *Trabalho Docente e textos: Economia política das relações de classe e de gênero em Educação*. Ed. Artes Médicas, 1995.
- BACKX, Sheila de Souza. *Cotidiano escolar: A reprodução da ideologia de gênero*. In: *Cadernos do CFCH*, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v. II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, Unesp, 1992
- COSTA, Suely Gomes. *Gênero e História*. In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel. *Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 190.
- DEL PRIORE, Mary. *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_ *Histórias e conversas de mulher*. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013.
- EPPING, Léa; PRÁ, Jussara Reis. *Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres*. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(1): 344, jan./abr., 2012.
- FLAX, Jane. *Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.205-217
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 14. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- \_\_\_\_\_ *Gênero, educação e história: construção e desconstrução*. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.101-132, jul./dez. 1995.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. São Paulo: EDUSC, 2000.
- MERISSE, Antônio. *Origens das instituições de atendimento à criança pequena: O caso das creches*. In: MERISSE, A. (et al.) *Lugares da infância: Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. P. 25-51.
- NETTO, José Paulo. P. *Relendo a Teoria Marxista da História*. In: SAVIANI; Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. *História e História da Educação: O debate Teórico-Methodológico Atual*. (Orgs.). Campinas: Autores Associados, 2006, p. 50-64.

RABELO, Amanda Oliveira. A mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. *Revista do Mestrado de História, Vassouras*, v. 9, n. 9, p. 41-53, 2007.

ROSA, Renata Vidica Marques da. Feminização do magistério: representações e espaço docente. *Revista Pandora Brasil – Edição especial Nº 4 – “Cultura e materialidade escolar”* – 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

## REPRESENTAÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES NA GRANDE IMPRENSA NO “TEMPO DE VISIBILIDADE”: ASPECTOS METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Leonardo da Silva Martinelli<sup>115</sup>

### Resumo:

A presente comunicação visa apresentar parte da pesquisa de doutoramento em História do autor a partir da análise das representações das homossexualidades na década de 1980 abrangendo o chamado “tempo de visibilidade” (SOUTO MAIOR JR., 2019). Período em que as homossexualidades ganham destaque na mídia e na sociedade, especialmente em decorrência da epidemia de HIV-aids que nos primeiros anos é associada de forma intensa a estes sujeitos. Serão discutidos aspectos metodológicos de uso da imprensa na pesquisa histórica, especialmente a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; MORAES, 1999), abordando o processo de coleta das fontes e um panorama das matérias encontradas na revista *Veja*, representante da chamada grande imprensa e uma das fontes utilizadas. Esse semanário será brevemente historicizado apontando as razões de sua escolha nessa investigação e a abrangência de sua circulação na sociedade brasileira, bem como o crescente prestígio e valorização aferido por uma parcela da sociedade, especialmente parte da classe média urbana, público no qual a revista aponta destinar-se.

**Palavras-chave:** Representação; Homossexualidades; Revista *Veja*; Década de 1980.

Esta comunicação analisa a visibilidade homossexual na revista *Veja* na década de 1980 e o começo da década de 1990 a partir de uma composição preliminar de dados quantitativos que revelam as matérias publicadas em torno das homossexualidades e aquelas relacionadas à epidemia de HIV-aids. O recorte dessa coleta abarcou o ano de 1982 em que a primeira menção a síndrome da imunodeficiência adquirida foi mencionada até o mês de maio de 1993, quando foi publicada a primeira edição cuja capa trazia o tema da homossexualidade de forma explícita, tendo como marco final a edição subsequente de número 1288.

---

<sup>115</sup> Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e membro da Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQIA+. Contato: leonardos.martinelli@gmail.com.

O historiador Paulo Souto Maior Júnior (2019) chamou o período a partir do surgimento dessa epidemia de “tempo de visibilidade”, um período que seguiu o “tempo de assumir”, no qual a identidade homossexual passou a ser difundida e devia ser reconhecida por parte das pessoas que tinham prazeres e desejos homoeróticos. A visibilidade advinda era decorrente do conhecimento de tais classificações e da identificação de tais pessoas na sociedade e na imprensa.

Nesse sentido, fazendo uso da metodologia da Análise de Conteúdo temático proposta por Laurence Bardin (2011) e Roque Moraes (1999) foram coletadas as publicações na revista *Veja* que mencionaram as homossexualidades e/ou que estavam estreitamente vinculadas à epidemia do HIV-aids, pois esta doença, na época, era tratada como uma “peste gay” ou “câncer gay” por ter vitimado inicialmente pessoas pertencentes a este grupo, sendo direcionada sobre ele a denominação de “grupo de risco”.

A expressão homossexualidades, usada no plural, deve-se em decorrência da inclusão de diferentes pessoas como gays, lésbicas, travestis, todas dissidentes do que veio a ser chamado posteriormente de heteronormatividade, eram inseridas num mesmo grupo, apesar de haver distinções internas, tais singularidades foram sendo construídas e reforçadas a partir dos anos 1980 (GREEN; QUINALHA, 2015, p. 11).

Outra razão para usar o termo decorre do fato de que nem todas as pessoas que têm desejos, práticas e/ou vivências homoeróticas se vêem como integrante desse grupo homossexual, podendo rejeitar tais nomeações identitárias ou ainda não fazer parte dessas sociabilidades e/ou subculturas partilhadas entre si (TREVISAN, 2000, p. 40). Dessa forma, para demonstrar essa pluralidade de vivências homoeróticas e para incluir diferentes pessoas, independentemente de quais nomeações foram usadas, optou-se por contabilizar parte dessas publicações nesse grupo amplo.

A outra divisão dessas publicações coletadas concentrou-se no grupo HIV-aids, reunindo todas as matérias que tivessem relação com essa doença, pois conforme já destacado, fora inicialmente atrelada à população homossexual, entretanto, mesmo posteriormente quando heterossexuais passaram a ser contaminados por esse vírus, descartando-se com o tempo a ideia de “grupo de risco”, mas sim, atentando aos comportamentos de risco, o estigma direcionado sobre homossexuais não foi totalmente descartado.

Deve-se recordar que era uma época em que a visibilidade dessas pessoas ampliou-se pelo fato de serem vitimadas pela doença, sendo citadas e mostradas nas páginas da imprensa, de um lado; mas de outro, pelo destaque que a homossexualidade tinha por seu “ineditismo”,

que por sua vez também gerava muitas polêmicas, curiosidades e aumentava a audiência e o interesse do público (TREVISAN, 2000, p. 307).

A análise de conteúdo corresponde a um

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

Nesta fase da pesquisa, a análise de conteúdo nos ajudou a coletar as fontes a partir dos objetivos e problema de pesquisa de doutoramento em andamento. Para tanto, a coleta desse *corpus documental* deu-se a partir do acesso ao acervo virtual da revista *Veja*, sendo que tal recurso não é gratuito, mas pago pelo pesquisador para ter acesso a tais periódicos. Mediante essa forma de acesso, todos os números da revista estão disponíveis de forma ilimitada para pesquisa.

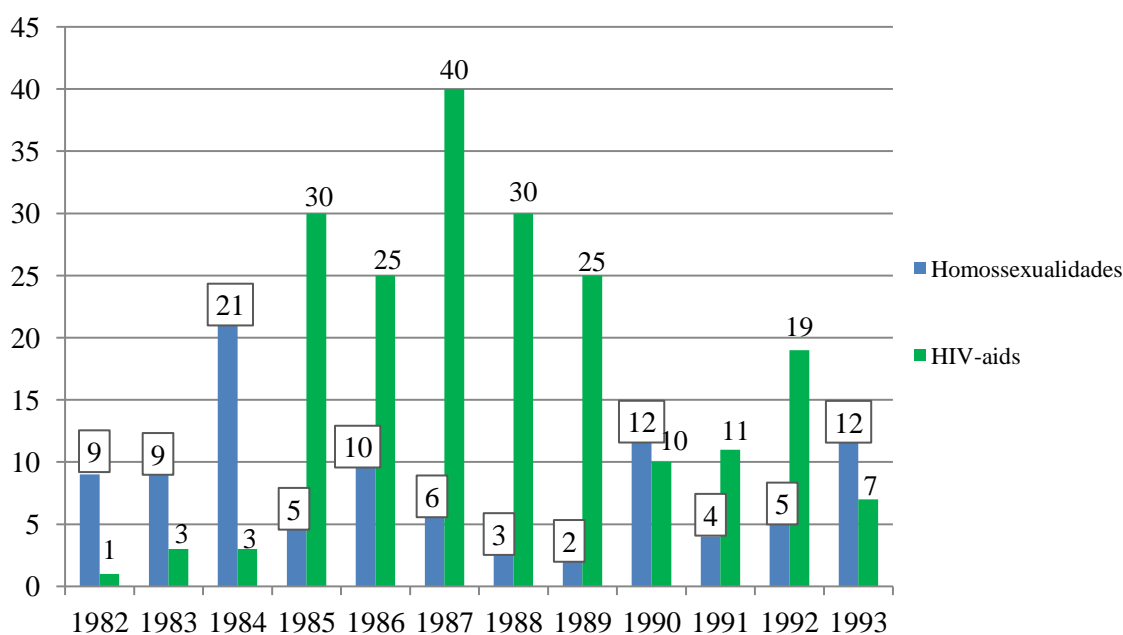
A revista *Veja* faz parte da chamada grande imprensa, pois conquistou tal posição ao longo dos anos. De acordo com Tania de Luca (2012, e-book sem paginação):

A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

Diante da impossibilidade de ler todas as edições da revista *Veja* na temporalidade abarcada, optou-se por atentar aos títulos e imagens presentes nas edições como forma de selecionar as matérias que se referiram as homossexualidades e/ou a aids. Isso foi feito a partir do ano de 1982 até 1993, como já citado. Deve-se alertar o público leitor que essa forma de seleção não é capaz de coletar todas as menções das homossexualidades e/ou integrantes desse grupo no interior das publicações ao longo do tempo, por essa razão, foram atentadas a partir desse destaque ampliado em torno dos títulos que sinalizassem tal discussão e/ou das imagens que mostravam tal vinculação.

Essa coleta resultou num total de 302 matérias que foram divididas nas duas categorias já mencionadas: homossexualidades e HIV-aids. O gráfico abaixo apresenta essa distribuição na temporalidade aqui analisada:



Gráfico 1 – Visibilidade homossexual na revista *Veja* (1982-1993)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados mostram que nesse primeiro momento, de 1982 até 1984 houve maior número de matérias publicadas na revista *Veja* sobre as homossexualidades, de maneira geral, do que sobre a epidemia do HIV-aids. De acordo com Germana Barata (2006, p. 14): “Até 1985, a Aids não foi incluída na agenda governamental brasileira, por ser vista como uma doença de ocorrências isoladas, restrita a segmentos sociais específicos e a partir de então, o Ministério da Saúde, estabelece as diretrizes para o Programa de Controle da Aids”. É possível que esses fatores tenham ocasionado essa pouca visibilização acerca da doença na imprensa, como apontam as fontes da revista *Veja*, com maior destaque sobre temas ligados às homossexualidades de forma desvinculada à doença.

As primeiras menções a esta doença na imprensa datam do ano de 1981, sendo que sua ampliação se dá no ano de 1983, quando a sigla aids com iniciais maiúsculas ganha projeção. Os primeiros registros dessa doença são atribuídos ao ano de 1982, a partir de relatos da médica Valéria Petri, no ano seguinte, apresentados em eventos científicos. (TEORORESCU; TEIXEIRA, 2015).

É preciso destacar que a aids inicialmente era vista como uma doença que levava a morte, por isso, para além do estigma social direcionado as pessoas homossexuais e as dificuldades de inserir-se na sociedade e nas famílias tornando pública sua sexualidade, as

vítimas dessa doença também tinham que lidar com essas novas subjetividades advindas desse contágio, e dos medos, angústias, afastamentos e negações que podiam estar presentes tanto no seu grupo familiar quanto na sociedade.

No ano de 1985 percebe-se um grande salto nas publicações sobre a epidemia, com um número de 30 matérias e apenas 5 que tocaram no tema das homossexualidades em outros contextos. Esse crescimento em relação ao outro grupo de matérias se manteve até 1989, sendo que no ano de 1987 teve o ápice de matérias sobre a epidemia.

É possível que esse crescimento de matérias na imprensa esteja relacionado ao aumento de casos da doença no país, pois conforme Barata (p. 75), em 1988 o Brasil passou a ser o segundo país com mais casos de aids, superado apenas pelos Estados Unidos. Mas também pode estar relacionado a disseminação da doença sobre outros grupos, não apenas homossexuais, como foi vinculada inicialmente, pois passou a vitimar também grande número de heterossexuais.

Uma das drogas que passou a ser administrada para soropositivos foi a azidotimidina (AZT), desde 1986 nos Estados Unidos, no entanto, essa medicação tinha um custo elevado para aquisição e nem todas as pessoas tinham essas condições. Uma matéria na revista *Veja* em 1988 já pontuava tal questão, bem como a falta de recursos do Ministério da Saúde para a compra dessa medicação.

É preciso destacar que a epidemia de HIV-aids era transmitida através de relações sexuais sem proteção, através do uso compartilhado de seringas, mas também por meio da transfusão de sangue, ou seja, todas essas variáveis passaram a ser atentadas e demandaram um cuidado maior para evitar que o vírus e a doença se alastrassem. Nesse sentido, algumas matérias que tocavam nessas questões também foram registradas na revista *Veja*.

A partir de 1990 os dados coletados a partir das fontes citadas demonstraram maior oscilação. Nesse ano o número de publicações referentes às homossexualidades foi maior do que as sobre a epidemia. Nos dois anos seguintes, por sua vez, a disparidade entre os dois grupos: homossexualidades e HIV-aids foi bastante notória. No ano de 1993 o grupo das matérias classificadas como homossexualidades foi maior, embora a coleta não tenha sido feita até o fim desse ano, conforme já explicitado no início deste texto.

De acordo com Sanches (2016, p. 170), na década de 1990 é que vai haver um coquetel de remédios que vai tornar a doença antes mortal, em crônica, ou seja, se ainda não havia uma cura para o vírus e doença, esta era uma forma de prolongar a vida dessas pessoas, que não mais estava fadada a morte, mas era uma forma de tratamento para que pudessem viver com isso.

O papel da imprensa nesse cenário deve ser atentado, pois para além das informações divulgadas, representações são construídas, reforçadas, e isso incide nas relações sociais e nas subjetividades das pessoas. Em razão de ser um acontecimento inédito, uma nova doença que se torna uma epidemia, a maneira como essas notícias foram abordadas podiam tanto tranquilizar as pessoas mediante as informações veiculadas, como o oposto, alarmá-las gerando um pânico social.

Se num primeiro momento pareceu tratar-se de uma doença que vitimava apenas homossexuais, com o tempo atingiu outros grupos com maior intensidade. Uma explicação que pode ajudar a entender esse crescimento é citada abaixo:

Dados do Ministério da Saúde brasileiro apontam que, entre os anos 1980 e 1998, houve uma clara inversão no quadro de transmissão sexual da Aids, que, se até 1992 atingia majoritariamente homossexuais; a partir deste período, passou a infectar a população heterossexual com maior intensidade. Levando-se em conta que o vírus fica incubado (sem causar sintomas da doença) por cerca de 8 anos, esses dados indicam que os heterossexuais dos anos 90 não estavam atentos à transmissão da doença na década anterior (BARATA, 2006, p. 41).

Como destaca a autora, essa ideia generalista da doença atribuída a homossexuais pode ter contribuído para que outras pessoas ficassem relaxadas, pensando que o vírus não as atingiria, entretanto, o cenário dos anos 1990 demonstrou o oposto.

A imprensa pode ter contribuído com essas representações. Sandra Jovchelovitch (2000, p. 86) faz uma distinção entre as representações sociais na esfera pública, produzidas coletivamente nesse espaço, das representações sociais da esfera pública, construídas pelos meios de comunicação que “informam e formam a esfera pública”, substituindo a necessidade de encontros pessoais. Essa diferenciação mostra que as representações não necessariamente convergem, entretanto, para a autora, as representações da esfera pública na imprensa tem um papel de destaque sobre a esfera pública.

Outro autor que entende as representações como coletivas é Roger Chartier (1991, p. 183; 1990, 17), que destaca que elas são sistemas de classificação do mundo social, e ao mesmo tempo, são matrizes que constroem esse mundo e sua percepção, operando a partir de “lutas de representação” entre os grupos pela imposição e legitimação de umas em detrimento de outras.

Nesse sentido, essas matérias e notícias não podem ser tomadas como informações apenas, mas como construtoras de representações acerca das homossexualidades e da epidemia de HIV-aids, que ao serem difundidas, possibilitaram distintas compreensões que se deram em meio a esse efervescente cenário. Tudo isso influenciou as subjetividades individuais e coletivas

das pessoas homossexuais, de seus familiares, das demais pessoas infectadas pelo vírus e/ou doentes, mas também do restante da sociedade.

Esse artigo visou atender aos dados quantitativos das matérias publicadas na revista *Veja*, a partir do recorte da fonte explicitado, entre os anos 1982 a 1993. Outras leituras sobre esses dados serão realizadas posteriormente para agregar a estas informações, especialmente abordagens qualitativas para analisar as matérias publicizadas, bem como o conteúdo das notícias reportado aos leitores e leitoras. Dessa forma, na década de 1980 o tema das homossexualidades teve maior visibilidade e a epidemia do HIV-aids contribuiu com o crescimento da aparição pública e midiática desse grupo.

## REFERÊNCIAS

- BARATA, Germana. **A primeira década da Aids no Brasil: o Fantástico** apresenta a doença ao público (1983-1992). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.
- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. E-book sem paginação.
- MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, a. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.
- SANCHES, Leide da Conceição. **Representações sociais da aids: entre permanências e ressignificações**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- SOUTO MAIOR JR., Paulo Roberto. **A invenção do sair do armário: a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-

Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

TEODORESCU, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil**: as respostas governamentais à epidemia de aids. Brasília: UNESCO, 2015. v. 1.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2000.

## APONTAMENTOS SOBRE O CONTO DA AIA: GÊNERO, AUTORITARISMO E TEMPO PRESENTE.

André Luiz Bernardo Storino <sup>116</sup>

Rosane Barros dos Santos <sup>117</sup>

### Resumo

O texto faz parte de uma pesquisa para a produção de uma sequência didática que irá trabalhar gênero, autoritarismo e tempo presente com turmas do ensino médio na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, a partir da obra de ficção de Margaret Atwood: “O conto da Aia”. O objetivo é catalogar comunidades de mulheres que se autodeterminam “conservadoras” nas redes sociais Facebook e Instagram. Analisar como as posturas assumidas por esses movimentos de mulheres conservadoras contribuem para propagação de uma idealização da “mulher”, a custa da anulação da liberdade e reforçando os privilégios e poder masculino. A partir de “O conto da Aia”, aborda-se como o movimento de mulheres conservadoras se posicionam em redes sociais no tempo presente e dialogam com as características da República de *Gilead*, as disputas, cujas narrativas nas comunidades constantemente atravessadas por distorções de fatos sensíveis na história do tempo presente.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Ficção; Redes Sociais; Gênero.

### Introdução

O conservadorismo no Brasil tem se mostrado cada vez mais presente nas pautas que tentam frear as conquistas de políticas públicas. A política de desmonte da coisa pública assumida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro atinge diferentes seguimentos da sociedade, e dentre eles, as mulheres são as que mais perdem. (GUIMARÃES, COSTA, 2020). O que se torna sintomático, uma vez que há uma crescente aparição de comunidades, perfis e grupos de mulheres nas redes sociais se intitulando conservadoras.

São grupos que se utilizam das redes sociais para pautar e fazer reverberar no Facebook e Instagram seu apoio a essas políticas. Com um discurso antidemocrático, reprodutor de

---

<sup>116</sup> Mestre em educação-FEBF/UERJ. Prof. de filosofia na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro-SEEDUC.

<sup>117</sup> Mestranda em Ensino de História (ProfHistória-UFRJ). Prof. de história na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro-SEEDUC.

machismo e, por vezes sexista, disputam narrativas sobre fatos históricos, enunciam o modelo nuclear de família, exaltam valores de uma sociedade patriarcal, reverenciam posturas autoritárias, promovem apoio a governos e formas de governar avessas a democracia.

A construção dessa pesquisa visa identificar o surgimento e a construção de comunidades de mulheres que se intitulam conservadoras no Facebook e no Instagram. Assim como identificar as narrativas que estão a tecer e definir uma categorização idealizada de “mulher-conservadora”, como modelo essencializado e postulado pelo patriarcado. (BEAUVOIR, 1960), ao mesmo tempo em que faz uma relação dos elementos constitutivos dessas comunidades com a obra de ficção “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood.

Desta forma, esse trabalho se debruça sobre duas personagens que são constituídas como mulheres que representam as premissas do sistema da República de *Gilead*: Selena Joy e Tia Lidya. Elas são mulheres que incorporam alguns dos elementos que podem ser verificados nos discursos das comunidades de mulheres conservadoras nas redes sociais.

### **O Conto da Aia**

O Conto da Aia foi escrito em 1985 por Margareth Atwood, e ganhou popularidade quando adaptada para uma série de televisiva, em 2017. O romance descreve a fictícia República de *Gilead*, criada nos EUA, em futuro próximo, após um golpe de estado orquestrado pelos Filhos de Jacó, um grupo de extrema direita inspirado no Antigo Testamento, após um ataque terrorista que matou o presidente e destruiu o congresso. A fertilidade é um tema central em O conto da Aia, com a maior parte da população se tornando estéril em função de mudanças climáticas e efeitos da radiação. No entanto, grupos conservadores justificam essas mudanças ao estilo de vida das mulheres e ao uso de métodos contraceptivos. Os filhos de Jacó criam *Gilead* seguindo um modelo teocrático e totalitário, com a execução dos opositores políticos e daquelas/es não se adequavam ao modelo cisheteronormativo, chamados de “Traidores do gênero”.

Em *Gilead*, existia uma rígida hierarquização e as mulheres eram divididas e classificadas em grupos: as *Tias*, únicas mulheres que podiam ler e eram consideradas do alto escalão. Elas comandavam os Centros Vermelhos, lugar de treinamento das Aias para serem doutrinadas e se submeteram ao estilo de vida exigido em *Gilead*. A mais importante e que se destaca na obra é a Tia Lydia, responsável em persuadir as Aias, através dos castigos físicos, mutilação, surras e recitação de passagem bíblicas, de seus deverem na nova sociedade.

Outra categoria são as *Marthas*, mulheres que realizavam o trabalho doméstico nas casas dos comandantes; as *Econoesposas* eram as esposas de alguns Guardiões e trabalhadores.

Algumas vestidas de vermelho, alguns do tom verde opaco das Marthas, algumas com os vestidos listrados, que são típicos das mulheres dos homens mais pobres. Econoesposas, é como são chamadas. (...) Por vezes há uma mulher toda de preto, uma viúva. Você não vê as esposas dos Comandantes nas calçadas. Só em carros. (ATWOOD, 2017, p. 35)

Já as *Esposas*, casadas com os comandantes, como Serena Joy e o comandante Fred, recebiam as Aias que eram as mulheres consideradas férteis. As Aias perdiam seus nomes e recebiam o nome de seu comandante, como o caso de June destinada à casa de Serena e Fred, evidenciando a *despessoalização* como processo de anulação moral da pessoa, uma vez que o “agente jurídico (sujeito de direitos)” (LIMA JUNIOR, HOGEMANN, 2019) já não existia mais. As Aias deviam ser submissas, deitar-se com seus comandantes e, sob as pernas das esposas após a leitura da passagem bíblica,<sup>118</sup> ser estupradas e gerar filho/a para a República.

As Aias são figuras centrais e ganham voz pela personagem principal June, que é capturada e tem a filha sequestrada pelos guardiões de *Gilead*. Contudo é quem apresenta as possibilidades de resistência ao sistema como vai travar constantes disputas com Serena, que representa, na trama, o ideal de esposa mantenedora dos ideais de *Gilead*

“Naquela época já merecia um perfil: Foi no Time ou Newsweek (...) Era uma boa oradora, sabia fazê-los. Seus discursos eram sobre a santidade do lar, sobre como as mulheres deveriam ficar em casa. Ela mesmo não ficava, em vez disso, Serena Joy fazia discursos, mas apresentava essa falha como um sacrifício que estava fazendo pelo bem de todos.” (Margaret Atwood. O conto da Aia, p.58)

O Conto da Aia coloca em cena as possibilidades, os elementos e as condições que são favoráveis ao surgimento de regimes ditatoriais e totalitários, sendo relevante o reconhecimento de tais conjunções no nosso tempo, identificando especificidades que possam favorecer a formação de regimes antidemocráticos. (ADORNO, 2003), como suas projeções em momentos de forte avanço reacionário e apelo religioso, pautas antidemocráticas e sexistas, trazendo a ficção mais próxima a nossa realidade.<sup>119</sup>

<sup>118</sup> Gênesis 30:1-5. “Vendo Raquel que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã, e disse a Jacó: Dá-me filhos, se não morro. Então se acendeu a ira de Jacó contra Raquel, e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela disse: Eis aqui minha serva Bila; coabita com ela, para que dê à luz sobre meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela. Assim lhe deu a Bila, sua serva, por mulher; e Jacó a possuiu. E concebeu Bila, e deu a Jacó um filho”.

<sup>119</sup> 'The Handmaid's Tale': 30 anos depois, 'O Conto da Aia' está mais próximo da realidade, diz autora Margaret Atwood. **BBC News Brasil**, São Paulo. 19 de set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49646159>. Acesso em: 16 nov. 2020.



### **Da ficção à realidade: o conservadorismo atravessando o tempo e os espaços**

A formação de grupos e associações de mulheres conservadoras ou de direita não é um elemento novo no Brasil. Identificamos esse tipo de fenômeno na história do tempo presente, quando nos debruçamos sobre os fatos anteriores e posteriores ao golpe militar de 1964. No contexto de antagonismo político da década de 1960 e os reflexos da Guerra Fria no Brasil, foram criadas associações de mulheres que se reconheciam como conservadoras. Cabe citar a União Cívica de São Paulo – UCF-SP, criada em 1962 e no mesmo ano que a Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, na cidade do Rio Janeiro; Em 1964, surgiram a Liga da Mulher Democrática – LIMDE, em Belo Horizonte e a Cruzada Democrática Feminina –CDF, no Recife. (CORDEIRO, 2017). Eram grupos que se definiam como protetoras da família, dos valores cristãos e contra o comunismo que, de acordo com as suas narrativas, ameaçava os costumes, as tradições conservadoras e a democracia.

A CAMDE foi fundada no bairro fluminense de Ipanema, por mulheres católicas brancas e da classe média, mas nos anos que circundaram o golpe, a retórica anticomunista e a defesa da família alcançaram mulheres de outros bairros e religiões. É interessante observar que as mulheres que formavam a CAMDE assumiam em suas falas a narrativa apartidária, mas declararam amplo apoio aos militares antes e após a instauração da ditadura militar no Brasil. Outra incoerência foi se posicionarem em defesa da democracia, o que era justificado pela narrativa contrária ao comunismo identificado como um sistema autoritário e contrário às liberdades de expressão e religiosa, um argumento bem próximo ao investido por negacionistas atuais que justificam o golpe e o reinventam como uma revolução necessária para proteger a nação.

As associações desempenharam um papel importante nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que apoiaram e defenderam o golpe de 1964. (PRESOT, 2004). A participação das mulheres nas manifestações foram e são utilizadas para legitimar o governo autoritário dos militares. No imaginário construído, são as mães que suplicam pela intervenção dos militares em defesa de suas famílias e valores cristãos que estavam gravemente ameaçados. Mas vale destacar, que a CAMDE suspendeu as suas atividades no ápice da ditadura, em 1974, não cabendo nessa pesquisa se aprofundar nos motivos para o seu fim.

Essas questões da história do tempo presente estão atravessadas na realidade atual, pois fazem parte de processos não findados, que são revisitados e ressignificados na busca por respostas às problemáticas do nosso tempo. (FERREIRA, 2012). O aumento de grupos de direitas reagindo

aos avanços de pautas sociais, como o combate às desigualdades raciais e de gênero, mostraram que aspectos sociais que se evidenciaram na ditadura militar estão mais presentes do que avaliávamos.

Seguindo esse contexto de polarização e fortalecimento das direitas, temos o aumento de grupos de mulheres que se posicionam como conservadoras e se aliam as pautas de direita. Contudo, o tempo presente revela uma nova roupagem para esses grupos com a mobilização pelas redes sociais. E não é só o espaço físico que muda para o virtual, mas elementos significativos são acrescidos como a possibilidade de anonimato, a conexão quase imediata com diferentes grupos similares pelo mundo, o imediatismo e a rapidez que notícias são vinculadas e debatidas, e talvez o fator mais perigoso entre estes: a utilização das *Fake News*.

Não que notícias falsas não fossem utilizadas em outros tempos históricos; mas com o uso da tecnologia ela ganhou complexidade e rapidez, tornando-as mais perigosas e difíceis de serem combatidas. Dessa forma, o entendimento de “*fake*”, como um fato estruturante da vida contemporânea, não pode ser eliminada apenas com as ferramentas tradicionais da historiografia ou reduzida apenas a uma manipulação falsificadora, precisa ser entendida em um contexto maior de apropriação violenta do patrimônio cultural coletivo. (ARAÚJO; KLEM; PEREIRA, 2020)

No Brasil, multiplica-se o número de grupos de mulheres de direita e conservadoras, impulsionadas pela complexa conexão nas redes que potencializam a formação das “bolhas” entre esses grupos, restringindo o contraditório e a diversidade de ideias.

### **Trilhas percorridas na pesquisa**

A pesquisa em andamento faz parte da produção de uma sequência didática que será construída para trabalhar com alunas e alunos do ensino médio, em uma escola pública da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, como narrativas cisheteronormativas, sexistas e patriarcais são veiculadas em redes sociais, a partir de comunidades de mulheres no Facebook e Instagram. Outros segmentos irão compor este material.

O caminho escolhido é a produção de uma cartografia (REGIS, FONSECA, 2012; FERNANDES, HERSCHMANN, 2015) das comunidades de mulheres que se denominam como “conservadoras” nas redes sociais Instagram e Facebook. Para a construção desse mapeamento, realizou-se uma busca pelas comunidades utilizando as ferramentas “Lupa”,

instrumentos de pesquisas das próprias plataformas, a partir dos seguintes termos: “conservadoras”; “mulheres conservadoras”; “cristãs conservadoras”, “mulheres de direita”.

Para fins desta pesquisa, as comunidades que possuem visualização abertas, em que qualquer pessoa pode ver o conteúdo e interagir, se sobressaíram ao atingir um número significativo de seguidores e foram catalogadas, sendo descartadas as comunidades que não possuíam mais de 500 membros/seguidoras/es .

Para fins de análises, consideraram-se os marcadores que sustentam nas postagens as narrativas textuais, cujos apelos à estética da religiosidade a partir das vestimentas; submissão aos maridos e estado como virtude, isto é, construção da “mulher bela, recatada e do lar” e religiosa. Assim como perspectivas de exaltação do militarismo como inspiração de conduta à moralidade e honestidade, combate a corrupção e o armamento como solução para violência, assim como a construção de negação da ditadura civil-militar no Brasil.

### **O conservadorismo como (auto) identidade nas redes**

Além de ser uma disputa intelectual e política, o que se entende por conservadorismo passou a ser uma bandeira de identificação nas redes sociais, Instagram e Facebook, de muitos perfis pessoais, como também de comunidades. Há comunidade de mulheres e homem heterossexuais como homossexuais que se identificam com a postura conservadora (OPELLI, 2020) e se autodenominam como conservadores de direita<sup>120</sup>, assim como há muitas comunidades frequentadas por estes perfis que, embora não tragam em seus nomes o termo conservador, possuem em seus conteúdos a defesa das pautas conservadoras.

As postagens nessas comunidades gravitam em torno de temas como: a promoção da meritocracia e a negação de política pública reparadora (como as cotas raciais), a proibição irrestrita do aborto, a não legalização das drogas, família nuclear patriarcal, contra o que chamam de “ideologia de gênero”, contra as posições políticas de esquerda (comunismo e socialismo, embora a definição de “esquerda” caiba em qualquer pessoa que se coloque contra as pautas defendidas na comunidade e, neste caso, tornam-se esquerdistas), a favor da

---

<sup>120</sup> BARIFOUSE, Rafeal; FAGUNDEZ, Ingrid. O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys. **BBC News Brasil**, São Paulo. 8 de jun. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/15/politica/1555345804\\_199159.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/15/politica/1555345804_199159.html). Acesso em: 10 nov. 2020.

militarização da educação, do porte de arma, cultuam posturas belicistas como simpatizam com sistemas autoritários (totalitários) e, quase sempre, são avessos ao debate político.

Quadro 1: Comunidades de mulheres no Facebook.

<b>Nome da Comunidade</b>	<b>total de Seguidor@s</b>	<b>Conteúdo das principais postagens (assunto)</b>
Mulher Conservadora	34.830	Ocupado pela resistência; postagens de esquerda a partir de 18 de junho de 2019; pautas feministas a partir desta data.
Mulher Conservadora Cristã	4.338	Religião; criminalização do aborto; homofobia; ideologia de gênero.
Mulheres Conservadoras (última postagem: 2014)	1.553	Antifeminismo; violência contra o homem; Desqualificação da Dilma Rousseff; Apoio ao governo Bolsonaro.
A Mulher Conservadora (última postagem: 2019)	1.817	Criminalização do aborto; antifeminismo; culpabilização da mulher; apoio a Ustra; Ideologia de gênero (ataques a filósofa Judith Butler).
Conservadoras <a href="https://www.facebook.com/conservadorasoficial/">https://www.facebook.com/conservadorasoficial/</a>	11.852	Criminalização do aborto; campanha do governo Bolsonaro; fake news (eleições nos EUA, feminismo); antifeminismo; anticomunismo; Várias citações e links do perfil da deputada Carla Zambelli.
Mulheres Conservadoras Amazonas <a href="https://www.facebook.com/mulheresconservadorasamazonas/">https://www.facebook.com/mulheresconservadorasamazonas/</a>	1.427	Propaganda eleitoral; propaganda do governo Bolsonaro; campanha para o armamento da sociedade civil.
Mulheres de Direita <a href="https://www.facebook.com/mulheresdedireita.movimento/">https://www.facebook.com/mulheresdedireita.movimento/</a>	875	Campanha para o armamento da sociedade civil; propaganda de clubes e encontros de tiro; Propaganda do governo Bolsonaro; Propaganda eleitoral; Transmissões de lives de influenciadores de direita (Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli; Constantino...).
Mulheres De Direita - Empoderadas Na Política <a href="https://www.facebook.com/EmpoderadasDeDireita/">https://www.facebook.com/EmpoderadasDeDireita/</a>	2.123	Propaganda do governo Bolsonaro; anticomunismo; propaganda para o armamento da sociedade civil; Transmissões de lives de influenciadores de direita.
Mulheres de Direita Joinville <a href="https://www.facebook.com/direitajille/">https://www.facebook.com/direitajille/</a>	19.305	Apoio ao governo Bolsonaro; fake News; pauta moralista; criminalização do aborto; anticomunismo.

Fonte: BARROS, 2020.

Quadro 2: Comunidades de mulheres no Instagram.

<b>Nome</b>	<b>total de Seguidor@s</b>	<b>Conteúdo das principais postagens (assunto)</b>
Mulheres Conservadoras	2017	Religião (citações bíblicas); moralismo; mulher como protetora do lar; Submissão da mulher; criminalização do aborto; antifeminismo.
Mulheres Conservadoras (última postagem no dia 28/12/2017) <a href="https://www.instagram.com/p/BdREYGaB1F0/">https://www.instagram.com/p/BdREYGaB1F0/</a>	806	Postagens contrárias a rede globo; propaganda do governo Bolsonaro; antipetismo; anticomunismo).

Mulheres_Conservadoras <a href="https://www.instagram.com/mulheres__conservadoras/">https://www.instagram.com/mulheres__conservadoras/</a>	753	Religião; propaganda do governo Bolsonaro; ataques a imprensa; anticomunismo; antipetismo; criminalização do aborto; antifeminismo; antiesquerda; desvalorização da universidade. As mulheres só aparecem nas postagens para atacar o movimento feminista.
lindas_e_conservadoras (última postagem no dia 27/05/2020) <a href="https://www.instagram.com/lindas_e_conservadoras/">https://www.instagram.com/lindas_e_conservadoras/</a>	620	Propaganda do governo Bolsonaro; campanha armamentista.
Mulheresconservadorasce <a href="https://www.instagram.com/mulheresconservadorasce/">https://www.instagram.com/mulheresconservadorasce/</a>	964	Propaganda do governo Bolsonaro; campanha para o armamento da sociedade civil; antipetismo; pauta moralista; antifeminismo; ideologia de gênero; negacionismo vacina e covid; criminalização do aborto; ataque aos políticos opositores do bolsonarismo. Presença maior das mulheres em postagens.
mulherescompresidentebolsonaro (mulheres de direita) <a href="https://www.instagram.com/mulherescompresidentebolsonaro/">https://www.instagram.com/mulherescompresidentebolsonaro/</a>	20.600	Propaganda do governo Bolsonaro; fake News (eleição nos EUA, covid); ataques aos opositores do Bolsonarismo; reprodução de postagens nas redes sociais (a grande maioria masculina); antipetismo, anticomunismo.
Mulheres da Direita	1587	campanha para o armamento da sociedade civil; propaganda do governo Bolsonaro; criminalização do aborto; fake News covid; anticomunismo; pauta moralista.
Mulheres de Direita ES Mulheresdedireita.es	1543	Propaganda eleitoral; Propaganda do governo Bolsonaro; ataques aos opositores do Bolsonarismo; antipetismo.
@MulheresDeDireitaCuritiba	960	Apoio a Lava Jato; antipetismo; oposição ao Bolsonaro; Ruptura com o governo após a saída de Moro/ forte propaganda a favor do governo Bolsonaro antes da ruptura; Propaganda de manifestações (“NasRuas”). Sem levantar pautas específicas das mulheres, homens predominam nas postagens.

Fonte: BARROS, 2020.

Com exceção de duas comunidades entre os dados coletados, os perfis declaravam amplo apoio ao presidente Jair Messias Bolsonaro e vinculavam perfis de pessoas que ocupam ou ocuparam funções em seu governo e campanha. Fazendo reverberar assuntos mais polêmicos que ecoavam a partir do presidente e seus apoiadores mais próximos. O que deixa entrever que as comunidades funcionavam como amplificadoras dos temas que são endossados pelo o atual governo, principalmente, o armamento da sociedade civil, o anticomunismo e a “ideologia de gênero”, este como quase totalidade da pauta moral.

As postagens que defendem a utilização de arma por todos são balizadas nos elementos apelativos, de cunho emocional, cujas premissas para que a reivindicação ao direito a posse e porte de arma sejam aceitas são construídas generalizando fatos isolados e ligadas as concepções religiosas e bíblicas. Colocam a obrigação de proteção “quase” que exclusivamente como um direito do indivíduo, uma vez que apresentam um Estado que falha em sua atribuição. Tal direito é revestido de sacralidade, a partir da utilização de passagens bíblicas que as justifique.

Outro direito “sagrado” e que se configura como dever para que haja sociedade de “cidadãos de bem” é combater o comunismo. Esse é apresentado como bandeira em quase todas as comunidades, uma vez que ele aparece como um mal absoluto e viriam com ele todos os outros males. Por isso, em tons de cruzadas que devem ser travadas, deve-se extirpar a qualquer preço toda e qualquer ideia que traga elementos que possam ser identificados como o comunismo. (POWER, 2014) Daí a necessidade premente autoafirmação como conservadoras, mulheres de direita e anticomunistas.

Cruzadas que também encampam contra estudos de gênero e sexualidade, a partir do sintagma “ideologia de gênero”. A associação de qualquer discussão de gênero e sexualidade com conceitos como pedofilia e corrupção das crianças, por meio da educação e programas escolares é uma estratégia recorrente nas comunidades. E as propostas para combater esse mal são sistematizadas pelo Movimento Escola sem Partido, pois sustentam que há uma doutrinação política (comunista) ideológica (ideologia de gênero) nas escolas e que as/os docentes seriam os agentes doutrinadores para uma espécie de moral promíscua.

Pode se perceber o predomínio de citações e vídeos de homens que performam o ideário do “machão” como protagonistas em diferentes assuntos nas comunidades. O que tende a manter em evidencia os privilégios do patriarcado. Conforme apontado por Heleieth Saffioti

Ao macho estão sempre associados valores tais como força, razão, coragem. Logo, os raquíticos, os afetivos, os tímidos são solicitados impositivamente a se comportarem de forma contrária às suas inclinações. São, pois, obrigados a castrarem certas qualidades por serem estas consideradas femininas, por conseguinte, negativas para um homem. (1987, p. 25)

Dessa forma, reproduz as características que compõem o que Bourdieu (2010) vai denominar de dominação masculina, na qual

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sócias e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus* [...], eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendente (2010, p. 45, grifo do autor).

A presença das narrativas femininas se intensifica para promover um contraponto ao feminismo, sempre apresentado de maneira depreciativa e negacionista. Os dois perfis que não fazem menção ao governo Bolsonaro, privilegiam narrativas religiosas e citações bíblicas, enfatizando a mulher como protetora da família e submissa a posição do homem. A presença de “*lives*”, palestras e livros de mulheres conservadoras são constantes e utilizados como

instrumentos de legitimação da sociedade patriarcal para o equilíbrio da família tradicional. O feminismo é identificado como um mal que deve ser combatido, pois é considerada uma ameaça aos valores cristãos.

Nesse sentido, as narrativas trazem elementos da ficção, como a liderança exercida pela personagem de Serena Joy, que se torna uma referência de virtude de uma mulher conservadora, através de sua jornada anterior a criação de *Gilead*, preparando um ambiente favorável a construção do regime. Na série, Serena Joy é responsável pelos discursos que legitimam as ações de repressão sobre as mulheres, mas que ela mesma sofrerá. O que fica bem explícito no episódio *The Word*, quando é condenada a amputar o dedo mínimo pelo seu próprio esposo, após realizar a leitura da bíblia em uma reunião de comandantes.

Podemos reconhecer a mesma relação com a personagem de Tia Lydia, com falas que são encontradas nas comunidades do Facebook e Instagram das mulheres conservadoras, principalmente para desqualificar e tentar desconstruir o protagonismo feminino e o conceito de liberdade, ao afirmar a existência de “mais um tipo de liberdade, liberdade para, a faculdade de fazer ou não fazer qualquer coisa, e liberdade de, que significa estar livre de alguma coisa... Éramos uma sociedade que estava morrendo, dizia a Tia Lydia, de um excesso de escolhas”. (ATWOOD, 2017, p. 36)

Um ponto sensível relacionando a ficção e as redes sociais na atualidade é a abordagem, na totalidade dos dados coletados, da fertilidade como função divina e essencializada da mulher. Proteger a vida e ser mãe é postulado como função principal da mulher, e conseqüentemente o aborto é criminalizado em todos os casos.

### **Considerações Finais**

Margareth Atwood finaliza o romance mostrando como as mulheres conservadoras, que eram utilizadas para justificar o sistema, se tornaram parte da resistência ao sentir na pele a repressão do regime, percebendo que toda a retórica moralista e religiosa se resumia em uma reação para manter os privilégios masculinos na sociedade patriarcal, isto é, frente às pautas conservadoras, há resistências. Assim como em *Gilead*, há uma constante reinvenção na forma de lutar com o sistema na busca por emancipação e igualdade por grupos de mulheres.

Utilizar referências do cenário cultural é uma prática mobilizadora para discutirmos problemáticas do tempo presente. Desta forma, República de *Gilead*, sugere elementos que podem ser observados nas redes sociais ao trazer dados do conservadorismo que estão em

expansão nos últimos anos, em que se reforça o papel subalterno em que as mulheres são postas, e que ao mesmo tempo são reproduzidos equivocadamente por grupos de mulheres.

Dessa forma, mapear esse movimento de mulheres de direita, conservadoras e anticomunistas e suas narrativas nas redes sociais pode lançar luzes para compreensão do processo que está em curso. Assim como construir material que fomente distintas abordagens, didático-pedagógicas em sala de aula, para pensar caminhos entre a ficção e a realidade de forma reflexiva e contextualizada.

### Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3ª Ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ARAÚJO, Valdei, KLEM, Bruna, PEREIRA, Mateus. Introdução. In: ARAÚJO, Valdei, KLEM, Bruna, PEREIRA, Mateus. **Do Fake ao Fato**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Trad. de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Colloques. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71513>. Acesso em; 16 nov. 2020.

COSTA, Amanda Danelli. GUIMARÃES, Géssica. Mulheres e o avanço conservador no Brasil após o golpe de 2016. In: ARAÚJO, Valdei, KLEM, Bruna, PEREIRA, Mateus (orgs) **Do Fake ao Fato: (des) atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

FERNANDES, Cíntia Sanmartin; HERSCHMANN, Micael. Usos da cartografia nos estudos de comunicação e música. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. 17, N(3), p. 290- 301, set./dez.2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/fem.2015.173.03/4989>. Acesso em: 8 out. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, F. et. Al. (orgs). **Tempo Presente e Usos do Passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

LIMA JUNIOR, Oswaldo Pereira de; HOGEMANN, Edna Raquel. “O conto da aia”: a (des) pessoalização como dimensão epistêmico-moral fundadora da condição de sujeito de direito da mulher. **ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura**, Porto



Alegre, v. 5, n. 1, p. 69-93, jun. 2019. Disponível em: <<http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/470>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

OPELLI, Alexandre Lauriano C. Gays de Direita e a Nova Onda Conservadora: A negação de si mesmo e a contradição do conservadorismo nos costumes por parte de membros da comunidade LGBTQ+. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol 06, N. 01 - Jan. - Mar., 2020. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 10 jun. 2020.

POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita Brasil, Chile e Estados Unidos. *Varia História*. [online]. 2014, vol.30, n.52, pp.67-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v30n52/04.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REGIS, Vitor Martins; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 271-286, ago. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922012000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 08 out. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

**'The Handmaid's Tale': 30 anos depois, 'O Conto da Aia' está mais próximo da realidade, diz autora Margaret Atwood. BBC News BRASIL. Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49646159>. Acesso em: 20 nov. 2020.**

## A ATUAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS (1978-1988)

Nilda Priscila Lima Diógenes<sup>121</sup>

### Resumo:

Buscando trazer para o debate historiográfico a participação feminina dentro do movimento estudantil da Universidade do Amazonas, o presente trabalho analisa as trajetórias de mulheres que atuaram na luta em prol da Democracia e dos direitos à autonomia e segurança das mulheres, entre os anos de 1978 e 1988. Através do recorte de gênero e partindo de depoimentos e da metodologia da História Oral, juntamente com dossiês do Serviço Nacional de Informação, a pesquisa realiza reflexões sobre o tema em questão.

**Palavras-Chave:** Mulheres, movimento estudantil, ditadura.

### Introdução

O artigo é parte da pesquisa de mestrado *O protagonismo feminino no movimento estudantil universitário da Universidade do Amazonas (1978-1988)*, que está em fase de desenvolvimento e visa a rememorar os caminhos de luta construídos pelas mulheres que compunham o movimento estudantil da Universidade do Amazonas durante o processo de redemocratização do país. Compreender a atuação do movimento estudantil por meio do recorte de gênero, tendo como colaboradoras do projeto, mulheres que, enquanto estudantes, estavam dentro de organizações políticas que combatiam a ditadura militar e lutavam pelos direitos das mulheres é o que guia o trabalho.

A aproximação com o tema surgiu com a experiência de investigação acadêmica da construção do memorial *Memórias Militantes*<sup>122</sup>, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA). Ao pesquisar sobre as atuações de mulheres dentro do sindicato, analisamos atas de assembleias, boletins informativos, recortes de jornais do arquivo

---

<sup>121</sup> Aluna do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. O presente trabalho é realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Rodrigues da Silva.

<sup>122</sup> Projeto de memorial dos 40 anos de fundação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas. Os historiadores e arquivologistas envolvidos no projeto nos anos de 2018 e 2019, organizaram jornais, atas de reuniões, boletins informativos, fotografias e realizaram entrevistas com antigos e atuais dirigentes do sindicato.

da década de 1980, foi observado que algumas mulheres sindicalizadas e atuantes na militância construíram o movimento estudantil da Universidade do Amazonas antes mesmo de se tornarem professoras da instituição. Ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCdoB) durante os anos da década de 1980, Arminda Mourão e Lucia Antony partilharam suas reflexões sobre a esquerda brasileira e o movimento de mulheres na cidade de Manaus.

Ao longo da década de 1980, os professores de diferentes universidades do Brasil deflagraram greves. Rodrigo Patto escreve sobre as paralisações de 1981, 1982 e 1984, a última tendo durado cerca de três meses. O movimento grevista de docentes era o resultado em paradoxal das reformas promovidas pelos militares<sup>123</sup>. De modo que vemos um apoio entre os professores grevistas e do movimento estudantil dentro das universidades públicas.

Ao se privilegiar a realização de entrevistas com pessoas que participaram, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, torna-se possível reverberar outras leituras na análise dos acontecimentos históricos, das instituições, grupos sociais, dos movimentos<sup>124</sup>. Deste modo, a História Oral, como método de pesquisa, possibilita o questionamento do próprio documento escrito, e abre caminho para resgatar as vivências de agentes históricos que comumente passam despercebidos em documentos escritos.

A narrativa histórica tradicional esteve atenta em registrar eventos ligados à política ou à economia, espaços os quais as mulheres enfrentavam desafios para ocupar.

Alessandro Portelli afirma que a

[...] história oral, então, é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo da elaboração e reconstrução de significado.<sup>125</sup>

Para além disso, como nos aponta Michelle Perrot, “o ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino”<sup>126</sup>, razão pela qual a historiadora afirma que escrever a História das Mulheres é um desafio.

<sup>123</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: AARÃO REIS, Daniel et al. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 347.

<sup>124</sup> ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: Fontes Históricas/ Carla Bassanezi Pinsky. (organizadora). - 2. ed. , 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 118.

<sup>125</sup> PORTELLI, Alessandro . “*Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade.*” & “*O que faz a história Oral diferente.*”. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997, p. 33.

<sup>126</sup> PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. Tradução: Denice Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 185

Identificar as mulheres e trabalhar com suas narrativas é o que norteia a pesquisa, visto que, a figura feminina mesmo inserida dentro de grupos de esquerda não escapava dos discursos tradicionais de dominação do homem.

Experiências e narrativas de homens que estiveram à frente de centros acadêmicos, diretório central e, linha de frente em manifestações não abarcam as vivências das mulheres que construíram com eles o movimento estudantil dentro da Universidade do Amazonas durante a ditadura militar.

Conceição Fraga, traz em sua obra *Estudantes, Cultura e política: a experiência dos manauaras*<sup>127</sup> é o relato mais próximo da presença de mulheres do movimento estudantil universitário que temos, mas o trabalho não se propôs a escrever sobre as memórias femininas, e sim, sobre a experiência dentro do movimento estudantil a partir da memória de homens e mulheres do movimento, e até mesmo do reitor da universidade.

É o movimento feminista que impulsiona a discussão sobre a História das Mulheres, através da recusa de uma história em que se fala de “homem” no sentido universal, pleiteando um reconhecimento epistemológico que represente as mulheres.<sup>128</sup> Ao repensar os espaços dominados por reflexões de um mundo majoritariamente masculino, as discussões feministas passam a adotar o termo “gênero” em oposição ao ideal de homem.<sup>129</sup>

A década de 1980 foi marcada por greves de diferentes movimentos sociais - que convergiam suas pautas para combater o governo ditatorial instaurado em 1964, e lutar por um país onde a democracia pudesse se fazer vigente. Sabemos que em Manaus, a partir de 1978, os estudantes criaram “novos espaços”<sup>130</sup> de atuação estudantil. A retomada dos espaços, representada pela criação dos centros culturais e acadêmicos é um marco no movimento estudantil dentro da Universidade do Amazonas, pois tais centros desempenharam um importante papel no combate à ditadura militar.

Os diretórios centrais, centros acadêmicos, assembleias, reuniões de partido e atividades culturais são lugares de encontro e trocas entre os estudantes. Essa reorganização dos estudantes, traz para a luta universitária pautas nacionais, como a garantia do ensino público

---

<sup>127</sup> FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiências dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

<sup>128</sup> Cf. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria Soihet. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, núm. 54, dezembro, 2007, p. 284.

<sup>129</sup> SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995

<sup>130</sup> FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiências dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996. p. 61.

gratuito e a luta por um Estado democrático. Comentaremos aqui duas greves protagonizadas pelos estudantes da Universidade do Amazonas entre os anos de 1980 e 1981<sup>131</sup>.

No mês de setembro de 1980, os estudantes da UA aderiram a uma greve nacional convocada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja principal reivindicação foi a aplicação das verbas destinadas à educação. Uma assembleia com 400 estudantes discutiu a necessidade do aumento de taxa para a educação e para a democratização da Universidade. Em junho de 1981, os estudantes se organizaram novamente, desta vez para exigir o direito de escolha direta de reitores e vice reitores “Com a bandeira da UNE à frente, cerca de 1500 estudantes encerraram o dia de paralisação por melhores condições de ensino participando de uma passeata que saiu da Praça de São Sebastião e parou diante do prédio da reitoria, condenando a tentativa de institucionalizar o ensino público no país”<sup>132</sup>.

Em ambas as manifestações, apesar do número significativo de estudantes presentes, observamos que não houve, por parte da imprensa, o indicativo de que mulheres estivessem presentes nas mobilizações grevistas. Estudantes foram às ruas, protestaram, conversaram com as pessoas nas ruas que presenciaram os atos, mas as mulheres que estavam presentes não foram requisitadas para emitirem suas opiniões sobre a situação política do país em que viviam, ou sobre o movimento que elas também construíam. E é por constatarmos a ausência de narrativas femininas que buscamos mulheres que fizeram parte do movimento estudantil, e tendo como ponto de partida as discussões travadas com as falas dos sujeitos, ou seja, com as representações que as mulheres fazem de suas experiências é possível construir a pesquisa e, assim, resgatar parte da história do movimento contra a ditadura e pelos direitos das mulheres no Amazonas.

Arminda Rachel Botelho Mourão<sup>133</sup> relatou diversos episódios de sua trajetória dentro de movimentos sociais que lutaram pela democracia, por direitos trabalhistas e direitos das mulheres na cidade de Manaus. Em sua narrativa, é possível observar a alternância dos tempos da memória, pois ela vai e volta no tempo, narra episódios de embate com a polícia e assembleias estudantis da Universidade do Amazonas, nos instigando a análise bem como a busca por outras mulheres, outros olhares e outras reflexões. Lucia Regina Antony<sup>134</sup> atualmente é militante do PCdoB na cidade de Manaus, permanece à frente de movimentos de mulheres, lutando por igualdade de gênero. Ela é uma das fundadoras do Comitê da Mulher

---

<sup>131</sup> RODRIGUES, Leonardo; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A utopia de Lutar: o movimento estudantil e a repressão militar no Amazonas*. Relatório Final – Programa de Iniciação Científica, UFAM 2017.

<sup>132</sup> RODRIGUES; PINHEIRO. *A utopia de Lutar*, p.79.

<sup>133</sup> Estudante do curso de Pedagogia da Universidade do Amazonas (UA) nos anos de 1980.

<sup>134</sup> Foi estudante do curso de Odontologia da Universidade do Amazonas (UA) durante os anos de 1980.

Universitária, e resgata sua memória para falar um pouco mais sobre as reivindicações estudantis do período que foi estudante.

Trabalhar com as fontes orais significa trabalhar com o subjetivo. Neste sentido, o que é lembrado é tão importante quanto o processo de rememoração. Além disso, a interação entre o entrevistado e o entrevistador permite a ambos um momento de reflexão acerca de suas concepções e valores.

Na narrativa testemunhal, as memórias particulares, tomam uma dimensão coletiva. Neste sentido, quem se dispõe a falar dá a conhecer experiências próprias, mas que foram partilhadas por coletivos sociais e que se tornam peças fundamentais para compreender determinados processos históricos. No caso das trajetórias de vida femininas, esse contexto se apresenta como possibilidade de construir uma narrativa na qual as mulheres figuram como agentes do processo histórico.<sup>135</sup>

Ao recuperar suas memórias, Arminda atribui sua aproximação com o movimento estudantil ao período em que morou em Porto Alegre. Ela toma como marco um ato dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1972, onde houve confronto com a polícia. Ao se referir sobre o seu passado, Arminda brinca sobre a sua falta de entendimento dos conflitos sociais que a ditadura militar gerava: “Eu costumo dizer, a própria Alice no país das maravilhas. Ah! Onde estou? Como estou? E isso me despertou perguntas, né?”

Ela fica intrigada com o que viu na praia e comenta o ocorrido com um engenheiro, que ao ouvir o que Arminda conta, não se manifesta. Uma semana após o encontro com o engenheiro, ele a leva até a sede da do jornal Voz da Unidade, com o intuito de fazê-la compreender o que estava acontecendo no Brasil durante os anos em que os generais governavam o país. O contato com o jornal a impulsiona para as leituras e para o movimento estudantil, afinal, no ano de 1974 ela cursava pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao retornar para Manaus, Arminda também transfere seu curso para a Faculdade de Educação da UA, tornando-se aluna da instituição; nessa conjuntura, seu pai Octávio Hamilton Botelho Mourão era o reitor da universidade. Além de seu contato com o movimento estudantil, Arminda se filia ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na cidade de Manaus. Com sua entrada no partido e com as discussões internas, Arminda relembra da necessidade do partido

---

<sup>135</sup> ROCHA, Débora Raiza Rocha *A experiência da inserção das mulheres na ação popular*. IN: AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália; DELLAMORE, Carolina. *A ditadura aconteceu aqui. A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e voz, p. 131.

de ampliar lideranças, fica decidido que ela irá pleitear a eleição para presidente da Associação dos Servidores da Universidade, vale ressaltar que naquele momento além de estudante ela possuía um cargo como servidora administrativa. Em sua avaliação, mesmo sendo novata na militância, ela ganha a eleição justamente pela influência de seu pai, o então reitor da universidade. Ao olhar sua própria história, Arminda relata que mesmo sendo de uma família tradicional, rompe com as expectativas e padrões que esperavam dela por ser mulher.

“Pai, eu não comungo mais com as ideias de família que o senhor representa”, É assim que ela relembra a conversa que teve com o pai. Segundo a entrevistada a relação dos dois é amistosa, mas isso não significa que as divergências e combates políticos inexistam dentro e fora da Universidade.

A entrevistada conta que um evento foi bastante significativo para ela, no que diz respeito ao seu entendimento sobre as relações políticas no interior da universidade. Ela conta que em uma discussão, no mini campus, entre estudantes e reitor, no meio de uma plenária Octávio Mourão se refere à Arminda como “minha filhinha”. Segundo a entrevistada, a fala dele foi proferida com o intuito de deslegitimar suas ações enquanto oposição à gestão de Mourão.

[...] aí ele me olha com aquela cara, parece que eu tô vendo, aí ele diz assim “Mas minha filhinha..”, quando ele diz “Mas minha filhinha”, a plenária, parece que tudo que eu disse não se ouvia mais, porque com aquele “Mas minha filhinha” ele me desmoraliza com a liderança.<sup>136</sup>

Em 1983, estudantes, partidos, servidores da universidade e outros movimentos organizados convocaram um ato que percorreria o trajeto do Palácio do Rio Negro, na Avenida Sete de Setembro, até a Praça da Matriz, no centro da cidade; o intuito era chamar a atenção das pessoas e panfletar sobre o valor da passagem de ônibus. Mas o ato é interrompido pela polícia e pelos bombeiros, havendo por parte dos agentes do estado repressão e truculência, episódio que ficou conhecido como “A Batalha da Matriz<sup>137</sup>”. Uma lista foi elaborada pelos policiais para divulgar o nome dos subversivos ali presentes, porém, embora presente no ato, Arminda se surpreendeu quando seu nome não fora divulgado na lista: “[...] quando eu olho a lista meu nome não tava lá e eu achei gozado. E eu liguei pro meu pai e perguntei o que ele fez, e ele disse: “Deixar meu nome como subversivo, mas não vou mesmo!”

<sup>136</sup> Entrevista concedida por MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019. 1 arquivo, mp3 (70min). Local: Sede da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>137</sup> A CRÍTICA, 23 de Setembro de 1983, Nada decidido ontem, p. 01

Mesmo com a intervenção familiar para evitar que Arminda fosse associada ao ato, ela é citada no *Jornal Acrítica*<sup>138</sup>, na edição que sucede o dia do ato, onde se tem registrado que ela mostra o ferimento de baioneta nas costas, contrapondo a declaração oficial do estado que negava a atuação repressiva dos policiais com os manifestantes. Os estudantes pressionaram os representantes do governo para que eles assumissem a responsabilidade da violência cometida, mas o que se recebeu do governador Gilberto Mestrinho foram ameaças de utilizar suas ferramentas de repressão para silenciar quem reivindicava direitos.

Arminda Mourão mantém suas pautas em prol da democracia e pelos direitos das mulheres ao longo da década de 1980; esteve presente em inúmeros atos e sua atuação é considerada pelos militares como uma ameaça. Seu nome aparece em diferentes relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI)<sup>139</sup> como por exemplo o relatório de 8 de março de 1984<sup>140</sup>.

Para comemorar o dia Internacional da Mulher, o Centro da Mulher Brasileira – Setor Amazonas – realizou o encontro “Mulheres Amazonenses Unidas por direitos e diretas”<sup>141</sup>, indo da Faculdade de Serviços Sociais até a frente do Teatro Amazonas. O encerramento do evento contou com uma peça teatral que discutiu sobre “a discriminação das mulheres”<sup>142</sup> e as diferenças sociais entre a mulher proletariada e a mulher burguesa, tendo sido exibida para um público de 200 pessoas. A luta das mulheres brasileiras durante os anos da década de 1970 e 1980 estava pautada na emancipação feminina e nos direitos básicos, como já foi citado anteriormente. No panfleto de chamada para o encontro nos deparamos com o seguinte parágrafo:

Mas verdade também companheiras, é que nos regimes capitalistas, principalmente nos países pobres, sujeitos ao domínio estrangeiro (como o nosso), nós estamos privadas dos direitos mais elementares (casa, comida, salários dignos, saúde, educação etc.), não dispendo sequer de condições necessárias para assumir o papel de mãe, trabalhadoras e cidadãs.<sup>143</sup>

As reflexões debatidas no evento seguem a cartilha do movimento feminista e o movimento feminista de segunda onda que acontece no Brasil, e são influenciadas pelo pensamento marxista. Ao falar de seu processo de identidade e aproximação com o movimento

---

<sup>138</sup> *Ibidem*.

<sup>139</sup> O Serviço Nacional de Informação foi órgão de espionagem da ditadura militar, criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964.

<sup>140</sup> Serviço Nacional de Informação. Memorando nº4623 – *Centro da Mulher Brasileira*. 09 de Março de 1984.

<sup>141</sup> Serviço Nacional de Informação. Memorando nº4623 – *Centro da Mulher Brasileira*. 09 de Março de 1984.

<sup>142</sup> *Ibidem*.

<sup>143</sup> *Ibidem*.



estudantil, Arminda nos diz que para ela o “trabalho ainda é a categoria central das discussões”, marcando assim, suas convicções e leituras sobre o mundo.

Ela também nos relata

Eu vinha lendo muito sobre o movimento e sobre as questões das mulheres, e a vida tinha me trazido essa vivência de exclusão, que não é só no movimento sindical, a gente traz desde quando nasce. Então eu tinha pela compreensão do que era essa questão da mulher e como a mulher era vista no movimento sindical, vista como objeto, como ser inferior.<sup>144</sup>

Arminda é considerada pelo relatório<sup>145</sup> como a organizadora do encontro de mulheres em Manaus, até o presente momento, ainda não tivemos a confirmação dela sobre esta atribuição, mas não nos restam dúvidas de que foi uma grande colaboradora do movimento de mulheres, estudantil e sindical na cidade de Manaus.

A trajetória de Arminda é extensa dentro dos movimentos sociais em Manaus, no diálogo ela vai e volta no tempo, em suas memórias. Compartilha suas experiências em cada sindicato que compôs, bem como dos encontros de trabalhadores que organizava na cidade.

Em outro dossiê organizado pelo SNI<sup>146</sup>, Arminda tem uma série de definições, mas apresentaremos apenas três: 1) É militante do PCdoB/Amazonas, infiltrada na ASSUA como Presidente da entidade e funcionária da Universidade do Amazonas; 2) É contrária ao regime vigente no País; 3) Ao assumir a presidência da ASSUA, concedeu entrevista à Imprensa local, declarando que aquela entidade apoiaria todas as reivindicações dos funcionários e estudantes, afirmando que assim se processaria a democratização da mesma.<sup>147</sup>

A descrição de Arminda, pelo SNI, assemelha-se ao relato de sua trajetória enquanto militante de movimentos sociais. Mesmo atuando em várias frentes de movimentos durante os anos finais da ditadura militar no Brasil, ela não deixou de ser alvo do machismo dos homens que também estavam nas mesmas organizações que ela.

Arminda expõe que no ano de 1983, em um evento, um funcionário da universidade se refere a ela como “puta” e ela respondeu a provocação com um soco em quem a ofendeu.

Porque o mundo é dos machos e naquela época eu nunca vi movimento mais machista do que movimento sindical. Era um movimento de exclusão das mulheres, era um movimento, inclusive, que cantava as mulheres. Hoje a gente diria que é assédio, naquela época não tinha, então a gente se defendia como podia. Teve uma situação, onde eu

---

<sup>144</sup> Entrevista concedida por MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019.

<sup>145</sup> Serviço Nacional de Informação. Memorando nº4623. op. Cit., p. 4.

<sup>146</sup> Serviço Nacional de Informação. Memorando nº 4225, p. 8.

<sup>147</sup> Ibidem.

estou presente da Assua, em 1983, numa festa que a gente tava e chega um sujeito, funcionário da universidade, me chamou de “puta”, me esculhambou, ainda sentei com ele e falei “Mas menino, o que é isso?”, e ele continuou e eu disse “Você vai continuar?”, ele não percebeu que eu fiz isso (gesto com as mãos), ele disse “Vou!”, eu me ergo, só que eu não tenho força pra arrancar dente, só que eu errei e dei no nariz e o nariz do sujeito [...]”<sup>148</sup>

A rememoração da entrevistada levanta reflexões: Como as relações de gênero, as relações de poder, se apresentam dentro do movimento de esquerda? A autoridade masculina, que é construída pela sociedade, é demonstrada segundo a entrevistada, em um encontro social entre homens e mulheres que estavam unidos com um mesmo objetivo, combater a ditadura.

Outra figura importante para nossa reflexão é Lucia Regina Antony, integrante do PCdoB do Amazonas, e que nos anos de 1980 era estudante na Universidade do Amazonas, quando esteve ligada ao movimento estudantil sendo uma das fundadoras do Comitê da Mulher Universitária (CMU)<sup>149</sup>. Vivencia o momento de reorganização estudantil dentro da universidade e participa ativamente da luta pela democracia, por uma universidade pública e pelos direitos das mulheres.

Quando Antony fala de sua aproximação com o movimento estudantil, evidencia as crises econômicas que o país vivenciava durante a ditadura militar e o autoritarismo ao qual estava submetido. Para ela, ou os estudantes se aliavam à luta contra a ditadura ou continuariam subordinados ao comando dos militares.

Na universidade, então, naquele momento a gente percebeu ou nós mudávamos pra garantir a liberdade democrática e avançar numa pauta de desenvolvimento econômico que pudesse garantir emprego e renda pra maioria do povo brasileiro ou nós não teríamos futuro. Então, a partir dessa reflexão, foi que a gente começou o movimento estudantil na universidade, combatendo a ditadura militar e todas as ações. O Diretório Central dos Estudantes, naquela época chamado de DU, era um órgão, a entidade tava na mão da reitoria, então a reitoria praticamente indicava quem ia dirigir os estudantes, era uma coisa bem de direta e bem autoritária. E a gente, a partir, então, dessa tomada de consciência, de que era preciso garantir um futuro diferente daquele que a gente tava vivendo, a gente começou, então, a fazer parte do movimento estudantil, que se organizou de diferentes formas.<sup>150</sup>

<sup>148</sup> Entrevista concedida por MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019.

<sup>149</sup> Em entrevista, Lucia relata a data de fundação do Comitê da Mulher Universitária, fundado dia 8 de março de 1980. O comitê tinha como principal objetivo reivindicar a permanência das mulheres na universidade, e combater as violências sofridas por mulheres dentro e fora da universidade.

<sup>150</sup> Entrevista concedida por ANTONY, Lucia Regina. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019. 1 arquivo, mp3 (70min). Local: Sede do Pcdob.

A articulação dos estudantes da universidade é presente na narrativa de Lúcia, assim como sua atuação dentro do CMU. Uma das pautas tratadas pelo comitê abordava a necessidade de uma creche para que a universidade se tornasse um ambiente inclusivo para mães. A intenção era garantir o ingresso delas ou dar-lhes as condições necessárias para concluir uma graduação, pois estudantes que são mães precisam de uma rede de apoio para que seus filhos permaneçam seguros enquanto elas estudam. O reitor Octávio Mourão, em reunião com o comitê, negociou a criação de uma creche, porém, o projeto apresentado em planta nunca passou de uma promessa.

Através da lembrança de Lucia é possível acompanhar a caminhada conjunta entre o CMU e ela, a organização e a conquista de um espaço político durante sua passagem pela Universidade do Amazonas.

O direito de não ter o corpo testado por laboratórios<sup>151</sup> que buscavam produzir anticoncepcionais, o direito de conseguir um emprego sem ser submetida a uma laqueadura, são reivindicações estritamente femininas ligadas à dominação do corpo e da vida das mulheres. Lucia, através do CMU, compartilha a importância de ultrapassar o ambiente da universidade, ampliar as pautas de lutas pela segurança das mulheres e se fazer presente nas ruas para falar sobre as diferentes violações que mulheres amazonenses foram submetidas durante o período em questão.

E também, naquela época, começou a ser desenvolvida uma pesquisa, de um laboratório norte-americano, que é o que a gente tem hoje, o anticoncepcional injetável e, naquela época, eu estava fazendo a pesquisa nisso, que era o Norplant, na época. E nós tivemos casos de mulheres, principalmente indígenas, que tiveram problemas de hemorragia, complicações mesmo, em funções desses experimentos informais. E o Comitê da Mulher Universitária, naquela época também, existia um projeto chamado “Projeto Jaraqui”, que funcionava na Praça da Polícia, onde a gente ia pra lá pra levantar as pautas do dia a dia e nós levantamos essa questão do Norplant e, coincidiu de estar em Manaus uma equipe de jornalistas franceses e isso repercutiu no mundo inteiro. Foi uma coisa do C.M.U que foi pra praça que extrapolou o Brasil.<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup> Até o presente momento não encontramos notícias sobre o ato do CMU, mas o relatório sobre o laboratório mencionado comprova que houve testes na cidade de Manaus que causaram complicações nas mulheres testadas. Processo DIMED n.º 10442/84-DFS-RJ PC/CFM/Nº. 05/1986.

<sup>152</sup> Entrevista concedida por ANTONY, Lucia Regina. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019.

O projeto Jaraqui<sup>153</sup>, citado por Lucia, foi fundado em março de 1980 no auditório da Faculdade de Estudos Sociais, da Universidade do Amazonas. Passou a ser executado aos sábados, na Praça Heliodoro Balbi (praça da Polícia), sendo um espaço e tribuna muito utilizado pelos movimentos sociais de Manaus, os quais se reuniam aos sábados para debater sobre problemas da cidade e suscitar a autocrítica popular.

Lucia é de uma família tradicional e seu pai foi, durante três gestões, superintendente adjunto da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)<sup>154</sup>, cargo indicado por militares. Apesar de sua família ter ligações com a ditadura militar, ela se filia ao Pcdob e participa ativamente das reuniões e atos promovidos pelo partido. Por conta disso, em 1982, seu nome é listado em um relatório do SNI<sup>155</sup>, no qual é apontada como uma das lideranças universitárias do partido e fichada como “agente subversiva”.

Os agentes do SNI estavam presentes na universidade, nos encontros promovidos pelas organizações e partidos que faziam oposição à ditadura militar. Buscavam intimidar os estudantes e professores e nem sempre faziam questão de esconder que estavam ali para vigiar o que estava sendo debatido. Mesmo na década de 1980, quando já se encaminhava o processo de redemocratização, existia perseguição dentro do espaço universitário. Sobre os agentes da SNI Lucia nos relata um episódio que ficou marcado em sua trajetória enquanto estudante:

uma vez eu tava no antigo ICHL e aí chegou um rapaz pra mim, nessa época eu tinha um fusca, e o fusca você consegue abrir aquela borboletinha do lado com muita facilidade, né, mete uma faquinha do lado e abre e tal. Ele chegou pra mim e falou assim “Lúcia, manda botar uma tranca e tenha cuidado pra não deixar esse teu carro aberto, porque eles estão planejando colocar maconha no porta-luva no seu carro. E naquela época eu andava com o pixain no meio da costa, saia indiana, aquele estilo hippie, né? Então relacionar aquele estilo com a droga era muito fácil, embora eu nunca tenha usado, mas esse tipo de coisa a gente tinha. Eles tentavam pegar as lideranças, muitas vezes procuravam os pais pra dizer “Olha, a tua filha tá envolvida com o pessoal e não sei quê”, então tinha todos esse tipo de coisa, a gente sofreu uma certa perseguição e tudo o mais, mas também no período de muita resistência, então isso de uma certa forma intimidava essa ação mais repressiva.<sup>156</sup>

<sup>153</sup> ROCHA, J. Martins. Projeto Jaraqui – 40 Anos debatendo a Amazônia e sua gente. Blog do Rocha, 2019. Disponível em: <http://jmartinsrocha.blogspot.com/2019/08/projeto-jaraqui-40-anos-debatendo.html> acesso em 03/09/2020 às 15:58.

<sup>154</sup> Zona Franca de Manaus foi criada pelo Decreto-Lei nº 288, 28 de fevereiro de 1967.

<sup>155</sup> Serviço Nacional de Informação. Memorando 2603. Campanha de propaganda adversa ao regina brasileiro encetada por elementos de esquerda em Manaus/AM – 10 de Março de 1982.

<sup>156</sup> Entrevista concedida por ANTONY, Lucia Regina. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Nilda Priscila Lima Diógenes. Manaus, 2019.

O fato de Lucia ser de uma família tradicional, uma família burguesa, gerava em alguns companheiros de luta certa desconfiança de sua militância, pois ela poderia ser uma infiltrada. Apesar das desconfianças de alguns, ela enxerga sua trajetória como de uma mulher forte que se impôs dentro do movimento estudantil, partidário e representou o movimento de mulheres dentro da Universidade do Amazonas. Para ela, conquistar uma liderança sendo mulher “é dureza”, falando sobre outras mulheres contemporâneas de movimento estudantil como mulheres decididas e firmes. Reafirma que a determinação dessas mulheres foi fundamental para a construção e ocupação dos espaços estudantis por universitárias.

O acesso à universidade e, o contato com autoras comunistas feministas e com o movimento de esquerda, proporcionaram a estas mulheres um engajamento para participarem ativamente do movimento estudantil, do PCdo B, da Voz Operária e outros sindicatos que surgem ao longo da década de 1980 na cidade de Manaus. Rago nos diz que é “a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista”,<sup>157</sup> sendo assim, estas mulheres militantes compreendem que machismo é estrutural e, perpassa as relações sociais que são também relações de poder entre homens e mulheres.

Ser mulher dentro da esquerda como Arminda Mourão e Lucia Antony, que disputaram espaços políticos, tiveram suas trajetórias e experiências marcadas pela questão de gênero, afinal, também sofreram com as desigualdades por ser mulher e ao longo do processo de redemocratização lutaram por igualdade de gênero.

As discussões iniciadas no período da ditadura brasileira acerca do feminismo, dos direitos iguais entre homens e mulheres, quais foram garantidos pela Constituição Federal de 1988, ainda hoje estão presentes nas organizações políticas, e dentro dos grupos de esquerda. As mulheres que contribuem para esta pesquisa buscam durante suas trajetórias combater o machismo e fortalecer outras mulheres para que haja, de fato, mais liberdade e que os direitos sejam garantidos para todas, a luta é contínua e constante. Por conta disso, elas reiteram ao longo das entrevistas a necessidade de reflexões das estruturas sociais que dão continuidade as diferentes violências que uma mulher pode sofrer.

## **Referências Bibliográficas**

---

<sup>157</sup> RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana M. e GROSSI, Mirian P. (orgs), Masculino, Feminino, plural. Florianópolis, Editora das Mulheres, 1998, pp.24-42.

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: Fontes Históricas/ Carla Bassanezi Pinsky. (organizadora). - 2. ed. , 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.
- AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália; DELLAMORE, Carolina. A ditadura aconteceu aqui. A história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e voz, p. 131-149, 2017b.
- BURKE, Peter. (Org.) A Escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011
- FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiências dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história* / Michelle Perrot : tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: “Dossiê Tempo: RJ, vol. 1, nº2, 1996, pp 59-72  
Porto Alegre, n. 20, v.2, p. 71-100, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. “Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade.” & “O que faz a história Oral diferente”. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.
- RODRIGUES, Leonardo; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A utopia de Lutar: o movimento estudantil e a repressão militar no Amazonas*. Relatório Final – Programa de Iniciação Científica, UFAM 2017.
- RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana M. e GROSSI, Mirian P. (orgs), *Masculino, Feminino, plural*. Florianópolis, Editora das Mulheres, 1998, pp.24-42.
- ROVAI, Marta. História Oral e história das mulheres: Rompendo Silêncios. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: Revista Brasileira de História, N.54, v. 27. 2007.

# “INCONGRUÊNCIA DE GÊNERO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA” OU REPATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE?

Eugenia Rodrigues<sup>158</sup>

## Resumo

Tem-se notado, em diversos países, entre eles o Brasil, um aumento do número de crianças e adolescentes diagnosticados com “incongruência de gênero” (termo atual para condições que já foram nomeadas genericamente como “inversão sexual”, “transexualismo”, “disforia de gênero” e “transtorno de identidade de gênero”). As vendas de medicamentos utilizados como bloqueadores da puberdade para crianças com esses diagnósticos também têm aumentado expressivamente. Entretanto, estudos de longa duração revelam desaparecimento desses sintomas após a puberdade e a homossexualidade como características predominantes entre os pacientes. Logo após a despatologização da homossexualidade, em 1973 se reconheceu o “transtorno de identidade de gênero” na infância e buscamos investigar a correlação entre comportamentos infantis desviantes do sistema de gênero e a medicina como instrumento de normatização.

**Palavras-chave:** Crianças trans. Homossexualidade. Patologização.

## 1 Introdução

O aumento do número de crianças e adolescentes diagnosticados com “incongruência de gênero” é expressivo, chegando a cem vezes, entre 2009 e 2016 no Reino Unido (DE GRAAF et al., 2018). As vendas do SUPPRELIN®, um medicamento utilizado como bloqueador da puberdade aumentaram 800%, entre 2010 e 2018 (ENDO PHARMARCEUTICALS, 2010, 2019). Por outro lado, estudos de longa duração observam o desaparecimento da disforia de gênero após a puberdade em 70% dos pacientes (STEENSA; COHEN-KETTENIS, 2015) e a predominância da homossexualidade entre eles, superando os

---

<sup>158</sup> Apoiamos o direito a uma vida digna e saudável para todas as pessoas, respeitando sua autonomia corporal e escolhas enquanto adultas. Nosso intuito é promover uma reflexão e levantar hipóteses sobre como tem sido abordada a “incongruência de gênero” a fim de abrir espaço para uma discussão crítica de possibilidades. As respostas para nossas indagações não são fechadas e requerem atenção a estudos futuros.

60% (AITKEN et al., 2015). Como indaga Kreher (2016), estaríamos expondo lésbicas, gays e bissexuais adolescentes a intervenções médicas desnecessárias, pautadas por estereótipos de gênero?<sup>159</sup> Este trabalho realiza uma análise inicial multidisciplinar destes fenômenos, passando pela patologização da homossexualidade no final do século XIX (JEFFREYS, 2003; TREVISAN, 2000) até os critérios internacionais atuais de diagnóstico. É fundamental, portanto, uma reflexão sobre os riscos destas políticas, resguardando o direito de pessoas adultas à sua autonomia corporal.

## 2 Histórico da questão

Tratar como uma condição médica comportamentos que fogem às normas sociais vigentes não é algo recente: no século XIX, a medicina e a psicologia já se empenhavam em corrigir comportamento desviantes como a sexualidade<sup>160</sup>. A publicação do *Psychopatia Sexualis*, de Henrich Kaan, em 1846 inaugura um domínio médico-psicológico das chamadas perversões que ocuparia o lugar das velhas categorias de devassidão e sodomia (FOUCAULT, 1978). Na tentativa de explicar o comportamento homossexual masculino, o jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs, talvez o primeiro ativista gay, postulou que certos homens teriam “almas femininas presas em corpos masculinos” (HERDT, 1993)<sup>161</sup>. Partindo dessas ideias e utilizando técnicas que se aperfeiçoariam ao longo dos anos, iniciam-se, então, experimentos científicos para corrigir a orientação sexual como lobotomia, castração física e química, enxertos de órgãos, transplantes de testículos e terapia eletroconvulsiva (BLAKEMORE, 2019; OVERWHELMED, 2017). A história das intervenções médicas em homossexuais se confundiria com as de quem Magnus Hirschfeld nomearia de “transexuais”<sup>162</sup> e, à rigidez do

<sup>159</sup> Um fato significativo é relatado pelo teórico queer Giancarlo Conejo (2011) em seu artigo denominado “A guerra ao menino afeminado”. Conejo, que é gay, relata que foi levado a psicólogos por seus pais, ansiosos por uma “cura” para seu “afeminamento” e que recebeu um diagnóstico de “transtorno de identidade de gênero. Relatos similares são encontrados na biografia de João Nery (2011).

<sup>160</sup> A medicalização da sociedade, ensina Ivan Ilitch, consiste num processo em que a área de atuação da medicina se alarga ao ponto de constituir uma forma de violência sobre o indivíduo (ILITCH, 1975). Coloca-se no campo da medicina a origem e a solução de um problema que não é - ou que, a princípio, não seria - médico. A patologização também sugere que haveria uma causa, em geral biológica, para aquele sintoma, que seria preciso se chegar a um diagnóstico e a uma cura (em geral através da prescrição de fármacos e/ou de cirurgias). E essa cura, no sistema capitalista, está subjugada aos interesses da indústria médico-farmacêutica.

<sup>161</sup> Magnus Hirschfeld, médico e fundador da primeira organização pelos direitos homossexuais em 1897 na Alemanha, também teorizou sobre a homossexualidade a partir da ideia de uma “inversão sexual”, de homens “femininos” pertencentes a um “terceiro sexo” (STEAKLEY, 1997)

<sup>162</sup> Magnus participaria indiretamente das primeiras cirurgias de readequação genital (KHAN, 2016) e esses parâmetros guiariam não apenas médicos (psiquiatras, endocrinologistas, cirurgiões plásticos) mas também psicólogos – a medicalização, sabemos, não é um processo exclusivo dos profissionais da medicina



sexo do século XIX, o psicólogo John Money utilizaria nos anos 50 a noção de gênero<sup>163</sup>. Em 1973, a homossexualidade deixa de ser listada oficialmente como patologia pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Estados Unidos. Contudo, sete anos depois, o documento passou a reconhecer o chamado “transtorno de identidade de gênero” (*gender identity disorder*, GID) na infância, diagnóstico passou a ser aplicado a crianças cujos comportamentos não se enquadravam nas normas de gênero. Se ao longo do século XX quase não há registros de menores de idade sendo encaminhados para “terapia hormonal”, isso mudaria em 2006, quando foi publicado o primeiro estudo acerca do uso de uma substância inibidora de hormônios gonadotrópicos, a triptorelina, para paralisar a puberdade de garotos e garotas fisicamente saudáveis (WAAL et al., 2006). A partir daí, outras substâncias seriam utilizadas com o mesmo fim como histrelina, leuprorrelina e goserelina e o “tratamento” começou a ser recomendado internacionalmente; em paralelo, iniciou-se também a prática de reduzir a idade mínima para ministrar uma segunda categoria de hormônios artificiais que já era aplicada em adultos: *cross-sex hormones* ou “hormônios cruzados” (que suprimem as características sexuais secundárias e induzem características físicas do outro sexo). A medicina e psicologia brasileira seguirão as tendências estrangeiras (TREVISAN, 2000) ao longo dos séculos XX e XXI e entre 2008 e 2013 o Brasil criou e ampliou o financiamento público do chamado “processo transexualizador” (Portarias 1.707/2008 e 2.803/2013 do Ministério da Saúde), estabelecendo a idade mínima de 18 anos para os hormônios e 21 para cirurgias irreversíveis. No mesmo ano, o Conselho Federal de Medicina emitiu o Parecer n.º 8/2013, sugerindo o bloqueio puberal tão logo surjam os primeiros sinais de amadurecimento físico e recomendando hormônios cruzados a partir dos 16 anos. Em 2017, os critérios internacionais para o diagnóstico de disforia de gênero na infância e adolescência aparecem no Manual para Disforia de Gênero da Sociedade Brasileira de Pediatria; incluem a simples preferência por brinquedos e roupas socialmente atribuídos ao outro sexo<sup>164</sup>. Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia publica a Resolução n.º 1/2018, que penaliza profissionais que questionem identidades de gênero. Finalmente, em janeiro de 2020,

---

<sup>163</sup> para nomear o "sexo psicológico; pensa sobretudo na possibilidade de utilizar a tecnologia para modificar o corpo segundo um ideal regulador pré-existente que prescreve como deve ser um corpo humano feminino ou masculino” (PRECIADO, 2008, p. 81)

<sup>164</sup>“Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por *crossdressing* (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas [...] Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos ou atividades tipicamente masculinas e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas. Forte desgosto com a própria anatomia sexual”. (SBP, 2017, p. 5)

foi publicada a Resolução nº 2265/2019 do CFM, reiterando intervenções hormonais em crianças e adolescentes e reduzindo a idade para cirurgias de 21 para 18 anos.

### 3 O que os estudos mostram

A partir do final dos anos 1960, começam a ser publicados estudos de longa duração acerca de crianças e adolescentes diagnosticados com o que se denomina atualmente de “incongruência de gênero”. Dados do Brasil e do mundo vêm mostrando um aumento considerável no número de diagnósticos e atendimentos<sup>165</sup>:

Aumento no número de casos de Incongruência de Gênero na Infância			
País	Período analisado	Taxa de aumento	Referência
Estados Unidos (UA)	2017 - 2018	300%	MEERWIJK et al., 2017; RIDER et al., 2018).
Canadá	1980 - 2008	400%	(WOOD et al., 2013)
	1998 - 2011	500%	(KHATCHADOURIAN, 2014).
Reino Unido (Inglaterra)	2009 - 2016	1000% (mil)	DE GRAAF et al., 2018
	2013 - 2018	400%	TURNER, 2018
Austrália	2014 - 2019	400%	KENNY, 2020
Suécia	2011 - 2016	900%	(FRISÉN; SÖDER; RYDELIUS, 2017)
	2008 - 2018	1500% (mil e quinhentos)	BERLIN & SALMI, 2020

<sup>165</sup>No Brasil, em 2017, o Ambulatório de Identidade de Gênero da USP (AMTIGOS) informa aumento de 60% na procura e que “a busca é maior por parte de famílias de crianças entre 5 e 12 anos” (FARIAS, 2016). Desde a criação do ambulatório em 2010 até o ano de 2017, O AMTIGOS atendeu, cerca de 400 pacientes; no ano da publicação, trabalhava com 295, sendo 55% trans do sexo masculino e 45% do sexo feminino. Sendo 76 crianças, 24% meninas e 76% meninos. E mais 150 adolescentes, 62% meninas e 38% meninos. Entre as crianças, a maioria na faixa etária dos 6-12 anos; entre os adolescentes, entre 17 e 18 anos (SAADEH, et al. 2018). Finalmente, em 2019, após a flexibilização para mudanças em documentos, o número de pedidos para inclusão do nome social no Estado de São Paulo disparou: em menos de 30 dias da nova regulamentação, foram feitos quatro pedidos para crianças com entre 5 e 10 anos, sete para a faixa etária de 11 a 16 e 45 com idades entre 17 e 21 anos (LEITE, 2019).

Os estudos demonstram também que a taxa de persistência para este tipo de diagnósticos são baixas; a maioria dos casos se resolve após a puberdade<sup>166</sup>. Indicam também sobreposição entre orientação sexual e estes diagnósticos<sup>167</sup>, aumento no número de casos entre pacientes do sexo feminino<sup>168</sup>, comorbidades<sup>169</sup>, influência da mídia<sup>170</sup>, o *bullying* homofóbico como fator determinante<sup>171</sup> e as dificuldades inevitáveis da puberdade<sup>172</sup>. GRIFFIN (2020) e outros apontam que não existem estudos comparativos de longo prazo que demonstrem que intervenções hormonais e cirúrgicas são superiores a uma terapia baseada em evidências na redução do sofrimento. O processo de subjetivação que direciona jovens para a transexualidade parece, portanto, ter origem extrínseca, na socialização e nos agentes socializadores:

---

<sup>166</sup>Ristori & Steensma (2016) mostraram que para 85,2% dos indivíduos acompanhados, os sentimentos disfóricos de gênero desaparecem por volta ou após essa fase. A exceção, conforme será apontado nas considerações finais, reside nas crianças e adolescentes que receberam bloqueadores de puberdade (KORTE, 2008; STEENSMA et al., 2011, 2013, 2015; SINGH, 2012).

<sup>167</sup>Em sua revisão, Nucci (2009) encontrou quinze artigos publicados entre 1977 e 2006 que estabeleciam uma relação entre a homossexualidade e a bissexualidade na vida adulta e a não conformidade de gênero na infância, destacando que as dimensões da orientação sexual e de gênero são, para parte significativa dos pesquisadores, interligadas. Diversos estudos longitudinais forneceram evidências de que o comportamento atípico de gênero na infância é correlacionado à orientação homossexual ou bissexual na idade adulta. Taxas de comportamento homossexual superiores a 60% foram encontradas (KORTE, 2008, WALLIEN, 2008; WOOD et al., 2013; HEYLENS et al., 2012; CLARCK et al., 2012; AITKEN et al., 2015; LITTMAN, 2018; RECKERS, 1972). Em 2005, Zucker e Spitzer argumentaram contra a ideia de que os diagnósticos para GID seriam uma forma de continuar a patologização da homossexualidade. Para os autores, a inclusão do novo diagnóstico teria sido feita pelos mesmos membros do comitê que lutaram pela remoção da homossexualidade do DSM-II e, portanto, não faria sentido que o intuito fosse esse. Apesar disso, eles reconhecem que, já em 2005, em alguns casos os diagnósticos para GID foram utilizados como desculpa para "tratar" a homossexualidade precocemente (PLEAK, 1999; ZUCKER; BRADLEY, 1995; DE AHUMADA, 2003; NICOLSI; NICOLSI, 2002). O médico britânico David Bell também reconhece a homossexualidade como fator decisivo para o aparecimento da disforia de gênero. Para ele, a homossexualidade atrelada a problemas de homofobia internalizada, poderiam levar os pacientes a se enxergarem como sendo de "outro gênero" (BELL, 2019). Esta homofobia internalizada também foi apontada como causa para disforia pelo estudo da Universidade de Cambridge (GRIFFIN, et al 2020).

<sup>168</sup> Wood já apontava para um aumento de 400% no número de casos de disforia no sexo feminino (WOOD et al., 2013; AITKEN et al., 2015; LITTMAN, 2018; KALTIALA-HEINO, 2015; STEENSA; COHEN-KETTENIS, 2015; VAN SCHALKWYK et al., 2015).

<sup>169</sup> Estudos apontam que diagnósticos de incongruência de gênero na infância e adolescência têm sobreposição com outras comorbidades, com destaque para distúrbios alimentares e diagnósticos para o espectro autista<sup>#</sup>.

<sup>170</sup> Os meios de comunicação são responsáveis por formação de opinião, direcionamento de consumo e influência no comportamento de crianças, adolescentes e adultos. A abordagem da questão da incongruência de gênero, cada vez mais frequente na mídia, não foge a essa regra, contribuindo significativamente para o aumento do número de casos observado. Littman (2018) destacou como fator importante a exposição à internet e também chamou a atenção para o fato de que 37% dos casos faziam parte de grupos de amigos em que havia mais de um caso de "disforia de gênero". A cobertura midiática, inclusive no Brasil, costuma acatar acriticamente as falas de médicos das especialidades ligadas ao processo transexualizador, reproduzir estereótipos sexistas e negligenciar aspectos fundamentais da questão como os efeitos colaterais dos hormônios (RODRIGUES, 2017).

<sup>171</sup>Um estudo de 2017 mostrou impactos diretos do bullying homofóbico em crianças como fator decisivo para o surgimento posterior de disforia de gênero (DELAY et al., 2017).

<sup>172</sup>Griffin e colaboradores (2020) acrescentam que os psiquiatras entendem que o desenvolvimento humano é necessário, mas nem sempre confortável. A puberdade, embora seja um processo fisiológico normal, está associada a níveis particularmente altos de desconforto psicológico e corporal

Nenhuma criança se define como transgênero. Ela recebe esse rótulo de adultos, que na maioria das vezes são os próprios pais e, posteriormente, especialistas. As crianças estão amplamente imersas em suas fantasias e podem ter identificações lábeis; é preciso respeitar os movimentos identificatórios delas para poder obter uma saída saudável. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 115)

A tentativa de corrigir comportamentos homossexuais está pautada por uma visão **heteronormativa**<sup>173</sup> e os **padrões corporais afetam intensamente as nascidas meninas**. Embora a mídia foque em pessoas trans do sexo masculino (GLAAD, 2018) as nascidas garotas buscam cada vez mais esses serviços<sup>174</sup>. Em 2016, em sua revisão *denominada Será que os diagnósticos para transgeneridade na juventude colocam gays, lésbicas e bissexuais adultos em risco de intervenção médica desnecessária?*, Kreher destaca a permissividade para com a questão e levanta possíveis explicações para o fenômeno<sup>175</sup>; e a dismorfia corporal em crianças é 7 vezes maior em meninas do que em meninos (NHS DIGITAL, 2017), o que indica maior vulnerabilidade à pressão por normatizações de corpos<sup>176</sup>, a qual também afeta jovens homossexuais em conflito com essas normas<sup>177</sup>.

Os efeitos colaterais e adversos dos hormônios artificiais que conferem características do outro sexo são conhecidos há décadas (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 114) e os que emendam o bloqueio puberal com hormônios cruzados podem ficar permanentemente estéreis. Retomando um olhar histórico sobre a eugenia, reconhecemos o padrão de impedir que indivíduos com características “indesejáveis” deixem descendentes. Um trabalho de 2013 já

---

<sup>173</sup> . Essa conexão entre estereótipos de comportamento de gênero e sexualidade é lembrada em Bento, 2010 e uma explicação para este fenômeno social emerge de Reich (1990), que nos lembra que toda ordem social cria essas formas de caráter de que necessita para sua preservação; a estrutura de caráter é a cristalização do processo sociológico de uma determinada época.

<sup>174</sup>Em seu trabalho, Aitken et al. (2015) creditam isso ao fato de que a transição seria mais aceita em fêmeas (já que, segundo eles, haveria um custo social menor em ser homem trans) e que homens são mais intimidados quando "afeminados" do que mulheres por serem "masculinizadas" e que isso poderia afetar as decisões de transição

<sup>175</sup> “Eu argumentaria que foi negligente por parte dos autores deste estudo sequer considerar essa mudança de contexto com o fato de que as mulheres experimentam significativamente mais ódio em relação ao próprio corpo do que os homens. Isso se manifesta em mais cortes, dietas, anorexia, bulimia e cirurgia plástica. Labioplastia agora está se tornando mais popular entre adolescentes e mulheres jovens, de modo que seus órgãos genitais possam estar em conformidade com representações da pornografia. Todos estes comportamentos nas fêmeas costumavam ser inexistentes ou raros, mas tornaram-se populares através do contágio social devido ao aumento da atenção da mídia. Eu não estou dizendo que anorexia é o mesmo que disforia de gênero. Há semelhanças e há grandes diferenças.”

<sup>176</sup> . A organização australiana Pretty Foundation, que busca promover a autoestima em meninas na infância, aponta dados preocupantes: 38% das meninas de 4 anos se sentem insatisfeitas com seus corpos, 34% das meninas de 5 anos sentem vontade de fazer dieta e 68% delas já sofreu *bullying* por sua aparência física (2019)

<sup>177</sup>Rapazes gays e bissexuais relataram três vezes mais problemas relacionados a distúrbios alimentares do que homens heterossexuais e o mesmo estudo ainda mostrou que não há diferenças significativas entre mulheres heterossexuais e lésbicas e mulheres bissexuais na prevalência de qualquer um dos transtornos alimentares (FELDMAN, 2017)

chamava a atenção para as complexidades ofuscadas pela narrativa “de salvar as crianças do iminente desastre da puberdade” (SADJADI, 2013). Em 2020, Griffin e colaboradores anunciaram que os bloqueadores afetam o desenvolvimento ósseo e o cérebro, trazendo risco de osteoporose e redução do QI. Apesar de ter seu pensamento associado à transexualidade, Judith Butler já se manifestou sobre o tema de maneira nuançada, citando o psiquiatra Richard Isay, ele mesmo homossexual<sup>178</sup>. Finalmente, deve-se debater a **medicalização da vida** e os **lucros** obtidos nesse processo<sup>179</sup>; o aumento da prescrição e venda destes medicamentos acompanhou o aumento do número de diagnósticos no mesmo período. E, embora bloquear a puberdade de crianças fisicamente saudáveis não seja o único uso previsto para tais substâncias, há uma publicidade massiva na mídia nas notícias sobre crianças e adolescentes com “questões de gênero”. Mais: de acordo com o relatório produzido Global Market Reports, o mercado mundial de cirurgias plásticas de gênero, que incluem os já conhecidos procedimentos de readequação genital, cirurgias faciais, no peito e nos seios além de outros procedimentos, movimentou 316, 1 milhões de dólares em 2019 e a projeção de crescimento deste mercado aponta para um valor 1,5 bilhão de dólares em 2026<sup>180</sup>. Bilek (2018) dedica-se a pesquisar a influência dos interesses financeiros de conglomerados farmacêuticos, instituições filantrópicas e personalidades milionárias nas organizações LGBT, inclusive através do financiamento estratégico de universidades e políticos<sup>181</sup>.

---

<sup>178</sup> “O diagnóstico, por si só, ele escreve, “pode causar dano emocional por ferir a autoestima de uma criança que não tem nenhum transtorno mental”. Isay aceita o argumento de que muitos jovens gays preferem, quando crianças, o assim chamado comportamento feminino, brincando com as roupas da mãe, recusando-se a participar de atividades rudes e conturbadas; no entanto, ele afirma que o problema aqui não se deve às características, mas às “repreensões dos pais, [...] visando a modificar esse comportamento, que teriam efeito deletério sobre a autoestima desses garotos”. A solução que ele propõe é que os pais aprendam a dar apoio ao que ele chama de “características atípicas de gênero””. (2009, p. 103)

<sup>179</sup> Atualmente, as principais substâncias utilizadas com a finalidade de bloquear a puberdade são a histrelina e leuprorrelina, os medicamentos cujo princípio ativo é a histrelina mais vendidos nos EUA são o VANTAS® e o SUPPRELIN®, segundo a PharmaCompass (2018) e de acordo com o relatório anual da companhia, a receita da empresa do quarto trimestre de 2018 aumentou de 2% para US \$ 786 milhões e a receita com as vendas do SUPPRELIN® aumentaram 800% entre o período de 2010 e 2018 (ENDO PHARMACEUTICALS, 2010; 2019). O LUPRON®, produzido pela Abbot Laboratories, é o principal medicamento a base de leuprorrelina nos EUA, movimentando anualmente 892 milhões de dólares segundo a PharmaCompass e entre 2012 e 2019, a receita com as vendas do LUPRON® aumentaram 250% (ABBOTT 2013, ABBVIE 2019).

<sup>180</sup> O mesmo documento aponta como fator positivo a esse crescimento um aumento nas políticas governamentais favoráveis a tais intervenções médicas, com destaques para os EUA e Reino Unido. Só o acesso ao referido relatório completo custa aos usuários entre 5 mil e 9 mil dólares (UGALMULGE & SWAIN, 2020)!

<sup>181</sup> Na política, como Hadfield (2019) relata, o grupo britânico Lib Dems recebeu do citado laboratório Ferring, que fabrica bloqueadores de puberdade, mais de £300.000,00 entre 2018 e 2019, somando £1.454.258,27 entre 2012 e 2019 (BBC, 2019). O Lib Dems se comprometeu explicitamente com esta pauta: “O direito de pessoas transgênero – e especialmente crianças transgênero – de receber os cuidados médicos adequados está cada vez mais sob ameaça de múltiplas frentes” (LGBT+ Liberal Democrats, 2015)

## 5 Considerações finais

A quem interessa patologizar como “incongruentes” e esterilizar com hormônios meninos e meninas com determinadas preferências de brinquedos e vestuário? À erradicação da homossexualidade visível, para que estes indivíduos sejam vistos como heterossexuais? A quem interessa transformá-los em nicho de mercado de profissionais de saúde e laboratórios? Para Sheila Jeffreys e Lawrence Mass, a psiquiatria continua engajada em controle social e “cura” da homossexualidade (2003, p. 47). As rígidas normas sociais de acordo com o sexo biológico, as quais poderíamos aqui nomear resumidamente como “gênero”, são uma gama de rituais e símbolos complexos e seu entendimento por parte de crianças e adolescentes é parte de um processo de individualização e subjetivação. E é esperável que existam períodos de confusão principalmente com as mudanças fisiológicas intensas do período da puberdade; a forma como isso afeta a percepção do próprio corpo pode ser decisiva<sup>182</sup>. Se os estudos indicam que sujeitos homossexuais e bissexuais são parte significativa dentre os que receberam e recebem o diagnóstico do que se denomina atualmente incongruência de gênero, então, apesar da despatologização formal da homossexualidade em 1973 pelo DSM, muitos destes sujeitos ainda são, na prática, patologizados através desse diagnóstico e das intervenções corporais nele baseadas. A chamada “afirmação de gênero” os adequa à heteronorma antes mesmo que eles tenham tempo para se perceberem, ou não, como gays, lésbicas e bissexuais. Isso nos faz pensar que o processo medicalizador que se desenvolveu a partir do século XIX com o objetivo de “curar” homossexuais – em vão, obviamente – continua vigente e que estamos individualizando em diagnósticos questões coletivas como a dificuldade de acolhimento das famílias, escolas e sociedade em geral dos meninos e meninas “fora da caixa”. Convidamos a comunidade acadêmica a refletir sobre o tema e se engajar em práticas que protejam a humanidade, a saúde e os afetos destes meninos e meninas.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>182</sup>Em 2019, o Dr. Marcus Evans pediu uma supervisão externa da Clínica Tavistock, em Londres (na qual foi observado um aumento de 400% no número de casos de incongruência de gênero em crianças nos últimos 5 anos) e destacou que a adolescência e a infância são períodos em que as pessoas se desenvolvem social e biologicamente – um período em que os jovens se identificam com diferentes grupos e com aspectos masculinos e femininos de si mesmos“. Os relatos da britânica Keira Bell, destransicionada que está processando o serviço de saúde do Reino Unido, corrobora isso. Há pressão da criança em estado de angústia, pressão da família e do grupo de colegas e dos lobbies pró-trans – e tudo isso pressiona o clínico que pode querer ajudar o indivíduo a resolver seu estado angustiante, indo junto com uma solução rápida [...] Há muita coisa em jogo aqui, pois essas decisões têm consequências de longo alcance.” (apud IVES, 2019)

ABBOTT. ABBOTT REPORTS FOURTH-QUARTER AND FULL-YEAR 2012 RESULTS. Disponível em <<https://abbott.mediaroom.com/2013-01-23-Abbott-Reports-Fourth-Quarter-and-Full-Year-2012-Results>>. Publicado em Janeiro de 2013. Acesso em 21 de set. de 2020.

ABBVIE. ANNUAL REPORT PURSUANT TO SECTION 13 OR 15(d) OF THE SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934. Disponível em <<https://investors.abbvie.com/static-files/19b29be9-9b2a-4915-9a85-1e6344a06863>>.

Publicaod em Março de 2020. Acesso em 21 de set. de 2020.

AITKEN, M. et al. Evidence for an altered sex ratio in clinic-referred adolescents with gender dysphoria. *J Sex Med*, 2015; 12 (3): 756-63.

BBC. *General election 2019*: Jo Swinson defends stance on transgender rights. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/election-2019-50711195>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BELL, D. Foreword. In. MOORE, Michele and Heather Brunskell-Evans (eds). *Inventing Transgender Children and Young People*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Press. 2019.

BILLEK, J. *Who Are the Rich, White Men Institutionalizing Transgender Ideology?*. Disponível em: <<https://thefederalist.com/2018/02/20/rich-white-men-institutionalizing-transgender-ideology/>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

BLAKEMORE, E. *Gay Conversion Therapy's Disturbing 19th-Century Origins*. Disponível em: <<https://www.history.com/news/gay-conversion-therapy-origins-19th-century>>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Webserie conta a história de travestis e transexuais atendidos no SUS*. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/27417-webserie-conta-a-historia-de-travestis-e-transexuais-atendidos-no-sus>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. 159. ed. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. p. 43.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 2.803/GM de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). 225. ed. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n.º 1.955/2010. Brasília: Diário Oficial Da União, 2020. p. 96.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a06.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

CLARCK, T. et al. Youth'12 Overview: The health and wellbeing of New Zealand secondary school students in 2012. Auckland, New Zealand: The University of Auckland. 2012.

CONEJO, G. La guerra declarada contra el niño afeminado: una autoetnografía queer. *Iconos: Revista de Ciencias Sociales*, n. 39, p. 79-95, 2011.

DE AHUMADA, L. C. B. Clinical notes on a case of transvestism in a child. *International Journal of Psychoanalysis*, 83, 291-313, 2003.

DE GRAAF, N. et al. Evidence for a Change in the Sex Ratio of Children Referred for Gender Dysphoria: Data From the Gender Identity Development Service in London (2000–2017). *The Journal of Sexual Medicine*, 15, 2018. 10.1016/j.jsxm.2018.08.002.

DE GRAAF, N. et al. Sex Ratio in Children and Adolescents Referred to the Gender Identity Development Service in the UK (2009–2016). *Archives of Sexual Behavior*, [s. l.], ed. 47 (1), Apr. 2018.

DELAY, D. et al. The Influence of Peers During Adolescence: Does Homophobic Name Calling by Peers Change Gender Identity?. *Journal of Youth and Adolescence*, 47, 2017. 10.1007/s10964-017-0749-6.

ENDO Pharmaceuticals. Reports Strong Revenue Growth and First Quarter 2010 Financial Results. Dublin, 30 abr. 2010. Disponível em: <http://investor.endo.com/node/8811/pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ENDO PHARMACEUTICALS. *Reports Fourth-Quarter And Full Year 2018 Financial Results*. Dublin, 2019. Disponível em: <http://investor.endo.com/node/14956/pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

EVANS, C. *The medicalization of gender non conforming children, and the vulnerability of lesbian youth*. Disponível em: <<https://medium.com/@charlie.evans/the-medicalization-of-gender-non-conforming-children-and-the-vulnerability-of-lesbian-youth-10d4ac517e8e>>.

Acesso em: 20 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. *Charlie Evans on inventing transgender children and young people book launch*. Disponível em <<https://medium.com/@charlie.evans/charlie-evans-on-inventing-transgender-children-and-young-people-book-launch-27-10-19-11cc5c1343ce>>. Acesso em: 20 jan. 2020.



- FARIAS, A. Procura por ambulatório que atende crianças e adolescentes transexuais cresce 60%. *Revista Veja*, 2016. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/atendimento-hospital-criancas-adolescentes-transexuais-cresce/>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- FELDMAN, M. B.; MEYER, I. H. Eating disorders in diverse lesbian, gay, and bisexual populations. *Int. J. Eat. Disord.*, 40: 218-226, 2007.
- FRISÉN, L.; SÖDER, O.; RYDELIUS, P.-A. *Kraftig ökning av könsdysfori bland barn och unga: Tidigt insatt behandling ger betydligt bättre prognos*. 2017.
- GLAAD. *Where Are We On TV '17-'18*. Disponível em: <[https://glaad.org/files/WWAT/WWAT\\_GLAAD\\_2017-2018.pdf](https://glaad.org/files/WWAT/WWAT_GLAAD_2017-2018.pdf)>. Acesso em: 1 fev. 2019.[m5] [MM6]
- GRIFFIN, L.; CLYDE, K.; Byng, R.; BEWLEY, S. Sex, Gender and Gender Identity: a Re-Evaluation of the Evidence. *BJPsych Bulletin*. 2020.
- HADFIELD, J. *Pro-Trans Liberal Democrats Receive £300K+ from Puberty Blocker Firm*. Disponível em: <<https://nationalfile.com/pro-trans-liberal-democrats-receive-300k-from-puberty-blockers-firm/>>. Acesso em> 18 jan. 2020.
- HERDT, G. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history*. New York: Zone Books, 1993. p. 21-81.
- HEYLENS, G. et al. Gender identity disorder in twins: A review of the case report literature. *Journal of Sexual Medicine*, 9: 751-757, 2012.
- IVES, L. *NHS child gender reassignment 'too quick'*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/health-47359692>>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- JEFFREYS, S. *Gender Hurts*. New York: Routledge, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Unpacking Queer Politics*. Oxford: Polity, 2003.
- JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. *Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- KALTIALA-HEINO, R. et al. Two years of gender identity service for minors: overrepresentation of natal girls with severe problems in adolescent development. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 9:9: 1-9, 2015. 10.1186/s13034-015-0042-y.7.
- KENNY, D. Children and young people seeking and obtaining treatment for gender dysphoria in Australia: Trends by state over time (2014-2019): Update. Publicado em 15 de Julho de 2020. Disponível em < <https://www.diannakenny.com.au/k-blog/item/15-children-and-young-people-seeking-and-obtaining-treatment-for-gender-dysphoria-in-australia-trends-by-state>

over-time-2014-2019-update.html?fbclid=IwAR2yeUN-  
NNtqfjFy7rYHtAaIB8LMAgAr7dlAs7fP3tzl7yNR-RPTUjW6xdM>. Acesso em 21 de  
Setembro de 2020.

KHAN, F. N. *A History of Transgender Health Care. Scientific American*. Disponível em:  
<<https://blogs.scientificamerican.com/guest-blog/a-history-of-transgender-health-care/>>.

Acesso em: 1 out. 2019.

KHATCHADOURIAN, K.; AMED, S.; METZGER, D. L. Clinical management of youth with  
gender dysphoria in Vancouver. *J Pediatr*, 164 (4): 906-11, Apr. 2014. doi:  
10.1016/j.jpeds.2013.10.068. PubMed PMID: 24315505.

KORTE, A. et al. Gender Identity Disorders in Childhood and Adolescence. *Dtsch. Arztebl.  
Int.*, 105 (48): 834-841, Nov. 2008.[m7]

KREHER, J. *Do youth transgender diagnoses put would-be gay, lesbian, and bisexual adults  
at risk for unnecessary medical intervention?*. Disponível em:  
<<http://www.thehomoarchy.com/do-youth-transgender-diagnoses-put-would-be-gay-lesbian-bisexual-adults-at-risk-unnecessary-medical-intervention/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

LEITE, D. Garoto trans de oito anos comemora novo RG com nome social: Queria ser Dudu.  
*Universa*. Disponível em:  
<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/05/garoto-trans-de-8-anos-comemora-novo-rg-com-nome-social-queria-ser-dudu.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

LGBT+ Liberal Democrats. Disponível em <<https://lgbt.libdems.org.uk/en/page/transgender-and-intersex-health-charter>>. Acesso em: 1 fev. 2019. 2015.

LITTMAN, L. Parent reports of adolescents and young adults perceived to show signs of a  
rapid onset of gender dysphoria. *PLOS ONE*, 2018.

MEERWIJK, E. L.; SEVELIUS, J. M. Transgender Population Size in the United States: a  
Meta-Regression of Population-Based Probability Samples. *Am J Public Health*, 107 (2): e1–  
e8, 2017. doi:10.2105/AJPH.2016.303578.

NERY, J. W. Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo:  
Editora Leya, 2011.

NHS Digital. *Mental Health of Children and Young People in England, 2017: Summary of Key  
Findings*. Government Statistical Service, 2018.

NICOLOSI, J.; NICOLOSI, L. A. *A parent's guide to preventing homosexuality*. Downers  
Grove: InterVarsity Press, 2002.

- NUCCI, M. F.; RUSSO, J. A. O terceiro sexo revisitado: a homossexualidade no Archives of Sexual Behavior. *Physis* [online], vol. 19, n. 1, p. 127-147, 2009. ISSN 0103-7331. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100007>>. Acesso em: 25 out. 2019.[m9]
- OVERWHELMED. *Lobotomy: The rise and fall of a miracle cure*. Disponível em: <<https://4thwavenow.com/2017/02/10/lobotomy-the-rise-and-fall-of-a-miracle-cure/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- PHARMACOMPASS. *Product Sales Data From Annual Reports of Major Pharmaceutical Companies // 2018*. Disponível em: <<https://www.s.com/data-compilation/product-sales-data-from-annual-reports-of-major-pharmaceutical-companies-2018>>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Lupron // GLOBAL SALES INFORMATION*. Disponível em: <<https://www.pharmacompass.com/active-pharmaceutical-ingredients/lupron/global-sales-information/us-medicaid-prescriptions>>. Acesso em: 21 set. 2020.
- PLEAK, R. R. Ethical issues in diagnosing and treating gender-dysphoric children and adolescents. In: Rottnek, M. (Ed.). *Sissies & tomboys: Gender nonconformity & homosexual childhood*. New York: New York University Press, 1999. p. 34-51,
- REICH, W. *Character Analysis (Chapters I-III)*, 3rd, enlarged edition, trans. Vincent R. Carfagno. 1990.
- RIDER, G. N. et al. Health and Care Utilization of Transgender and Gender Nonconforming Youth: A Population-Based Study. *Pediatrics*, 141, 2018. e20171683. 10.1542/peds.2017-1683.
- RISTORI, J & STEENSMA, T.D. Gender dysphoria in childhood, *International Review of Psychiatry*, 28:1, 13-20, (2016)
- RODRIGUES, E. “*Fora da caixa*”: a construção da “criança trans” no jornalismo brasileiro. 2017. 138 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- SAADEH, A. et al. . AMTIGOS - Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, do IPq-HCFM/USP: proposta de trabalho com crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018 (Boletim do Instituto de Saúde).
- SADJADI, S. The Endocrinologist’s Office-Puberty Suppression: Saving Children from a Natural Disaster?. *J Med Humanit*, 34: 255-260, 2013. doi: 10.1007/s10912-013-9228-6.
- SIMIÃO, A. R. M. *Sexualidade e perversão na psiquiatria de Krafft-Ebing*. 2015. 261 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia,

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/396/1/annaritamacielsimiao.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

SINGH, D. *A follow-up study of boys with gender identity disorder*. 2012. PhD thesis - Department of Human Development and Applied Psychology Ontario Institute for Studies in Education University of Toronto, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Guia prático de atualização: disforia de gênero. 2017. Disponível em: <[http://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/19706c-GP\\_-\\_Disforia\\_de\\_Genero.pdf](http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-_Disforia_de_Genero.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

STEAKLEY, J. Per scientiam ad justitiam: Magnus Hirschfeld and the sexual politics of innate homosexuality. In: VERNON, R. (Org.). *Science and Homosexuality*. New York: Routledge, 1997. p. 133-154.

STEENSMA, T. D.; COHEN-KETTENIS, P. T. More than two developmental pathways in children with gender dysphoria?. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 54, 147-148, 2015.

STEENSMA, T. D. et al. Desisting and persisting gender dysphoria after childhood: A qualitative follow-up study. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 16, 499-516, 2011. 10.1177/1359104510378303.

STEENSMA, T. D. et al. Factors Associated With Desistence and Persistence of Childhood Gender Dysphoria: A Quantitative Follow-Up Study. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 52, 582-590, 2013. 10.1016/j.jaac.2013.03.016.

TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TURNER, C. *Number of children being referred to gender identity clinics has quadrupled in five years*. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/2017/07/08/number-children-referred-gender-identity-clinics-has-quadrupled/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

UGALMULGE, S., SWAIN, R. Sex Reassignment Surgery Market Size By Gender Transition (Male to Female {Facial, Breast, Genitals}, Female to Male {Facial, Chest, Genitals}), Industry Analysis Report, Regional Outlook, Application Potential, Price Trends, Competitive Market Share & Forecast, 2020 – 2026. Publicado em 20 de Março de 2020. Disponível em <<https://www.gminsights.com/industry-analysis/sex-reassignment-surgery-market> >. Acesso em 21 de Setembro de 2020.

VAN SCHALKWYK, G. I. et al. Gender identity and autism spectrum disorders. *The Yale Journal of Biology and Medicine*, v. 88, 1, 81-3, Mar. 4 2015.

WAAL, H.; COHEN-KETTENIS, P. Clinical Management of Gender Identity Disorder in Adolescents: A Protocol on Psychological and Paediatric Endocrinology Aspects. *European Journal of Endocrinology*, 155, 2006. 10.1530/eje.1.02231.

WALLIEN, M. S.; COHEN-KETTENIS, P. T. Psychosexual outcome of gender-dysphoric children. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry*, 47 (12): 1413-23, Dec. 2008. doi: 10.1097/CHI.0b013e31818956b9.

WOOD, H. et al. Patterns of Referral to a Gender Identity Service for Children and Adolescents (1976-2011): Age, Sex Ratio, and Sexual Orientation. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 39 (1): 1-6, Jan. 2013.

ZUCKER, K. J.; BRADLEY, S. J. *Gender identity disorder and psychosexual problems in children and adolescents*. New York: Guilford Press, 1995.

ZUCKER, K. J.; SPITZER, R. L. Was the Gender Identity Disorder of Childhood Diagnosis Introduced into DSM-III as a Backdoor Maneuver to Replace Homosexuality? A Historical Note. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 31:1, 31-42, 2005. doi: 10.1080/00926230590475251.

## UM HOMEM COMO WOLVERINE: AS MASCULINIDADES TRANSITÁVEIS EM UM PERSONAGEM DA FICÇÃO DE ENTRETENIMENTO

Savio Queiroz Lima<sup>183</sup>

### **Resumo:**

O trabalho contextualiza criticamente a existência do personagem Wolverine nos trânsitos de gênero. Através da presença do personagem ficcional em histórias em quadrinhos, animações e produções cinematográficas, é possível aferir os balanços performáticos de suas representações de masculinidades de sua criação em 1974 até mais recente. Atendendo uma tipologia narrativa de personagem anti-herói, condizente com um retorno do regime de masculinidade mais modelar, Wolverine carrega conjuntos de signos e comportamentos que lhe inserem como personagem-produto tensionado, que em pontuais situações narrativas promoveram dubiedades ou alimentaram inquietações e descontentamentos alguns leitores-consumidores que o veem como totem essencial de posturas e vivências. Os estudos de gênero demonstram os jogos discursivos e imaginários que condicionam as representações de masculinidades a enunciados em intensa disputa, que refletem a hipótese repreensiva foucaultiana e uma cadenciada relação determinada entre sexo, gênero e sexualidade, bem como suas performatividades butlerianas. As produções ficcionais são de imensas importâncias para os exercícios valorativos de condicionantes impositivos ou rupturas comportamentais nos assuntos de representações de gênero.

**Palavras-Chave:** Wolverine, Masculinidades, Histórias em Quadrinhos, Gênero e Sexualidades.

---

<sup>183</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

## **Introdução**

Quando uma personagem de ficção nos é apresentado, dentro de sua determinada narrativa, inúmeras características arquetípicas surgem. Podemos compreender o modo de vida daquela personagem, sua postura ideológica, seja através de seus discursos mais ou menos diretos ou mesmo através dos seus comportamentos encenados. Wolverine é um super-herói das histórias em quadrinhos que atende a essas máximas, historicamente construído através das mudanças e permanências da historicidade de gênero.

Podemos encontrar, entre diversas características fundantes no Wolverine, seus traços comportamentais de masculinidade. As representações de masculinidade no Wolverine são frutos de todo um cenário social e cultural estadunidense em transição entre as décadas de 1970 e 1980, e que com o continuísmo do personagem como personagem-produto de entretenimento da Indústria Cultural sofreu adequações elaboradas conjuntamente pelos seus roteiristas.

Deste modo, é fundamental que seja feita a devida análise contextualizada das produções narrativas ficcionais nas histórias em quadrinhos. Wolverine é masculinamente definido, quase que essencialmente através dos signos superficiais e mais basilares, seu corpo e sua performance. Mas é preciso se construir para além disso, o que acontece nas décadas seguintes, entre as décadas de 1970 e a atualidade, nas criativas interações dos roteiristas. Para isso, foi oportuno retomar temas mais centrais em produções narrativas devidamente delimitadas, escolhidas como de destaque para o personagem (mais distanciadas da mera narrativa aventuresca de ação).

As expressões de masculinidades em Wolverine são imaginários sociais sintomatizados na ficção. São diversas camadas que perpassam idealizações e expectativas, com efeito nas transitoriedades dos contextos e nas dinâmicas de poder. Valioso entender os meandros do conceito, deste modo, “a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, 188). O conceito é mais eficiente por expor as multiplicidades do masculino nas dinâmicas de poder e a ficção tem por efeito a exposição, muitas das vezes até exagerada, dessas estruturas.

Ordenadamente, as masculinidades em Wolverine, em seu intento hegemônico, se fazem na ficção as expectativas sociais sobre o ser homem. O contexto histórico de criação do Wolverine é o de transformação convulsiva das masculinidades ocidentais, fundamentalmente no cenário político e ideológico estadunidense. O embate entre as masculinidades neste período é um conflito de poder, e que tem reflexão nos espaços ficcionais. Wolverine, super-herói

mutante dos X-men, produto da editora Marvel, é uma fera selvagem (como a que lhe dá nome), é um miliciano ou arma militar implacável, é um másculo samurai de etiqueta rígida, é um ideal de masculinidade no ordenamento compulsório.

Os estudos de gênero se aplicam seguramente às invocações narrativas da ficção, já que trabalham também com estruturas de representações e imaginários. As transitoriedades de gênero e de masculinidade em Wolverine atendem e entendem que “se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade” (BUTLER, 2019, 195), como uma ficção muito mais fluida que o binarismo estático. As proximidades aqui propostas ocorrem tanto na prática metodológica quanto da episteme teórica. A ficção, deste modo, é um expediente laboratorial de exercitação analítica da masculinidade e o apoio de Wolverine nos é, aqui, super-heróico (ou anti-heróico).

A ficção super-heróica nas histórias em quadrinhos fornecem indícios interpretativo da realidade, através de suas contextualizações e representações. Os estudos de gênero, pontualmente as análises sobre as masculinidades, dialogando com Judith Butler, Pierre Bourdier e Raewyn Connell, comungam com as abordagens que aproximam História e Ficção, aplicadamente sobre a tipologia de fonte conhecida como histórias em quadrinhos, enriquecendo o campo historiográfico.

### **Corpo, animal, homem, sexo e gênero em Wolverine**

Há um homem em Wolverine que existe, ainda que tratemos de um personagem da ficção em quadrinhos. Existe, porque seu conjunto de signos, as características que seus autores lhe inserem, traços masculinos e comportamentos, são impressões mais que verossímeis da realidade social contemporânea de sua criação, no núcleo de 1970, à atualidade. São bastante sensíveis essas reminiscências de gênero e o suporte ficcional transmite o padrão, as expectativas, os ideais, mesmo em narrativas da imaginação.

A história do personagem-produto nos permite entender as singularidades na abordagem da ficção em quadrinhos. Wolverine é um personagem criado em 1974 para atuar como coadjuvante em narrativa do Hulk. Na edição de número 180 da revista *The Incredible Hulk*, datada em novembro de 1974<sup>184</sup>, o roteirista Len Wein insere um agente do governo canadense para enfrentar o monstro verde. Sua participação, apesar de corajosa e feroz, não tinha o intento

---

<sup>184</sup> Foi publicada no Brasil na edição de número 22 da revista *Incrível Hulk* pela Editora RGE (Rio-Gráfica Editora), em 1980. A narrativa foi republicada em 1989 pela editora Abril na revista *Grandes Heróis Marvel* número 26, e em 2000 na edição 100 da revista *Wolverine*.



de roubar o protagonismo do enfurecido Hulk, sendo derrotado rapidamente. Junto com o artista Herb Trimpe<sup>185</sup>, seu design vinculado ao animal de mesmo nome<sup>186</sup> marcou presença.

Inserido na franquia dos X-men, como membro da equipe, rapidamente conquistou o apreço do público leitor. O roteirista Len Wein foi designado pela editora Marvel para assumir o título *Giant-Size X-men*, em seu número inaugural, junto com o artista Dave Cockrum, em 1975<sup>187</sup>. Na concepção de uma nova equipe, mais diversificada, puderam inserir personagens com representatividades singulares, como o representante dos povos nativos, o Pássaro Trovejante, e mesmo uma mulher negra, a Tempestade. A criação de Wein para a revista do Hulk encontrou seu lugar.

Logo fez presença não apenas nas histórias em quadrinhos nas décadas seguintes, mas em diversos outros suportes. Ganhou notoriedade com um público mais amplo que o de leitores quando participou da série de animações como *X-men: Animated Series* (1992), *X-men Evolution* (2000) e *Wolverine and the X-men* (2009). Sua máscula fama ganhou corpo humano, físico, quando o ator australiano Hugh Jackman assumiu o personagem em uma série de filmes franqueados para o estúdio 20th Century Fox: *X-men* (2000), *X-men 2* (2003), *X-men: The Last Stand* (2006), *X-men Origins: Wolverine* (2009), *The Wolverine* (2013), *X-men: Days of Future Past* (2014), *X-men: Apokalipse* (2016) e *Logan* (2017).

Toda essa presença enquanto personagem-produto da indústria de entretenimento mais ampla, para além dos quadrinhos, denotam sua recepção. As histórias em quadrinhos foram e são o logradouro especial da construção de sua personalidade e seus comportamentos. Surge enquanto produto do contexto de transição das masculinidades vivenciado na sociedade estadunidense entre as décadas de 1970 e 1980, de onde a contracultura produziu uma flexibilização comportamental e representativa mais fluida e que atçou, diante dessa crise de uma masculinidade hegemônica, um movimento reacionário de retorno do padrão de macho militarmente virilizado (CONNELL, 2005, 84-85).

A classificação de anti-herói consegue dar conta da localização de Wolverine na tessitura narrativa ficcional romântica dos quadrinhos. Mais livre de regramentos que condicionam o herói, esse tipo errante de personagem pode se valer de atitudes e práticas

---

<sup>185</sup> Falecido em 14 de abril de 2015.

<sup>186</sup> Wolverine é o nome anglófono dado ao animal da família dos mustelídeos de nome científico *Gulo gulo*. Também chamado de carcaju (carcaju) pelos francófonos da região do Canadá. Em língua latina é chamado glutão, ou glutton, e habita as regiões frias ao norte dos continentes: América, Europa e Ásia. Corpo adaptado e comportamento agressivo são usados como representações para o super-herói.

<sup>187</sup> Publicada na edição de número 16 da revista *Superaventuras Marvel*, pela editora Abril em outubro de 1983. Foi republicada pela mesma editora na edição de número 109 da revista *Heróis da TV*, em julho de 1988, e posteriormente na já citada revista *Wolverine* de número 100.

condenáveis quando justificadas. Na história *A primeira Noite*<sup>188</sup>, a convocação de Wolverine já apresenta seu comportamento violento e destemido, e já apresentando interesse em Jean Grey<sup>189</sup>, oferecendo um cigarro e proferindo: “sou o tipo de homem que sabe o que quer quando bate o olho!”<sup>190</sup>. Mas logo reconhece a sua condição tanto anti-heróica: “Não sou flor que se cheire... sou violento! Eu mato!”. Sensitiva e telepata, Jean responde: “sinto sua dor... sua angústia física e espiritual, Wolverine!”<sup>191</sup>. Logan, o Wolverine, já tem seus traços de fera ferida.

A construção da identidade masculina de Wolverine foi feita durante o processo de inserção nos X-men. Se Len Wein foi crucial para a criação do mutante, Chris Claremont enriqueceu sua concepção de ícone. Implacável, feroz, Wolverine ganha seu lema, “eu sou melhor no que faço, mas o que faço melhor não é nada agradável”<sup>192</sup>, para compor sua personalidade ao mesmo tempo violenta e angustiante. Seus trejeitos ultramasculinos, suas falas carregadas de gírias, denotam uma postura defensiva, o animal machucado é o que mais reage com agressividade, e Claremont inseriu isso ao passado de Logan.

O retorno ao passado, ou retorno do passado, sempre foi a estrutura de enredo eficiente para construir um personagem. O passado de Logan era apenas uma ausência, tornou-se uma incógnita e serviu-se dramaticamente como mistério. Claremont amenizou esse mistério, no enredo de *Dívida de Honra*<sup>193</sup>, mostrando a afinidade de Wolverine com tipologias masculinas japonesas, moral e código de honra, como intervenção comportamental, “agindo corretamente consigo mesmo, para permanecer digno, a seus próprios olhos, de uma certa idéia de homem” (BOURDIER, 2012, 61) e não de animal. Logan pontua: “a solução não é ganhar ou perder, é tentar (...). Um animal ia preferir ficar na sua (...). Só que um homem não se dá por satisfeito (...). Porque eu sou um homem, não um animal”<sup>194</sup>.

O ocidente sempre foi fascinado pelos códigos de honra e pela ritualística militar do mundo oriental, especialmente do medievo chinês e japonês. A identidade masculina de *ronin*, esse guerreiro japonês sem senhor, em Wolverine é parte desse processo construtivo, fazendo

---

<sup>188</sup> Se trata da revista *Classic X-men* número 1, de setembro de 1986, reedição com atualizações da revista *Giant-Size X-Men* número 1, de 1975. Publicada no Brasil nas edições de números 109 e 110 da revista *Heróis da TV*, pela editora Abril, em julho e agosto de 1988, respectivamente.

<sup>189</sup> Membro da equipe original, tida por desaparecida no incidente Krakoa, por quem Wolverine inicia um processo de disputa triangular com o personagem Ciclope. Essa relação se firma até as narrativas atuais.

<sup>190</sup> Página 36 da revista *Heróis da TV* de número 110, com a segunda parte de *A Primeira Noite*.

<sup>191</sup> Página 41 da mesma edição supracitada.

<sup>192</sup> Página 5 da primeira edição da minissérie *Wolverine*, de julho de 1987. Originalmente

<sup>193</sup> Arco que compõe a minissérie supracitada. Publicada pela editora Abril em quatro edições mensais em 1987, em uma edição encadernada em 1988, e uma edição especial em 1997. A editora Panini republicou em três encadernados luxuosos, em 2004, 2009 e 2015.

<sup>194</sup> Página 26 da edição número 3 da minissérie *Wolverine*, de agosto de 1987, pela editora Abril.

Logan controla sua besta interior seguindo “pelos ditames da honra, da integridade pessoal e da lealdade” (TURNBULL, 2006, 7). A honra é o capital simbólico (BOURDIER, 2012, 57) que justifica o embate do homem com o seu lado animal, e esse drama é uma constante nas narrativas de Wolverine durante os anos, como na minissérie *Wolverine: Netsuke*<sup>195</sup>, onde Logan oscila ao afirmar: “sempre achei que eu fosse um animal selvagem... agora, não tenho tanta certeza”, e na edição especial *Wolverine: Logan*<sup>196</sup>, com seu retorno ao Japão e a máxima: “aqui foi onde me tornei homem”<sup>197</sup>. A masculinidade hegemônica é compreendida como a “forma mais honrada” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, 245) e exerce respeito e fascínios das outras tipologias de masculinidade.

A masculinidade samurai, de ritualística e rigidez comportamental, apenas perde em expressão, nos quadrinhos do Wolverine, para a sua animalidade. Esse aspecto é representado pela fúria, pela brutalidade, como se a existência animal fosse quase sempre a perda da racionalidade. O demônio interior de Logan é seu animal destrutivo, e o escritor Peter David faz uso disso em uma narrativa especial de 1991, *Wolverine: Rahne of Terra*<sup>198</sup>. Suas habilidades especiais aproximam Wolverine dos animais, o faz entender bastante esse lado e até mesmo proteger uma fauna diante da ameaça e da estupidez humana, como ocorre na minissérie *O Homem-Aranha e Wolverine*<sup>199</sup>, em 1991, com roteiro e arte de Todd McFarlane, e na edição especial *Wolverine: Bloodlust*<sup>200</sup>, com com roteiro de Alan Davis e Paul Nery, em 1990. Em ambas as tramas, há uma triangulação entre a natureza, Wolverine e seres humanos.

Apesar das vantagens e potencialidades que essa liberdade animal permite ao homem Wolverine, há uma assumida luta intensa contra essa natureza. Nos roteiros de Daniel G. Chichester para a revista *Wolverine: Inner Fury*<sup>201</sup>, de 1992, Logan enuncia: “Tem uma parte em mim onde a violência é fácil. Um animal com quem eu tô sempre lutando pra manter preso... que vive rasgando minhas entranhas, esperando a chave pra sair da jaula”<sup>202</sup>. Esse condicionante de humanidade-masculinidade salvadora está no jogo entre interpretar a humanidade enquanto

---

<sup>195</sup> Com roteiro e arte de George Pratt, a minissérie originalmente em quatro edições, saiu no Brasil em duas, pela editora Panini, entre os meses de março e abril de 2003. Entre devaneios xintoístas e oníricas memórias de um passado medieval semelhante ao apresentado no romance histórico *Musashi*, de Eiji Yoshikawa, publicado em fascículos em 1935 e bastante famoso.

<sup>196</sup> Escrita por Brian K. Vaughan e desenhada por Eduardo Risso, originalmente publicada em 2008 em 3 edições, saiu no Brasil em edição única em maio de 2009 pela editora Panini.

<sup>197</sup> Página 7 da edição brasileira supracitada.

<sup>198</sup> Publicada no Brasil em outubro de 1994, pela editora Abril, com o título *Wolverine: Feitiços da Terra*.

<sup>199</sup> Corresponde originalmente às edições de 8 a 12 da revista *Spider-Man*, no Brasil saiu em duas edições pela editora Abril em junho e julho de 1993.

<sup>200</sup> No Brasil saiu com o título *Wolverine Especial: Sede de Sangue*, pela editora Abril em janeiro de 1992.

<sup>201</sup> Edição especial, publicada no Brasil pela editora Abril em outubro de 1993.

<sup>202</sup> Caixa de texto recordatória no discurso do protagonista, entre as páginas 15 e 16 da edição supracitada.

sublimação pela razão e pela cultura e, ao mesmo tempo, fazer uso de interpretações essencialistas para justificar categorias comportamentais sexuais (CONNELL, 2005, 68). Na ficção, Wolverine atua negando a lógica que naturaliza as disparidades de gênero (BOURDIER, 2012, 15-17), ainda que através da pretendida higienização sexual, seus autores pretendam a separação humano x animal (natureza).

O retorno de uma masculinidade outrora ferida, agora no enaltecer de masculinidades hegemônicas, tem sua atuação limitada pela crítica feminista. A sua elevação não se furta a uma abordagem problematizada, que questiona uma frieza militarizada atrelada a uma insalubre desumanização objetiva e emocionalmente traumática (CONNELL, 2005, 180). Para explicar sua condição violenta, as suas indestrutíveis garras, o trabalho de roteiro e arte de Barry Windsor-Smith, o arco Arma-X<sup>203</sup>, narra o processo traumático de transformação de Logan. Wolverine é sequestrado em um momento de imensa fragilidade, violentado psíquica e fisicamente, seu corpo é preenchido de um metal fictício, num objetivo de uma organização científico-militar em transformá-lo em arma, arriscando produzir “um animal assassino e demente”<sup>204</sup>. A odisséia de dores e sofrimentos, de “um homem com o subconsciente desnudado, privado da própria alma, marcado até os ossos”, marcou suas passagens arquetípicas de humano, animal e “a perfeita máquina de morte”<sup>205</sup>, “uma sina que dilacerou seus sentimentos”<sup>206</sup>. O silencioso Wolverine, entre poucos rosnados, está desnudo, coberto apenas de fios e sangue.

É possível inferir dos discursos presentes na narrativa de Windsor-Smith que o embate entre homem e fera é interferido pelo traumático projeto militar. Se Wolverine é um ser humano animalizado para servir de arma militar, “Qual é a mais perigosa de todas as caças? O homem, é claro! O homem!”<sup>207</sup>, e a narrativa se centra nessa questão apresentada pela dor<sup>208</sup>. Logan, no clímax da ficção, grita ao seu torturador: “eu sou um homem!”<sup>209</sup>. O personagem violento, poderoso, entre o animal e máquina de guerra, tornando-o um ícone idealizado, mas que seu processo não escapa ao trauma e sua conclusão não se exerce plenamente enquanto “experiência

---

<sup>203</sup> História entre os números 72 e 84 da revista *Marvel Comics Presents: Weapon-X*, de 1991. Publicada no Brasil em março de 1992 na revista *Grandes Heróis Marvel* de número 35 e, posteriormente, em maio de 1995 na revista *Wolverine Extra* número 1, ambas pela editora Abril. A Editora Panini produziu reedições em 2003, 2013 e 2014. Para a Análise aqui proposta, a edição *Wolverine Extra* foi a escolhida e paginada nas próximas citações.

<sup>204</sup> Página 27 da edição supracitada.

<sup>205</sup> Página 48 da mesma edição.

<sup>206</sup> Página 32 da mesma edição.

<sup>207</sup> Página 63 da mesma edição.

<sup>208</sup> Circunstância onde os personagens parecem confirmar a quantidade de dor que o processo de militarização a que Wolverine sofre, em duas páginas, 24 e 53, respectivamente, quando repetem: “ele deve estar sentindo muita dor!”.

<sup>209</sup> Página 96 da mesma edição.

de vida satisfatória” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, 271). Assim como ocorre com um personagem do Cinema, Rambo<sup>210</sup>, que é apresentado como uma crítica às doutrinas militares e masculinas, mas migrado de vítima para representante ideal do macho retornado.

Dentro dos campos de disputas das masculinidades, estão as interseccionalidades que envolvem os indivíduos. O conceito, bastante pertinente para se compreender as transversalidades dos marcadores sociais subordinados e/ou marginalizados (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, 265), surge na crítica do feminismo negro à “interdependência somatória” (LIMA, 2020, 6) entre raça e gênero e se aplicam na subordinação identitária na ficção em quadrinhos, através da alegoria. A questão racial que Wolverine se insere não diz respeito ao marcador social de nossa realidade, mas da ficcional existência dos mutantes, Logan “é sensivelmente mais do que humano”<sup>211</sup>, ele é um mutante. Logan é um mutante e um vagabundo, um errante, frequentador de bares, de subúrbios, fumando e bebendo na segurança de seu fator de cura e de sua performance.

É um construto arquetípico do personagem que o difere dos outros mutantes do grupo dos X-men. Calças jeans, camiseta, com pele, pelos e suor expostos, Logan é uma figura imensamente incomum de se encontrar em uma escola (ainda mais uma escola para superdotados). Muitas vezes encontrará pares em outros representantes de masculinidades, como ocorre com Nick Fury, com suas barbas mal feitas, charutos e palavreado chulo, em edições como na edição 20 de *Graphic Novel: Wolverine e Nicky Fury*<sup>212</sup> e *Graphic Marvel 11: Wolverine: Escolhas Malditas*<sup>213</sup>. Seu comportamento é agressivo, mantendo à distância aqueles mal intencionados, mas com uma amabilidade paternal para proteger aqueles mais

---

<sup>210</sup> Filme de 1982, baseado em livro homônimo: *First Blood* (no Brasil ficou com o título “*Rambo*”). O livro, de 1972, escrito por David Morrell, faz crítica às ideologias militares, os traumas causados em conflitos bélicos aos que retornam e são abandonados pelo mesmo Estado que os alistaram. Na edição *Wolverine: Extra*, o protagonista no desfecho chega a se referir à possível chegada dos militares na base em que esteve preso: “Vou me mandar daqui, antes que me alistem, entre as páginas 102 e 103.

<sup>211</sup> Página 17 da mesma edição.

<sup>212</sup> Originalmente publicada em *Marvel Graphic Novel* número 50 em 1989, com roteiro de Archie Goodwin e arte de Howard Chaykin. A edição brasileira é de 1990, pela editora Abril.

<sup>213</sup> Publicada no Brasil em fevereiro de 1992 pela editora Abril, originalmente é de 1991, com o título *Wolverine: Bloody Choices*.

fracos. Seus *sidekicks*<sup>214</sup> foram muitas figuras femininas: Vampira<sup>215</sup>, Lince Negra<sup>216</sup>, Jubileu<sup>217</sup>, etc. Este homem improvável ganha, com evidente apoio de roteiros de Chris Claremont, uma paternidade acidental, essa representação se repetindo com Laura<sup>218</sup> e, mais recentemente, com Rien<sup>219</sup>.

Um dos marcadores mais persistentes e construtivamente exigido é o da heteronormatividade. Se um personagem é construído através de performances hegemônicas, sua identidade sexual deve ser a de heterossexual, preferencialmente viril (CONNELL, 2005, 196). As inúmeras provas sexuais de virilidade e potência (BOURDIER, 2012, 20) estão na lista numerosa de relacionamento sexuais e romântico que viveu em seus 47 anos de personagem-produto. Uma suposta promiscuidade de Wolverine tem a fluidez da efemeridade, sem votos concluídos, sua vida amorosa é marcada de decepções, abandonos, incertezas estimuladas por uma estrada de violência e perigos. Mesmo com relacionamentos casuais com super-heroínas ou mesmo super-vilãs: Yukio, Raposa Prateada, Mística, Tempestade, Capitã Marvel, Dominó, Jean Grey, dentre outras.

A provação dessa situação de latente perigo para sua vida amorosa está nas mortes de mulheres por quem Logan se apaixonou. Rose O'Hara<sup>220</sup> funcionou como drama amoroso e até

---

<sup>214</sup> Categoria estrutural narrativa onde personagens mais novos servem de ponte discursiva entre o personagem adulto e o público leitor. Esse tipo de instrumento narrativo está presente em peças literárias como Dom Quixote, de Miguel de Cervantes e nas novelas de Arthur Conan Doyle protagonizadas por Sherlock Holmes.

<sup>215</sup> A personagem surge na revista *Avengers Annual* de número 10, em agosto de 1981, nos enredos de Chris Claremont e arte de Michael Golden. Esta edição saiu aqui no Brasil na revista *Heróis da TV* número 100, em outubro de 1987. Anteriormente vilã, a personagem entra para os X-men na edição de número 170 da revista *The Uncanny X-men*, em junho de 1983, publicada no Brasil, pela editora Abril, na revista *Superaventuras Marvel* de número 75 em julho de 1988. A parceria com Wolverine, dentre tantas narrativas, pode ser vista entre as edições 235 e 238 da revista *The Uncanny X-men*, de 1988, publicadas em pares no Brasil nas edições de número 44 e 45 da revista *X-men*, pela editora Abril.

<sup>216</sup> A personagem Kitty Pryde surge na edição *The Uncanny X-men* número 129, em janeiro de 1980, correspondida no Brasil à edição 25 de *Superaventuras Marvel*, da editora Abril, em julho de 1984. A mais jovem X-men fez parcerias diversas com Wolverine, marcadamente na minissérie *Kitty Pryde and Wolverine*, em seis partes, entre 1984 e 1985, publicadas no Brasil em duas edições de título *Wolverine & Kitty Pryde*, entre setembro e outubro de 1989, pela editora Abril.

<sup>217</sup> É inserida no universo dos X-men na edição de número 244 da revista *The Uncanny X-men*, em maio de 1989, publicada no Brasil na edição de número 50 da revista *X-men*, pela editora Abril. Em diversas edições de *X-men* e de *Wolverine*, essa parceria se fez presente, aliviando o clima violento e negativo em Logan. Como é o caso da narrativa em Larry Hama para a revista *Wolverine* de número 48, de 1991, publicada no Brasil em *Wolverine* número 39, pela editora Abril, em maio de 1995. A dupla ganhou notoriedade através da animação de 1992. Na franquia cinematográfica da 20th Century Fox, essa relação é retomada à personagem Vampira.

<sup>218</sup> A personagem Laura Kinney surge na animação de 2000, no episódio número 41 em 2003, estreando nas histórias em quadrinhos no ano seguinte, na revista *Nyx* de número 3, correspondendo à revista brasileira *Nyx*, volume único, publicada pela editora Panini em 2006.

<sup>219</sup> Personagem inserida nas edições de números 1 a 9, em seu terceiro volume, da revista *Marvel Presents*, em janeiro de 2019. Saiu em outubro de 2020 no Brasil, no encadernado *A Filha de Wolverine*, pela editora Panini.

<sup>220</sup> Surge na minissérie *Origins*, em seis partes, de 2001. Escrita em parceria entre Paul Jenkins, Bill Jemas e Joe Quesada, com arte de Andy Kubert e pintada digitalmente por Richard Isanove, sua pretensão foi de marcar a existência de Logan no século XIX. Lançada no Brasil como minissérie em 2002, em encadernado em 2003 e em versões luxuosas em 2015 e 2018, todas pela editora Panini.

mesmo memória afetiva que liga Logan a Jean Grey, pela aparência física. A morte de Mariko é um ponto forte de dramaticidade na ficção de Wolverine, uma perda que marcou sua dor, mas que, como evidencia a quadrinhista e feminista Gail Simone, sintoniza com sua crítica de uso do sofrimento e morte de mulheres para glorificar a dor no masculino (LIMA, 2019, 207-208). Essa herança do romantismo acusa, também, o adoecimento afetivo masculino como parte de sua lógica de reação às dores e perdas.

A masculinidade em Wolverine vem atrelada a uma heterossexualidade normativa, suas possibilidades de ruptura causam efeitos no meio social de consumo do entretenimento. Em 2013 saiu a edição de número 10 da revista *X-Treme X-men*<sup>221</sup>, narrando um universo alternativo dos personagens da franquia, onde uma versão do Wolverine, o General James Howlett, assume romance com o personagem Hércules<sup>222</sup>. Se na ficção eles são condenados por Zeus, pai de Hércules, fora da ficção os personagens-produto são condenados pela barulhenta mídia e tratada com assombro pela parcela homofóbica de leitores<sup>223</sup>, tornando o evento corriqueiro “motivos de discursões sobre a homoafetividade nos quadrinhos de super-heróis” (LIMA, 2016, 13). Em 2015 o escritor Greg Rucka fez uma postagem bastante provocadora, dizendo que a capa da edição de número 6 da revista *Wolverine*<sup>224</sup> era explicitamente uma imagem “pornô gay”, tendo a confirmação do desenhista<sup>225</sup>, divertidamente, como se pregassem uma peça na editora e seus leitores.

O vértice que marca a disputa de Logan com Scott Summers, o Ciclope, diante da escolha amorosa de Jean Grey talvez seja a mais conhecida querela. Ciclope e Garota Marvel, a Jean Grey, são membros originários dos X-men, desde a estreia em 1963. O romance preambular e comedido, como parte do contínuismo narrativo, só foi consumado de fato em 1978, na edição de número 98 da revista *X-men*<sup>226</sup>, com o casal assumindo namoro. A disputa entre os machos é uma disputa de oposições, de masculinidades disparetes que buscam no arbítrio feminino o sentido de conquista e uma possibilidade de hegemonia e de vitória enquanto ideal

---

<sup>221</sup> Volume 2 da série, iniciada em 2012, com roteiros de Greg Pak. Inédita no Brasil. A edição supracitada é de abril de 2013.

<sup>222</sup> A capa da edição 9 de *X-treme X-men*, de 2013, faz uma sugestão fetichista do envolvimento entre os dois personagens.

<sup>223</sup> Na semana de História da UFRJ de 2016, a pesquisadora Camila Carreira Alves Baptista apresentou a comunicação de título “*Wolverine beija rapazes, e daí?*”: *A Militância LGBTQ Estadunidense nos Quadrinhos da Marvel Comics*.

<sup>224</sup> Publicada no Brasil na revista *Wolverine* número 3, pela editora Panini, em fevereiro de 2003.

<sup>225</sup> O possível mito sobre a capa “gay porn” foi tratado Brian Cronin em 2017, ratificando o discurso de Greg Rucka e a reação de Esad Ribic sobre a capa da edição. Pode ser lido em: <https://www.cbr.com/wolverine-racy-cover-marvel-editorial/>.

<sup>226</sup> No Brasil, corresponde a edição número 8 da revista *Almanaque Marvel*, em 1980, pela Rio-Gráfica Editora (RGE).

masculino (CONNELL, 2005, 30). Na disputa possível de masculinidades entre o barbeado e bem comportado Ciclope e o rude e rústico Wolverine, este último é feito, também, de camadas de masculinidades em disputa. As mudanças sociais, entretanto, e a própria passagem do tempo e suas adequações, permitem, hoje, que o escritor Jonathan Hickman sugerisse uma aceitação dos envolvidos, ao inserir uma amistosidade entre os três personagens<sup>227</sup> e até mesmo uma planta baixa de uma das moradias dos X-men onde o quarto de Jean é igualmente acessível aos quartos de Scott e Logan<sup>228</sup>.

As masculinidades em Wolverine disputam a hegemonia dentro e fora das páginas coloridas de quadrinhos. Na oposição evidente, construída e reconstruída, “masculinidade liga-se a uma percepção da sexualidade em que o masculino-sujeito contrapõe-se ao feminino-objeto” (SCHPUN, 2004, 10). Como se pudesse ser explicado facilmente pela relação entre sexo biológico e suas essências, o ser animal é masculino, logo, violento e proativo, em Wolverine. Para controlar sua bestialidade, a escolhe é de uma doutrina masculinista samuraica, assim a “masculinidade liga-se ao controle dos desejos e das vontades” (*Ibdem*), que se reflete nas representações de honra e moralidade orientais. E em seguida, “masculinidade traduz-se numa encenação ritualizada do poder e do controle” (*Ibdem*), que atravessa as representações relacionais do personagem ficcional com seu entorno segmentado por inúmeras tipologias de identidades e performances.

A jornada analítica sobre as performances masculinas em Wolverine se ampliaria diante das inúmeras publicações e inúmeras autorias. As masculinidades em Wolverine são frutos de seus roteiristas, de lugares temporais desses escritos e existem por apelos de seus consumidores. É um produto, mas também um sintoma, expondo características idealizadas de como é ser um macho, seguindo a ordem compulsória binária e suas devidas performances (BUTLER, 2019, 25-26). O gênero, essa ficção representativa e comportamental, é uma performance de leitura, assim como o são a imagem, os balões de fala e os argumentos e as listadas vestes masculinas de Wolverine.

## Conclusão

A extensão narrativa das histórias em quadrinhos, seus inúmeros autores, permitem mensurar os sintomas imaginários de nossa sociedade sobre gênero e sexualidade. Os

---

<sup>227</sup> Em evento festivo, na página 60 da edição brasileira, *X-men* de número 4, de outubro de 2020, publicada pela editora Panini, correspondente à edição de número 6 da revista *House of X*, originalmente de dezembro de 2019.

<sup>228</sup> Página 37 da edição de número 5 da revista *X-men*, publicada pela editora Panini em novembro de 2020.



arquétipos em Wolverine, as camadas de performances possíveis de suas masculinidades<sup>229</sup>, denunciam as disputas discursivas e ideológicas que perpassam a ficção, mas que tem origem na sociedade historicamente regida pelas sinuosidades. Wolverine nos denuncia as contingências masculinas no tempo, ainda que habitem um personagem ficcional.

Diante das críticas ao conceito de masculinidade (ou masculinidades), a ficção fornece, em Wolverine, uma hipótese sintética. De que essas camadas de masculinidades, pertencentes a um indivíduo, ganham atividades ou ostracismos de acordo com rigidez ou flexibilidade da sociedade, não confundindo com o determinismo do essencialismo binário sexual (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, 250). Esse homem é uma conquista diante de um animal originário e persistente no seu interior, que a doutrina rígida de um belicista cerimonial lhe garante honra, que seu ativismo racial atua pela resposta violenta à opressão, que sua plenitude paternal é uma potencialidade afetiva e que a liberdade sexual enumerada em conquistas são medalhas de virilidade.

É preciso compreender que listar essa vasta diversidade de masculinidades não é suficiente (CONNELL, 2005, 37), pois é preciso avaliar essas disputas que promovem vitórias, derrotas e conciliações. O público leitor de quadrinhos, infantil, juvenil ou adulto, dificilmente se vê representado diretamente em personagens como Wolverine, pois “as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, 253). Mas há, em cada posto de masculino um composto próprio formado de elementos reconhecíveis ou experimentáveis.

Na batalha entre performances inalcançáveis e determinações imperfeitas e breves de ideais de masculinidade, se desgaste atinge o conceito e a existência. No caso do conceito, se existe o risco de adoecimento, uma espécie de lesão por esforço conceitual repetitivo no uso de masculinidade(s), “a cura reside em tomar uma abordagem consistentemente relacional do gênero, não em abandonar os conceitos de gênero ou masculinidade” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, 251). No caso da existência, “O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (BOURDIER, 2012, 64), em um jogo torturante constante de conquista dessa ficção de gênero.

---

<sup>229</sup> Em debate virtual promovido com o colega e amigo Carlos Barros, este trouxe ainda a possibilidade de entender o conceito de arquétipo e aplicá-lo na anamnese entre Wolverine e entidades do candomblé como Ogun e Oxossi. O debate franco pode ser visto em: <https://youtu.be/nBw75hnSsls>.

A transitoriedade de masculinidades, com latência de sua hegemonia, perpassa camadas, que seus autores e os momentos em que foram escritos selecionam. Tal fluidez flerta com a ideia de que “os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estrategicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, 257). Quando convém, Wolverine volta ao estado de besta sanguinária para deleite catártico de violência aos seus leitores, noutros momentos, convém o refinado samurai demonstrar uma superioridade masculina, ou aquela ou aquele que o roteiriza privilegiará em dado momento seu ativismo enquanto minoria racial ou rude protetor.

A ilusória essência de Logan é igualmente reconhecível nas ficções de gênero que seduzem como inerentes. Em sua moto barulhenta, na olência de seu charuto, em seu palavrório chulo, Wolverine atua em um seguro e reconhecível conjunto de signos de masculinidades, “esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2019, 235). A carga positiva desintoxicada faz de Wolverine um alguém que migrou seguramente de “machão” para “homão”, mudanças significativas do modelo referencial, mantendo, entretanto, seu condicionante hegemônico.

### **Bibliografia**

BOURDIER, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª Edição. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Coleção Sujeito & História. 18ª edição. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2019.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2ª Edição. University of Califórnia Press, Berkeley/Los Angeles, 2005.

CONNELL, R. W. **Políticas da Masculinidade**. In: *Educação & Realidade*. vol.2º, n.2, 1995. pp. 185-206.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito**. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013. pp. 241-282.

LIMA, Savio Queiroz. **Batwoman e a Questão das Representações da Homoafetividade nas Histórias em Quadrinhos de Super-heróis**. In: *Anais do XVII Encontro de História da*

*ANPUH-RJ*. UFRRJ, Nova Iguaçu, 2016. Disponível em:

[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466984258\\_ARQUIVO\\_BatwomanEhomoafetividade2016.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466984258_ARQUIVO_BatwomanEhomoafetividade2016.pdf).

LIMA, Savio Queiroz. **Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos**. Editora Devires, Salvador, 2019.

LIMA, Savio Queiroz. **Shirley Chisholm e Mulher Maravilha: Alegorias e Inquietações Feministas na Candidatura de uma Mulher Negra na Eleição Presidencial Estadunidense de 1972**. *In*: Anais do XIII Encontro Estadual de História – ANPUH-PE, Recife, 2020. Disponível em: [https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601022212\\_ARQUIVO\\_bdc27d32e9455b8536993cf9c1716cc3.pdf](https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601022212_ARQUIVO_bdc27d32e9455b8536993cf9c1716cc3.pdf).